



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA**

ROSA EVANGELINA DE SANTANA BELLI RODRIGUES

**EM BUSCA DE UMA HISTÓRIA SOCIAL PARA O LÉXICO
RURAL PARANAENSE**

Londrina
2007

ROSA EVANGELINA DE SANTANA BELLI RODRIGUES

**EM BUSCA DE UMA HISTÓRIA SOCIAL PARA O LÉXICO
RURAL PARANAENSE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação,
em Estudos da Linguagem da Universidade
Estadual de Londrina, como requisito parcial à
obtenção do título de Doutora em Estudos da
Linguagem.

Orientadora: Profa. Dra. Vanderci de Andrade
Aguilera

Londrina
2007

ROSA EVANGELINA DE SANTANA BELLI RODRIGUES

**EM BUSCA DE UMA HISTÓRIA SOCIAL PARA O LÉXICO
RURAL PARANAENSE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação,
em Estudos da Linguagem da Universidade
Estadual de Londrina, como requisito parcial à
obtenção do título de Doutora em Estudos da
Linguagem.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Aparecida Negri Isquierdo (UFMS)

Profa. Dra. Irenilde Pereira dos Santos (USP)

Profa. Dra. Joyce Elaine de Almeida Baronas (UEL)

Profa. Dra. Suzana Alice Marcelino Cardoso (UFBA)

Londrina, 13 de abril de 2007.

Aos meus amigos.

AGRADECIMENTOS

Todos sabem que um trabalho como este não se faz sozinho. Ainda que a responsabilidade pelos erros e omissões seja minha, uma vez que sou a redatora desta tese e boa parte do que está aqui escrito seja fruto das minhas reflexões, há pessoas que colaboraram com sua elaboração de tal forma que preciso creditar um pouco do resultado, do melhor resultado, diga-se de passagem, a elas. De alguma forma, tenho de organizar as menções, por isso uns virão à frente de outros; no entanto, agradeço a todos com o mesmo sentimento.

A minha orientadora Prof^ª Dr^ª Vanderci de Andrade Aguilera. Com a Prof^ª Vanderci aprendi quase tudo o que sei sobre questões teóricas e práticas da nossa profissão. E, mesmo sendo provável que, nestes dez anos de trabalho conjunto, eu a tenha decepcionado em algum momento, quero que saiba: o que me ensinou sobre ética profissional, sobre responsabilidade e atitude positiva frente aos desafios muito me ajudou a concluir este trabalho. As divergências, que nem posso contar como muitas, ainda assim me fizeram crescer. Mesmo quando não pôde estar fisicamente, na fase final, por um desencontro de agendas e compromissos, agradeço ainda a confiança que depositou no meu trabalho. Espero sinceramente que possa se orgulhar dele.

Outra pessoa a quem quero agradecer nominalmente, sem a qual este trabalho não teria sido feito, é Gleidy Aparecida Lima Milani, a Kika. A sua amizade generosa e sua competência profissional foram imprescindíveis para a construção dos mapas, para a revisão final e formatação da tese, salvando-me de procedimentos técnicos que teriam dificultado muito meu trabalho, além de me poupar um tempo precioso. Mais ainda, como minha amiga, Kika me

ouviu tantas vezes quantas foram necessárias para me acalmar e diminuir a natural ansiedade de quem tem de dar conta de uma grande responsabilidade em um tempo limitado.

A Prof^a Dr^a Aparecida Negri Isquero, que se envolveu pessoalmente com meu trabalho, colaborando com materiais e conselhos, ajudando na minha orientação, numa época bastante difícil. Aquela em que, depois da qualificação, temos trechos a corrigir e novas exigências para dar conta em um prazo já bem menor de tempo. Espero poder conviver mais tempo com ela e, assim, poder aprender mais do muito que ela tem a ensinar.

Aos meus queridos amigos professores e pesquisadores:

Ênio José Toniolo, autor do “Vocabulário de Tibagi”, que me trouxe tantos livros e destacou inúmeros trechos que falavam sobre o meu tema de estudos, enviando-os por e-mail quando eu nem esperava. Isso sem contar o seu bom humor gaúcho, que me fez rir quando, às vezes, eu não havia pensado nesse recurso.

Fabiane Cristina Altino, minha companheira de doutorado e de viagens para pesquisa de campo, que deixou seus afazeres para ler meus textos finais e, com isso, fez com que me sentisse mais segura. Seus conselhos também me ajudaram, muitas vezes, a enxergar mais claro e mudar de rumo, aumentando minhas chances de sucesso. Agradeço também por ter me apresentado Adrianópolis e suas montanhas.

Celciane Alves Vasconcelos, outra companheira, que vasculhou a biblioteca da USP para me trazer os textos em italiano que eu precisava ler. E ainda me ajudou a traduzir...

Joyce Elaine de Almeida, minha querida amiga, que, junto com a Fabiane, colocou-se à minha disposição para ajudar na correção final do texto da tese. Sua tranquilidade me inspirou muitas vezes e me ajudou a superar fases difíceis.

Prof. Givan José Ferreira dos Santos, a quem quero agradecer, como coordenador do Curso de Letras da Faculdade Paranaense, onde trabalho, pela paciência para comigo e pela compreensão quando eu precisei de mais tempo para me dedicar à tese. Tenho-o como um amigo querido e um respeitado colega de profissão.

Por fim, mas não menos importante, aos meus pais. Foi a voz deles no meu ouvido que me trouxe até aqui. Foi a voz deles cantando Martinho da Vila: “... minha filha, se entrega ao estudo e se guia...” e a exigência de que eu fosse, de alguma forma, “doutora” no que fazia que me trouxeram até aqui. Não medi esforços para me formar no nível que meus pais desejaram. E, por isso, eu só tenho a agradecer.

Aos meus filhos Felipe e Fernando, e meu marido Pedro, que me fizeram favores, revisaram contas e me trouxeram água, café, coca-cola e biscoitos na mesa do computador para que eu não parasse de trabalhar. A minha irmã, Dulce, que iniciou o trabalho com os mapas do Atlas Lingüístico do Paraná – ALPR (AGUILERA, 1990/1994) e ao meu cunhado, José, que me emprestou (tantos!) livros da área de História para que eu desenvolvesse a tese nessa matéria.

No final, quero dizer que agradeço a Deus. **No final porque, para mim, Ele resume tudo e é o motivo de tudo.** Está presente na figura dos meus amigos, das bibliotecárias que encontraram textos caríssimos na internet e me pouparam de gastar; das que me emprestaram dicionários em épocas de festa, para que eu não parasse o trabalho; dos meus alunos, que me ouviram mil vezes contar sobre o que eu desenvolvia e me incentivavam sempre; na de todos aqueles que emprestaram livros em bibliotecas distantes, tiraram cópias em tempo recorde, fizeram sugestões ou discutiram comigo algum ponto que somente um bom debate é capaz de tornar claro. Ele está presente, finalmente, mas não menos importante, nos meus queridos

amigos animais - Pingo, Lili, Lilica e Bel - porque quem mais poderia me fazer companhia e aquecer meus pés nas noites que, inevitavelmente, teria de atravessar sozinha?

Muito obrigada!

RODRIGUES, Rosa Evangelina de Santana Belli. **Em busca de uma história social para o léxico rural paranaense.** 2007. 301 p. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

RESUMO

Esta tese toma por objetivo principal investigar a interação entre parte do vocabulário rural usado na região do Estado do Paraná, Sul do Brasil, e sua história social, buscando explicar a dinâmica do léxico rural paranaense. Para isso, toma como base teórica a abordagem da variação proposta pela Geografia Lingüística. Seu corpus é composto por noventa cartas lexicais, que representam um recorte no rol daquelas apresentadas no Atlas Lingüístico do Paraná – ALPR (AGUILERA, 1990/1994), obra concluída em 1990 e publicada em 1994, cuja base de dados é constituída cento e noventa e uma cartas geolingüísticas, das quais noventa e duas lexicais. Para levar a cabo a pesquisa, foram feitos estudos sobre a história social do Paraná, sobre os trabalhos que têm sido preparados sobre o léxico do Estado e sobre as obras não-científicas, como relatos de viagens, existentes desde o século XIX. Após a análise lexicológica e geolingüística dos mapas, observamos que o Paraná possui três grandes áreas lexicais, que interagem e estão mediadas por áreas de transição. O Norte do Estado possui suas próprias características léxicas, com um vocabulário oriundo em parte dos mineiros, paulistas e nordestinos que, a partir do século XX, desenvolveram a região. A região Sul possui também características próprias e as variantes que nela ocorrem resultam em boa parte do contato com indivíduos da região sul, catarinenses e gaúchos que povoaram a região também a partir do século XX. No centro norte do Estado, localiza-se uma área de transição na qual as variantes coocorrem. Essa área ficou localizada na altura do ponto nº 29 ou nº 24, Campo Mourão ou São Pedro do Ivaí. Além disso, a região denominada Paraná Tradicional revela características também peculiares, como variantes oriundas do tupi e de uso antigo na língua portuguesa. Também foram encontrados vestígios da influência dos imigrantes no léxico do informante do Atlas, mas não foram encontrados traços da presença dos tropeiros, importante atividade que gerou desenvolvimento para a região paranaense.

Palavras-chave: Geolingüística. Léxico. História social. Paraná rural.

RODRIGUES, Rosa Evangelina de Santana Belli. **In search of a social history for the Paraná rural lexicon.** 2007. 301 p. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

ABSTRACT

This study aims at mainly investigating the interaction between the part of the rural vocabulary used in the region of the State of Paraná, south of Brazil, and its social history, trying to explain the dynamics of Paraná's rural lexicon. Thus taken as a start the approach of variation proposed by Linguistic Geography. Its corpus is composed of ninety lexical letters, that represent a cut in the roll of those presented in the "Atlas Linguístico do Paraná" – ALPR (AGUILERA, 1990/1994) study concluded in 1990 and published in 1994, whose data base is composed of one hundred and ninety one geolinguistic letters of which ninety two lexical. To carry on the research, studies on the social history of Paraná; on the studies that have been prepared about the State lexicon, and about non scientific papers were done, such as travel reports found since XIX century. After the lexicological analysis and geolinguistic maps we noticed that Paraná has three lexical areas, that interact and are mediated by transition areas. The North of Paraná has its own lexical characteristics, with a vocabulary stemming partly from "mineiros" (state of Minas Gerais citizens), "paulistas" (from state of São Paulo) and "nordestinos" (North eastern states) that from the XX Century on developed the region. The South region also has its own characteristics and the variants that occur is in large part from contact with individuals from the south region, catarinenses and gauchos that inhabited the region also from the XX Century on. In the North center region of the State there is a transition area. This area is located at nº 24 or nº 29, São Pedro do Ivaí or Campo Mourão. Besides the region named Traditional Paraná reveals characteristics also peculiar, as variations deriving from Tupi language and the use of old Portuguese language. Also clues from the influence of immigrants were found in the lexicon of the Atlas, but it was not found trace of the presence of "tropeiros" (horse rider travelers), an important activity that spawned development in the region of Paraná.

Keywords: Geolinguistic. Lexicon. Social history. Paraná rural.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Campos Gerais paranaenses	65
Figura 2 – Área definida para a recolha de dados para o dicionário.....	65
Figura 3 – Caminhos de tropas entre os Estados do Sul do Brasil.....	70
Figura 4 – Grupos europeus no Paraná	77
Figura 5 – Urbanização no Paraná	84
Figura 6 – Grau de urbanização – Paraná e Brasil – 1940/2000.....	85
Figura 7 – Porcentagem de informantes por faixas de idade no ALPR (AGUILERA, 1990/1994).....	157
Figura 8 – Povoamento dos pontos lingüísticos do ALPR (AGUILERA, 1990/1994) por século	160
Figura 9 – Pontos lingüísticos do ALPR (AGUILERA, 1990/1994) com modificação no questionário.....	162
Figura 10 – Mapa sintético para urubu/corvo	218

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Variantes recolhidas por Amaral (1956)	105
Quadro 2 – Comparação entre os dados de Amaral (1956) e Mercer (1977).....	109
Quadro 3 – Comparação entre os dados de Amaral (1956), Mercer (1977) e Alvar e Alvar (1979).....	111
Quadro 4 – Lexias para <i>redemoinho</i>	146
Quadro 5 – Rede de pontos geolingüísticos do ALPR (AGUILERA, 1990), números correspondentes e correlação com Nascentes (1958)	159
Quadro 6 – Entrevistas realizadas por ano, número de pontos e número de entrevistas no ponto	161
Quadro 7 – Adaptações do questionário ALESP/ALPR a partir do 2º semestre de 1987	163
Quadro 8 – Campos e subcampos semânticos do questionário do ALPR (1990)	164
Quadro 9 – ALPR – Demonstrativo da cartografia e questões inéditas.....	166
Quadro 10 – ALPR – Questões inéditas em ordem decrescente	166
Quadro 11 – <i>Corpus</i> da tese segundo o campo semântico I do ALPR (AGUILERA, 1990/1994).....	169
Quadro 12 – <i>Corpus</i> da tese segundo o campo semântico II do ALPR (AGUILERA, 1990/1994).....	170
Quadro 13 – Entrevistas realizadas por ano, número de pontos e número de entrevistas nos pontos	171
Quadro 14 – Dicionarização de variantes da carta 1	176
Quadro 15 – Comparação da produtividade de duas variantes nas cartas um e oito.....	181
Quadro 16 – Dicionarização de variantes da carta 2	182
Quadro 17 – Relação entre cartas de nº 26 ao nº 31, respectivas variantes e suas ocorrências.....	190
Quadro 18 – Recorte do quadro 17. Estudo de trovão, trovoadas, trovejo, trovejano[ndo]	195
Quadro 19 – Relação entre total absoluto de variantes e marcas de uso no dicionário....	199
Quadro 20 – Dicionarização das variantes das cartas nº 29 até 31 em Cunha e Bluteau.....	200
Quadro 21 – Presença das variantes em vocabulários regionais	203
Quadro 22 – Lista de variantes das cartas de 38 a 41 com frequência de ocorrência	205

Quadro 23 – Listagem de variantes das cartas de 38 a 41 com dicionarização.....	206
Quadro 24 – Dicionarização das variantes da carta nº 46	210
Quadro 25 – Relação de variantes da carta nº 46 com pesquisa de datação e origem.....	212
Quadro 26 – Discriminação das espécies na carta nº 51	221
Quadro 27 – Relação de variantes da carta nº 65 com produtividade e dicionarização.....	226
Quadro 28 – Relação de variantes da carta nº 65 com produtividade e dicionarização.....	227
Quadro 29 – Variantes da carta nº 66 e registro no Aurélio e no Houaiss	228
Quadro 30 – Dicionarização e ocorrências das variantes da carta nº 83	231
Quadro 31 – Relação de variantes da carta nº 87 com produtividade e dicionarização.....	233
Quadro 32 – Relação de variantes da carta nº 87 com pesquisa de datação e origem.....	235

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DO VOCABULÁRIO RURAL	17
1.2 OBJETIVOS	20
1.2.1 Objetivo Geral	20
1.2.2 Objetivos Específicos	20
1.3 ORGANIZAÇÃO DA TESE	23
CAPÍTULO 1 – QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS	25
1 O RURAL, O URBANO E O ALPR	25
1.1 DELIMITAÇÃO DA TERMINOLOGIA	31
2 A GEOGRAFIA LINGÜÍSTICA: HISTÓRIA E MÉTODO	35
2.1 A LINGÜÍSTICA ESPACIAL OU NEOLINGÜÍSTICA	40
CAPÍTULO 2 – PANORAMA HISTÓRICO E LINGÜÍSTICO DO ESTADO DO PARANÁ	43
1 “SOB O SIGNO DO MOVIMENTO”: A FORMAÇÃO DO PARANÁ.....	43
1.1 OS PRIMEIROS VIAJANTES	45
1.2 UM POVOAMENTO ESPANHOL	46
1.3 O POVOAMENTO PORTUGUÊS	49
1.4 A SOCIEDADE PARANAENSE	53
1.5 OS “ADMINISTRADOS” E ESCRAVOS NO PARANÁ TRADICIONAL	53
1.6 OS BANDEIRANTES NO PARANÁ	60
1.7 OS TROPEIROS	63
1.8 OS IMIGRANTES	74
1.9 OS MIGRANTES	79
2 A INFLUÊNCIA DOS GRUPOS SOCIAIS NO LÉXICO RURAL DO ATLAS LINGÜÍSTICO DO PARANÁ	86
CAPÍTULO 3 – O LÉXICO RURAL PARANAENSE	101
1 ESTUDOS SOBRE O LÉXICO RURAL PARANAENSE	101

1.1 O LITORAL: GUARAQUEÇABA	104
1.2 A CAMINHO DO INTERIOR: OS CAMPOS GERAIS	115
1.3 AS REGIÕES SUL E SUDESTE	136
1.4 A REGIÃO CENTRAL DO ESTADO	140
1.5 O NORDESTE: ADRIANÓPOLIS.....	142
1.6 O NORTE PARANAENSE	146
1.7 O QUE RESULTA DOS ESTUDOS PARA O CONHECIMENTO DO LÉXICO PARANAENSE? ..	153
CAPÍTULO 4 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DO ALPR	155
1 ALPR – ATLAS LINGÜÍSTICO DO PARANÁ: MÉTODO E	
 RESULTADOS	155
2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS CARTAS SELECIONADAS – DADOS	
 SOBRE A PRESENÇA EM DICIONÁRIOS E VOCABULÁRIOS	
 REGIONAIS	168
3 DESCRIÇÃO E ESTUDO DAS CARTAS LEXICAIS	175
4 EM BUSCA DA DELIMITAÇÃO DE ÁREAS LEXICAIS	
 PARANAENSES: REUNINDO DADOS	241
4.1 DO PONTO DE VISTA GEOGRÁFICO	242
4.2 ASSOCIANDO A DATA DE POVOAMENTO E A ORIGEM DOS POVOADORES	250
4.3 O NORTE, O SUL E O OESTE	253
4.4 O SUL, O SUDOESTE E O PARANÁ TRADICIONAL.....	260
CONCLUSÃO.....	269
REFERÊNCIAS	272
APÊNDICES	287
APÊNDICE A	288
APÊNDICE B.....	292
APÊNDICE C.....	301

1 INTRODUÇÃO

Esta tese toma por objetivo principal investigar a interação entre parte do vocabulário rural usado na região do Estado do Paraná, Sul do Brasil, e sua história social.¹ Para isso, tem como base teórica a abordagem da variação proposta pela Geografia Lingüística, ou Geolingüística.² Seu *corpus* é composto por oitenta cartas lexicais, que representam um recorte no rol daquelas apresentadas pela Prof^ª Dr^ª Vanderci de Andrade Aguilera no **Atlas Lingüístico do Paraná – ALPR**³ (1990/1994), obra elaborada como pesquisa de doutoramento na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus Assis, São Paulo, Brasil, concluída em 1990 e publicada em 1994. Um volume com a apresentação dos informantes, das características dos pontos lingüísticos, do questionário e um resumo da história do Paraná foi publicado em 1996.

O ALPR (AGUILERA, 1990/1994), é constituído de 191 cartas geolingüísticas, divididas da seguinte forma: 92 cartas léxicas, 70 fonéticas, 29 de isoglossas, nas quais podemos visualizar, em cada uma delas, os sessenta e cinco pontos lingüísticos visitados pela Professora Aguilera, durante os seis anos em que trabalhou na preparação de dois estudos que terminaram por se complementar: O Esboço de um Atlas Lingüístico de Londrina – EALLO (1987) e o ALPR (AGUILERA, 1990/1994). As entrevistas foram realizadas com cento e trinta informantes, um homem e uma mulher em cada um dos 65 pontos lingüísticos, principalmente durante os anos de 1987 e 1988, no caso do ALPR (AGUILERA, 1990/1994).

As noventa cartas que formam o *corpus* desta tese foram desmembradas de vinte mapas geolingüísticos do ALPR (AGUILERA, 1990/1994). Foram elaboradas em

¹ Nosso enfoque da história da sociedade paranaense procurou inspirar-se na chamada história nova, caracterizada por Burke (1992, p. 10-15) com base em seis pontos que tentaremos resumir aqui: 1) o interesse por todo tipo de atividade humana e não apenas aquela relacionada à política e ao Estado; 2) análise das estruturas, das mudanças econômicas, sociais e geo-históricas e não apenas da política/Estado; 3) observação e análise da história do cidadão comum, ou “a história-vista-de-baixo”; 4) utilização de dados orais, visuais e estatísticos como evidências válidas; 5) preocupação maior com o contexto dos acontecimentos; 6) A percepção de certa “recriação” do fato histórico, estabelecida pela força da subjetividade daquele que relata, que escreve a história.

² Tomaremos, nesta tese, as denominações Geolingüística e Geografia Lingüística como sinônimas, a despeito de qualquer discussão sobre o assunto, baseados na definição proposta por Dubois (2003, p. 304): “A parte da dialetologia que se ocupa de localizar as variações das línguas umas com relação às outras chama-se mais freqüentemente, ‘geografia lingüística’. Complementada por ‘Geolingüística’, é o estudo das variações na utilização da língua por indivíduos ou grupos sociais de origens geográficas diferentes. A palavra geolingüística é, assim, a forma abreviada de GEOGRAFIA LINGÜÍSTICA.” (DUBOIS, 2003, p. 307).

³ Doravante ALPR.

computador pela Prof^ª Gleidy Aparecida Lima Milani, especialista em Língua Portuguesa, colaboradora técnica em projetos desenvolvidos na área de Geolingüística e Dialectologia da Universidade. Segundo sua autora, a confecção das cartas se deu através da escolha de um mapa com os municípios do Estado do Paraná, no qual foram assinalados os pontos do ALPR. Depois, no programa AutoCAD 2002, foram feitas medições para a escala e a separação dos municípios, seguindo métodos iniciais de dialetometria, com ajuda do setor de Geografia da UEL. Posteriormente, esta carta serviu de modelo às outras. As cartas foram, então, confeccionadas no programa de informática denominado *PaintBrush*, da plataforma Windows. As áreas de ocorrência foram delimitadas seguindo as fronteiras municipais dos pontos inscritos no ALPR (AGUILERA, 1990/1994). Os mapas que formam o *corpus* desta tese encontram-se reunidos em pasta separada, impressos em folhas de papel vegetal, para facilitar a leitura dos dados apresentados no texto da tese.

A importância do ALPR (AGUILERA, 1990/1994) e de sua autora para o conhecimento da fala rural paranaense não permanece apenas no fato de ser a obra de maior amplitude já elaborada sobre a linguagem paranaense, mas, também, por seus dados terem servido a várias outras pesquisas, incluindo-se esta, muitas não contempladas neste trabalho por não privilegiarem o léxico. Parte deste trabalho se dedicada também a relacionar e analisar as pesquisas publicadas, não somente antes do ALPR (AGUILERA, 1990/1994), sobre o léxico paranaense, mas também aquelas produzidas após e/ou a partir de seus dados.

De fato, há muito tempo a linguagem utilizada pelos falantes rurais do Estado já chamava a atenção, no que tange a aspectos léxicos e fonéticos, de estudiosos e de viajantes que, desde séculos, cruzavam seus sertões. Quando tratamos de estudos dirigidos por acadêmicos, é perceptível, logo no início, certo privilégio para a região litorânea, pois grande parte dos primeiros trabalhos sobre a linguagem paranaense procurou o litoral como área de estudos, com o objetivo, inclusive, de iniciar um atlas lingüístico para o Estado.⁴

Essa preferência, entretanto, tem dupla razão de ser: uma cultural e outra histórica. O motivo histórico liga-se ao fato de que foi no litoral que o Paraná começou a nascer, tendo recebido os primeiros colonizadores portugueses e paulistas, cujo número foi aumentando durante a época da mineração e, posteriormente, com outros ciclos econômicos. Durante certo tempo, essa região ficou, também, bastante isolada do restante do Estado, criando, assim, condições para a manutenção de traços antigos na fala da população do lugar.

⁴ Sobre a intenção de construir um atlas para o Paraná, Wouk (1976, p. 99) afirma: “Há cerca de 15 anos, já se alimentava a idéia de levar a cabo uma pesquisa de campo em todo o Estado do Paraná, segundo o modelo da geografia lingüística criado Jules Gilliéron, na França, sob o nome de Atlas Lingüístico”.

Quanto ao fator cultural, a primeira universidade paranaense nasce em Curitiba no ano de 1913 e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi fundada em 1938. Nada mais lógico, portanto, que, conhecendo a riqueza lingüística a ser explorada, os pesquisadores da UFPR tomassem como objeto de estudo o falar das localidades litorâneas.

Cardoso e Westphalen (1986) afirmam que o Estado foi povoado a partir do litoral em três grandes ondas, às quais correspondem, *grosso modo*, os ciclos econômicos do Estado: a exploração do ouro, a criação e comércio de muares e bovinos, a extração de madeira e erva-mate e a monocultura cafeeira. Durante essas ondas de povoamento, a região, que já era habitada por índios e portugueses, assistiu à chegada de imigrantes alemães, italianos, ucranianos, poloneses, japoneses, entre outros, principalmente no sul do Estado, exceção feita à região de Londrina (norte), em época mais recente.

José Cândido da Silva Muricy, por exemplo, relatando uma expedição ao Oeste do Paraná, em 1896 (MURICY, 1975), descreve a profusão de “sotaques” encontrados: as falas de personagens – como o português Casimiro de Souza Robalo; o alemão Thomascheck, pintor vindo para o Estado “com os primeiros alemães”; o padre italiano Tedeschi e os caboclos que participam da aventura – misturam-se na narrativa, revelando ser mesmo o Paraná um verdadeiro “laboratório étnico”, como afirma Wachowicz (1972). A migração de nordestinos, paulistas e mineiros, bem como de gaúchos e imigrantes alemães, vindos de Santa Catarina, foi também importante para a colonização e povoamento da área. Os primeiros colonizaram o Norte e o Noroeste paranaense, enquanto os segundos faziam progredir o Oeste e o Sudeste do Estado.

1.1 A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DO VOCABULÁRIO RURAL

Em dissertação de mestrado, concluída em setembro de 2000, defendemos a importância do estudo do vocabulário rural com argumentos que julgamos próprios a serem retomados neste momento.

A percepção das mudanças a que o cotidiano lingüístico está exposto e que revela um contato com outras variedades cada vez mais intenso, principalmente nos centros urbanos, é um dos motivos que nos leva a querer investigar o vocabulário rural paranaense.

Os próprios informantes dão testemunho do desuso de certas formas, alegando contato com a escola ou a antiguidade do termo, por exemplo.

Embora esse seja um movimento irreversível e benéfico até certo ponto, cremos que

conhecer não só a língua e cultura regionais, mas também as relações entre elas, pode contribuir, ao menos, para o abrandamento do preconceito que ainda se mantém, principalmente pelas/nas escolas, em relação à linguagem não-padrão. O conhecimento dos léxicos regionais, ao favorecer a aproximação com a realidade local, promove o estudo da língua como reflexo/base das relações sociais dos alunos. Refletir sobre a língua a partir de seu dialeto é uma posição que pode levar o educando a refletir sobre seu lugar na sociedade a partir de um ponto de vista crítico. (RODRIGUES, 2000, p. 6)

Ocupando o nível lingüístico mais próximo da realidade extralingüística, o estudo do léxico, do ponto de vista da sua história, exige também a investigação da história social dessa comunidade.

Como afirma Vilela (1994, p. 6),

o léxico é a parte da língua que primeiramente configura a realidade extralingüística e arquiva o saber lingüístico duma comunidade. Avanços e recuos civilizacionais, descobertas e inventos, encontros entre povos e culturas, mitos e crenças, afinal quase tudo, antes de passar para a língua e para a cultura dos povos, tem um nome e esse nome faz parte do léxico. O léxico é o repositório do saber lingüístico e é ainda a janela através da qual um povo vê o mundo. Um saber partilhado que apenas existe na consciência dos falantes duma comunidade.

Apesar de já possuir um número razoável de estudos, a relação dos dados com a sociohistória do Estado ainda não está plenamente estabelecida. O estudo das áreas geolingüísticas, associado ao estudo das lexias de origem rural recolhidas pelo ALPR (AGUILERA, 1990/1994) e a comparação com outros vocabulários rurais deverão responder a essas hipóteses, apresentando uma descrição da configuração do vocabulário rural paranaense.

A importância da descrição desse léxico advém ainda da necessidade de conhecer mais de perto o funcionamento das variedades do português brasileiro, uma vez que, como afirma Castilho (1998, p.15):

Ficou evidente que ainda estamos muito longe de traçar a história do português brasileiro em sua totalidade. Parece mais factível consagrar-se ao conhecimento diacrônico das ‘variedades regionais’ do português brasileiro para, num segundo momento, obter-se a visão de conjunto.

No caso do Paraná, a pesquisa, a documentação e a análise de lexias referentes ao mundo rural fazem ressaltar um vocabulário que pode recontar a história do Estado e apontar para etapas da história da língua portuguesa.

É preciso notar que os meios de comunicação estão presentes nas casas da maior parte da população brasileira. A televisão, por exemplo, é encontrada até em locais onde não se imaginaria encontrar uma, devido às condições materiais do local. Para se confirmar essa informação, basta uma viagem ao interior, onde, mesmo em locais de difícil acesso para a disseminação de ondas televisivas, como vales, por exemplo, elas chegam por meio das antenas parabólicas.

Sabe-se que a linguagem da televisão, nos noticiários nacionais, tende para uma variedade padrão da língua, de preferência sem marcas muito fortes de regionalização. Através dos programas televisivos distribuem-se, também, valorações negativas acerca de variedades lingüísticas menos privilegiadas, o que termina por dar mais força à escola no papel de cercear o uso dessas variedades, sem determinar, *grosso modo*, em quais momentos esse uso não é adequado. Assim, a escolarização mais ampla, sem diminuir, obviamente, seu papel fundamental na melhoria da qualidade de vida das populações, torna-se um fator de peso na transformação do vocabulário rural.

Essa ampliação, inclusive, foi testemunhada por Toniolo (2002, p. 37-38), quando elaborava sua dissertação sobre a mudança em tempo real no vocabulário do município de Tibagi:

Não foi possível enquadrar-se, com o pré-fixado rigor, dois informantes jovens: o rapaz do Barreiro mal passara dos 17, e a jovem guarteliana tinha mais de 32 anos. É que se tornou raríssima uma pessoa jovem, residente na zona rural de qualquer dos dois bairros, que tenha instrução limitada à 4ª série: a maioria atingiu a 8ª série – ou, então, vive na cidade. Trata-se de uma radical mudança em relação a 1975, em termos de escolaridade; naquela época, os analfabetos e semi-alfabetizados eram muito numerosos.

Freqüentando uma escola que desvaloriza sua fala, assistindo à televisão e com a cidade muito mais perto de si, dada a urbanização acentuada, é natural que os

indivíduos modifiquem sua linguagem, alterando pronúncias, incorporando ou deixando de usar itens léxicos. O que não pode ser tomado como natural é que essa linguagem não seja documentada, enquanto ainda podemos, com o objetivo de ter, mais tarde, como recuperar parte da história da língua portuguesa no Brasil.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Contribuir para o conhecimento da configuração do léxico rural do português do Paraná e, de maneira complementar, do Brasil.

1.2.2 Objetivos Específicos

Fruto da própria elaboração da pesquisa, o primeiro objetivo termina por se impor; nasce naturalmente da necessária realização de estudos exploratórios para a implementação dos outros objetivos: **a reunião de obras elaboradas desde o século XIX sobre o vocabulário do Paraná e, conseqüentemente, do vocabulário nelas inscrito.** Esse objetivo permitirá uma visão detalhada da produção tanto acadêmica como não-acadêmica de obras cuja temática seja o vocabulário rural do Estado. Além disso, permitirá a comparação de dados até hoje dispersos, mas que podem ajudar a trazer luz à hipótese de trabalho desta tese: **a de que a história do Estado está inscrita na configuração do vocabulário registrado nas cartas léxicas do ALPR (AGUILERA, 1990/1994).**

O segundo objetivo é central para o trabalho de estudo das áreas léxicas do Paraná: **procurar explicar a dispersão, a dinâmica vocabular de variantes léxicas selecionadas a partir da cartografia do ALPR (AGUILERA, 1990/1994) no espaço geográfico do Paraná, com base em dados lingüísticos e naqueles relativos à história**

social do Estado. Há, sem dúvida, padrões a serem estabelecidos em relação às áreas lexicais apontadas no ALPR (AGUILERA, 1990/1994). Algumas dessas áreas tomam todo o Estado, com o mesmo item lexical ocorrendo em quase todos os pontos de inquérito. Outras assumem uma configuração claramente voltada para uma ou outra região do Estado, enquanto algumas aparecem como arealizações difusas, com ocorrências esparsas e distantes umas das outras.

Portanto, busca-se neste trabalho uma explicação para esses padrões, retratados nas cartas geolingüísticas do ALPR (AGUILERA, 1990/1994), procurando responder questões como as que se impõem quanto à relação dessas lexias entre si, se existiriam regras de difusão baseadas na individualidade de uma dada forma ou se baseadas em grupos reunidos por algum critério de base formal ou conceitual. Para isso, serão feitas descrições exaustivas e análises de parte das cartas e das variantes que as compõem, bem como comparações entre os dados examinados tanto sob a perspectiva da cartografia quanto da própria variante.

Procura-se, então, por uma compreensão do processo de estabelecimento de isoléxicas paranaenses, procurando ampliar o estudo iniciado com o ALPR (1990), que já demonstrara a existência de áreas lexicais estreitamente ligadas ao povoamento do Estado. Uma delas, por exemplo, constituída por variantes que determinam a divisão entre o norte e o sul paranaense; outra, representando a ocupação e o povoamento da região desde o século XVII até o XX. Diante desses exemplos, nasce a hipótese de que essas áreas são frutos da diferenciação cultural paranaense, nascida, por sua vez, da diversidade de indivíduos que aportaram no Estado. A questão a que se pretende responder é: sendo essa hipótese verdadeira, seria o vocabulário recolhido pelo ALPR (AGUILERA, 1990/1994) capaz de retratar essas áreas?

Ainda um terceiro objetivo específico impõe-se: **seria possível afirmar que, em virtude de sua história, o Paraná possui uma linguagem de transição, ligando-se ora ao Sul do Brasil, ora ao Sudeste ou parte do Nordeste?** Sem dúvida, esse é o maior desafio, posto em forma de objetivo, neste trabalho. Isso porque não há, ainda, atlas regionais em número suficiente para que comparações exaustivas possam ser feitas. Os existentes ⁵ não

⁵ Por ordem de aparecimento: 1. Atlas Prévio dos Falares Baianos – APFB (ROSSI et al, 1963); 2. Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais - EALMG (RIBEIRO, 1977); 3. Atlas Lingüístico da Paraíba – ALPB (ARAGÃO;BEZERRA DE MENEZES, 1984); 4. Atlas Lingüístico de Sergipe I – ALS I (FERREIRA et al, 1987); 5. Atlas Lingüístico do Paraná – ALPR (AGUILERA, 1990/1994); 6. Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul – ALERS (KOCH et al, 2002); 7. Atlas Lingüístico de Sergipe II – ALS II (CARDOSO, 2002); 8. Atlas Lingüístico Sonoro do Pará – ALISPA (RAZKY, 2004); 9. Atlas Lingüístico do Amazonas – ALAM

foram construídos para terem cartas comuns. Tal fato se dá porque esses atlas enfatizam variedades regionais e ainda faltava, até a época da elaboração dos cinco primeiros, a possibilidade, como a que existe hoje, de construção do atlas nacional.

Para sanar essa dificuldade, tentando, assim, executar ao menos em parte esse objetivo, serão utilizados, como auxílio na elaboração de hipóteses, glossários regionais e, portanto, não se tomará como objetivo representar espacialmente a variação lexical paranaense em relação a outras áreas lingüísticas nacionais. O resultado da pesquisa será certamente útil, no entanto, para reforçar os resultados referentes aos primeiros objetivos, uma vez que contribuirá para definir a origem mais próxima das variantes em estudo.

Cabe aqui fazer um comentário sobre o Projeto Atlas Lingüístico do Brasil – ALiB, dado o fato de termos mencionado a idéia da construção do atlas nacional. Com o intuito de levar a cabo o antigo desejo dos dialetólogos brasileiros, de 1952, um comitê nacional, com sede na Universidade Federal da Bahia – UFBA, já percorreu um longo caminho desde 1996, quando foi iniciado o Projeto ALiB⁶ (doravante será utilizada apenas a sigla para referir o Projeto). Dentre os resultados já alcançados pelo grupo, por exemplo, está a confecção de um questionário que pode uniformizar parte da recolha de dados dos novos atlas regionais.

Parte, e não o total da coleta de dados, porque um atlas regional certamente deve preocupar-se com dados específicos de sua região, daí a sua importância e motivo pelo qual o questionário do ALiB não procura atender às necessidades regionais. O questionário foi construído, testado e reformulado várias vezes com o objetivo de ser um instrumento com o qual se possam delimitar áreas de uso de variedades fonéticas, prosódicas, léxicas, morfossintáticas e pragmáticas da língua portuguesa no território nacional.

(CRUZ, 2004). No caso do Atlas Lingüístico e Etnográfico da Região Sul – ALERS (KOCH et al, 2002), ainda não foi lançado o volume de cartas léxicas. São, portanto, oito atlas estaduais e um regional.

⁶ O Comitê Central tem sede na Universidade Federal da Bahia, sua diretoria executiva é composta pelas professoras Suzana Alice M. Cardoso e Jacyra Mota [UFBA]. Compõem o quadro de diretores científicos os professores doutores: Maria do Socorro Silva de Aragão (UFCE – CE), Aparecida Negri Isquerdo (UFMS – MS), Vanderci de Andrade Aguilera (UEL – PR), Mário Roberto Zágari (UFJF – MG), Walter Koch e Cléo Wilson Altenhofen (UFRS – RS) e Abdelhak Razky (UFPA - PA). Entre os resultados do Projeto, além da possibilidade de discussão abrangente sobre a metodologia geolingüística e a formação de novos pesquisadores na área, trabalham os pesquisadores na transcrição e análise de dados para o lançamento do primeiro volume com dados das capitais brasileiras. Para mais informações, basta consultar o endereço do ALiB na internet: <<http://www.alib.ufba.br/index.asp>>.

1.3 ORGANIZAÇÃO DA TESE

Dividimos o trabalho em quatro capítulos. A divisão teve o objetivo de facilitar a consulta aos dados, quando for necessário rever algum tópico e, ao mesmo tempo, permitir certa liberdade de leitura, autorizando o leitor a iniciá-la por onde achar mais conveniente ou eficiente aos propósitos que tenha estabelecido. Dessa forma, no primeiro capítulo discutiremos alguns conceitos importantes para o desenvolvimento adequado do trabalho de pesquisa: a noção de ruralidade e desta no ALPR (AGUILERA, 1990/1994), e os termos da Lexicologia que, necessariamente, utilizaremos na tese. Também no primeiro capítulo, será apresentada a base teórica da tese, isto é, o método da Geografia Lingüística. Embora consideremos esse trecho como necessário, não seremos exaustivos nessa tarefa por considerar que boa parte dessa teoria será demonstrada nos capítulos em que faremos a análise das cartas lingüísticas do ALPR (AGUILERA, 1990/1994).

O segundo capítulo trará dados sociohistóricos sobre o Paraná, necessários à testagem da hipótese sobre o estabelecimento das áreas lexicais. Nele também faremos uma reflexão sobre a influência, inclusive do ponto de vista lingüístico, dos diversos grupos que formaram a sociedade paranaense atual.

Na terceira parte da tese, reunimos trabalhos que vêm sendo produzidos sobre o vocabulário rural paranaense desde o século XIX. Esperamos que essa reunião seja proveitosa, uma vez que a leitura de dados sociohistóricos, seguida pela leitura dos trabalhos, pode levar o leitor a perceber o contexto em que essa tese foi construída e, quem sabe, parte daquele que contribuiu para a elaboração do próprio ALPR (AGUILERA, 1990/1994).

O quarto capítulo traz a descrição e análise, que pretendemos exaustivas, do ALPR (AGUILERA, 1990/1994) e, em seguida, dos mapas geolingüísticos selecionados para compor o *corpus* desta tese. Uma primeira análise dos mapas estará concentrada na dicionarização e na produtividade das variantes encontradas. A discussão, nesse momento, tem como objetivo produzir conhecimento para fundamentar a interpretação das áreas lingüísticas, que serão objeto de análise mais acurada no momento da observação das áreas lexicais registradas pelo ALPR (AGUILERA, 1990/1994). Nesse tópico, procederemos à comparação dos dados que recolhemos, tanto sociohistóricos quanto lingüísticos, visando a responder as questões de pesquisa que nortearam os objetivos e, se formos capazes e/ou os

dados permitirem, alcançar generalizações que possam contribuir para uma melhor compreensão das relações entre o vocabulário rural e a sociedade que o utiliza.

CAPÍTULO 1 – QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

1 O RURAL, O URBANO E O ALPR

Antes de tudo, tendo em vista certa dificuldade em se distinguir, hoje, o que seja rural ou urbano na sociedade, consideramos necessário esclarecer com que conceito de “rural” estamos trabalhando. De início, podemos tomar a definição do Dicionário Aurélio Século XXI (FERREIRA, 1999):

Rural [Do lat. tard. rurale.] Adj. 2 g.

1. V. campestre (1)
2. Bras. Pertencente ou relativo ao, ou próprio do campo (2); agrícola.
3. Bras. Pertencente ou relativo ao campo (4): Do verbete para *rural*, chegamos ao verbete para *campo*: [Do lat. campu.] S. m. [...]
4. Zona fora do perímetro urbano ou suburbano das grandes cidades, na qual geralmente predominam as atividades agrícolas, ou zona onde se situam pequenas cidades de vilegiatura que não as de praia. [...]

Dando especial atenção para a acepção 4, a que mais se aproxima do uso que se faz do adjetivo neste contexto, percebemos que o conceito tem uma base geográfica e econômica: zona fora do perímetro urbano e com atividades agrícolas.

Mas, como afirma Marques (2002, p. 96), “esses dois conceitos não podem ser compreendidos separadamente”, dessa forma, para definir razoavelmente o que vem a ser *rural*, é preciso também estabelecer o que se entende por *urbano*: “relativo ou pertencente à cidade; que tem características de cidade” (FERREIRA, 1999). Sendo *cidade*, ainda de acordo com o Aurélio Século XXI (FERREIRA, 1999),

1. Complexo demográfico formado, social e economicamente, por uma **importante concentração populacional não agrícola**, i. e., dedicada a atividades de caráter mercantil, industrial, financeiro e cultural; urbe. [...]
5. Bras. Sede de município, independentemente do número de seus habitantes. (grifo nosso)

Descartando naturalmente as acepções que não se coadunam com o contexto imediato, *cidade* termina por se caracterizar, e por extensão o adjetivo *urbano*, por um critério

econômico. Vê-se que, no uso comum, para ser chamada de “cidade” uma localidade não precisa de grande população, pois é costume atribuir essa denominação a uma sede de município, ainda que nela não haja um número grande de habitantes. No dicionário Houaiss (2001), percebemos um traço que parece explicar bem esta última concepção:

aglomeração humana de certa importância, localizada numa área geográfica circunscrita e **que tem numerosas casas, próximas entre si**, destinadas à moradia e/ou a atividades culturais, mercantis, industriais, financeiras e a outras não relacionadas com a exploração direta do solo. (HOUAISS, 2001) (grifo nosso)

Nessa última definição, a proximidade das moradias fica evidente como critério para o que se poderia considerar uma cidade, em oposição ao campo. Essa concepção marca também o critério oficial:

No Brasil, adota-se o critério político-administrativo e considera-se urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila). Segundo o IBGE, é considerada área urbanizada toda área de vila ou cidade, ‘legalmente definida’ como urbana e caracterizada por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, e aquelas reservadas à expansão urbana (1999). (MARQUES, 2002, p. 97)

Os Estados têm sempre estabelecido definições oficiais, classificando os espaços em rural e urbano para fins estatísticos e administrativos. Os principais critérios tradicionalmente empregados são: 1. discriminação a partir de um determinado patamar populacional; 2. a predominância da atividade agrícola; 3. delimitação político-administrativa. (MARQUES, 2002, p. 99)

No Atlas Lingüístico do Paraná – ALPR (AGUILERA, 1990), esses foram os critérios utilizados para diferenciar o rural do urbano. Com base nesse sentido da palavra, foram selecionados os informantes e escolhidos os pontos de recolha dos dados, evitando-se as sedes de municípios, para que a linguagem observada pudesse retratar o ambiente campesino.

Tal escolha pode ser entendida quando retomamos uma questão metodológica, e mesmo teórica, da Dialectologia tradicional: a intenção de documentar fatos lingüísticos em risco de serem perdidos devido ao desuso. Não foi outra a preocupação de

Gillerón ao elaborar o Atlas Lingüístico da França, trabalho com o qual – como se verá adiante – se iniciam os estudos de Geografia Lingüística.

Além disso, eram esses dados, em via de serem substituídos, que permitiriam a comparação e a compreensão de etapas históricas das línguas e dialetos. A percepção do ambiente rural como de menor mobilidade social, com interação mais íntima entre as pessoas e pequena interferência externa, somente colaborava para sua escolha como campo de pesquisa, já que era palco da sobrevivência de formas arcaicas da língua.

É fato que há uma discussão em andamento sobre as características atuais do rural e do urbano, devido às modificações sociais e econômicas que, conseqüentemente, geraram modificações nas atividades do campo, de maneira a muitas vezes descaracterizá-las. Alguns autores afirmam que esse tipo de ambiente está fadado a acabar, outros postulam uma modificação no que conhecemos por rural.

Há, enfim, toda uma reflexão sobre a mudança, sua amplitude e a modificação do conceito e, embora não nos pareça ser uma exigência neste momento, uma vez que a nossa preocupação gira em torno do conceito de ruralidade utilizado no ALPR (AGUILERA, 1990/1994) e suas conseqüências para a definição do vocabulário que estamos estudando, nos pareceu bem colocado o texto de Siqueira e Osório (2001), valendo a pena, portanto, observarmos brevemente o que afirmam esses autores sobre o conceito de ruralidade.

Ao mesmo tempo em que analisam, com base em outros autores,⁷ o conceito tradicional de rural, bastante próximo do que já vínhamos descrevendo, complementam:

com a agregação de novos elementos às representações do rural e do urbano e graças aos efeitos que estas exercem sobre as realidades que representam, torna-se mais difícil achar um ‘rural’ que equivalha ao definido no conceito tradicional (SIQUEIRA; OSÓRIO, 2001, p. 75).

Para esses autores, o rural e o urbano são, hoje, pontos extremos de uma linha contínua, “isto porque o rural se urbanizou, tanto devido ao desenvolvimento e aplicação de técnicas industriais de agricultura, quanto devido (sic), o que é sem dúvida muito

⁷ Conforme bibliografia dos autores: 1) SOLARI, Aldo. O Objeto da sociologia rural. In: SZMRECSÁNYI, T. ; QUEDA, O. (Orgs.) **Vida rural e mudança social**. São Paulo: Nacional, 1979. 2) O autor cita, ainda, Sorokin e Zimmerman (apud SOLARI, 1979). Estes dois últimos autores são retomados no texto de Marques (2002), também usado neste capítulo. Segundo eles, suas idéias são referência fundamental no assunto, tendo sido apresentadas a partir de 1930. A referência completa é: SOROKIN, P.; ZIMMERMAN, C.; GALPIN, C. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J. S. (Org.) **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986.

interessante, ao transbordar do urbano para o rural” (SIQUEIRA; OSÓRIO, 2001, p. 75). Marques (2002, p. 100) também confirma a teoria do continuum: “na segunda metade do século XX, com o avanço do processo de urbanização e com a ‘industrialização’ da agricultura, ganham expressão os estudos que defendem a idéia de continuum rural-urbano.”

No entanto, Siqueira e Osório (2001) lembram, ainda, que esses mesmos fatores não ocorrem igualmente, com a mesma velocidade, em todos os locais, por isso

se a nova conceituação de rural e urbano é eficiente para o campo altamente industrializado e urbanizado dos países desenvolvidos e de determinadas áreas dos países em desenvolvimento, a conceituação tradicional pode ser ainda eficiente para conhecer a realidade nos locais onde ainda impera a dicotomia e o campo ainda está longe da cidade. (SIQUEIRA; OSÓRIO, 2001, p. 75)

Esta última citação faz-nos pensar na situação do Brasil e, mais importante, no Paraná. Certamente há regiões nas quais o campo e a cidade estão bastante aproximados, se pensados dentro do contínuo referido por Siqueira e Osório (2001). Mas há regiões em que o rural pode ainda ser descrito pela definição mais tradicional.

Em uma reportagem do jornal Folha de Londrina (LEMES, 2006), encontramos, por exemplo, a descrição do modo de vida em Socavão, povoado do município de Castro. Outras cidades pequenas visitadas pela equipe da Folha foram Pinhalzinho, no município de Sengés; Caraguatá, município de Doutor Ulysses, e Tanque Grande, todas na região nordeste do Estado, fronteira com São Paulo, no Vale do Ribeira. É uma região com um potencial turístico importante, para visita a cavernas e esportes de rio, mas pouco explorado. Segundo a reportagem da Folha, muitos costumes e tradições relacionados ao ambiente rural ainda são mantidos nesses locais:

apesar do progresso já estar lançando fumaça sobre esse dia-a-dia, o campo ainda faz silêncio para ouvir o sabiá cantar e o caboclo recitar suas poesias diárias, escritas com o trabalho na roça, a fraternidade existente entre vizinhos e a arte de contar causos. (LEMES, 2006, p. 14)

O ponto de pesquisa do ALPR na região é Adrianópolis, onde, em 2000, e, uma entrevista-teste para elaboração do Atlas Lingüístico de Adrianópolis (ALTINO, 2001), uma funcionária da prefeitura, moradora da pequena sede do município, não soube responder a quase nenhuma questão que pedisse a denominação de referentes comuns na zona rural,

como as que se referem a instrumentos agrícolas mais específicos, por exemplo. A própria informante comentou seu pequeno conhecimento das “coisas” rurais, uma vez que vivia e trabalhava em um ambiente urbano. Essa experiência mostra que há, certamente, uma distinção no conhecimento lexical dos indivíduos moradores do campo em relação aos das cidades, até nas menores.

Um trabalho bastante atual sobre o assunto é a tese de Almeida (2004), que procura comparar o falar rural e o urbano com o objetivo de responder a seguinte questão: “Seria possível ainda hoje haver uma oposição entre eles?”. Pesquisando em uma comunidade do interior do Paraná, denominada Paiquerê, Almeida (2004) conclui que há uma intersecção entre o falar urbano e o rural devido às modificações sociais já mencionadas nesta tese. Segundo Almeida (2004), o local, um distrito do município de Londrina, Norte do Estado, com acesso razoavelmente difícil, pois as condições da estrada são precárias, já conta com algumas características de urbanidade: luz elétrica, televisão e telefone.

Trata-se de pessoas cuja atividade profissional se concentra na zona rural, pois muitos trabalham na lavoura, mas utilizando a tecnologia atual, com máquinas e agentes químicos; além disso, hábitos como o modo de vestir, o lazer (como o futebol e festas), a rotina do dia-a-dia se igualam aos hábitos do morador urbano (ALMEIDA, 2004, p. 31-32).

Além do *corpus* próprio, Almeida (2004) analisou também entrevistas feitas com informantes paranaenses para o ALPR (AGUILERA, 1990/1994), que responderam questões de experiência pessoal. Nessa amostragem, a autora encontrou marcas de urbanização relacionadas principalmente ao nível léxico: “uranografia do rim”, “fórmula de remédio”, “asfalto”, “revelá diversas fotografia”, “construtora”, “táxi”, “excesso de peso”, “procuração”, “sinaleiro”, “contramão”, “incostamento”, entre outras (ALMEIDA, 2004, p. 79-80). Segundo seu estudo, nos dados do ALPR (AGUILERA, 1990/1994), foram encontradas menos pistas de urbanização nas entrevistas dos informantes do sexo feminino.

Numa segunda etapa da pesquisa, Almeida (2004) selecionou oito informantes moradores de sítios e quatro moradores do distrito, executando, então, uma entrevista semidirigida sobre o cotidiano do informante, seus costumes, crenças e história de vida. Foram selecionados informantes com faixa etária de 18 a 45 anos e de 46 a 70 anos, analfabetos ou de pouca escolaridade.

Almeida (2004) encontrou pistas de urbanização tanto nos informantes da zona rural quanto nos moradores da sede do distrito. Aspectos como concordância padrão

bem como marcas lexicais ocorreram na fala dos informantes de ambos os sexos, havendo, na comparação dos dados provenientes dos sítios e os da sede, uma igualdade qualitativa dos registros. Houve, no entanto, a manutenção de dados fonéticos em larga escala, mantendo-se assim uma espécie de “pronúncia” rural para termos ligados ao mundo urbano.

Outra conclusão interessante da autora é o fato de a influência do falar urbano ser encontrada na fala feminina, hoje, muito mais do que mostraram ser nos dados de ALPR (AGUILERA, 1994), obtidos na segunda metade da década de 80. Segundo ela, esse pode ser um indício de transformação na estrutura da família rural, visto que a mulher passa a sair mais de casa para trabalhar e, assim, amplia sua rede social, passando, também, a modificar seu comportamento lingüístico.

Mesmo acertando um conceito-referência para o que se considerou como rural no ALPR (AGUILERA, 1990/1994) e, por conseqüência, nesta tese, há ainda outra questão a ser discutida, quando afirmamos que descreveremos um vocabulário rural, uma vez que decorrem daí dois sentidos: o vocabulário é rural porque foram escolhidos referentes unicamente utilizados na zona rural ou ele pode ser assim denominado por ter sido observado e utilizado por falantes de zonas rurais? Parece-nos que ambas as questões, e, portanto, as metodologias delas oriundas, são legítimas.

No caso do ALPR (AGUILERA, 1990/1994), o vocabulário rural é observado da perspectiva do falante, isto é, seu objetivo é estudar a linguagem utilizada em zonas rurais do Paraná, dentro de uma visão tradicional de ruralidade. Com base nesse conceito, foram escolhidos informantes, na maior parte, agricultores, como se verá no capítulo em que tratamos do ALPR (AGUILERA, 1990/1994), e o questionário foi construído de modo a abranger não apenas referentes de uso tradicionalmente ligado ao ambiente rural, mas também seres e objetos que ocorrem na zona urbana.

É possível fazer um trabalho diferente, procurando reunir apenas denominações ligadas a “coisas” rurais. No entanto, para o objetivo a que se destina um atlas lingüístico, haveria lacunas de informação, pois os falantes não vivem em um mundo à parte. No meio rural, há objetos, eventos e seres que são comuns ao meio urbano e, se acreditamos numa teoria que relaciona língua e cultura, certamente vale a pena pesquisar o uso do léxico feito pelo homem do campo na designação do mundo assim como ele se apresenta a um homem da cidade.

1.1 DELIMITAÇÃO DA TERMINOLOGIA

Outra necessidade é definir os termos utilizados, nesta tese, para denominar a forma comumente conhecida por “palavra”. Dois deles são da área da Lexicologia e um da área da Dialectologia. O primeiro é *lexia*, na acepção de Pottier (1972, p. 55-56):

La *lexia* es la unidad de comportamiento. Está compuesta por palabras. La ‘*lexia simple*’ coincide con la palabra: perro. La *lexia* compuesta contiene varias palabras ya en parte o totalmente integradas (gráficamente, o en su comportamiento táctico: fr. ‘um brise-glace’; esp. ‘um quitamanchas’). La ‘*lexia compleja*’ es una secuencia más o menos estereotipada de palabras: fr. ‘Faire une niche, em avoir plein lê dos, pomme de terre, au fur à mesure...;’ esp. ‘a renglón seguido, por supuesto, echar de menos...’

Para esse autor (1972, p. 54), o termo *palavra* deve ser reservado apenas para a “unidade mínima construída”. O *lexema*, outro termo usado por Pottier (1972), designa os *morfemas lexicais* em oposição aos *gramemas* ou *morfemas gramaticais*.

Em obra elaborada conjuntamente com Cidmar Teodoro Pais e Albert Audubert, o termo *lexia* é definido como “a unidade lexical memorizada”, isto é, aquelas combinações que aparecem sempre juntas, já inscritas na memória lexical: “assim, ‘pé de cabra’ pode ser uma *lexia*, no sentido de ferramenta, ou o resultado de uma construção sintática de discurso, se se tratar do pé do animal.” (POTTIER; AUDUBERT; PAIS, 1972, p. 27). No lugar do termo *palavra*, usa-se *vocábulo*. Assim também são definidos esses termos em “Linguística Geral: Teoria e Descrição” (POTTIER, 1978).

Se tomarmos a obra de Maria Tereza Biderman, pesquisadora e autora de expressão na área da Lexicologia e da Lexicografia, veremos uma espécie de “sintetização” dessa teoria, que torna ainda mais técnica a denominação das estruturas. Biderman (2001) prefere não utilizar o termo *palavra*, referido por Pottier (1972), utilizando, em seu lugar, *lexia*. Se *palavra* é ambíguo para a lexicologia, é coerente evitar seu uso, determinando, assim, um outro para a designação da lexicalização de conceitos.

Para Biderman (1984, p. 140), *lexia* é a

forma que um ‘lexema’ assume no discurso. Ex.: ‘o dia está claro’. Temos aí quatro *lexias*. Em Lexicologia, esse termo técnico se opõe a *lexema*; foi cunhado para evitar a imprecisão e a ambigüidade de termos da língua comum, tais como: *palavra*, *vocábulo*.

Para complementar a informação, *lexema* designa a “unidade léxica abstrata em língua” (BIDERMAN, 2001, p. 169). Esta autora exemplifica da seguinte forma a relação entre os dois termos: “o lexema MENINO [pode manifestar-se] como ‘menino’ e ‘meninos’. A essas formas que aparecem no discurso, daremos o nome de ‘lexia’.” (BIDERMAN, 2001, p. 169).

Em publicação de 1999, Biderman, discutindo o problema da identificação do conceito lingüístico de *palavra*, justifica sua atitude em relação a esse termo.

Vamos usar as palavras ‘vocábulo’ e ‘palavra’ para as realizações discursivas, continuando a longa tradição do português e respeitando a sinonímia implícita na mente dos falantes do idioma no que diz respeito a essas palavras . Contudo, devido à imprecisão desses termos, precisamos designar diferentemente as unidades do sistema e do discurso quando estivermos tratando cientificamente a língua . [...] No plano das realizações discursivas, qualquer seqüência significativa será chamada indiferentemente e imprecisamente de ‘palavra’ ou ‘vocábulo’. [...] o termo ‘lexia’, proposto por Pottier, é bastante útil, sobretudo por se tratar de um termo técnico. Por isso não corre o risco de ser maculado com as conotações discursivas, que podem gerar ambigüidade relativamente a ‘palavra’ e/ ou ‘vocábulo’. [...] As manifestações discursivas dos ‘lexemas’ devem ser referidas tecnicamente como *lexias*. (BIDERMAN, 1999a, p. 88-89)

Biderman (1999a) chama a atenção para uma outra distinção importante para esta tese: *léxico* versus *vocabulário*: “ ‘léxico’ é o conjunto das unidades lexicais da língua; ‘vocabulário’ é o conjunto das realizações discursivas dessas mesmas unidades” (BIDERMAN, 1999a, p. 88-89). Tradicionalmente, a acepção de Dubois (1998, p. 613), “uma lista exaustiva das ocorrências que figuram num ‘corpus’ ”, é a que mais ocorre ao se mencionar *vocabulário*. Mas, outra acepção, mais ampla e que consideramos adequada para o momento, do mesmo dicionário, informa que: “para R. L. Wagner, o termo vocabulário designa convencionalmente um domínio do léxico que se presta a um inventário e a uma descrição” (DUBOIS, 1998, p. 614). Essa distinção, ao nosso ver, é importante por identificar a que nível de análise lingüística é capaz de chegar o estudo realizado neste trabalho. No entanto, como o termo *léxico* é de uso corrente na Geolingüística, sendo encontrado em diversos trabalhos⁸ na área, seu uso foi considerado adequado, feita a reflexão acima.

⁸ CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; FERREIRA, Carlota da Silveira. *Léxico Rural. Glossário. Comentários*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000.
MERCER, José Luiz da Veiga. *Le Léxique Technique des Pêcheurs de Guaraqueçaba (Brésil)*. 1979. Tese (Doutorado). Université de Toulouse, Toulouse. 2 v.

O segundo termo usado para substituir *palavra é item lexical*, conforme explica Dubois (1998, p. 355):

Chama-se ‘item’ todo elemento de um conjunto (gramatical, léxico, etc.) considerado enquanto termo particular: dir-se-á que os substantivos ‘pai’, ‘irmão’, ‘irmã’, ‘mesa’, ‘cadeira’ são itens léxicos que têm propriedades semânticas particulares, e que ‘presente’, ‘passado’ são itens gramaticais.

O último termo a ser definido é *variante*, usado na área dos estudos sobre variação lingüística. Borba (1976, p. 123), na nomenclatura de seu Pequeno Dicionário de Lingüística, define variante como

todo e qualquer desvio da norma. Há variantes fonéticas, morfológicas, sintáticas. Ex.: port. O fonema /e/ é vogal média anterior. Em posição átona – pretônica ou postônica – se realiza como vogal alta anterior – cf. [pelu], mas [mininu], [el i] (por menino, ele). Aldeões (pl. de aldeão) é a forma normal. As outras possibilidades – ‘aldeães’ e ‘aldeãos’ – são variantes. A regência normal de ‘fugir’ é com ‘de’ – ‘fugir do perigo’. ‘Fugir ao perigo’ é uma variante sintática.

Uma busca pelo mesmo termo no Dicionário de Lingüística e Gramática, de Joaquim Mattoso Camara Jr. (1999, p. 239), fornece a seguinte explicação (dentro do verbete para *variação*):

Sob a variação incessante aos discursos há a invariabilidade de um modelo, a que essa variação se refere, e cujo sistema constitui a LÍNGUA, no sentido em que Saussure a opunha a discurso. Cada elemento padronizado da língua tem suas VARIANTES; há assim variantes do fonema, do morfema, do semantema e dos padrões frasais.

Não é possível deixar de notar, portanto, que uma variante pode ser caracterizada, como um sinônimo, a despeito do fato de sabermos que a sinonímia perfeita é, senão inexistente, rara. O Summer Institute of Linguistics – SIL⁹ apresenta, em seu site, um glossário de termos lingüísticos no qual encontramos três tipos de sinônimos: estilístico, de

PISCIOTTA, Harumi. O lexical nos eixos horizontal e vertical. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade. (Org.) **A geolingüística no Brasil**. Trilhas seguidas, caminhos a percorrer. Londrina: EDUEL, 2005. p. 465-471.

⁹ O Glossário de termos sociolingüísticos (*Glossary of sociolinguistic terms*) faz parte de uma publicação do SIL, em CD, denominada *LinguaLinks Library Plus – Versão 5.0*, cujo conteúdo é também disponibilizado via Web. O verbete está baseado em *Lexical Semantics*, de D.A. Cruse (Cambridge: University Press, 1986.).

empréstimo e dialetal, este último para “unidades lexicais que são parte do vocabulário de diferentes dialetos, mas dividem parte importante de combinatória de traços semânticos”¹⁰ (LOOS, [s.d.]), portanto, o que melhor descreve o conceito que podemos usar nesta tese.

¹⁰ “Different lexical units that are part of the vocabulary of different dialects but have very similar ranges of reference.”

2 A GEOGRAFIA LINGÜÍSTICA: HISTÓRIA E MÉTODO

O estudo do aspecto geográfico da variação, como se sabe, é o que caracteriza primordialmente a Geolingüística, quando em comparação com outras disciplinas que estudam esse fenômeno, diferenciando-a inclusive de outros métodos para o estudo dos dialetos, como a elaboração de monografias e de obras lexicográficas. Outras disciplinas, embora também tratem dos condicionantes externos de mudança lingüística, focalizam o fenômeno sob outros pontos de vista que não o da espacialização das formas em dado território.

A Geografia lingüística define-se como um método da Dialectologia e, segundo Coseriu (1987, p. 79),

designa exclusivamente um método dialetológico e comparativo [...] que pressupõe o registro em mapas especiais de um número relativamente elevado de formas lingüísticas (fônicas, lexicais ou gramaticais) comprovadas mediante pesquisa direta e unitária numa rede de pontos de um determinado território, ou que, pelo menos, tem em conta a distribuição das formas no espaço geográfico correspondente à língua, às línguas, aos dialetos ou aos falares estudados.

A Geolingüística começou a definir-se a partir do estudo de Georg Wenker sobre grupos dialetais germânicos. Este, ao procurar definir fronteiras lingüísticas, conseguiu um resultado contrário ao que pretendia; no entanto, lançou as bases da nova disciplina:

Com efeito, ficou assente que não existem fronteiras dialectais e, por consequência, dialectos no sentido restrito do termo; mais exactamente: as isoglossas ^[11] que deveriam representar as fronteiras entre os dialectos corriam de um modo irregular e curioso e eram descontínuas. Muitas vezes nem sequer se podiam traçar as próprias linhas, pois quase todas as palavras tinham sua situação especial, diferente daquelas que, segundo se supunha, as deveriam acompanhar. (IORDAN, 1962, p. 200)

¹¹ Chama-se *isoglossa* a linha ideal que separa duas áreas dialetais que oferecem para um traço dado formas ou sistemas diferentes. A *isoglossa* (ou *linha de isoglossa*) é representada num mapa lingüístico por uma linha que separa os pontos em que se encontra um traço dado daqueles em que este não se encontra. [...] Um conjunto de isoglossas superpostas ou próximas é chamado *feixe de isoglossas* e marca limites ou fronteiras lingüísticas. (DUBOIS, 1997, p. 354)

Apesar de Wenker ter sido o precursor de trabalhos apoiados no método cartográfico para línguas, foi o franco-suíço Jules Gilliéron que tornou a Geografia Lingüística conhecida e respeitada, ao recolher dados e organizá-los no *Atlas Lingüístico da França* (ALF – 1901-192). Devido à sua cientificidade, seu trabalho transformou-se em modelo para a nova disciplina:

O nascimento da Geografia Lingüística como disciplina autônoma está associado à elaboração do Atlas Linguistique de la France (ALF) (1902-1910) de J. Gilliéron e E. Edmont, que, embora surja na seqüência de outros trabalhos desta natureza, é o primeiro atlas lingüístico a orientar-se pelos critérios mais rigorosos que esta disciplina veio a adotar. (FERREIRA, M. B. et al., 1996, p. 484)

Os atlas lingüísticos são, de acordo com Iordan (1962), uma idéia nascida da necessidade de comparar vários dialetos. A possibilidade de “abarcar com uma vista de olhos qualquer particularidade fonética ou morfológica em todos os dialectos em uma dada área” (IORDAN, 1962, p. 199) levou ao sucesso o método, que, desde Gilliéron até os dias de hoje, tem visto se transformar sua metodologia de recolha de dados e ampliarem-se os fatores dos quais se ocupa. Assim, a diatopia não é mais a única dimensão investigada, pois fatores sociais responsáveis pela variação lingüística vêm paulatinamente sendo incorporados aos atlas, com o objetivo de gerar métodos de estudo mais completos e que possam explicar mais amplamente o fenômeno da variação na linguagem.

Tomando por base as leituras relacionadas ao tema da tese, percebemos que os atlas têm sido classificados a partir de pontos de vista diversos: i) números de dimensões lingüísticas de que tratam, ii) tipo de área que analisam, iii) nível de informação que veiculam. Quanto ao primeiro tipo, podem ser denominados monodimensionais, bidimensionais ou pluridimensionais. Os monodimensionais, como se pode inferir da denominação, trabalham apenas com uma dimensão: a espacial. Os bidimensionais são aqueles que abrangem uma outra dimensão como o gênero dos informantes, a faixa etária ou a escolaridade, além da dimensão diatópica tradicional.

Os denominados mapas pluridimensionais respondem por várias dimensões de investigação lingüística e pela relação entre essas dimensões. Sua construção é orientada por uma metodologia especial, com a qual se pode dar conta da complexidade dos dados apresentados. Thun (1998, p. 701) apresenta os objetivos propostos pela dialetologia pluridimensional:

No cabe duda que debe existir uma disciplina que responde a perguntas como éstas: ¿Hasta qué estrato social se extiende um fenomeno lingüístico que hemos identificado dentro de uma área, o sea entre locutores del mismo estrato social? O, al revés: ¿Hasta donde llega, em el área, um fenomeno que hemos constatado em los distintos grupos sociales que viven em um lugar? Esta disciplina puede ser la geolingüística convertida em dialectología pluridimensional y relacional. Es su tarea extender al área ('arealizar' o 'diatopizar') cada uno de los parametros que distinguen la sociolingüística y otras ciencias de la lengua em el eje vertical y descubrir las relaciones que existen dentro de las áreas paramétricas y entre ellas.

Entre os oito atlas brasileiros já concluídos, temos situações de monodimensionalidade, *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais* (EALMG – 1977) e *Atlas Lingüístico da Paraíba* (ALPB – 1984), e de bidimensionalidade, *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (APFB – 1963), *Atlas Lingüístico de Sergipe* (ALS – 1987), *Atlas Lingüístico do Paraná* (ALPR – 1994) e *Atlas Lingüístico de Sergipe II* (ALS II – 2002).

O segundo tipo de classificação divide os atlas em regionais, nacionais, de grupo lingüístico e continentais, com base em Alinei (1994, p. 21 apud CARDOSO, [s.d.], p. 3). De acordo com Cardoso ([s.d.]), a perspectiva nacional foi a primeira a instaurar-se, seguindo-se a ela a perspectiva regional. Os primeiros atlas brasileiros, entretanto, são regionais, estando o atlas nacional, como já afirmado na introdução desta tese, em elaboração. O *Atlas Lingüístico Etnográfico da Região Sul* (ALERS) (KOCH; KLASSMANN; ALTENHOFEN, 2002) é o único a abarcar três Estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Quanto ao terceiro tipo de classificação, o Comitê Nacional do Projeto ALiB (1999) divide os atlas em três gerações, com base principalmente no nível de informação fornecido. Os de 1ª geração são apresentados como aqueles nos quais os estudos de interpretação ainda não aparecem:

a ênfase recai sobre a identificação da diversidade/similaridade espacial. Os dados sociolingüísticos esparsamente e, às vezes, difusamente, vêm mantidos sob controle e esporadicamente indicados em carta. Os estudos de interpretação não são ainda incluídos como matéria a figurar nos próprios atlas. (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 1999)

Os de 2ª geração são interpretativos. Trazem, além das cartas, “alguns tipos de análise” (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 1999). Está incluído nesta categoria o *Atlas Lingüístico de Sergipe II* (ALSE II – 2002), por exemplo. Atlas de 3ª

geração são aqueles “informatizados” e “falantes”, apresentando, no caso destes últimos, arquivos sonoros que permitem ao leitor ouvir a variedade registrada no local. É possível também apresentar as variantes utilizadas em determinada localidade diretamente na internet. No Brasil, foi assim construído o *Atlas Lingüístico Sonoro do Pará* (ALISPA – 2004).

Ainda segundo o Comitê Nacional do Projeto ALiB (1999), os primeiros cinco atlas brasileiros pertencem à primeira geração; no entanto, há dois grupos distintos pela metodologia adotada: o primeiro compõe-se do *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (APFB – 1963), do *Atlas Lingüístico de Sergipe* (ALS – 1987) e do *Atlas Lingüístico do Paraná* (ALPR – 1996), pois possuem notas com comentários dos informantes ou esclarecimentos do autor. O segundo grupo é composto do *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais* (EALMG – 1977) e do *Atlas Lingüístico da Paraíba* (ALPB – 1984), que não trazem notas.

Na época da divulgação do texto do Projeto Atlas Lingüístico do Brasil, de onde retiramos essas informações, ainda não estavam prontos o *Atlas Lingüístico Etnográfico da Região Sul* (ALERS – 2002) e o segundo volume do *Atlas Lingüístico de Sergipe* (ALS II – 2002). Este último é de 2ª geração, como já mencionado anteriormente, e o ALERS é um atlas de 1ª geração, uma vez que não traz interpretação das cartas. No entanto, a apresentação dos dados nas cartas é complementada pela inserção de gráfico e de tabelas informativas, o que facilita a leitura dos dados. Tal apresentação pôde ser feita porque o ALERS (2002) utilizou um programa de informática na sistematização dos dados.

Vê-se, portanto, que, além da passagem da monodimensionalidade inicial, na Dialetoлогия e Geolingüística tradicionais, para a pluridimensionalidade preconizada por Harald Thun, por exemplo, no *Atlas Lingüístico Diatópico e Diastrático do Uruguai* (ADDU – 2000), a Geolingüística avançou também na apresentação dos dados. Atualmente, os chamados atlas de terceira dimensão ou “parlants” já podem oferecer aos estudiosos a audição da resposta de um informante registrada na carta geodialetal. A validade e a utilidade desses recursos para apresentação dos dados passam, é claro, pela capacidade dos aparelhos eletrônicos. Quanto mais eficiente a gravação, melhor a audição das respostas e a discriminação dos fonemas.

Assim, desde a recolha dos dados até a cartografiação, a Geolingüística vem se beneficiando das inovações no campo da informática e da eletrônica: a criação de gravadores de menor tamanho pode, na maioria dos casos, facilitar a interação com o informante; a melhora na eficiência dos aparelhos otimiza a leitura e análise dos dados, principalmente no caso de estudos na área da fonética/fonologia, e o uso de programas de

cartografiação, como foi feito na elaboração do ALERS (2002), pode facilitar a comparação de dados e a própria construção do atlas.

É importante que se diga que não há necessariamente uma valoração maior ou menor para este ou aquele tipo de atlas e que, de fato, todos eles têm sua aplicação. Assim é que um atlas nacional serve a uma visão geral, de conjunto, enquanto um atlas regional permite a escavação de fatos específicos da área estudada. A decisão de elaborar um ou outro tipo passa pelo problema que a pesquisa se propõe resolver.

Com o passar do tempo, os dialectólogos foram despertados para um aspecto fundamental e de repercussões profundas na pesquisa dialetal: as malhas das redes nacionais de pontos, pela natureza da sua densidade, deixaram ao largo fatos lingüísticos relevantes, não incluindo pontos capazes de fornecer dados de substancial importância. Tal tomada de consciência fez-se caminhar no sentido da elaboração de atlas regionais [...] (CARDOSO, 2004, p. 3)

Assim, as modificações sofridas pela Geolingüística, principalmente aquelas relacionadas ao desenvolvimento da informática, servem à ampliação da capacidade descritiva da teoria, à medida que aumentam os métodos pelos quais se pode pesquisar, selecionar, apresentar e interpretar dados dialetais em grandes quantidades.

Apesar da importância dos atlas lingüísticos para o estudo dos dialetos e línguas ser amplamente conhecida, nunca é demais destacar, ainda que brevemente, sua utilidade para os lexicógrafos, por exemplo, conforme explica Silva Neto (1957), que podem aumentar suas bases de dados a partir das pesquisas dialetais, tanto do ponto de vista semasiológico quanto onomasiológico. Nesse caso, é preciso salientar o papel do inquiridor na obtenção de dados completos o suficiente para a posterior elaboração de obras de cunho lexicográfico. A resposta simples do informante precisa muitas vezes ser estendida com outras perguntas para que se possa, mais tarde, contar com dados precisos no estabelecimento da acepção.

Além disso, como já se viu, os atlas podem responder a questões sobre a história das línguas:

Dissemos, há pouco, que cada carta representa um instantâneo dialetal; ou, em suma, um corte lingüístico sincrônico. Mas o extraordinário, nos atlas lingüísticos, é que, para além do comparatismo sincrônico, êles nos proporcionam, ainda, a reconstituição de antigas fases. Quer dizer, a distribuição geográfica atual das palavras e das formas enseja-nos a 'situa-las cronologicamente, definir-lhes as relações e, em suma, reconstituir-lhes a gênese'. (SILVA NETO, 1957, p. 38)

Silva Neto (1957), ao mencionar a capacidade dos atlas de oferecer uma visão diacrônica dos fenômenos lingüísticos, a partir de vários cortes sincrônicos, ressalta a característica básica dos atlas: a possibilidade de observação dos fatos da língua numa perspectiva espacial, a grande vantagem da apresentação cartográfica, assertiva que é ratificada por Coseriu (1987, p. 92-93):

o atlas apresenta vantagens de clareza e evidência imediata dos fenômenos e garantias de unidade técnica, de homogeneidade do material, e de densidade de pontos estudados, que as simples investigações pontuais não podem reunir. E, sobretudo, não apresenta os fatos isoladamente, num único falar, mas no conjunto de falares nos quais se articula um dialeto ou uma língua, oferecendo para cada fenômeno uma visão espacial simultânea que permite importantes induções de ordem histórica, geral e comparativa.

Essa característica será o ponto principal do método de Giulio Bertoni e Matteo Bartoli, denominado de lingüística espacial, apresentado na próxima seção deste trabalho.

2.1 A LINGÜÍSTICA ESPACIAL OU NEOLINGÜÍSTICA

A lingüística espacial ou neolingüística, nascida de uma reação ao programa dos Neogramáticos, assim como a própria Geolingüística, pode ser considerada um método desta última.

Os lingüistas italianos Giulio Bertoni e Matteo Bartoli, muitos anos depois de Gilliéron, criaram um método de 'lingüística areal', por meio do qual eram capazes de classificar as áreas lingüísticas de uma língua ou de um grupo de línguas como representantes contemporâneos de estágios lingüísticos de desenvolvimento. Dividiram um território lingüístico em áreas isoladas, áreas laterais e áreas desaparecidas (isto é, áreas homogêneas que desapareceram deixando apenas umas poucas formas remanescentes) (CAMARA Jr, 1975, p. 103, grifo do autor)

Seu objetivo é determinar a origem dos dialetos ou línguas a partir da comparação entre as formas encontradas em áreas lingüísticas específicas ou, conforme

Coseriu (1987, p. 84), a Neolingüística procura “estabelecer a relação cronológica entre fatos lingüísticos partindo-se da sua distribuição espacial”. Mercer (1992, p. 42) observa:

Essas normas espaciais [...] se definiriam como meios para estabelecer a relação cronológica entre duas ou mais fases equivalentes quando faltam textos datáveis. Determinada a relação cronológica, poder-se-ia identificar os centros de irradiação e por aí as causas das inovações em termos de forças sociológicas que entraram em cena. Permitiriam, portanto, que se fizessem inferências de natureza histórica e comparativa a partir de indícios espaciais.

Para tanto, Bartoli ([s.d.], p.35-41) estabelece quatro normas, que influenciam umas às outras: i) norma da área menos exposta; ii) norma das áreas laterais; iii) norma da área de maior extensão; iv) norma da área posterior. O primeiro tipo de área tem precedência sobre a segunda e assim por diante. Por exemplo: se determinado item lexical ocorre em áreas laterais, eles serão considerados mais antigos do que os que ocorrem em áreas de maior extensão, por exemplo, desde que não sejam áreas do tipo menos expostas.

Coseriu (1987, p. 108) ainda acrescenta uma quinta regra “intrinsecamente histórica, a ‘norma da fase desaparecida’ (ou moribunda): se de duas fases uma submergiu, isto é, está morta ou moribunda, e a outra sobrevive, ‘a fase submersa é normalmente a fase anterior’.”

Por oposição, teríamos dados sempre mais recentes em áreas muito expostas a contatos; naquelas centrais em relação à difusão de um fenômeno; nas de menor extensão e naquelas em que a forma apareceu primeiro. A norma que parece ser mais incisiva é, sem dúvida, a primeira, pois se sobrepõe às outras.

É possível perceber que os critérios de definição das áreas não são homogêneos. A primeira define-se com base no nível de contato da comunidade¹² lingüística com outras populações; a segunda e a terceira, com base na geografia; a quarta, com base na história da língua/dialeto, incluindo aí a quinta norma. Esse fato traz para a Neolingüística, ainda que esse não seja seu foco, fatores outros além da diatopia.

Como se sabe, os resultados do contato lingüístico são frutos das relações de poder estabelecidas entre as comunidades. Esse poder pode ser de base cultural ou econômica, mas nasce do caráter social da linguagem, assim como a história de uma língua ou dialeto, por sua vez, está diretamente ligada à história dos seus usuários.

¹² Comunidade lingüística é definida por Elia (1989, p. 67) como “um agrupamento humano dotado de um código verbal comum, mas não necessariamente exclusivo, embora dominante, que se impõe a todos os falantes por meio de normas que funcionam como força de coesão e solidariedade social”.

No Paraná, temos exemplos de arcaicidade na fala rural documentados em áreas do tipo menos expostas, como Adrianópolis (ALTINO, 2001), município do nordeste paranaense, cujo acesso foi, durante muitos anos, restringido por estradas não-asfaltadas. O acesso à sede do município se fazia, de modo geral, por estradas paulistas, uma vez que Adrianópolis localiza-se à beira do Rio Ribeira, na divisa com o Estado de São Paulo.

A travessia do rio que divide este município de Ribeira, cidade limítrofe, foi feita, por muitos anos, por uma “pinguela”, denominação regional para “pau usado para atravessar rios pequenos”. Essa situação também dificultava o acesso ao município. Além disso, Adrianópolis enfrentou a perda de população quando viu fecharem-se as portas da indústria de chumbo que empregava boa parte dos habitantes do município.

A Lingüística Espacial, ao contrário da Geografia Lingüística, não trabalha com mapas. Utiliza, em vez deles, diagramas nos quais são distribuídas as formas lingüísticas estudadas. Coseriu (1987, p. 85) refere-se a essa característica da Neolingüística:

Ela, mormente se aplicada no campo da dialetologia e da gramática comparadas, prescinde normalmente dos mapas e se conforma com o conhecimento indireto ou documental da distribuição que – para maior clareza – pode eventualmente ser representada mediante simples esquemas.

As críticas à Neolingüística são abordadas pelo próprio Bartoli ([s.d.], p. 45-46) no final do artigo em que as normas são expostas. Segundo seu autor, os críticos afirmavam que as normas não eram novidade, que serviriam apenas para a pesquisa lingüística no nível lexical, apenas para a pesquisa dialetal ou ainda serviam apenas para línguas neolatinas. Por outro lado, a leitura do texto de Bartoli ([s.d.]) não sugere explicitamente o estabelecimento dessas normas como leis rígidas, o autor inclusive apresenta fatos contrários à sua aplicação, mas Coseriu (1987) lembra que esses mesmos fatos reiteram sempre a predominância da aplicação das normas.

Este capítulo tomou como objetivo apresentar algumas questões referentes à base teórica da tese e discutir aquelas relacionadas à terminologia lexicológica, ao estabelecimento da noção de ruralidade com que trabalhamos, e à perspectiva de fala rural com que trabalha o ALPR (AGUILERA, 1990/1994), uma vez que são fundamentais para estabelecer os parâmetros a partir dos quais os dados observados nas cartas geolingüísticas selecionadas. Na próxima seção, passaremos a tratar da história do Paraná e discutir o papel de grupos étnicos e “profissionais” na formação da sociedade paranaense.

CAPÍTULO 2 – PANORAMA HISTÓRICO E LINGÜÍSTICO DO ESTADO DO PARANÁ

1 “SOB O SIGNO DO MOVIMENTO”:¹³ A FORMAÇÃO DO PARANÁ

Ao iniciar um capítulo sobre a história do Paraná, nada mais interessante do que retomar o relato – várias vezes traduzido para o português e publicado tanto em edições para acadêmicos quanto em adaptações para crianças – do alemão Hans Staden, que, narrando sua segunda viagem ao Brasil, em 1549 (ou 1550, conforme correção de Cardoso e Westphalen (1986), no seu *Atlas Histórico do Paraná*), conta o modo pelo qual, devido a uma tempestade, veio dar em um porto, onde ele e seus companheiros foram abordados por indígenas, primeiramente, e, mais tarde, também por dois portugueses.

O porto no qual estávamos chamava-se Superagüi e estava a cerca de treze milhas da ilha de São Vicente, que pertencia ao rei de Portugal. É lá que eles moravam, e as pessoas que vimos no pequeno navio fugiram porque nos tomaram por franceses. Perguntamos então a que distância ficava a ilha de Santa Catarina, para onde queríamos ir. Eles responderam que poderia ser trinta milhas ao sul. Lá vivia uma tribo de selvagens chamados Carijós, com os quais deveríamos ter muito cuidado. Os nativos na região de Superagüi, os Tupiniquins, no entanto, eram amigos, e deles nada tínhamos a temer. (STADEN, 1999, p. 44)

O relato de Hans Staden, considerado o primeiro sobre a localidade que, nessa época, ainda fazia parte da Capitania de São Vicente, atual Estado de São Paulo, revela que, em 1549, o litoral do atual Paraná era já, se não habitado,¹⁴ ao menos conhecido, não só, como seria natural, por nativos, mas também por portugueses.

O caminho para chegar à região, de acordo com Maack (2002), saía de Cananéia (no atual litoral paulista), onde os portugueses haviam se radicado, “estes puderam

¹³ Expressão usada por Wilson Martins (1991), para o Brasil, mas que retrata a característica de movimentação dos índios, portugueses, brasileiros de diversas origens e estrangeiros que ajudaram a formar o Estado.

¹⁴ Apenas para situar o leitor, acrescento que, segundo Cardoso e Westphalen (1986, p. 26) – em referência aos anos entre 1555 e 1560 como os de “estabelecimento dos primeiros moradores do litoral” – não haveria evidência documental suficiente para que se recue tão longe o povoamento português no Paraná”. Como não é matéria necessária ao desenvolvimento da tese nem há consenso entre os historiadores, não nos deteremos nela no momento.

atingir em canoas, a oeste da ilha do Cardoso, canais de comunicação (varadouro velho) que conduziam ao canal de Superagüi” (MAACK, 2002, p. 62).

Quase um século após Hans Staden ter alcançado a baía de Paranaguá, a colonização do Estado tomou fôlego mesmo a partir do litoral, segundo Cardoso e Westphalen (1986), em três ondas sucessivas que se diferenciam basicamente pela data de povoamento e pela região atingida. Esses movimentos determinaram o que os autores denominam “Paraná Tradicional” e “Paraná Moderno”.

O Paraná Tradicional, que teve seu povoamento iniciado no século XVII, com a extração do ouro, firmado no séc. XVIII, com base na pecuária, e estendido até o século XIX, com o predomínio de atividades extrativas, comércio de mate e de madeira,

engloba o litoral e os três planaltos, sendo o Paraná do pinhão, do chimarrão, dos pinheirais e dos ervais. O seu território, além de abranger o litoral e os três planaltos, até 1916 abrangia o ‘Sertão de Curitiba’, hoje Planalto Oeste Catarinense, cujos falares apresentam as mesmas características do Paraná Tradicional. (FILIPAK, 2002, p. 16).

O Paraná moderno divide-se em duas regiões:

- do Norte, cujo povoamento é fruto da intensa atividade cafeeira que ocupou quase todo o século no norte do Paraná, região ocupada por imigrantes europeus e pela migração de paulistas e mineiros para o Estado;
- do Sudoeste e Oeste, que foram povoadas por migrantes gaúchos e catarinenses, cujas principais ocupações eram o plantio de cereais e a criação de suínos.

Como se pode perceber, essas etapas na colonização estiveram associadas a grupos diversos, tendo proporcionado também, como não poderia deixar de ser, características diversas às regiões paranaenses. Wachowicz (1972) chama a atenção para a diversidade paranaense, que é por isso considerado o maior “laboratório étnico” do Brasil.

Antes que passemos a discorrer sobre fatos da história paranaense, é importante informar o leitor sobre a geografia da região, uma vez que a ela nos referiremos várias vezes no texto. O Estado é formado por três planaltos. O primeiro é chamado Planalto Cristalino Atlântico, mas também denominado curitibano, de Curitiba ou primeiro planalto; o segundo, dos Campos Gerais, também é conhecido como Planalto de Ponta Grossa; e o

terceiro, denomina-se de Guarapuava, podendo receber mais duas denominações: Palmas e Campo Erê.

Martins (1989) ainda amplia esse panorama geográfico com a inclusão de mais duas áreas, o litoral e a Serra do Mar, denominando a todas de “cinco paisagens naturais”, com base em estudo do já citado Reinhard Maack, de 1947. Segundo Martins (1989, p. 8), é essa paisagem que vai determinar, “por assim dizer, a civilização paranaense”, posto que é a partir da interação com os elementos nela encontrados que os colonos puderam se estabelecer e construir sua história.

É também importante estabelecer claramente a relação da teoria dos três paranás, anteriormente mencionada, com os três planaltos: embora o povoamento inicial tenha abarcado todos os três, não tomou inteiramente o terceiro, cuja completa ocupação deu-se apenas no século XX. Portanto, o Paraná moderno ocupa aproximadamente as regiões noroeste e sudoeste do terceiro planalto, o que pode ser conferido no primeiro mapa apresentado neste capítulo.

1.1 OS PRIMEIROS VIAJANTES

Para os portugueses, a linha demarcatória do Tratado de Tordesilhas cortava a região sul em Laguna, Capitania de Santo Amaro, atual Estado de Santa Catarina. Para os espanhóis, o território português ia somente até Iguape, Capitania de São Vicente, atual Estado de São Paulo (MAACK, 2002). Por isso, em face “da insegurança relativamente à linha demarcatória, a qual, com os recursos existentes no século XVI, só muito dificilmente podia ser estabelecida com exatidão” (MAACK, 2002, p. 61), os portugueses “penetraram no interior com muita hesitação, tendo-se contentado, a princípio, com povoamento ao longo da costa”, permanecendo, no início, “como proprietários de fato da baía de Paranaguá” (MAACK, 2002, p. 61).

Os espanhóis, partindo do atual Estado de Santa Catarina, chegaram mais cedo ao interior do território. D. Álvaro Nuñez Cabeza de Vacca, para assumir o governo do Paraguai, fez a primeira travessia do atual Estado do Paraná, de leste (São Francisco do Sul-SC) para oeste (Assunción), durante os anos de 1541-1542. Maack (2002) informa que a primeira travessia de oeste (Assunción) para leste (Porto de São Vicente-Santos), foi feita em

1542, por Ulrich Schmidel, cujo relato é de extrema importância, já que aponta as primeiras particularidades do interior de Santa Catarina e do Paraná.

Sobre os caminhos do Peabiru, citado por Cardoso e Westphalen (1986), é importante reafirmar o fato de que eles serviram aos viajantes que cruzaram a região, constituindo-se em importante rota de colonização. Essa importância tem sido reiterada por estudiosos. Westphalen (1957, p. 53), classificando o Paraná como “zona de trânsito”, em virtude de seu povoamento e desenvolvimento terem se dado em torno de caminhos, afirma:

se observarmos os caminhos atuais, por exemplo, a linha seguida pelos trilhos da estrada de ferro Paraná-Santa Catarina, em terras paranaenses, notaremos que com fidelidade eles seguem os roteiros apontados secularmente. O Paraná é tipicamente zona de trânsito, **surgiu da encruzilhada do Peabiru**, desenvolveu-se pelo trotar constante na estrada de Laguna, e hoje ele se afirma seguindo os seus caminhos, notadamente aquele da estrada do café. (grifo nosso)

A expressão “surgir da encruzilhada do Peabiru”, trecho grifado na citação de Westphalen (1957, p. 53), remete à presença constante desse caminho e de seus ramais nos relatos de avanço dos paulistas e espanhóis no território hoje paranaense. Embora a história do Caminho seja ainda um assunto complexo e polêmico, existindo “poucas afirmações categóricas sobre o tema” (BOND, 1996, p. 2), fica fácil perceber, nos textos sobre ele, a importância do indígena para qualquer um que necessitasse entrar nos sertões da época.

1.2 UM POVOAMENTO ESPANHOL

Para Wachowicz (1972, p. 12),

a grande obra civilizadora realizada pelos espanhóis em território hoje paranaense, (sic) teve início na segunda metade do século XVI, quando o governador do Paraguai, Irala, resolveu fundar vilas em território hoje paranaense.

Assim, em 1554, Diego de Vergara funda, às margens do rio Paraná, Ontiveros, transferida em 1557, por Rui Dias Melgarejo, para a foz do rio Piquiri, passando a

chamar-se Ciudad Real del Guayrá, enquanto Villa Rica del Espíritu Santu, na confluência dos rios Corumbataí e Ivaí, é fundada em 1576, pelo mesmo capitão: “a nova povoação que contava, inicialmente, com 60 homens brancos, dominava a região com cerca de quarenta mil índios, o que lhe indicava um rico futuro pela farta mão-de-obra disponível” (CARDOSO; WESTPHALEN, 1986, p. 28). De acordo com esses autores, Villa Rica guardava os caminhos do Peabiru contra os portugueses.

No entanto, a facilidade era apenas superficial, pois os espanhóis encontraram nessas vilas forte resistência dos índios, já que estes não se adaptaram ao sistema castelhano de *encomiendas*, que os colocava a serviço de um indivíduo (*adelantado*) encarregado de conquistar suas terras.

Segundo as determinações da coroa espanhola, a população indígena deveria ser catequizada, defendida contra os inimigos e iniciada num ofício pelos adelantados. Em troca disto, os índios pagariam uma taxa, ou prestariam serviços. Chamava-se ‘encomiendas’ a esse sistema o qual logo degenerou, devido à cobiça dos espanhóis, passando o índio à condição de escravo. (WACHOWICZ, 1972, p. 13)

Entram em cena, então, os jesuítas, aos quais foram confiadas a pacificação e conversão indígenas. A região de Guaíra sediou a primeira “redução”,¹⁵ sistema de catequização indígena que ocupou parte do centro e do oeste paranaenses. Nesses centros, viviam jesuítas e índios, cuja organização hierárquica tribal continuava a ser mantida, pois os primeiros “adaptaram os cargos administrativos usuais das vilas espanholas, aos chefes dos índios aldeados.” (WACHOWICZ, 1972, p. 15). Por esse motivo, as reduções receberam cada vez mais índios, levando *Villa Rica* à decadência, já que esta perdia grande parte dos índios escravos que trabalhavam em suas plantações.

Assim no ocidente paranaense, distante das ambições portuguesas de conquista, com vínculos cada vez mais enfraquecidos com o domínio espanhol e hostilizadas por ambas as nacionalidades em função de seu trabalho na transformação do índio, escravo potencial, em “cristão e homem livre”, as missões jesuíticas se multiplicavam, imprimiam gramáticas em guarani e idealizavam uma república independente. (FERREIRA, J.C., 1996, p. 9)

¹⁵ De acordo com João Carlos Vicente Ferreira (1996, p. 16), “para os jesuítas, ‘redução’ quis significar reduto, defesa à intromissão dos perseguidores, quer fossem espanhóis – que repartiam entre si os resultados da permanente caça, para que de escravos servissem –, quer fossem paulistas que, muitas vezes, caçavam pelo caçar.”

Situadas entre os principais rios da região, as reduções foram destruídas pelas bandeiras paulistas, interessadas no apresamento dos indígenas, a eles “necessários” devido ao pequeno número de escravos negros na região, servindo a propósitos de enriquecimento e também territoriais de portugueses e, algumas vezes, dos espanhóis, de acordo com Maack (2002).

A presença dos jesuítas no território começou em 1610, quando foi estabelecida a redução de Santo Inácio Mini, no atual município de Jaguapitã. A última redução estabeleceu-se em 1628. Os índios que restaram e os jesuítas seguiram para o território do atual estado do Rio Grande do Sul, dando origem, após algumas décadas, aos aldeamentos formadores dos Sete Povos das Missões, mas lá continuaram a ser atacados até a expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759.

Porém, se a destruição da obra dos jesuítas deteve a marcha espanhola rumo ao Atlântico, concluindo-se assim, segundo Maack (2002, p. 73), “o primeiro período de descobrimento no Estado do Paraná”, também deixou em abandono a região por mais de um século. Para esse autor,

Pelas viagens de Cabeza de Vaca, Sanabria e U. Schmidel, assim como pelas expedições militares espanholas sob os comandos de Domingos Martinez de Irala, Rodrigues de Vergara, Riquelnu, Ruy Dias de Melgarejo e pelos Jesuítas, foi feito o reconhecimento de quase todas as grandes regiões fluviais do norte e oeste do Paraná: do rio Paraná, dos rios Paranapanema e Tibagi, dos rios Ivaí, Corumbataí e dos rios Piquiri e Iguçu. Mas, muito daquilo que os espanhóis haviam reconhecido novamente caiu no olvido durante o século seguinte. Apenas 140 anos após a destruição de Vila Rica, as suas ruínas puderam ser localizadas por uma patrulha militar luso-brasileira. (MAACK, 2002, p. 73)

Enquanto se desdobravam esses fatos no centro e no oeste paranaenses, no litoral, nos últimos quarenta anos do século XVI, os primeiros aventureiros iniciavam a busca pelo ouro. No entanto, somente “**após** a destruição dos estabelecimentos espanhóis no Guairá”, a ocupação do litoral pelos portugueses passou a ser incisiva (NADALIN, 2001, p.42, grifo do autor).

1.3 O POVOAMENTO PORTUGUÊS

Em artigo sobre a mineração no Paraná, Liccardo, Sobanski e Chodur (2004, p. 42) assinalam o fato de que se “não se pode precisar o ano em que se iniciou o povoamento efetivo do litoral sul e do planalto correspondente”, porém a busca pelo ouro foi certamente sua motivação, pois muito antes de iniciar-se o Ciclo do Ouro, no Brasil, já havia notícias desse metal na região.

Esse povoamento inicia-se ainda no começo do século XVII por portugueses e brasileiros vindos da região sul do atual Estado de São Paulo e até do Rio de Janeiro.

o primeiro ciclo bandeirante que se fez sentir no Paraná foi o da caça ao índio, no final do século XVI. [...] Todavia, a procura dos metais preciosos, fruto da ação conjunta das bandeiras, das ações individuais dos garimpeiros e da Capitania do Rio de Janeiro, esteve sempre presente e, do ponto de vista do povoamento, foi preponderante. (NADALIN, 2001, p. 41)

Com base em Martius e Ribeiro,¹⁶ Nadalin (2001, p. 37) oferece um painel histórico-geográfico interessante ao estabelecer as áreas em que os primeiros acontecimentos povoadores ocorreram concomitantemente no Brasil. Dentre as cinco seguintes: Pernambuco, Bahia, Maranhão ou Pará, São Paulo e Rio de Janeiro, são as duas últimas as que mais estreitamente se relacionam com a história paranaense. De São Paulo vieram os bandeirantes, principalmente de São Vicente, e do Rio de Janeiro vieram as iniciativas oficiais, uma vez que este era o centro executivo da época.

São Paulo foi também o “ponto de partida e de chegada” enquanto houve índios para carregar o peso das cargas. Com o número de índios diminuído, é Nadalin (2001, p.40) ainda quem esclarece que “a distância entre Paranaguá a São Paulo e São Vicente” tornava-se “incômoda”, por isso, durante a passagem do século XVI para XVII foram surgindo arraiais na região, com o objetivo de dar descanso aos viajantes.

O povoamento do litoral foi se dando com base na presença de bandeirantes que buscavam os índios da região, ou “mais ao sul”, e o ouro de lavagem. Outros indivíduos vinham de Iguape para aventurar-se na busca do ouro desde a década de 70 do século XVI.

¹⁶ Conforme referência do autor: 1) MARTIUS, Carlos Frederico. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista do IHGB**, v. 1, n. 10, p. 149-157, 1841. 2) RIBEIRO, João. **História do Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.

Essa insistente atividade na região levou as autoridades no Rio de Janeiro, na segunda metade do século XVII, a estabelecer postos de coleta e fiscalização na região (NADALIN, 2001, p. 38-40).

A sociedade formada pela mineração manteve-se com a agricultura de subsistência e, de acordo com João Carlos Ferreira (1996, p. 30), caracterizava-se como semifeudal. Seus “patriarcas são os primeiros nomes históricos do Paraná, associados à fundação de Curitiba e à administração da região nas décadas seguintes, tais como Mateus Martins Leme e Balthazar Carrasco dos Reis”. Balhana (1991) lembra que das vinte e sete famílias-tronco da Comarca de Paranaguá, nos séculos XVII e XVIII, dezesseis eram provenientes diretamente de Portugal e suas ilhas, oito vieram de São Paulo, uma de origem espanhola, uma de Santa Catarina e uma de origem desconhecida. Ainda, estas últimas tinham descendência portuguesa. No total, segundo essa historiadora, das quarenta e três famílias-tronco do Paraná, 60,6 % eram oriundas de Portugal e Ilhas, enquanto apenas 23,6 % de São Paulo.

Mesmo tendo durado relativamente pouco tempo, pode-se indicar como principais conseqüências da atividade de mineração no litoral paranaense: o povoamento da região; a fundação de Paranaguá; o desbravamento do primeiro planalto; a abertura de caminhos entre este e o litoral. Além disso, é com base na atividade de mineração que surge Curitiba, atual capital do Estado. “Povoada por paulistanos e sorocabanos” (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 17), tornou-se o centro de onde saíam os povoadores, como afirma João Carlos Ferreira (1996, p. 43).

em contato com o litoral e os Campos Gerais, centro urbano de uma zona criadora não menos importante que estes, embora pequena, Curitiba jamais viu diminuir sua preponderância no planalto. Primeiro centro administrativo criado acima da serra, ela foi, naquele tempo, um foco de propagação de povoadores.

Também Pereira (1997, p. 25) aponta sua importância estratégica:

depois de São Paulo, num planalto abaixo ao dos Campos Gerais, a situação de Curitiba, futura capital da Província e Estado do Paraná, vinha proporcionar-lhe uma situação parecida com a de São Paulo – um segundo ponto de apoio para as conquistas sulistas, com uma comunicação suplementar das regiões de aquém Serra do Mar com um porto marítimo.

O novo centro minerador, Minas Gerais, descoberto no início do século XVII, necessitava de víveres, uma vez que seus habitantes não se dedicavam à pecuária nem à agricultura. Por isso, iniciou-se o abastecimento dessas populações com bovinos vindos do nordeste brasileiro e, depois, do Rio Grande do Sul, via “Estrada da Mata”, como era denominado o caminho que ligava Viamão (RS) à feira de Sorocaba em São Paulo, de onde se despachavam os muares e bovinos para Minas Gerais.

O abastecimento para as minas era feito a partir de São Paulo, sendo tudo transportado nas costas de escravos índios e negros. Os negócios cresciam, mas os problemas também aumentavam. A viagem [...] era desumana. Como os paulistas já conheciam o caminho para o Sul, de lá poderia vir a solução. Então, a opção foi substituir a mão de obra escrava pelas tropas de mulas. [...] Logo, dentre os caminhos que saíam do Rio Grande do Sul, utilizados pelos tocadores de animais, o mais importante era a ‘rota do luar’, que vinha de Viamão até Sorocaba. (DOMINGUES, 1999, p. 171-172)

A partir dos anos trinta do século XVIII, na beira dessa estrada, comerciantes se estabeleceram para assistir o tropeiro, e povoados foram nascendo a partir da realização de um ativo comércio entre as vilas do interior paulista e gaúcho. O território paranaense beneficiou-se com o intenso movimento na estrada, que ajudou a desenvolver a região. Muitas cidades, hoje grandes, foram fundadas em sua borda, como “Jaguariaíva, Castro, Ponta Grossa, Palmeira e Lapa” (MARTINS, 1995, p. 266).

A excelência dos campos encontrados no planalto curitibano, que foram denominados ‘gerais’ pela sua enormidade, [...] despertou desde logo a atenção dos criadores e se pontilhou de ‘currais’. Diz o ouvidor Rafael Pires Pardini em carta a ‘el-rei’ que a povoação de Curitiba se originou na subida de alguns moradores de Paranaguá para os campos daquela denominação, mais ou menos no ano de 1640. (MARTINS, 1995, p. 268)

De acordo com Romário Martins (1995, p. 270), não havia ainda, durante o século XVII, necessidade de aumentar significativamente a criação desses animais, já que “Curitiba, seu único centro de população, era insignificante e isolado das demais vilas paulistas por imensuráveis distâncias.” No século XVIII, a situação ainda não havia se modificado, pois Wachowicz (1988, p. 72) faz a seguinte afirmação sobre a população da cidade: “os habitantes do planalto contentavam-se, como afirma Lourenço Ribeiro de Andrade, a andarem com pouca roupa, por falta de meios e viviam ‘quase como o gentio, com que se misturavam’.” Trindade e Andrezza (2001, p. 20) afirmam que, em toda a região,

Curitiba, São José dos Pinhais, Lapa, Castro e Paranaguá, as pessoas eram pobres e “viviam com muita simplicidade. Em suas roças, a exemplo dos índios, o caipira plantava mandioca, milho, feijão e no litoral, pela boa adaptação da cana-de-açúcar, havia diversos engenhos-de-cana.”

Apenas com a abertura do Caminho de Viamão, em 1731, e com a possibilidade de negócios com o extremo sul brasileiro é que o comércio e a criação de gado tomaram impulso, tirando Curitiba da pobreza em que vivia, tornando-se atividades rendosas, também com grande influência no povoamento da região, “muito maior certamente que a mineração do ouro, que não fixava populações senão muito excepcionalmente como são os casos de Paranaguá no litoral e Curitiba e São José dos Pinhais no Planalto” (MARTINS, 1995, p. 270).

Nadalin (2001, p. 40) corrobora o que afirma Romário Martins (1995): “a atividade da garimpagem, de poucos lucros, penosa e desgastante, requeria a mobilidade do faisgador, sempre atrás de novas áreas a serem pesquisadas.” Assim sendo, sua fixação era realmente difícil.

Relatando a aventura dos primeiros ocupantes do litoral paranaense, do planalto de Curitiba e a continuação das atividades pecuárias nos segundo planalto, Martins (1995, p. 266) chama a atenção para o modo como se deu o processo de subida do litoral para o primeiro planalto:

Escasseados novos descobrimentos e as produções das minas, os grupos advindos passaram a explorar o pastoreio e esse novo gênero de vida foi exigindo esforços sedentários, fixados em torno dos ‘currais’ da criação e foram surgindo os sítios e nas zonas deles os arraiais estáveis, nebulosas de aldeias, vilas e cidades. Ao surto de novos descobrimentos de ouro noutras regiões do país, nas Minas Gerais, principalmente, a criação se desenvolveu, e aos Campos de Curitiba, vinham os aventureiros da vila de Santa Ana do Parnaíba, centro de compra e venda de ouro e de formação de bandeiras descobridoras, buscar o gado preciso para as suas entradas e permanência nos sertões de Sabará e Ouro Preto. [...] Sem se descuidarem dos trabalhos das minas, para os quais dispunham de índios ‘administrados’ [...] os homens de Mateus Leme foram se fazendo criadores de gado e as populações que os sucederam não tiveram, no planalto de Curitiba e nos Campos Gerais, até o século de 800, mais rendoso meio de vida. Aos poucos as atividades dedicadas à criação pastoril foram se transferindo para os Campos Gerais, ao longo do caminho de São Paulo aos campos da Vacaria, no Rio Grande do Sul.

A partir de então, o Paraná passou a contar com uma população fixa e uma não-fixa, que era servida pelo primeiro grupo.

1.4 A SOCIEDADE PARANAENSE

Para estabelecer com alguma segurança o ambiente da região, hoje paranaense, desde o século XVI, em vez de determinar fatos marcantes da história paranaense, propomos a consideração dos grupos mais representativos dessa sociedade, ainda que tal generalidade possa implicar alguma perda dos matizes peculiares a concentrações populacionais mais específicas. Assim, consideraremos uma sociedade, até aqui baseando-nos em conhecimento já divulgado, formada tanto por elementos comuns ao território brasileiro, como indígenas e africanos, normalmente no papel de escravos, bem como por aqueles relativos à sociedade sulista: paulistas e “paranaenses” no papel de mineradores, bandeirantes, tropeiros e, depois, fazendeiros; além deles, é importante também verificar o papel dos imigrantes e migrantes.

O que se tentará fazer é determinar, da maneira mais detalhada possível, o modo de vida de cada grupo a partir de fontes que têm sido bastante utilizadas nos mais variados estudos sobre o Estado, sendo seus autores paranistas, viajantes e estudiosos do Paraná, bem como historiadores e sociólogos nacional e internacionalmente reconhecidos. Seguiremos a ordem cronológica da presença dos grupos na região. A principal intenção é carrear dados para a análise posterior das cartas do ALPR (AGUILERA, 1990/1994).

1.5 OS “ADMINISTRADOS” E ESCRAVOS NO PARANÁ TRADICIONAL

Sobre os índios, a questão mais importante a verificar é que, em parte por causa da própria situação de povoamento, em parte por terem se tornado “administrados” dos primeiros habitantes, estes conviveram estreitamente com os novos habitantes da região.

Para João Carlos Ferreira (1996), a relação entre índio e colonizador tornou-se de exploração quando o indígena transformou-se em empecilho para a ampliação dos domínios do conquistador português. Os índios passaram a ser vistos, então, como mão-de-obra gratuita, além de possuírem as terras das quais os colonos precisavam para aumentar suas lavouras.

A frente de expansão paulista que se dirigiu inicialmente para o litoral paranaense e a seguir para o planalto curitibano, utilizava como cativos, respectivamente, os guaranis, conhecidos como Carijós que predominavam no litoral e os Caingangues (ou coroados) do interior. (HELM, 1977, p. 268)

No território do atual Estado em estudo, havia tribos diversas, que começaram a rarear a partir do litoral, no século XVII. De acordo com João Carlos Ferreira (1996, p. 10), havia vinte e sete grupos dos Tupi, entre eles os “Guaranis¹⁷ (sertão entre o Paranapanema e Iguaçu)” e os “Carijós (litoral)”. Há, ainda, na compilação do mesmo autor, onze grupos representantes dos Cren (FERREIRA, J.C., 1996, p. 11), entre eles os Caingangues. Da nação Jê, havia a tribo dos Botocudo, “nas florestas e serras entre o Iguaçu e o Uruguai”, segundo Romário Martins, citado por João Carlos Ferreira (1996, p. 12). Em uma reportagem especial, *Povos indígenas no Brasil* (SILVA, C., 1999), a ONG Instituto Socioambiental¹⁸ afirma que apenas três povos ainda habitam atualmente o território paranaense: i) Guarani Ñandeva (Avakatueté, Chiripá) e M’byá; ii) Xetá¹⁹ e iii) Kaingang. Os dois primeiros falantes de línguas da família Tupi-Guarani e o terceiro da família lingüística Jê.

Das leituras foi possível recolher indícios consistentes sobre como viviam, como eram tratados pelos colonizadores e sobre as relações intertribais. O índio era escravo, inclusive mulheres e crianças, ainda que em uma situação ambígua. A liberdade era um direito assegurado por lei, mas não respeitado pela população. Em 20 de janeiro de 1721, o Ouvidor Geral Raphael Pires Pardiniho deixa indícios da situação indígena, registrada no livro de provimentos da Vila de Curitiba:

Proveo que os juízes não mandem avaliar os carijós e seus descendentes, que forem da administração dos defuntos, como por repetidas leys se tem declarado pois sendo estes por ellas libertos não admittem vallor e nem estimação e do contrario se seguem grandes prejuízos aos coherdeiros porque á huns **se dão as peças escravos que tem valor e estimação e a outros se dão os carijós que o não tem.** (NEGRÃO, 1906, p. 39) (grifo nosso)

¹⁷ Embora estejamos cientes da convenção que regula a escrita dos nomes indígenas, decidimos manter a grafia e morfossintaxe do autor quando os dados forem retirados diretamente do seu texto.

¹⁸ Instituto Socioambiental. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pib/epi/xeta/nome.shtml>>. Acesso em: 28 mar. 2006.

¹⁹ “Xetá, Héta, Chetá, Setá, Ssetá, Aré, Yvaparé e até Botocudo são as denominações pelas quais os Xetá podem ser identificados na literatura, relatos de viajantes e fontes documentais que tratam da presença de povos indígenas no espaço que hoje constitui o Estado do Paraná.” (SILVA, Carmem Lúcia da. Xetá. Nome, língua e território tradicional. In.: *Povos indígenas no Brasil*. Instituto Socioambiental. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pib/epi/xeta/nome.shtml>>. Acesso em: 28 mar. 2006.)

Trindade e Andrezza (2001, p. 15), ao discutirem a situação dos indígenas na região, afirmam que a criação da categoria “administrado” tornou legal “a prática de escravizar os indígenas”.

Recomendava-se, porém, que tais administrados fossem catequizados, batizados e instruídos por religiosos ‘de zelo exemplar e de luzes’ que deveriam também ‘vigiar que com eles não se pratique violência alguma senão aquela que for necessária para repelir sua natural rudeza e barbaridade’. (BAMC, v. VII ^[20]) Como os colonizadores eram todos cristãos, o pretexto da evangelização equivalia administrado a escravizado. (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p.15).

Como escravos ocupavam-se do trabalho artesanal, de atividades domésticas e campeiras, como deixa claro João Carlos Ferreira (1996, p. 25): os índios serviam “na preação, mineração, ou em atividades voltadas para a pecuária, agricultura ou extração da erva mate.”

Embora tenham sido dizimados ou aculturados, no início do século XIX ainda os havia para serem inimigos, inclusive entre as tribos, como cita Saint-Hilaire (1964), ao narrar seu contato com índios Coroados quando pousava nas vilas e fazendas paranaenses de 1820. Sobre esses índios, Saint-Hilaire (1964, p. 61-62) ainda afirma:

No seu estado selvagem, são eles superiores em inteligência, indústria e providência a muitos outros povos indígenas, e talvez até em beleza. Dada essa circunstância, dever-se-ia pôr todo o empenho em aproximá-los dos homens da nossa raça e, após encorajar os casamentos mistos entre eles e os paulistas pobres, os quais não poderão envergonhar-se do sangue indígena, uma vez que há longos anos ele corre em suas veias. Devo dizer, porém, que é mais fácil matar e reduzir os Coroados à escravidão, do que despendar tais esforços em seu favor.

João Carlos Ferreira (1996, p. 20) nos dá a exata dimensão da situação indígena nos três séculos de colonização quando relata que

por volta de 1814, os massacres e a escravidão ameaçavam os índios com idêntico rigor. Depoimento do presidente da Província de São Paulo, na época, transcrito pela revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, constitui importante testemunho: ‘Os habitantes de Itapeva, Castro e Apiaí,

²⁰ O grifo na citação indicam a utilização de um documento, provavelmente uma fonte manuscrita ou documento coevo. Diz-se provavelmente porque não foi possível estabelecer a correspondência autor-data na listagem desses documentos fornecida pelas autoras. A referência mais próxima é “BAPMC = Boletim do Arquivo Público Municipal de Curitiba. Curitiba: Livraria Mundial, 1924.”

costumam fazer todos os anos uma caçada sobre eles, e matando e ferindo e afugentando-os, apanham os que podem, os quais são logo reduzidos à escravidão mais abjeta; e, o que é ainda pior, vendidos, com o ultraje da humanidade em praça pública de leilão, sempre, debaixo do pretexto de que o objeto de venda é o serviço e não a pessoa'. (grifo nosso)

Outro indício de que a relação indígena/colonizador, na região do atual Estado do Paraná, assim como no restante do país, não foi mesmo tranqüila, nos dá o documento 271-272, do acervo do Projeto *Paraná: Estudos Diacrônicos e Sincrônicos – PEDES*,²¹ que descortina a situação na Vila de Castro, em 7 de abril de 1801:²²

A respeitavel presença de Va Exs sobem o Juiz Presidente e mais officiais dessa nova da villa de Castro q. os povos moradores da fronteira lhe representam o vexame em q. actualmente seve com brabo Gentio q. desde o confim de Lages the o deste distritto, e tam determinado matando, queimando, roubando, fazendo [...]. os moradores de medo do seus emsultos, e principalmente o anno proximo passado em q. matarão quatro escravos do Capam Francisco Luiz de Oliveira, queimando as Casas, e logo em huma fazenda do Tenente Coronel Manoel Gonçalves Guimarães, a pouco espaço embadindo a fazenda do Barão e roubando [...] o Cap o o qual da mesma Fazenda, queimando campo, eameasando com perigo aos moradores da fronteira q. confina com os incultos certoens, fazendo continuos fogos, deq' sempre a perigo, pondo aos moradores em consternação [...] podessem plantar, por costumarem fazer ciladas vem nas rosas, pelo q. suplicamos a Va Exa pa q. mande as suas ordens ao Capam Mor desta villa, pa q' com força de gente faça [...] este emnimigo fazendo entrada por embitiba athe chegarem aos alojamentos, fazendo os retirar pa mais lonje de sorte que posão viver os lliais vaçalos de Sua Alteza Real, livres do perigo, Contribuindo os moradores com polvora, e xumbo, e mantimentos persizos conforme a regular multa q' se fizer pa a espedição; temos representado a Va Exa a nosa suplica que mande o q" for servido a presiosa vida e saude de Va Exa feleciteD.os por mtos annos Como muito desejamos. Villa deCastro em Camera de 7 de Abril de1801.

Vê-se então que, no início do século XIX, os índios ainda eram inimigos a serem combatidos e também mercadoria que se caçava, inclusive, com permissão oficial, porque “tendo em vista a insistência, sempre justificada, dos moradores em não observar tais proibições (de não se escravizar índios), a própria legislação acaba por indicar as circunstâncias em que a mesma pode ser violada” (BALHANA; MACHADO;

²¹ O Projeto é coordenado pela Prof^ª Dr^ª Joyce Elaine de Almeida da Universidade Estadual de Londrina – UEL, e integra três sub-projetos, todos relacionados à linguagem paranaense: elaboração de um glossário da fala rural paranaense, a edição de manuscritos dos séculos XVII, XVIII e XIX e o estudo da Toponímia da região.

²² Foram feitas pequenas adaptações na segmentação das palavras para facilitar a leitura.

WESTPHALEN, 1969, p. 120). Essas circunstâncias geravam “prisioneiros de guerra” que podiam ser usados por quinze anos, ainda explicam Balhana, Machado e Westphalen (1969), sendo essa disposição revogada somente em 1831.

O africano, na voz de Balhana, Machado e Westphalen (1969), aparece desde o início da ocupação, mas “cresce o seu número conforme crescem os recursos dos moradores, ampliando-se as fazendas, surgindo engenhos de mate, enfim, desenvolvendo-se as suas atividades” (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 122).

Ainda segundo esses historiadores (1969, p. 27),

não se pode, ainda, afirmar quando se deu a substituição do escravo índio pelo escravo negro no sul do Brasil, mas pode-se captar na documentação disponível, a ocorrência de um período intermediário, durante o qual a falta de escravos acarretou transformações dramáticas. [...] É no início dessa situação, quando chegava ao final o processo da extinção dos carijós dos sertões paranaense e catarinense, que os paulistas iniciam dois grandes movimentos: a procura de mais índios no oeste do atual Paraná, na região de Guairá, e a procura do ouro no leste do atual Paraná, na região de Curitiba e Paranaguá.

Esses mesmos historiadores nos dão, por outro lado, o contexto em que esses escravos foram cada vez menos necessários: a invernação de gado, isto é, o aluguel de pastos, tendo muitos senhores vendido suas “peças” ou alugado para fazendeiros de São Paulo. Também Martins (1995) afirma o fato de que, no território do atual Estado do Paraná, como se desenvolveu mais a pecuária em vez da agricultura, foi determinado um contingente mínimo de escravos de etnia africana, fato relativamente compensado pela presença de índios e mestiços.

Com os dados que fornece ao longo de dois capítulos de História do Paraná, Martins (1995) procura evidências para a pequena presença africana e de afro-descendentes na região, além de informar que a campanha abolicionista foi bastante ativa no Paraná, tendo existido várias organizações que cuidavam de alforriar os escravos ou de retirá-los de fazendas onde estavam sendo mal tratados. Em seu livro, elabora um rol composto de vinte e quatro municípios, no ano de 1884, e do número de escravos em cada um deles: a maior quantidade está em Antonina – 733 escravos – no litoral, e a menor em Rio Negro – 54 escravos, sul do Estado. Todos de etnia negra.

De acordo com Saint-Hilaire (1964), que visitou a região em 1820, o maior número de escravos realmente podia ser encontrado no litoral: Paranaguá, Guaratuba e

Morretes. Segundo sua percepção, os habitantes dos Campos Gerais e, principalmente, da vila de Castro, eram mais brancos do que os de Itapeva e Itapetininga (SP) e “pertenciam à raça caucásica inteiramente pura, pronunciando o português sem a mínima alteração” (SAINT-HILAIRE, 1964, p. 106), por isso não poderiam descender dos que moravam nesses locais, onde a “mistura de sangue indígena” era evidente.

Figura oposta a essa desenha Robert Avé-Lallemant (1995, p. 63), em 1858, trinta e oito anos depois, para a população de Curitiba: “[a população] parece ser bastante mestiçada e em toda parte aparecem linhas nítidas de genealogia indígena e africana na multidão, se se pode chamar multidão os poucos milhares de habitantes de Curitiba.” Para Martins (1995), a afirmação de Saint-Hilaire (1964) sobre a cor mais branca dos homens de Curitiba está relacionada com a elite da cidade e não com o restante da população. Elite entre a qual, aliás, Avé-Lallemant (1995) passou alguns momentos em uma festa no dia da Independência do Brasil. Como seria natural, dado o conhecimento da nossa estrutura social, não houve alusão a negros, índios ou mestiços nessa situação, também.

Trindade e Andrezza (2001, p. 38) igualmente relativizam as observações de Saint-Hilaire (1964). Para as autoras, o grande deslocamento “de escravos para as regiões do Vale do Paraíba” em virtude da “crescente importância assumida pelo café nas exportações” em todo o país foi o que levou o estudioso a observar tão poucos mestiços entre os habitantes.

Houaiss (1992) confirma o pequeno número de escravos na região. Em 1819, o Paraná possuía apenas 17,2 % de escravos negros, numa população de 59.442 habitantes, o segundo menor índice no Brasil. De fato, era a segunda maior população dos três estados do Sul, mas o último lugar em número de escravos.

Na sua *História do Paraná*, Balhana, Machado e Westphalen (1969, p. 117) ressaltam a dificuldade do estabelecimento de números muito precisos para os primeiros séculos da colonização, visto que há uma carência de dados. Para eles, porém, os escravos negros eram maioria em relação aos indígenas. Os historiadores apresentam, inicialmente, os resultados do recenseamento de 1772, “o primeiro censo completo da série relativa à Capitania de São Paulo, abrangendo, portanto, o Paraná” (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 117).

O total de escravos, para uma população de 7.627 habitantes, era de 1.712, ou seja, 22,4%. A maior quantidade encontrava-se na Vila de Paranaguá: 1.414 escravos numa população de 3.193 pessoas, ou seja, 44,2 %, quase o dobro do que era encontrado nas outras duas vilas (Guaratuba e Curitiba), nas duas freguesias (São José e S. Antônio) e na

Povoação de Iapó, atual cidade de Castro, onde não são elencados escravos, embora de acordo com Balhana, Machado e Westphalen (1969), saiba-se que existiam. Uma diferença de doze pontos percentuais marca a menor expressão populacional negra do planalto em relação ao litoral, confirmando a percepção de Saint-Hilaire (1964) em 1820, quarenta e oito anos depois. Não há referência aos índios “administrados”.

O segundo grupo de dados apresentado por Balhana, Machado e Westphalen (1969) vem das matrículas de escravos, obrigatórias a partir do século XVIII. Com dados mais detalhados, conseguem determinar o sexo, a ocupação e o número médio de escravos em posse dos moradores. Em Paranaguá, por exemplo, em 1844, havia 1.623 escravos, entre homens e mulheres. A ocupação principal dos escravos era a lavoura, as mulheres ficavam também com as atividades de cozinha.

No século XIX, no jornal *Dezenove de Dezembro*, era possível encontrar anúncios sobre o aluguel de escravos: “Precisa-se alugar um preto ou preta que saiba cozinhar e o mais arranjo de uma casa de família; na rua das Flores n. 13.” O anúncio continuou a ser publicado na edição da semana posterior,²³ o que pode indicar certa dificuldade em conseguirlo. Podem ser encontrados também anúncios de escravos fugidos, bem como a dificuldade por que passava a população com a proclamação da abolição da escravatura, associado à motivação dos que precisavam de braços para dar conta das atividades da lavoura:

cousas que mais avultam neste período, e que por muito importante, não deixaremos passar sem reparo. [...] Assegurar e garantir de um modo efficaz a propriedade do cidadão, obstar a invasão de suas terras por audaciosos e turbulentos visinhos, e pôr termo as dispendiosas e intermináveis demandas, que disso resultavam; **auxiliando, por outro lado, a imigração estrangeira e a colonização, que são o recurso que se nos offerece na crise que ameaça a nossa lavoura com a súbita cessação do trafico**, e por tanto com falta de braços que se vae sentindo de dia em dia. (O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, ano I, 03 de junho de 1854. nº 10 – seção: Revista) (grifo nosso)

Observa-se na citação do Jornal a preocupação com o abolicionismo e a menção à imigração como recurso para trazer homens que “tocassem a lavoura”. Apesar de ainda não ter sido promulgada a lei n.º 29, de 21 de março de 1855, do primeiro presidente da Província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcelos, que iniciou a onda imigratória do

²³ Os anúncios foram veiculados no jornal *Dezenove de Dezembro*, da cidade de Curitiba, nos dias 8 e 15 de abril de 1854. Ano I. nº 2 e nº 3. p. 4 e 6, respectivamente.

século XIX, no ano em que foi publicado o comentário, já havia três colônias na região: Rio Negro, de 1829; Colônia Tereza, de 1847 e Superaguí, de 1852 (MARTINS, 1989, p.66)

1.6 Os BANDEIRANTES NO PARANÁ

O contato íntimo com o indígena ajudou a forjar o comportamento desses aventureiros nas regiões paranaenses. Foram os índios, por exemplo, que ajudaram os bandeirantes a cruzarem os sertões de maneira que pudessem ter alguma chance de sair vivos dele. Esses homens partiam, *grosso modo*, de São Vicente para desbravar o interior do país, primeiramente com patrocínio próprio e, depois, custeado pelas Coroas Portuguesa e Espanhola.

Como já mencionamos, as bandeiras ²⁴ mais típicas, conforme Góes Filho (1999), tinham por objetivo o apresamento de índios, durante o século XVII, tendo encontrado um “suprimento” abundante nas reduções jesuíticas. Outros objetivos foram a busca de pedras preciosas e de ouro. Havia, portanto, bandeiras com diferentes intenções.

Especificamente, no Paraná e em São Paulo, como já demonstramos, desenvolveram-se bandeiras para apresamento de índios (no Guairá-PR) e de busca pelo ouro de lavagem, “característico do primeiro século e que se desenvolveu [como ciclo] inteiramente nos atuais Estados de São Paulo e Paraná”, bem como bandeiras de povoamento, “assim designadas as levas de paulistas que, em épocas diferentes, foram habitar regiões litorâneas, como Paranaguá e Laguna, ou interiores, como o rio São Francisco e Palmas” (GOES FILHO, 1999, p. 92).

De acordo com João Carlos Ferreira (1996), o período de bandeirantismo vai desde o século XVI até o início do século XVIII, época em que as missões jesuíticas entram também em ruína, sendo o século XVII, no qual se armaram as bandeiras de Antônio Raposo Tavares (1647/1648) e a de Fernão Dias Pais (1674), o mais importante. A ação dos bandeirantes no atual Paraná deu-se exatamente durante este último século. Antônio Raposo Tavares e Manuel Preto, por exemplo, atacaram as reduções jesuíticas do Guairá em 1628.

Os bandeirantes são, de modo geral, considerados como responsáveis pela abertura dos caminhos para o interior brasileiro, permitindo a conquista de regiões antes quase

²⁴ Estamos cientes da postulação tardia desse nome (bandeira) e dos estudos em busca do seu estabelecimento.

proibidas. Não deixa de ser verdade também, no entanto, que a eles é também imputado o fato de terem ajudado a exterminar os indígenas, com papel fundamental na “guerra” travada pelos portugueses e espanhóis contra os jesuítas. Talvez, nesse caso, o melhor seja concordar com Góes Filho (1999, p. 123): “a verdade é que de muitos eventos históricos se pode tirar uma lenda branca – no caso dos bandeirantes, o herói com escassos meios e seus grandes trabalhos; e uma lenda negra – o cruel caçador e suas vítimas indígenas.”

Eram homens, ao contrário do que normalmente se apresenta, de costumes bem próximos dos índios que buscavam aprisionar, como afirma Mello e Souza (1997, p. 46):

Na faina sertaneja e predadora dos paulistas, desenvolveram-se hábitos próprios, tributários dos indígenas e incorporados mesmo por aqueles que haviam nascido na Europa, como o alentejano Antônio Raposo Tavares. Nas campinas alagadas do Paraguai, os bandeirantes andavam ‘dias inteiros com a roupa pela cabeça e água pela barba’. ^[25] Iam a pé, pois, diferentemente do que aconteceu nas possessões castelhanas, suas vizinhas, o cavalo foi quase desconhecido na zona de influência paulista até o primeiro quartel do século XVII [...]. Não levavam calçados, esparramando, como os índios, toda a planta dos pés pelo chão ao andar, e virando os artelhos um pouco para dentro, o que diminuía o cansaço e facilitava em muito a marcha. ^[26]

Havia, entretanto, os que levavam algo que, de acordo com a autora, lhes permitisse, de certa forma, usufruir de algum conforto e privacidade na viagem:

Um ou outro sertanista mais cioso do bem-estar levava pentes, toalhas de rosto e de mão, vários guardanapos, lençóis, tinteiros, uma faca de mesa, ‘seis ou sete carreiras de alfinetes’²⁷, tesouras, algumas colheres de prata. Manuel Preto foi o único a levar um baralho e dois livros velhos. (MELLO; SOUZA, 1997, p. 55)

Assim, pode-se concluir que, apesar de um cotidiano duro, no qual as habilidades que permitissem superar os obstáculos foram aprendidas com os índios, os viajantes dos primeiros séculos no Brasil tentavam manter certa ligação com suas raízes européias, “procurando recriar a domesticidade e organizar, mesmo que de forma provisória, os hábitos reguladores do cotidiano” (MELLO; SOUZA, 1997, p. 81).

²⁵ De acordo com nota da autora citada: “Padre Souza Ferreira, ‘América abreviada’, apud Jaime Cortesão, *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil*, p. 358.”

²⁶ De acordo com nota da autora citada: Sérgio Buarque de Holanda, *Caminhos e Fronteiras*, p.19-35/168-169.

²⁷ De acordo com nota da autora citada: A. de Alcântara Machado, *Vida e morte do Bandeirante*, p. 254-256; “ver também transcrições de documentos em Belmonte”: *No tempo dos Bandeirantes*, p. 247, 251.

Envolvendo figurões da administração e das armas luso-brasileiras, a expedição que demarcou, entre 1752 e 1756, os limites ao sul da Colônia e guerreou os índios das missões de Sete Povos também apresenta curioso apreço pelos hábitos de uma sociabilidade cortesã, tentando preservá-los, assim como a intimidade, no meio das operações militares e embates com o meio físico adverso. [...] Além de preservar as normas diplomáticas vigentes na Europa de então [...]. Pagavam-se visitas nos acampamentos [...]. Davam-se banquetes nos acampamentos e nas vilas aonde chegava o exército. [...] E havia festas. (MELLO; SOUZA, 1997, p. 68-69)

Os estudiosos são unânimes em afirmar que as bandeiras levavam índios junto com mestiços e portugueses, para aprisionar outros índios. O número de integrantes de uma bandeira podia variar até a casa dos milhares e, normalmente, do que se pôde apreender das fontes, o número de índios ultrapassava o de mestiços e de portugueses. Na de Antônio Raposo Tavares e Manuel Preto, em 1628, para atacar Guairá, havia dois mil índios auxiliares, para novecentos mamelucos e sessenta e nove brancos (FAUSTO apud CASTILHO, 2001, p. 348).

Mello e Souza (1997) descreve a vida que levavam os viajantes sertão adentro. Segundo ela, durante as viagens, que podiam durar anos, o grupo fazia paradas para descansar e colher das roças que plantavam nos caminhos. O pouso se dava onde fosse possível, normalmente dormia-se em redes, com armações para proteger a pessoa contra insetos e o mau tempo. Entretanto, ocorria, às vezes, de dormirem enterrados para livrarem-se dos mosquitos e outros animais, bem como das flechas dos indígenas.

Doenças eram curadas com remédios do “próprio meio natural” (MELLO; SOUZA, 1997, p. 53) ou com aqueles que os viajantes levavam. A religiosidade da época também acompanhava os bandeirantes: os capelães eram exigidos no grupo, já que, conforme Mello e Souza (1997), a baixa era sempre muito grande e ninguém queria morrer sem receber cuidados religiosos ou fazer seu testamento.

É ainda Mello e Souza (1997, p.63) quem afirma: por onde passavam, “se iam formando sítios e lavouras que, além do pouso, forneciam aos viandantes a sobra do que plantavam”. Citando Capistrano de Abreu, ela descreve a evolução de alguns desses locais e, ao mesmo tempo, certa ganância que levava os donos dos pousos a atrasar propositadamente a viagem dos que por ali passavam para que gastassem mais.

Para Góes Filho (1999), as bandeiras tanto tiveram um papel despovoador – no início do movimento, ao retirarem contingentes imensos de índios das reduções, por exemplo – como tiveram um papel povoador, justamente por abrirem “vácuos populacionistas

que atrairiam o expansionismo mais dinâmico, exatamente o luso-brasileiro” (GÓES FILHO, p. 100-101).

Mencione-se, ademais, que são freqüentes os casos de cidades que se desenvolveram em torno de capelas fundadas por bandeirantes desse período [primeiras décadas do século XVII], geralmente nos locais onde se estabeleciam com seus agregados e índios. (GOES FILHO, 1999, p. 101)

Também Nadalin (2001, p. 36) afirma que o povoamento brasileiro foi feito por “bandeirantes e colonos; aqueles abrindo e fazendo conhecer os caminhos e, estes, seguindo sua trilha, aproveitando a profusão de terras que se encontrava sempre mais para o além, para o sertão”.

1.7 OS TROPEIROS

No século XVIII, inicia-se a época do Tropeirismo, importante ciclo de produção, principalmente na região Sul do país. Em relação aos tropeiros, o jornalista paranaense José Ernesto Erichsen Pereira demonstra quando e porque surgiu sua atividade:

Quando já não havia mais campos a serem conquistados, nem no sul nem no oeste, o homem dos Campos Gerais, então, escolheu para si o papel de intermediário entre paulistas e rio-grandenses: foi ser tropeiro. Como tropeiro, andava e desandava os caminhos entre Sorocaba – porta de entrada do Planalto de Piratininga – e a campanha do Rio Grande. É verdade que, ao lado dele, estavam outros tropeiros de São Paulo, dos Campos de Lajes e Curitibanos, mas todos eram, como ele, ‘Paulistas dos Campos Gerais’. (PEREIRA, 1997, p. 27)

É importante que, neste trecho, faça-se uma pausa para refletir sobre a expressão “paulista dos Campos Gerais”, usada, por ser, nessa época, século XVIII, a atual região do Paraná ainda parte da Capitania de São Paulo, assim como o curitibano era ainda o “paranaense de Curitiba, da Vila Nova do Príncipe, de Castro, de Ponta Grossa, de Palmeira, de Jaguariaíva e até mesmo de Paranaguá” (PEREIRA, 1997, p. 27).

Quanto ao restante da expressão, “Campos Gerais”, é preciso anotar que ela designa uma área de extensão não-consensual, mas facilmente localizável. Em texto

apresentado via internet, o *Diário dos Campos* (2004), jornal sediado em Ponta Grossa-PR, apresenta o que estabelecem três instituições:

Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa: 22 municípios – porção centro-leste do Paraná, porções das mesorregiões centro-oriental, sudeste e da região metropolitana de Curitiba.
Associação dos Municípios dos Campos Gerais: 21 municípios
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: 14 municípios – parte da Mesorregião Centro-Oriental do Paraná

Como se vê, não há unanimidade em torno do assunto, como podem também demonstrar os dois mapas abaixo, ambos disponibilizados pelo *Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais* (LEANDRO, 2006). O primeiro representa a área definida por Maack, em texto de 1948,²⁸ e o segundo a área definida pelo próprio dicionário para a recolha de dados.

Critérios naturais, sociais, econômicos, políticos, históricos, geográficos, culturais e territoriais são contemplados nas diversas demarcações. O *Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais* (LEANDRO, 2006) estabeleceu “critérios naturais e históricos de identidade regional” e também “funcional diante das tendências recentes de organização do espaço.”

²⁸ Conforme referência do site: MAACK, R. 1948. Notas preliminares sobre clima, solos e vegetação do Estado do Paraná. Curitiba, Arquivos de Biologia e Tecnologia, v. II, p. 102-200.

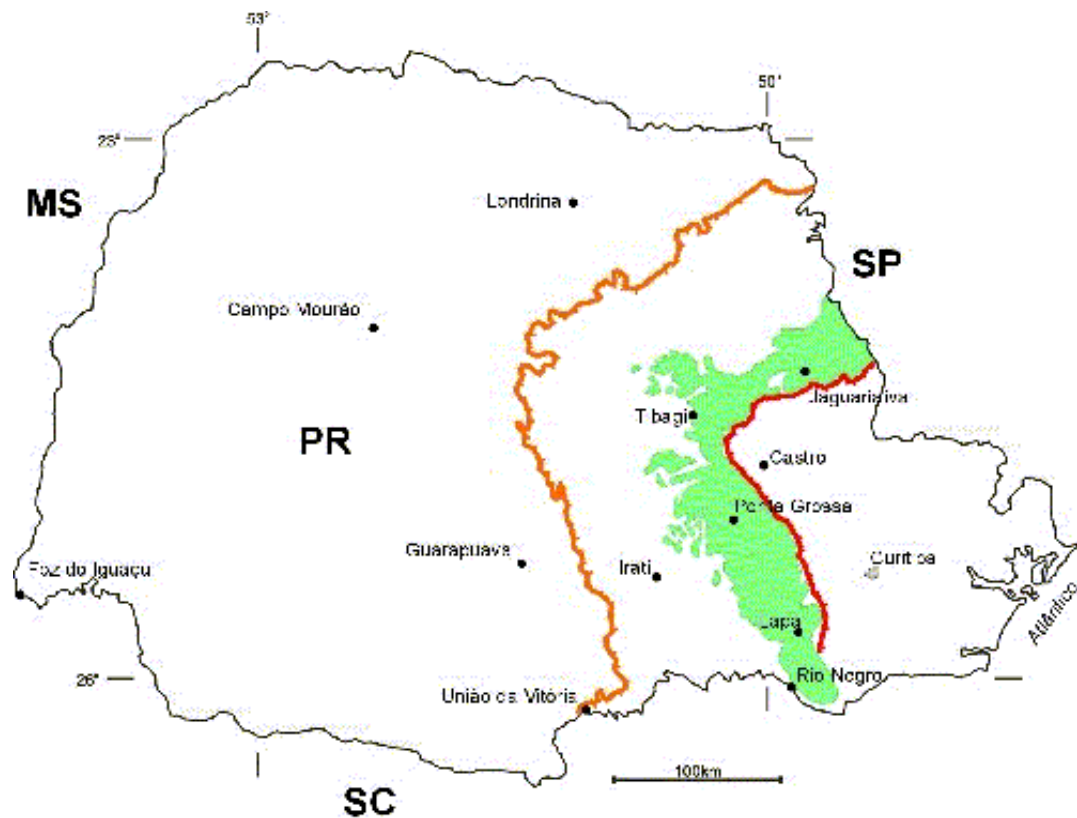


Figura 1 – Campos Gerais paranaenses

Fonte: WAACK, 1948, apud LEANDRO, 2006

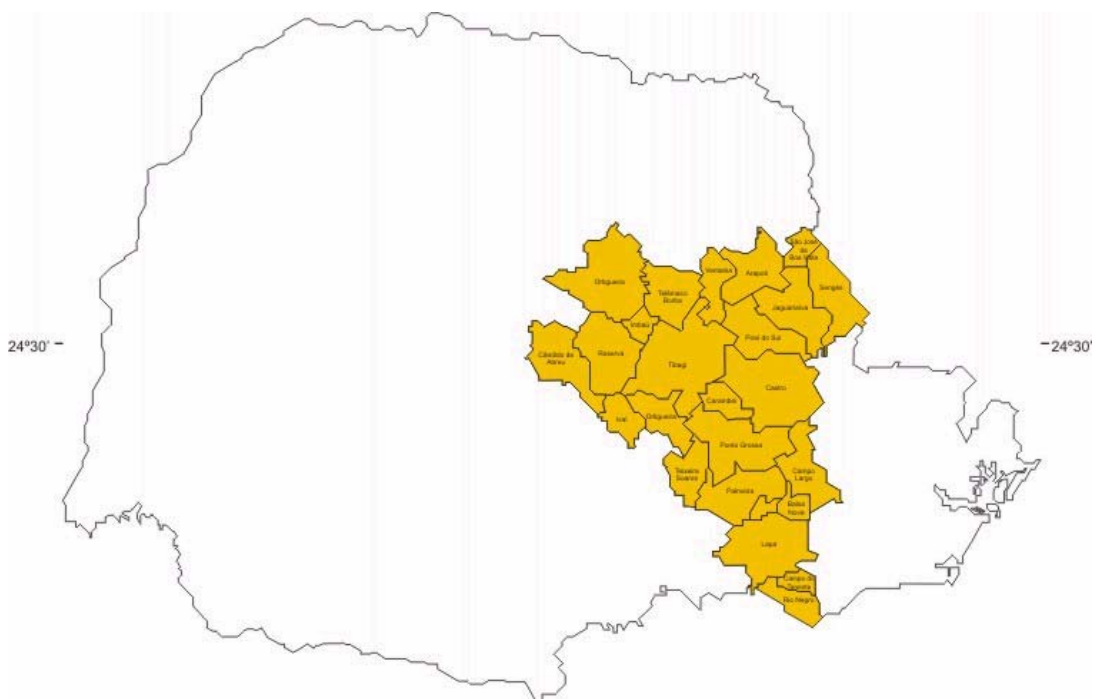


Figura 2 – Área definida para a recolha de dados para o dicionário

Fonte: LEANDRO (2006)

Os critérios de homogeneidade foram: 1o.) Fitogeografia: a vegetação primitiva do município deveria ter sido, no todo ou em parte, de Campos Limpos. 2o.) Tropeirismo: o município deveria ter estado integrado ao ‘Caminho de Viamão’, principal rota das tropas no século XVIII e XIX. 3o.) Associativismo: o município deve integrar a Associação dos Municípios dos Campos Gerais (AMCG). Como critério de polarização utilizou-se a área de atuação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), onde considerou-se os Campi Avançados e as atividades extensionistas. Para fazer parte da área de abrangência do Dicionário, o Município deveria combinar pelo menos dois destes critérios.

A fitogeografia, que é o primeiro critério do Dicionário, foi o que determinou, para Saint-Hilaire (1964, p. 10), a extensão dos Campos. Quando visitou a região, em 1820, ela se distinguia “pelo aspecto, natureza do solo e sua produção”, indo da “margem esquerda do Itararé” até “a pouca distância do registro de Curitiba”, à beira do Iguçu, onde era denominado Rio do Registro. Observe-se que a demarcação política não exclui a geográfica, antes a expande.

Os Campos Gerais, segundo ainda a reportagem do Jornal *Diário dos Campos* (2004), foram ocupados a partir da concessão de sesmarias à família do paulista Pedro Taques de Almeida, em 1704. Essa família possuía terras em toda a região onde hoje se encontram Jaguariaíva, Piraí do Sul, Castro e parte de Ponta Grossa. Os sesmeiros que obtinham terras nos Campos, entretanto, não costumavam morar lá, de acordo com texto do supracitado Dicionário, tendo como origem famílias ricas de São Paulo, Santos, Paranaguá e Curitiba.

Também João Carlos Ferreira (1996, p. 39), com base em Brasil Pinheiro Machado, afirma que as ocupações de terras, no início do século XVIII, eram feitas pelos “*homens ricos*” de São Paulo, Santos e Paranaguá, sem o caráter de colonização e povoamento”. Continua, ainda, comparando com a ocupação feita nas terras de Santa Catarina, para onde os homens iam com a família, pois queriam fixar-se. No caso do Paraná, havia apenas a intenção de comércio, e as fazendas criadas à margem do caminho “Curitiba – Sorocaba – São Paulo” tinham como centro São Paulo. Apenas a abertura da estrada de Viamão vai modificar essa realidade, permitindo o povoamento dos campos ao sul de Curitiba.

De acordo com Pereira (1997), os tropeiros tinham que ser moços e fortes, em virtude da necessidade de se ter boa saúde para atravessar meses em lombo de animais. Eram barões, futuros políticos e/ou filhos de fazendeiros dos Campos Gerais que, antes de assentarem família, tornavam-se tropeiros para amalhar dinheiro, casando-se, muitas vezes,

com moças do Rio Grande do Sul ou de São Paulo. A ocupação rendia vantagens monetárias significativas.

Uma das mais interessantes figuras de tropeiros foi, certamente, Francisco de Paula e Silva Gomes, que desenvolveu um alto papel na propaganda da elevação da Quinta Comarca de São Paulo à categoria de Província. Insinuante e culto, aproveitou-se dos contatos que tinha no Rio Grande, no Paraná, em São Paulo e na Corte para desenvolver uma ampla movimentação de sua idéia política. (PEREIRA, 1997, p. 36)

Para atestar as origens pouco populares dos tropeiros da época, Pereira (1997) conta que esse tropeiro, em vez de viola, “atravessada na garupa da peonada gaudéria, renunciando ‘fandangos’ e ‘chimarritas’ às lambisgóias ‘chinas’ que os viam chegar à boca da noite, com um cerimonioso ‘ó de casa’, quando já se iam apeiando” (PEREIRA, 1997, p. 37), trazia em sua bagagem um violino, instrumento mais afeito às rodas mais finas, mais ricas.

Um tanto mais à frente, entretanto, na mesma obra, Pereira (1997, p. 83), citando Abreu Medeiros (Curiosidades Brasileiras)²⁹, afirma que, entre os tropeiros, havia, na verdade, homens de todas as origens.

Apesar de o comércio de besta exigir uma vida bastante árdua e laboriosa, sempre cercada de perigos, nela se empregam homens de todas as classes. É verdade que entre os vendedores se encontra mais avultado número de **paranaenses e riograndenses** do sul, e entre os compradores, grande número de mineiros, uns e outros acompanhados de sua ‘camaradagem’ e ‘escravos’. (grifo do autor)

Sobre esses “camaradas”, Balhana, Machado e Westphalen (1969, p. 93) afirmam que eram uma camada intermediária,

eram homens juridicamente livres, mas inteiramente subordinados à classe senhorial. Eram camaradas, conforme a denominação que se dava ao seu trabalho de jornaleiros. Residiam em terras da fazenda, em pontos mais distantes da sede, como vigilantes das internadas mais longínquas; eram feitores, capatazes, capangas, compadres, formando uma rudimentar clientela dos donos da fazenda. [...] Em geral, eram parte da população flutuante e móvel da Província, que vagava de fazenda para fazenda, e que acorria em massa para os ervais nos períodos do corte de erva, quando os preços eram altos.

²⁹ Conforme nota do autor citado: Pereira, 1997, p. 83. “Diz Abreu Medeiros, em Curiosidades Brasileiras, que Roberto C. Simonsen cita, quando fala em ‘O Comércio de Sorocaba no tempo de feira’, História Econômica do Brasil”

Ao descrever os tropeiros da zona paulista (atual), Domingues (1999, p. 172) declara que

o prestígio dos tropeiros dependia também do volume de negócios que realizavam; existiam os grandes empresários, donos de milhares de muaras (formando muitas tropas, conduzidas por empregados de confiança), até os donos de poucos animais que trabalhavam em rotas pequenas e, ainda, os tropeiros tidos como trocadores, geralmente escravos, agregados ou empregados.

Como se vê, a sociedade campeira era mista e seus integrantes partilhavam atividades, ainda que em postos hierarquicamente diferenciados e com comportamentos diferentes. Os agregados ou camaradas podiam também se tornar “fazendeiros”, assim “constituíam uma camada social flutuante e, muitas vezes, tornaram-se arrendatários, ou posseiros de terras vizinhas” (LEANDRO, 2006).

Segundo Wachowicz (1972, p. 73), o tropeiro desempenhava o trabalho do correio, trazia as notícias e era o portador de “bilhetes, recados e intermediário de muitos negócios”. Baptista (2002), discorrendo sobre o tropeirismo em um livro sobre a genealogia de paranaenses históricos, afirma que eram três as principais rotas usadas por esses homens: a primeira foi denominada Estrada do Viamão;³⁰ a segunda, Estrada das Missões; e, por último, a Estrada Nova das Missões.

Nessas estradas, nasceram os primeiros núcleos de cidades paranaenses: Palmas, Guarapuava, Rio Negro, Campo do Tenente, Lapa, Porto Amazonas, Balsa Nova, São Luiz do Purunã, Palmeira, Ponta Grossa, Carambeí, Castro, Piraí, Jaguariaíva e Sengés. Também Filipak (2002) explica que havia mais de um caminho para as tropas. Ele separa, entretanto, apenas duas rotas: a primeira, a Estrada de Viamão. A segunda, a das Missões, divide-se em duas: uma passava por Guarapuava e a outra por União da Vitória.

Baptista (2002) explica que a dificuldade maior para os tropeiros era a travessia dos rios e quando encontravam um trecho mais raso, passavam a utilizá-lo como rota. O mapa a seguir permite a visualização desses caminhos.

O mapa de Zimmermann e Zimmermann Neto (1991) não aponta as cidades paranaenses como de origem tropeira porque dá ênfase ao Estado do Rio Grande do Sul. Sua vantagem, entretanto, e por isso foi utilizado nesta tese, é demarcar bem claramente a ligação entre o Paraná e o Rio Grande, além de mostrar os vários caminhos utilizados.

³⁰ De acordo com Baptista (2002, p. 20), a estrada era chamada também de Estrada de Sorocaba, Estrada das Tropas, Estrada do Sertão, Estrada do Sul, Estrada Real.

Ainda de acordo com Filipak (2002, p. 19), o tropeirismo dividiu-se em dois períodos: o ligado ao “invernador gaúcho”, denominado Comarcão ³¹ ou paulista-curitibano, e aquele ligado ao “comércio autônomo, direto e independente junto aos platinos de Corrientes, proporcionando aos tropeiros dos Campos Gerais vantagens auferidas com a venda dos animais.”

Domingues (1999, p. 172) reafirma o tipo de influência que o tropeiro exerceu, pois, para ele, este teve um efeito “trilhador e povoador”:

Os tropeiros, cujo papel foi inquestionável, tanto no desenvolvimento do transporte de cargas como nas relações sociais e humanas que viriam desempenhar, foram na maioria respeitados pela honestidade, cumprimento das obrigações e pela dedicação familiar.

Embora, segundo Domingues (1999, p. 172), no início,

os primeiros indivíduos que se propuseram substituir a mão de obra escrava por mulas não foram bem recebidos pelos mineiros; foram muito criticados pela ganância, numa época em que a especulação com alimentos era muito grande e lhes propiciava ganhar muito dinheiro. Cada mula levava 150 quilos, muito mais do que um homem podia carregar, daí os lucros consideráveis. Com o tempo passaram a ser aceitos e respeitados e além de conduzir as tropas de mulas, passaram a exercer as mais variadas funções.

³¹ Os estatutos políticos do Paraná foram os seguintes: as capitânicas de São Vicente e de Sant’Ana foram reunidas na capitania de São Paulo. Em 1723, esta foi dividida em Comarca de São Paulo (norte) e Comarca de Paranaguá (sul). A sede administrativa foi transferida de Paranaguá para Curitiba em 1812, passando a Comarca a chamar-se de Paranaguá e Curitiba. No regime constitucional, torna-se a quinta comarca de São Paulo. Em 1853, foi criada a Província do Paraná. Em 1889, o Estado do Paraná.

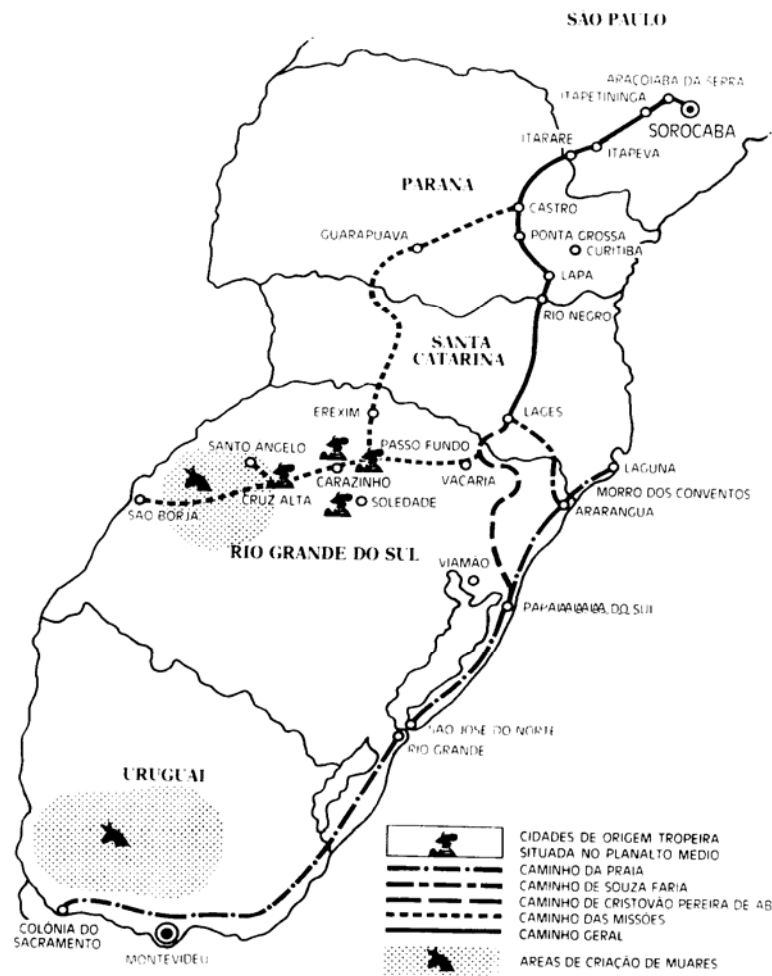


Figura 3 – Caminhos de tropas entre os Estados do Sul do Brasil

Fonte: ZIMMERMANN; ZIMMERMANN NETO, 1991.

Funções que iam do correio à cura de doenças, vendas de remédios e óculos, conforme também afirma Wachowicz (1972), supracitado, e Pereira (1997, p. 37) abaixo:

O tropeiro foi, durante mais de um século, o homem por excelência dos Campos Gerais. O comércio de muares exigia deles uma série de condições que os evidenciavam no meio em que atuavam. De contatos repetidos nos pontos extremos de suas viagens que, muitas vezes, iam desde os pampas cisplatinos e argentinos até Feira de Sant'ana, na Bahia, acumulavam conhecimentos humanos e sociabilidade, que aos poucos transmitiam aos sítiantes e moradores nas vilas, pousos e rondas marginais ao trajeto por eles percorrido.

Não é de estranhar, portanto, que fossem “sempre aguardados com ansiedade. A chegada de uma tropa sempre movimentava a vida nos povoados” (DOMINGUES, 1999, p. 172). O tropeirismo firmava-se como uma “grande oportunidade de enriquecimento e a possibilidade de ascensão social” (DOMINGUES, 1999, p. 172).

Para Holanda (1985, p. 362), “o tropeiro é o sucessor direto do sertanista e talvez o precursor, em muitos pontos, do grande fazendeiro”, com o que concorda Pereira (1997, p. 27), acrescentando que seu papel foi o de “aproximar o longínquo continente de São Pedro do Rio Grande do Sul da ‘cultura luso-brasileira’ do centro, evitando que a gente daquele, isolada, efetivasse maior aproximação com o Prata, acastelhanando-se.”

A mentalidade das populações, de acordo com Holanda (1985, p. 362), modificou-se a partir da riqueza relacionada às “feiras sorocabanas” e ao trabalho do tropeiro, mas não radicalmente:

há na figura do tropeiro paulista, como na do curitibano, do rio-grandense, do oriental, do correntino, do santa-fecino, uma dignidade sobranceira e senhorial que revela ainda a presença de uma tradição inconciliável, a rigor, com a moral capitalista. A dispensa muito freqüente de outra garantia nas transações além da palavra empenhada, que se atesta quando muito no gesto simbólico de trocar um fio de barba em sinal de assentimento, casa-se melhor com as noções feudais de lealdade do que com o conceito ‘moderno’ de honestidade e crédito comerciais.

Holanda (1985, p. 363) descreve o tropeiro como afeito “ao luxo e aos prazeres”, como “indivíduo rústico”, que usava metais preciosos em arreios e gastava fortunas em diversão. Saint-Hilaire (1964), ao passar por Castro, conta o fato de que muitos donos de tropas procuravam parar longe das vilas e das cidades para evitar que os camaradas os fizessem perder tempo com as mulheres, pois estes podiam esconder mulas para ficarem mais tempo e mesmo roubarem o patrão.

Embora sua ocupação fosse, “em muitos aspectos, produtiva e útil à coletividade”, tendiam a agir mais como barões e menos como mascates:

a ostentação da capacidade financeira vale aqui por uma demonstração de coragem ou força física. Ao menos nisto, e também na aptidão para enfrentar uma vida cheia de riscos e rigores, o tropeiro ainda pertence à família bandeirante. (HOLANDA, 1985, p. 363)

Mas a comercialização do gado, principalmente muar, iniciada no século XVIII, esgotou-se na década 70 do século XIX, quando da entrada em operação das estradas de ferro em São Paulo, as quais, transportando sobretudo o café, fizeram com que os animais de carga perdessem sua função econômica, repercutindo sobremaneira na economia paranaense.

O avanço da ferrovia e a marcha do café para o oeste fizeram declinar o comércio de mulas. A feira de Sorocaba funcionou até 1897, sendo transferida para Itapetininga. Mas o tropeirismo resistiu até a primeira metade do século XX, com transporte de tropas para São Paulo em caráter residual. Além de incentivar o desenvolvimento da região, o tropeirismo contribuiu significativamente para a formação e identidade histórico-regional dos Campos Gerais, deixando influências como a vocação para as atividades agro-pastoris. (JORNAL DIÁRIO DOS CAMPOS, 2004)

Na narrativa de Avé-Lallemant (1995), sobre o Paraná de 1858, encontram-se várias menções a burros e tropas na lida cotidiana do paranaense de então, como esta: “aproximou-se então uma tropa. Teixeira conhecia o tropeiro e pediu para meu uso dois fortes burros em substituição de seus rocins. Então avançamos mais depressa” (AVÉ-LALLEMANT, 1995, p. 57) ou ainda:

E se lançarmos um olhar sobre os caminhos do Paraná, especialmente sobre a estrada que, saindo do interior da Província, conduz, via Morretes, a Paranaguá, podemos dizer, com alguma certeza, que uns dois terços dos burros que passam pela estrada vão carregados de mate e levam muitos milhares de arrobas da estranha erva para a Costa. (AVÉ-LALLEMANT, 1995, p. 41)

Apenas no século XIX, a Província começou a desenvolver as estradas paranaenses. Sobre esse aspecto, Wachowicz (1972, p. 91) retrata a situação da época: “por incrível que pareça, no Paraná de 1853 não havia estradas próprias para o trânsito de carros de boi, por falta de condições. Este fato dificultava sobremaneira a colonização da nova província e seu comércio com o litoral.” A ligação era ainda feita exclusivamente por tropas de muares, com o tropeirismo que Filipak (2002, p. 19) denomina “provincial ou paranaense”.

As tropas levavam bovinos para o norte do país e também a erva-mate para o litoral, fato mencionado por Avé-Lallemant (1995), sendo esse sistema de transporte trocado pelos carroções introduzidos pelos imigrantes eslavos após a construção da estrada da Graciosa, que ligou o planalto ao litoral, segundo Balhana, Machado e Westphalen (1969),

concretizada somente após o estabelecimento da Província em 1853. “A ligação ferroviária entre Paranaguá e Curitiba é de 1885. Só então começa a arrancada e a Serra do Mar deixa de representar obstáculo, e quem está no litoral está também no interior, como no Nordeste.” (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 18).

No período em que o Paraná lutava por sua autonomia política, o comércio de gado e a exportação de erva-mate eram o esteio da economia paranaense. Trindade e Andreazza (2001, p. 38) afirmam o seguinte sobre esta última:

A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro liberou as atividades econômicas e as cidades da marinha passam a conhecer um movimento inédito. Mas, regionalmente, com certeza o que incrementou as atividades portuárias de Paranaguá e de Antonina foi a exportação da congonha – palavra que, à época, designava a erva-mate. [...] Também o interior transformou-se com a crescente importância da indústria do mate, pois a intensificação do extrativismo favoreceu a ocupação de áreas basicamente inexploradas. Neste caso situa-se o deslocamento de antigos habitantes de Campo Largo no sentido dos atuais municípios de São João do Triunfo, São Mateus, Rio Claro, Mallet, Rebouças, Irati. (MACEDO, 1995 apud TRINDADE E ANDREAZZA, 2001, p. 39)

Para as duas historiadoras, as atividades relacionadas à erva-mate passam a coexistir com aquelas relacionadas à pecuária durante o século XIX. De fato, até a Primeira Guerra Mundial, a produção do mate foi muito importante. A economia baseou-se na sua produção, chegando a 85% da economia da província em alguns períodos. Havia relações comerciais com o mercado platino (a partir de 1820, Montevideu, Buenos Aires) e com o brasileiro.

Oliveira (2001, p. 26) afirma que “o efeito decisivo da introdução das atividades econômicas relacionadas ao mate foi a generalização das relações capitalistas de produção”, observada na “generalização do trabalho assalariado”, mas também na “adoção de novas técnicas produtivas de caráter marcadamente industrial”, no incentivo à urbanização e na “criação de uma burguesia industrial de origem paranaense.”

Fato bastante importante nesse século é a “importação” de indivíduos para a lavoura do Paraná, em virtude da existência de áreas ainda mal povoadas e da redução na mão-de-obra por causa da libertação definitiva dos escravos. Conforme indica Ianni (apud WACHOWICZ, 1972, p. 108),

A partir de meados do século XIX, a configuração econômica, social e humana de Curitiba começa a modificar-se [...] O trabalho escravo perde prestígio progressivamente, em consequência das inovações tecnológicas, do encarecimento do preço do cativo, da destruição das bases morais do regime, da própria eficácia do trabalho de grupos europeus que se dedicaram à agricultura em geral.

1.8 OS IMIGRANTES

É o momento da chegada dos imigrantes. À população, formada basicamente de portugueses, negros, índios e mestiços dessas três etnias, vieram somar-se, em número expressivo, primeiramente alemães (1829), que estabeleceram um núcleo às margens do Rio Negro (atualmente as cidades de Mafra e de Rio Negro), no caminho das tropas que ligavam São Paulo ao Rio Grande do Sul. Um novo grupo chegou em 1833.

Em 1847 e 1852 foram criados núcleos respectivamente na região do rio Ivaí e na baía de Paranaguá. O primeiro, a Colônia Tereza, composto de franceses e o segundo, a colônia Superagüi, por suíços e alemães. Nenhum conseguiu desenvolver-se como gostariam seus fundadores, mas não desapareceram por completo, transformando-se nas cidades de Tereza Cristina e de Guaraqueçaba.

Em 1859, outra colônia, a de Assungui, recebeu ingleses, franceses, italianos, espanhóis e alemães, mas não teve destino melhor. Embora se localizasse em local próprio para a agricultura, a dificuldade de transporte era muito grande. Essas dificuldades com a comercialização do que produziam foi, de acordo com Martins (1989, p. 12), “talvez o principal entrave ao progresso do Paraná em geral e ao sucesso integral da colonização em particular”

Sobre os alemães e sobre Assungui, é novamente Avé-Lallemant (1995, p. 66) que deixa registradas suas impressões, e esperanças, de época, afirmando que “a atividade dos alemães no Paraná [...] tem despertado muita atenção nos últimos anos”. Continua, ainda, chamando a atenção para outro aspecto da questão imigratória:

Tanto mais vivo deve ser nosso interesse pela colônia a ser fundada, Araçungi ou Açungi, porquanto ela não é especulação privada de flibusteiros usurários, como tem aparecido várias, com belos nomes, visando apenas, em seu próprio interesse, o suor dos alemães. A colônia do Açungi é antes uma fundação do governo, uma colônia de administração provincial. (AVÉ-LALLEMANT, 1995, p. 67)

O governo passou a fixar os imigrantes mais perto de cidades já formadas, o que colaborou para o sucesso de outras colônias. Assim, novos núcleos foram surgindo e orientando-se cada vez mais fundo no interior paranaense, “alterando o quadro demográfico do Paraná de maneira substancial”, segundo Cardoso e Westphalen (1986, p. 10).

Em 1878, alemães de origem russa localizaram-se no Planalto central. Sobre esse grupo, Pereira (1997, p. 47) afirma que esse grupo de imigrantes, contando mais de vinte mil pessoas, localizaram-se nas colônias

Virmond, Marienthal e Joanisdorf (no município da Lapa), Marcondes, Lago, Santa Quitéria, Alegrete, Hartmann e Papagaios Novos (na Palmeira), Tavares Bastos, Taquari, D. Luiza, Eurídice, Uvaranas, Guaraúna, Rio Verde e Santa Rita (em Ponta Grossa). (PEREIRA, 1997, p. 47)

Ao que parece, as cidades vizinhas, cujas populações provavelmente eram menores do que a quantidade de imigrantes recém chegados, viram fortalecer o sentimento de união contra o estrangeiro: “naturalmente que aquelas populações paranaenses não iriam aprender o dialeto russo-alemão dos recém chegados. Estes é que teriam de aprender a língua de nossa gente” (PEREIRA, 1997, p. 49).

Todavia, o natural, ao menos em relação ao discurso oficial, era a aceitação amigável: “não se encontra praticamente mensagem ou relatório de antigo presidente da província ou governador [...] que não se refira ao problema, que não dê notícias de seu progresso [...] ou benefícios a promover.” (MARTINS, 1989, p. 74). A motivação para a posição oficial era a necessidade de povoamento das então rarefeitas regiões do atual Paraná. Havia também “a certeza de que a imigração européia era o único caminho para a regeneração do povo brasileiro” (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p. 51).

O grupo de poloneses chegou em 1871, vindos de Santa Catarina, estabelecendo-se nos arredores de Curitiba. Trabalhavam com a agricultura, com o comércio e foram os introdutores do tipo de carroça chamada eslava, que colaborou na melhora dos transportes. Braga e d’Horta (2001, p. 65), em viagem pelo Paraná já em 1950, dão notícias desse grupo, ao que parece, bem integrados à vida urbana de Curitiba:

Ao contrário do Norte do estado, por cujas rodovias trafegam quase exclusivamente caminhões e jipes, o viajante que deixa Curitiba pela estrada que demanda o interior, rumo a Ponta Grossa, cruza de início com as carroças dos agricultores dos arredores da capital. São grandes carroções baixos, desses que vemos nas fitas sobre países centro e sul-orientais da Europa, freqüentemente cobertos de lona, puxados por quatro e seis animais, e tendo a bordo o casal de verdureiros, ou somente a mulher. Dizem que o marido não vem sozinho à cidade (esses sitiantes são em geral poloneses) porque do contrário beberia toda a féria antes de tornar à casa.

Os italianos, cujo idioma latino e a religião católica facilitaram a adaptação, estabeleceram-se primeiro no litoral e depois para mais próximo de Curitiba, como o fizeram também os alemães. Os ucranianos chegaram a partir de 1891. Sobre a colonização dos italianos no litoral, Martins (1989) afirma terem sido as condições da terra o fator responsável por seu fracasso. “Daí as migrações em massa que depois se verificaram, localizando-se os colonos espontaneamente em outras regiões do Estado, ou em conjunto ou diluindo-se em núcleos já anteriormente formados” (MARTINS, 1989, p. 2).

Para Martins (1989, p. 3), a influência dos imigrantes torna-se mais evidente na arquitetura, no tipo físico sulino e na alimentação, o que pode ser verificado “desde a escolha dos alimentos até à sua preparação, temperos, apresentação, combinações, etc.”.

Nenhuma daquelas comidas de que fala o sr. Gilberto Freyre, por exemplo, como sendo as genuinamente nacionais, comparece nos menus sulinos a não ser como exotismo, assim encarada e tolerada. [...] Da mesma forma, a recíproca me parece verdadeira: certas comidas do sul sendo desconhecidas, raras ou antipatizadas no norte do país.

Também formaram grupos menos numerosos os sírio-libaneses, os judeus, os franceses, os austríacos, os ingleses, os islandeses, os holandeses, os búlgaros e os norte-americanos, entre outras etnias. Modernamente, após a segunda guerra, predominou a imigração japonesa, principalmente para o norte do Paraná, e de holandeses nos Campos Gerais, cuja agricultura modernizada influenciou a nacional, formando um dos centros produtores mais dinâmicos do Estado. É novamente Braga e d’Horta (2001, p. 67) que dão notícia deles:

Em Carambeí situa-se uma colônia de holandeses que se entregam à criação e gado para produção de leite (4.000 litros por dia) e queijo. O núcleo inicial ali chegou em 1911. Hoje a colônia conta cerca de 50 famílias, mas novos contingentes estão sendo esperados. São protestantes, sadios e esportivos.

Os alemães também constituíram significativo contingente nessa época, além dos pioneiros já mencionados, inclusive os de religião menonita, criando a colônia de Witmarsum, município de Palmeira. A diferença dessa imigração moderna para a primitiva foi o planejamento e o financiamento devotados a esta última.

Com base em dados recolhidos no volume de Apresentação do Atlas Lingüístico do Paraná – ALPR (AGUILERA, 1996) e em João Carlos Ferreira (1996),

elaboramos um mapa que permite a síntese das informações acerca da entrada e permanência de grupos europeus que povoaram áreas na região.

Quanto a números, Martins (1989, p. 68), em obra sobre a imigração no Paraná, assegura que

é absolutamente impossível saber com segurança o número de estrangeiros entrados no Paraná desde 1829, não só porque as pesquisas estatísticas sempre foram, a esses respeito (sic), as mais contraditórias e falhas, como ainda por escaparem a todo controle os estrangeiros vindos de outras regiões do país, em particular da província e depois estado de Santa Catarina e que, como é natural, não foram recenseados pelos respectivos serviços.

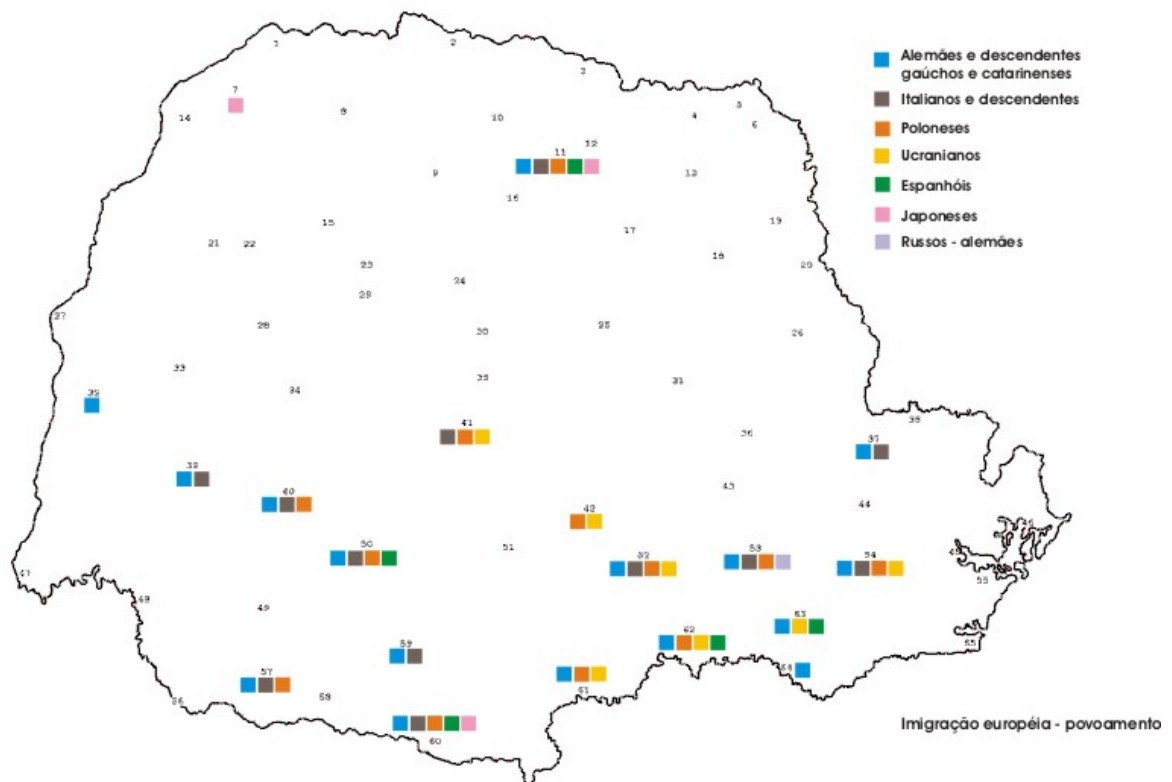


Figura 4 – Grupos europeus no Paraná

Fonte: AGUILERA (1996) e FERREIRA, J. C. (1996)

Além desse problema, Martins (1989) cita as confusões de nacionalidades e duplicamento de contagem. Apesar disso, acrescenta que Romário Martins,³² “através de

³² Conforme indicação de Wilson Martins (1989): *Quantos somos e quem somos – Dados para a história e a estatística do povoamento do Paraná*. Empresa Gráfica Paranaense, Curitiba, 1941.

cálculos pacientes e fazendo todas as deduções e acréscimos que se podem razoavelmente permitir” (MARTINS, 1989, p. 69), somou 101.331 imigrantes, entre 1829 e 1934. Contando mais 30.000 imigrantes entrados espontaneamente no Estado somam-se, segundo os cálculos de Martins (1989), 131.331 imigrantes, dos quais 15.000 não se fixaram. Uma correção é feita em relação aos japoneses que, depois de publicado o livro de Romário Martins, vieram a constituir o maior grupo de imigrantes no Paraná.

“Os grandes grupos de imigrantes”, portanto, de acordo ainda com Martins (1989, p. 69), são os poloneses – 47.731; ucranianos – 19.272; alemães – 13.319; e italianos – 8.798. De 1939 a 1948, ele fornece novos dados advindos do Departamento Estadual de Estatística, cujos totais reafirmam as categorias propostas por Romário Martins, com uma única exceção: os alemães passam a segundo lugar.

Em 1950, o censo demográfico revelaria ainda a posição de cada grupo: o de japoneses ³³ em primeiro, os poloneses em segundo, os italianos em terceiro com 14.860, 10.558, 7.850 pessoas respectivamente. Tais números revelam uma quantificação numérica da imigração, mas, para Martins (1989, p. 72), muito mais importante e expressiva é a “multiplicação” da influência desses grupos em virtude do número de filhos, o que gera núcleos cada vez maiores.

Wilson Martins (1989), discutindo a aculturação dos imigrantes no Estado, revela sua “configuração sociológica”, na mesma década em que Braga e d’Horta (2001) viajam pelo Paraná:

completado o processo aculturativo aqui descrito - [o Paraná] começava a modificar-se com as maciças migrações internas, a expansão econômica, a ocupação progressiva do território, a diversificação das culturas, o desenvolvimento industrial e concomitante urbanização (fatores interdependentes e simultâneos, como se sabe), enfim, todo o processo modernizador que tornou diferente de si mesmo, nos dias que correm, aquele Brasil que até então era apenas diferente da imagem tradicional e convencional proposta pelos lugares-comuns de ‘país-tropical’ definido pelo ‘triângulo’ das taças formadoras. (MARTINS, 1989, p. XVII)

A madeira e o café começam a substituir a erva-mate a partir de 1930, de acordo com Oliveira (2001), enquanto a imigração ajuda na urbanização do território. O comércio de madeira, potencial devido à quantidade e variedade encontrada na região desde os primórdios da colonização, desenvolve-se com a “construção da Estrada da Graciosa e da

³³ De acordo com Mercer (1992), a imigração japonesa iniciou-se a partir de 1931 e resultou no nascimento de duas cidades no Norte Velho do Paraná: Assaí e Uraí.

ferrovia Curitiba-Paranaguá” (OLIVEIRA, 2001, p. 30), transformando-se em nosso maior ramo industrial de exportação. No “fim da década de 70, a exploração da madeira nativa se encontrava virtualmente esgotada” (OLIVEIRA, 2001, p. 32). A madeira cortada no Estado, então, passava a ser importada de outras regiões ou de reservas particulares.

1.9 Os MIGRANTES

A presença de migrantes no Estado do Paraná, de acordo com os dados que a historiadora Altiva Pilatti Balhana apresenta no *Dicionário Histórico-biográfico do Estado do Paraná* (1991), foi bastante intensa. Balhana (1991, p. 287-288) recorre ao censo de 1950 para determinar a quantidade de cada grupo no Paraná. Aquele oriundo de São Paulo compunha 49,03% da população, o de Minas Gerais reunia 23,62%. Estes, junto com nordestinos, que parecem estar incluídos entre os 12,47 % com origem em outros estados, concentraram-se no norte e nordeste do Paraná. Os catarinenses formavam um grupo de 9,51% da população e os gaúchos, de 5,37%, ocupando prioritariamente o sudoeste e o oeste. Segundo a historiadora, entre 1950 e 1960, houve uma média anual de 120 mil novos habitantes no Paraná, principalmente das regiões mencionadas.

Observa-se que vão ocorrer dois movimentos populacionais, um para o Norte, com base na agricultura do café, e outro para o Sudoeste do Paraná. Para Cardoso e Westphalen (1986, p. 11), “a força e o fascínio do café, pela sua preponderância no mercado internacional, [...] por algum tempo, desviaram a atenção da revolução agrária e agrícola que se processava no Sudoeste e Oeste do Paraná.” Mas, com o declínio da economia cafeeira, percebeu-se a onda colonizadora que vinha do Sul, de acordo com Cardoso e Westphalen (1986, p. 64), “constituída principalmente de agricultores de origem alemã e italiana”. Vindos de Santa Catarina e do Rio Grande do sul, “entraram por Pato Branco, infletindo depois pelos vales dos rios Chopim, Piquiri e Paraná” (CARDOSO; WESTPHALEN, 1986, p. 64), ocupando a terra sob o regime da pequena propriedade, “onde a exploração da erva-mate e da madeira deixara apenas miseráveis caboclos rarefeitos, seminômades nas matas” (CARDOSO; WESTPHALEN, 1986, p. 64), cultivando cereais e oleaginosas principalmente, junto com a criação de porcos.

Segundo Balhana, Machado e Westphalen (1969), a forma de exploração da região, geralmente por companhias inglesas ou argentinas, desde o final do século XIX, era

depredatória, feitas por “companhias particulares, exploradoras do mate e da madeira, sem quaisquer ligações com a comunidade tradicional paranaense, e sem efetiva ocupação colonizadora do território concedido” (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 217). De acordo com esses autores, poucas pessoas enriqueciam, mas “os trabalhadores da mata, geralmente brasileiros e paraguaios, empregados dessas ricas companhias, viviam, no entanto, em condições de miséria, transformados em verdadeiros servos” (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 218).

A ocupação dos migrantes de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul foi feita com recursos próprios, no início, aproximadamente a partir da década de 1920, época também em que a densidade demográfica do Paraná começa a crescer. Quando o governo do Estado resolveu cancelar concessões feitas irregularmente na região, fundou sete colônias nas margens do Piquiri e do Ivaí. A partir daí as empresas de colonização também trabalharam na região, formando lotes rurais e urbanos, de pequenas extensões.

Quanto à lavoura de café, ela será, neste século, muito importante economicamente, a ponto de o Norte do Estado ver-se desenvolvido rapidamente. Desde 1860, “penetrando pelos cursos superior e médio do Itararé, fazendeiros paulistas e mineiros iniciaram plantações de café e a formação de fazendas no Norte paranaense” (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 213). As concessões de terras começaram ainda no período imperial, quando grandes fazendeiros vinham com as famílias, espontaneamente até a década de 1920. Em 1855, foi fundada a Colônia Militar de Jataí. Embora não tenha se desenvolvido a contento, Jataí foi um primeiro núcleo de povoamento.

Outras famílias vieram principalmente dos estados de Minas Gerais, São Paulo e do Nordeste para cultivar as terras férteis do nordeste paranaense. Chegavam ao Paraná por Ourinhos, cidade paulista, e, depois, pelo norte, junto ao rio Paranapanema. Vieram também imigrantes de origens diversas, como informa Cardoso e Westphalen (1986, p. 64), exemplificando com as colônias formadas pelas mãos das companhias Brasil Tokushoku Kaisha-Bratac e Nambei Tochi Kabushiri Kaisha, as de Assaí e de Uraí.

Como já afirmamos, o café, como monocultura, começa a ser cultivado no Paraná a partir de 1860, de acordo com Oliveira (2001, p. 33).

Nessa ocasião, fazendeiros paulistas e mineiros começaram a ocupar a região Nordeste do Estado, que se tornou conhecida como Norte Pioneiro, como parte da expansão da área plantada que vinha de São Paulo. Como decorrência desse fato, eram escassos os vínculos dessa região com o restante do Estado. Tanto o escoamento dessa produção quanto o abastecimento da região com os gêneros nos quais ela não era auto-suficiente

se faziam pelo Estado de São Paulo. Seria somente a partir de 1924 que essa região começaria a se integrar de forma mais consistente à economia paranaense.

A grande onda colonizadora no Norte, entretanto, deu-se a partir do loteamento das terras, excelentes para o cultivo, pelas companhias de colonização, neste caso, principalmente pela inglesa Paraná Plantations Ltda., concessionária de 500.000 ha de terras para exploração. O baixo preço das terras e a construção da ferrovia em direção ao Estado de São Paulo colaboraram para o interesse pela região por paulistas, mineiros, baianos, catarinenses, paranaenses e imigrantes (japoneses, alemães, tchecos, poloneses, italianos e espanhóis).

Entrou no Estado um número muito significativo de descendentes de europeus e asiáticos, nas ‘frentes pioneiras’ que aqui chegaram. No Norte do Paraná entraram centenas de milhares de descendentes de italianos, espanhóis, portugueses, japoneses, etc., oriundos dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, etc., atraídos que foram pela expansão da economia cafeeira. Esta é a chamada ‘frente nortista’. No oeste e sudoeste do Estado, também fixou-se um número expressivo de descendentes de italianos, alemães e poloneses. Essas populações migrantes são integrantes da chamada frente de colonização ‘sulista’, procedente do Rio Grande do Sul e Sta. Catarina. (WACHOWICZ, 1988, p. 152.)

Houve, também, a colonização organizada pelo Estado e por imobiliárias particulares, embora a iniciativa inicial tenha sido da Paraná Plantations, “sucedida pela Companhia de Terras do Norte do Paraná, hoje Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná” (CARDOSO; WESTPHALEN, 1986, p. 64). O Norte divide-se em três zonas, de acordo com as épocas de ocupação:

Norte Velho ou Pioneiro: localizado no nordeste do Estado até a cidade de Cornélio Procopio, produz, junto com o café, a cana-de-açúcar, além de criar gado. Sua ocupação deu-se no fim do século XIX, entre 1860 e 1925, como afirma Oliveira (2001) em citação acima. Mas Wachowicz (1988) recua ainda mais essa ocupação, localizando-a em 1840, “fazendeiros mineiros, proprietários de latifúndios decadentes, donos de terras ditas ‘cansadas’, atuando como tropeiros “foram os primeiros a penetrarem no que se convencionou chamar de ‘norte velho’. Gostaram. Muitos venderam então suas terras em Minas Gerais e vieram povoar a região entre o Itararé e o rio das Cinzas” (WACHOWICZ, 1988, p. 269). Depois dos mineiros vieram paulistas, paranaenses e novas levas de imigrantes.

Norte Novo: localizada entre Cornélio Procópio e o rio Ivaí, abrangendo a cidade de Londrina. É a região onde se encontram as melhores terras para o plantio do café: as “roxas”. Foi ocupado entre 1934 e 1947. Sua ocupação foi feita em regime de pequenas e médias fazendas. “No início da década de 1950, quase 400 mil alqueires haviam sido vendidos, totalizando 26 mil lotes rurais” (OLIVEIRA, 2001, p. 33).

Norte Novíssimo: local das colônias organizadas pelo Estado e pelas imobiliárias particulares. Cultiva-se algodão, além do café. Localiza-se entre os rios Ivaí e Piquiri e foi colonizado entre 1940 e 1960.

Oliveira (2001) resume as modificações produtivas, econômicas e sociais do período, afirmando que, entre as décadas de 1940 e 1960, a população do Paraná quase quadruplicou de tamanho, como já demonstraram os dados de Balhana (1991), devido às conseqüências dos loteamentos e migrações maciças. Cardoso e Westphalen (1986, p. 64) acrescentam que o Governo do Paraná continuou, nessa época, a colonizar as terras do Oeste do Estado, bem como prosseguiram no mesmo intento as companhias particulares de colonização.

As atividades relacionadas ao café ajudaram a construir cidades e a fortalecer as que já existiam. Segundo Oliveira (2001), a maior parte dos municípios paranaenses foi estabelecida entre os anos de 1950 e 1960. Frutos do café, no Norte do Estado, e da madeira e da pecuária, no Sudoeste. Para ele, “o surgimento de novas municipalidades guarda relação, é certo, com interesses políticos em geral e eleitorais em particular, mas traduz inegavelmente um padrão de adensamento urbano” (OLIVEIRA, 2001, p. 35).

Fica claro que o Paraná viveu de fato, durante as décadas de 1950 e 1960, intensa proliferação de novos centros urbanos. No caso da região Norte, tal fato deve ser atribuído à expansão das atividades relacionadas ao café. No Sudoeste, foram a madeira e a pecuária as atividades mais dinâmicas, gerando uma tendência à proliferação de núcleos urbanos capazes de sediar as atividades de suporte a esses ramos da economia. (OLIVEIRA, 2001, p.35)

Desde finais da década de 1960, entre outros problemas, as fortes geadas ocorridas até 1975, derrubaram a produtividade e a lucratividade da cafeicultura. Desde então, o Paraná tem diversificado a produção, tornando-se altamente representativo no cultivo de

grãos do país, principalmente a soja, a partir de 1970, novamente incrementando a urbanização e a industrialização do Estado, de acordo com Oliveira (2001).

No entanto, o cultivo da soja difere essencialmente do cultivo de café no que se refere ao uso do trabalho braçal. Se para o primeiro ele é imprescindível, no caso da segunda, ele é quase dispensável. Além disso, “tanto pela escala da produção quanto pelas dificuldades de acesso aos financiamentos, a adoção do plantio do soja (sic) só podia ser uma realidade para uma minoria de plantadores” (OLIVEIRA, 2001, p. 37).

Assim, a destruição dos cafezais transforma trabalhadores rurais fixos nos chamados ‘bóia-frias’, empregado volante, sem vínculo empregatício e, conseqüentemente, aumenta a migração para as cidades, que colabora para ‘um acelerado e tardio processo de urbanização.’ (EDITORA ABRIL, 1999, p. 100)

O aumento do desemprego no campo faz com que a população urbana ultrapasse a rural no fim dos anos 70, gerando, com o passar dos anos, o nível de urbanização que o mapa do *Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES*³⁴ pode demonstrar.

³⁴ SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL/ INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Os vários Paranás:** estudos socioeconômico-institucionais como subsídio aos planos de desenvolvimento regional – mapas. Endereço: <http://www.ipardes.gov.br/publicacoes/publicacoes_varios_paranas.htm>. Acesso em: 3 abr. 2006.

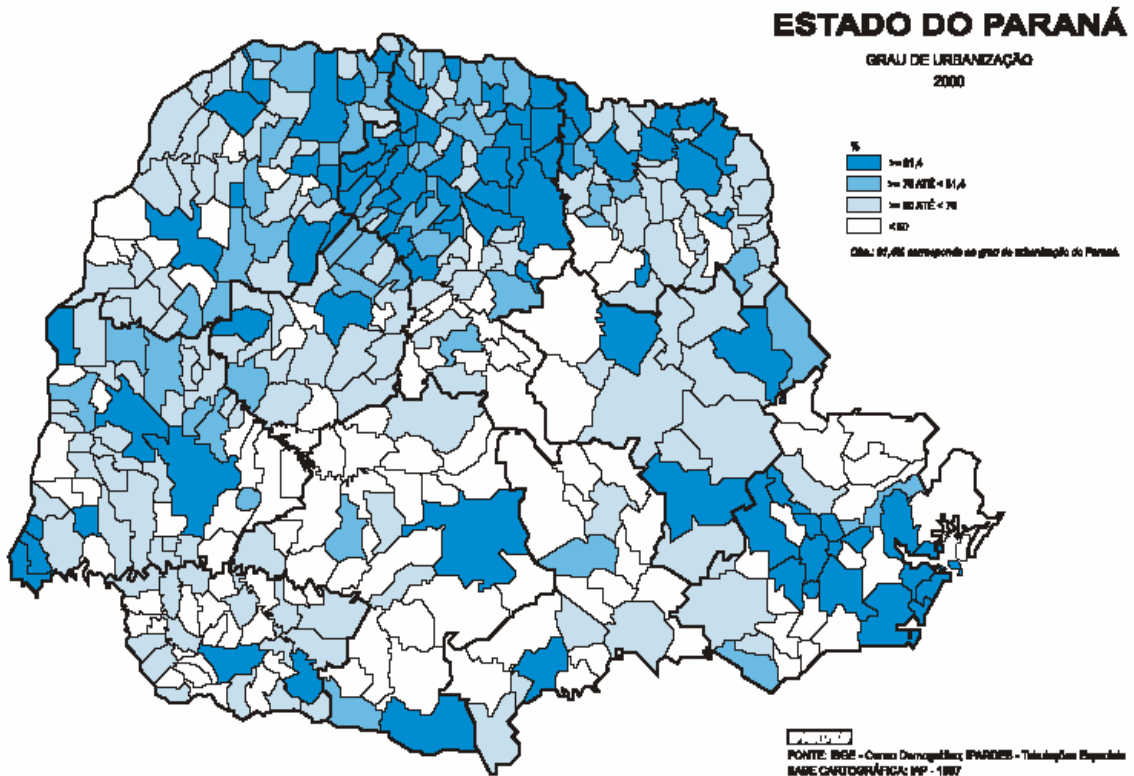


Figura 5 – Urbanização no Paraná

Fonte: IPARDES, 2006

As áreas azuis mais escuras são aquelas em que há um grau de urbanização maior e as de cores mais claras, graus de urbanização menores. Pode-se perceber que em cada região há uma concentração de municípios com um nível maior de urbanização, mas o Norte Novo possui a porção mais densa, uma região de cidades criadas na esteira da colonização planejada, da cultura do café, formadas por paulistas, mineiros, nordestinos e imigrantes de diversas origens e também uma das regiões cuja população talvez mais tenha sofrido com a derrocada do café, o que levou à cidade muitos habitantes do campo.

Sobre essa questão, Leão (1997) cita Magalhães (1992), que afirma:

[...] a esse crescimento diferenciado dos centros de maior porte acompanha um movimento, já observado na década de 70, de concentração espacial em alguns pontos do Estado. [...] Reforça-se, portanto, a polarização da urbanização do Paraná em três pontos definidos: A Região Metropolitana de Curitiba, O Norte e o Oeste, já que Toledo tende a constituir um eixo da aglomeração urbana junto com Cascavel.³⁵

³⁵ Conforme citação do autor: MAGALHÃES, Marisa Valle. A migração no Paraná nas duas últimas décadas: um balanço preliminar. *Análise Conjuntural*, Curitiba: IPARDES, v. 14, n. 11-12, p. 3-9, nov./dez. 1992.

Na figura abaixo, quadro também advindo do IPARDES,³⁶ é possível acompanhar a evolução da urbanização no Estado: apenas na década de 90, a do Estado vai quase alcançar a do Brasil. Essa taxa média atual é ultrapassada em algumas regiões.

A partir de 1970, associando-se essa evasão rural à tendência de diminuição da taxa de natalidade, o Paraná conheceu também uma perda de população, segundo Mercer (1992), que trabalhou com base nos dados do IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, já referido nesta tese. De acordo ainda com esse autor (1992, p. 25), “a migração rumo à cidade não foi senão a parcela substancial de um processo mais amplo, que é o da migração interna. Nessa década, o saldo migratório da zona rural é de 2.646.690 e o da zona urbana é de +1.355.078 (sic).”

ANOS	GRAU DE URBANIZAÇÃO (%)	
	Paraná	Brasil
1940	24,5	31,2
1950	25,0	36,2
1960	30,6	44,7
1970	36,1	55,9
1980	58,6	67,6
1991	73,4	75,6
2000	81,4	81,3

FONTE: IBGE - Censos Demográficos

Figura 6 – Grau de urbanização – Paraná e Brasil – 1940/2000

Fonte: IPARDES, 2006.

Concentramo-nos até este momento na descrição de aspectos relacionados à história e geografia da região paranaense, como já afirmamos, com o intuito de formar uma rede de conhecimento capaz de embasar a análise das cartas geolingüísticas do Atlas Lingüístico do Paraná – ALPR (AGUILERA, 1990/1994) no que diz respeito à possibilidade, que deixamos esboçada nos objetivos desta tese, de haver uma relação entre a formação de áreas de uso das lexicais e a formação histórica dessas áreas mesmas. A partir da próxima seção, serão apresentados e comparados estudos sobre o vocabulário rural paranaense, dezessete anteriores ao ALPR (AGUILERA, 1990/1994) e doze posteriores.

³⁶ SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL/ INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. **Índices e indicadores**. Endereço <http://www.ipardes.gov.br/>. Acesso em: 3 abr. 2006.

2 A INFLUÊNCIA DOS GRUPOS SOCIAIS NO LÉXICO RURAL DO ATLAS LINGÜÍSTICO DO PARANÁ

No papel de primeiro grupo cultural a habitar as terras onde hoje se localiza o Estado do Paraná, ao que parece, os índios influenciaram o vocabulário rural pela presença antiga, de início numerosa, e pelo convívio íntimo com um colonizador que teve de incorporar seus hábitos, incluindo sua língua, para poder sobreviver num meio que em tudo lhe era adverso.

Sua relação com o colonizador, no entanto, era difícil, eram caçados, exterminados e, os que sobravam, transformados em escravos. Assim, viram seu contingente diminuir a partir do século XVII. No entanto, a mestiçagem, fruto do convívio íntimo, deixou-nos uma herança bastante palpável. Tentaremos, neste momento, estabelecer algumas hipóteses sobre a situação da(s) língua(s) indígena(s) no território hoje paranaense.

De maneira geral, alguns fatores podem ter determinado o uso de idiomas indígenas ou mesmo de línguas desenvolvidas a partir deles na região: por um lado, a necessidade de comunicação, a proximidade e, até certo ponto, a dependência dos primeiros tempos; por outro lado, as intenções de catequese e de exploração da parte dos portugueses. Fatores que, obviamente, estendem-se para outras regiões do Brasil.

De fato, essa complexa rede de necessidades e de imposições do meio permitiu uma miscigenação bastante expressiva em alguns lugares do país. Rodrigues ([s.d.], p. 1), em artigo sobre as línguas sul-americanas, explica como ocorreu o processo de miscigenação no litoral paulista, local de onde partiram os primeiros habitantes da área litorânea paranaense:

Na colonização da América do Sul pelos portugueses e pelos espanhóis houve pelo menos três situações em que a miscigenação em grande escala de homens europeus com mulheres indígenas teve como consequência a rápida formação de populações mestiças cuja língua materna foi a língua indígena das mães e não a língua européia dos pais. Isto se deu onde a conquista e a colonização foi praticada, de início, predominantemente por homens desacompanhados de mulheres atuando sobre um povo indígenas numeroso e socialmente aberto ao estabelecimento de alianças matrimoniais com os forasteiros.

Rodrigues ([s.d.], p.7) esclarece ainda que também “a escravidão de mulheres e crianças indígenas e o amplo concubinato cultivado pelos portugueses, sobretudo em São Paulo, e pelos espanhóis no Paraguai” contribuíam para o surgimento dessas

populações mestiças. Em São Paulo, a miscigenação levou as “cunhãs indígenas”, como explica Holanda (1984, p. 89), ao papel de dona da casa, com quem viviam os filhos e escravos. Neste ponto, uma questão se impõe: por que, entretanto, como se poderia esperar, não foram os indígenas que foram forçados a usar a língua do conquistador?

Do que se pode inferir, assumir o idioma do outro foi, para os portugueses, uma estratégia de aproximação e depois de manutenção do poder. Mariani (2006), em artigo na Enciclopédia das Línguas no Brasil – ELB,³⁷ ao apresentar a noção de colonização lingüística, dá suporte para entendermos o processo ocorrido no Brasil, além de explicar seus desdobramentos políticos.

Tão importante quanto a imposição da língua de colonização é o aprendizado das línguas desconhecidas. Na colonização brasileira, esse aprendizado ou se realizou oralmente ou em função da gramatização, como decorrência das formas como ia se dando o contato: inicialmente, os línguas, e depois os colonos e os bandeirantes, por exemplo, aprendiam oralmente; já com os religiosos, tanto ocorre uma oralização quanto ocorre um ensino-aprendizado a partir das gramáticas e vocabulários que vão sendo escritos. Para os colonos, o aprendizado da(s) língua(s) desconhecida(s) faz parte de um processo de conhecimento e de dominação da terra, como foi, por exemplo, a situação dos bandeirantes. Para os religiosos, aprender a língua é uma forma de apreender a cosmologia indígena, e, assim, melhor traçar os caminhos mais adequados para uma conversão dos sentidos indígenas em católicos. (MARIANI, [s.d.], p. 2)

Holanda (1984) parece reafirmar essa estratégia de tomada e manutenção do poder para os portugueses, quando discute a “primazia acentuada da vida rural” no Brasil, que, segundo ele, “concorda bem com o espírito da dominação portuguesa, que renunciou a trazer normas imperativas e absolutas, que **cedeu todas as vezes em que conveniências imediatas aconselharam a ceder**” (grifo nosso). Mais à frente, conclui: “os portugueses precisaram anular-se por longo tempo para afinal vencerem” (HOLANDA, 1984, p. 96).

Sobre a língua falada em São Paulo, seu texto arrola argumentos positivos à já comentada tese de Teodoro Sampaio (1928), em *O Tupi na Geographia Nacional*,³⁸ de que o idioma usado no cotidiano paulista era o tupi e não o português. O autor de *Raízes do Brasil* inicia a defesa da tese de Sampaio (1928), citando Padre Antônio Vieira,

³⁷ Enciclopédia eletrônica desenvolvida pelo Núcleo de Jornalismo Científico – NJL e pelo Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB, que, por sua vez, está ligado ao Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI, todos da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. O documento utilizado nesta tese pode ser acessado no endereço <http://www.labeurb.unicamp.br/elb/historia_nocoos/col_ling.htm>. Data de acesso: 19 fev. 2006.

³⁸ “Ao europeu, porém, ou aos seus descendentes cruzados, que realizaram as conquistas dos sertões, é que se deve a maior expansão do ‘tupi’, como ‘língua geral’, dentro das raias actuaes do Brasil. As levas, que partiam do litoral, a fazerem descobrimentos, falavam, no geral, o tupi; pelo tupi designavam os novos descobertos, os rios, as montanhas, os próprios povoados que fundavam e que eram outras tantas colônias, espalhadas nos sertões, falando também o tupi e encarregando-se de difundil-o.” (sic) (SAMPAIO, 1928, p. 2)

no célebre voto que proferiu acerca das dúvidas suscitadas pelos moradores de São Paulo em torno do espinhoso problema de administração do gentio. ‘É certo – sustenta o grande jesuíta – é certo que as famílias dos portugueses e índios de São Paulo estão tão ligadas hoje umas às outras, que as mulheres e os filhos se criam mystica e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala he a dos índios, e a portugueza a vão os meninos aprender à escola... (HOLANDA, 1984, p.88)

Em outras palavras, é como se os portugueses, ávidos para descobrir os prováveis tesouros da terra, não fizessem muita questão de estabelecer uma conquista lingüística e, portanto, cultural do autóctone. Mais do que uma estratégia deliberada de poder, parece-nos uma conseqüência do pouquíssimo valor humano atribuído aos índios. Tal fenômeno, distribuindo-se geograficamente e até socialmente, levou a certa preocupação em Portugal, o que fez com que se tomassem medidas na intenção de exterminá-lo.

Voltando para Holanda (1984), este continua sua defesa da tese de Teodoro Sampaio, chamando atenção para outras testemunhas cuja familiaridade com o local fosse por si argumento favorável, ainda que não definitivo na lista de citações que arrola. Por exemplo, a insistência dos próprios paulistas para “que fossem dadas as vigararias da capitania, de preferência a naturais dela” (HOLANDA, 1984, p. 88), o que tinha por objetivo maior entendimento com os religiosos, já que os que vinham de fora não conheciam a língua usada pelos habitantes.

Esse uso do idioma da terra e não do português, afirma Holanda (1984), era comum mesmo em classes mais abastadas e durou todo o século XVII, alcançando, ainda que não com a mesma vitalidade, a primeira metade do século XVIII. Outro interessante argumento a favor da tese é o estudo dos apelidos utilizados em São Paulo que demonstra o seguinte:

à medida que nos distanciamos do século XVII, é a freqüência cada vez maior e mais exclusivista de alcunhas portuguesas como as de ‘Via-Sacra’, ‘Ruivo’, ‘Orador’, ‘Cabeça do Brasil’, e esta, de sabor ciceroniano: ‘Pai da Pátria’. As de origem tupi, predominantes na era seiscentista, é que vão diminuindo, até desaparecerem praticamente por completo. (HOLANDA, 1984, p. 92)

Conclui, portanto, que é a partir da primeira metade do século XVIII que começa o “processo de integração efetiva da gente paulista no mundo da língua portuguesa” (HOLANDA, 1984, p. 93). Essa integração, ou ainda melhor, o processo de consolidação da língua portuguesa no Brasil, tem sucesso, de acordo com Vitral (2001), com duas situações: a

primeira e mais importante é a proibição do Marquês de Pombal de que se utilizassem as línguas da terra no ensino, sendo obrigatório o uso do português, o que, por sinal, faz parte do que Mariani ([s.d.]) denomina colonização lingüística. A segunda situação é a chegada da Família Real em 1808, com uma comitiva que aumentou consideravelmente a população do Rio de Janeiro.

Vitral (2001, p. 306) acrescenta que “o principal instrumento na aplicação do decreto pombalino foi a reforma do ensino” e que, de fato, a chegada dos portugueses em 1808 apenas reforçou o que já estava programado para acontecer, uma vez que o português já era muito mais usado do que no início do século.

Para Mariani ([s.d.]),

Paralelamente, apesar da forte presença sobretudo da língua geral, organiza-se a imposição da língua de colonização de forma a atingir, visando à difusão do português como língua e cultura da metrópole, um monolingüismo idealizado. Cidades, portos e fortes são locais de administração e legitimação dessa ambiência lingüístico-cultural predominantemente portuguesa. [...] Finalmente, a colonização lingüística supõe o estabelecimento de políticas lingüísticas explícitas como caminho para manter e impor a comunicação com base na língua de colonização. Delimitando os espaços e as funções de cada língua, a política lingüística dá visibilidade à já pressuposta hierarquização lingüística e, como decorrência dessa organização hierárquica entre as línguas e os sujeitos que as empregam, seleciona quem tem direito à voz e quem deve ser silenciado.

Segundo Vitral (2001, p. 313),

as línguas de base indígena serviram ao colonizador quando seu domínio se dava através da fé cristã, enquanto que o uso da língua portuguesa se tornou parte dos padrões civilizados necessários para o domínio do colonizador através do estado absolutista.

As línguas autóctones e seus falantes, no entanto, tinham também sua forma de resistência. Tanto assim que se mantiveram termos desses idiomas no português, ainda que tenham sido, de certa forma, “suportados” pelos administradores da língua portuguesa, que os localizaram como “provincialismos” ou “termos da língua geral do Brasil” (MARIANI, [s.d.]).

O fato de haver pouquíssimas pessoas alfabetizadas na época autoriza Vitral (2001, p. 313) a afirmar que a hegemonia da língua portuguesa foi, também, conquistada a partir de movimentação popular e, principalmente, de uma mudança de mentalidade, que

levou o português a ser visto como língua de civilização em oposição, por exemplo, à língua geral paulista, exemplo de barbárie. Outra hipótese é fornecida por Barbosa e Palladino Neto ([s.d.]), com base em índices populacionais brasileiros de 1810, colhidos por Dauril Alden.³⁹ Discutindo o processo que levou à “vitória” da língua portuguesa no Brasil, dão ênfase à questão demográfica e afirmam:

O acultramento de indígenas e negros somente corrobora a idéia do aumento do número de falantes da Língua Portuguesa no último quartel do século XVIII. Em relação aos índios, desde 1755 que a lei de liberdade dos índios e a lei promovendo o casamento entre brancos e índios favoreciam o abandono, por parte das gerações mestiças subsequentes, das línguas ameríndias. (BARBOSA; PALLADINO NETO, [s.d.], p. 4)

Seria mesmo possível que o fato de os habitantes das regiões recém-povoadas morarem predominantemente na zona rural, sendo pequena a população fixa na cidade, fosse um fator de manutenção do uso de uma língua (ou de base) indígena. Na região hoje paranaense, o relato de Saint-Hilaire (1964), por exemplo, revela o isolamento em que viviam as mulheres, nas fazendas com seus escravos, posto que seus maridos raramente se encontravam. Isso já no século XIX (1820). No século XVIII, época áurea do tropeirismo, essa situação era, certamente, ainda mais comum, apesar do menor número de fazendas.

Balhana, Machado e Westphalen (1969, p. 87), ao retratarem a sociedade paranaense, afirmam que havia uma orientação para a (auto)subsistência da estrutura tradicional patriarcal: “no século XVIII, a família fazendeira se encastela dentro de suas terras, apoiada em seus escravos”. Nesse ambiente, seria natural que se conservassem hábitos lingüísticos mais facilmente, ao contrário do que poderia ocorrer em uma comunidade urbana, influenciada por contatos diversificados.

Importa considerar que, para o termo “língua geral”, em virtude de sua razoável polissemia, Rodrigues ([s.d.], p. 4-5), em artigo supracitado, advoga um uso técnico que se define para línguas nascidas em situação específica, sociolingüisticamente caracterizadas. São delimitadas três línguas-gerais: a amazônica (LGA), a paulista (LGP) e o guarani *criollo* (GNC) (grifo do autor). A segunda é a que nos interessa mais de perto, uma vez que era a utilizada em São Vicente e em São Paulo. É, também, a que possui menor documentação e que já não é mais usada, diferentemente da primeira. É interessante destacar

³⁹ Conforme referência do autor: ALDEN, Dauril. Late Colonial Brazil 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (Org.). **Colonial Brazil**. Cambridge: Cup, 1987.

que o termo assim conceituado está provavelmente diferenciado do que Teodoro Sampaio chamou de língua geral. Nesse caso, ele parece estar se referindo a um uso geral, acepção também bastante utilizada, de acordo com Rodrigues ([s.d.]), principalmente em textos mais antigos

Da situação em que a língua materna dos índios de São Vicente, o tupi, era utilizada por toda a família, a não ser pelo pai e pelos filhos homens, que eram bilíngües, a língua tornou-se, conforme explica Rodrigues ([s.d.], p. 3), no “idioma dos mestiços, isto é, dos mamelucos”, servindo a uma cultura diferente da dos índios e aproximando-se cada vez mais da cultura dos portugueses.

Essa progressiva mudança nas condições da língua, somada ao bilingüismo (de parte) dos homens, deve ter acarretado modificações em vários aspectos desta. Tal língua, generalizada na população paulista de meados do século XVII a meados do século XVIII, é que se chamou, em São Paulo, de ‘língua geral’. O espaço geográfico dessa ‘língua geral paulista’ (LGP) se estendeu consideravelmente no século XVII com a expansão paulista decorrente da ação das bandeiras de mineração e de preação dos índios. Os bandeirantes, que eram em sua maioria, senão em sua totalidade, falantes de LGP, levaram-na consigo de São Paulo a Minas Gerais, ao sul de Goiás, a Mato Grosso e ao norte do Paraná. (RODRIGUES, [s.d.], p. 3)

Importante observar, na citação de Rodrigues ([s.d.]), a menção ao Norte do Paraná, que, mais à frente no texto, ele delimita: trata-se do Norte Velho, região noroeste do Estado. E, no entanto, os bandeirantes, com suas levas de índios e mestiços, sendo eles mesmos muitas vezes mamelucos, andaram pela região centro-oeste do atual Paraná preando índios e, no litoral, em busca de ouro, tendo mesmo passado por regiões do sul do atual Estado em busca das missões no Rio Grande do Sul.

Chama a atenção, por isso, o fato de não haver, ao menos na literatura consultada para a elaboração desta tese, menção ao uso da LGP ou do tupi em nenhuma outra região do Paraná. Também Saint-Hilaire (1964), talvez o viajante que melhor tenha descrito a região e seus habitantes, em 1820, comunicou-se em português com todas as donas de fazenda, escravos e agregados que encontrou, não fazendo anotação alguma nem mesmo sobre “indigenismos” na fala dessas pessoas. Ao encontrar-se com uma índia coroadó, em Curitiba, tomou nota de cerca de sessenta palavras da língua dessa tribo.⁴⁰

⁴⁰ Apresentadas no capítulo de estudos sobre o léxico rural paranaense.

É claro que Saint-Hilaire era um “homem-mandado”,⁴¹ como ele mesmo se faz conhecer quando precisava ser atendido por uma autoridade nos locais em que chegava; além disso, era um estrangeiro. Nessas duas categorias, Saint-Hilaire tinha maior probabilidade de ser bem recebido e de ser atendido em português.

Ladeira (1990), com base em diversos autores, apresenta visões da sociedade parnanguara do século XVI. Uma primeira que a autora chama de mais otimista, e que nós chamaríamos também mais elitista, uma vez que enfatiza a posição “ilustre e respeitável” de alguns dos primeiros povoadores. Outra, que nos parece, até certo ponto, mais realista, com base em Nascimento Junior (1980, p. 11 apud LADEIRA, 1990),⁴² para quem,

antes de 1640,^[43] o povoado não passava de ‘simples burgo ou arraial de mineradores e aventureiros **brancos em mistura com índios e negros**, formando uma sociedade primitiva, instável, caótica e entregue a todos os desenfreios dos instintos, das paixões e em cujo meio uma ou duas dezenas de homens de prol, com família e radiados (sic) à terra pelas lides agrícolas, mal podiam fazer sentir os influxos da moral e da religião...’. (grifo nosso) (LADEIRA, 1990, p. 9)

O interessante nessa citação é que ela afirma ter sido o povoamento inicial da região marcado, como seria até natural, devido às condições conhecidas de povoamento no Brasil, pela miscigenação. Importa, é claro, estabelecer que as duas visões da sociedade parnanguara da época podem ser, na verdade, complementares. Mais à frente, em seu texto, Ladeira (1990, p. 10) discute a importância do ciclo do ouro para o progresso de Paranaguá:

É ele também que vai caracterizar a ocupação da região através das relações de trabalho e da miscigenação entre os pioneiros (os Peneda, os Gonçalves, os Almeida, os Correia e os De Lara), os índios e os negros escravos. Até hoje a sociedade parnanguara (sic) constitui-se desses elementos étnicos e da miscigenação. Conserva-se, ainda, uma ‘aristocracia’ pequena, detentora do poder político, índios Guarani e uma grande população mestiça que compõe a maioria das vilas de pescadores. Desse modo, a população atual é formada por categorias distintas que permanecem nitidamente distanciadas no convívio social, de onde decorre a configuração de um espaço aparentemente dividido em áreas de atuação desses extratos sociais.

⁴¹ Homem com recomendações, com cartas de apresentação dadas pelo governo.

⁴² Conforme bibliografia da autora: NASCIMENTO JUNIOR, Vicente. **História, crônicas e lendas**. Paranaguá: Instituto Histórico e Geográfico, 1980.

⁴³ Ano em que o Capitão-Mor Gabriel de Lara ergue o pelourinho.

Como se vê, a sociedade nascente era miscigenada, havendo o concurso tanto do índio quanto do português e do negro. Saint-Hilaire (1964), que descreve a cidade de Paranaguá, em sua viagem de 1820, afirma haver

grande número de indivíduos que parecem brancos à primeira vista, mas devem a sua origem a uma mistura de índios com portugueses. Êsses mestiços distinguem-se talvez mais facilmente ainda que os de Itapeva e Itapetininga, dos homens que, certamente, não pertencem à nossa raça, e são designados pelo nome de ‘caboclos’ em outras partes da Província de São Paulo [...]. É de acreditar que a origem dos mestiços de Paranaguá remonte à época em que os paulistas chegaram pela primeira vez a esta parte do litoral; êsses aventureiros não levavam mulheres nos seus bandos, e os índios da costa, de boa vontade, travavam relações com eles. (SAINT-HILAIRE, 1964, p. 162)

O fato de os paulistas virem pelo litoral sem suas mulheres explica, para esse viajante-estudioso, a miscigenação de algumas regiões, tese que encontra respaldo em outros estudiosos, como Rodrigues ([s.d.]), anteriormente citado, sobre a relação entre indígenas e portugueses, Wachowicz (1988) e Nadalin (2001).

Trindade e Andrezza (2001) também relacionam a predominância masculina na população povoadora como fator para a não implementação da “cultura familiar lusitana”. Para essas autoras, “a interação de costumes diferenciados do índio, do europeu e do negro fez com que em nosso passado colonial coexistissem múltiplos arranjos domésticos e familiares.” (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p. 15).

Os mamelucos, híbridos culturais, foram, em larga medida, os agentes que promoveram a circulação de hábitos, técnicas e conhecimentos do universo cultural de suas mães. Na composição e reelaboração das tradições lusitana e autóctone, foi urdida uma outra forma de viver – o modo caipira. Ele passou a ser o modo de vida da população livre e pobre, uma massa anônima que lentamente se desenvolveu no Paraná dos séculos XVII e XVIII cujos traços ainda estão presentes nos usos, nas falas e nas crenças dos habitantes do Paraná Tradicional. (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p. 16)

A permanência de traços físicos característicos dos carijós, índios habitantes do litoral paranaense e que serviram de mão-de-obra para os paulistas até a lavra do ouro em

Goiás, é enfatizada por Wachowicz (1988, p. 13), que afirma serem esses traços encontrados até hoje na população caiçara.⁴⁴

Em busca de indícios para a presença de uma língua indígena ou da LGP no Paraná dos séculos XVII e XVIII é que uma das citações usadas por Holanda (1984, p. 89), para corroborar a tese de Teodoro Sampaio, torna-se interessante: a do governador Artur de Sá e Meneses, que, em 1698, final do século XVII, portanto, solicita “de Sua Majestade que o provimento de párocos para **as igrejas da repartição sul** recaísse em religiosos conhecedores da língua-geral dos índios” (grifo nosso), pois, segundo o governador, citado por Holanda (1984, p. 89), “a mayor parte daquela Gente se não explica em outro ydioma, e principalmente o sexo feminino e todos os servos”.

Sendo a solicitação do governador para igrejas da repartição sul, não é infundada a suspeita de que nas primeiras vilas e povoações paranaenses também se falasse o tupi ou a língua geral paulista (LGP), originada na Capitania de São Vicente e usada durante todo o século XVII e começo do XVIII. Mesmo Saint-Hilaire (1964), em visita à Curitiba, em 1820, deixa um pequeno indício de certa influência lingüístico-cultural da Capitania de São Paulo sobre Curitiba, ao revelar o uso da variante “emboaba”, para denominar os portugueses e seus descendentes.

Parece que êsse apelido caíra no esquecimento em grande parte da Província de São Paulo, mas encontrei-o ainda em uso entre os mestiços de Itapeva e daí se teria transmitido aos seus vizinhos dos distritos de Curitiba e de Castro. (SAINT-HILAIRE, 1964, p. 121)

Para ele, era “extraordinário que os habitantes do distrito de Curitiba e dos Campos Gerais, em sua mor parte descendentes de europeus, sem mescla de sangue indígena”, inclusive na língua que falavam, dessem “aos portuguêsês da Europa o apelido injurioso de emboabas” (SAINT-HILAIRE, 1964, p. 120). Sim, porque para Saint-Hilaire (1964), enquanto na região litorânea (Guaratuba e Morretes mais especificamente) havia muitos descendentes de “portugueses e de índias” ou “mestiços de índios, brancos e mulatos” (SAINT-HILAIRE, 1964, p. 146), a comunidade de Curitiba era diferente destas últimas e de Paranaguá:

⁴⁴ Conforme nota do autor: habitante do litoral sul brasileiro, miscigenado com o indígena (WACHOWICZ, 1988, p. 24).

os antepassados dos curitibanos, ao contrário, foram para ali com suas famílias; sem dúvida, não havia índios na região em que se estabeleceram, ou, então, os antigos habitantes teriam fugido à aproximação dos novos povoadores. (SAINT-HILAIRE, 1964, p.162)

Wachowicz (1988, p. 72) fornece, no entanto, impressão contrária ao afirmar que os habitantes da Curitiba do século XVIII misturavam-se com os índios e viviam quase como eles, devido à pobreza da região. Como já citamos nesta tese, Robert Avé-Lallemant (1995) descreve uma população mais mestiçada e Martins (1995) afirma que Saint-Hilaire descreveu apenas a elite da cidade. Torna-se difícil dizer quem tem razão sem contar com dados demográficos mais precisos e uma investigação focada nesse tema; no entanto, acreditamos, ponderando as informações obtidas até agora, que a população deveria ser formada de uma maioria mestiça e uma minoria branca, formadora da elite da cidade.

Também Martins (1995, p. 130) cita a língua tupi como “presente no uso geral paulista”, exemplificando com expressões dessa língua usadas pelo “cristão curitibano”. Acrescenta, ainda, que o tupi prevaleceu na toponímia do Paraná: “até mesmo os nomes originários dos maiores rios da região – ‘Goio-Covó’ e ‘Goio-En’, cederam às denominações de ‘Iguassú’ e ‘Uruguai’ – da língua indígena triunfante da toponímia nacional”. A citação de Ribeiro (1995, p. 415-416), logo adiante, informa que outra língua indígena, desta vez o guarani, predominava mais abaixo, ao sul, ao menos durante os séculos XVI e XVII:

A toponímia guarani de todo o território das Vacarias Del Mar (o Uruguai de hoje) e a documentação histórica – superficialmente examinada – indicam que esses gaúchos falavam melhor o guarani do que o espanhol, sendo, desse modo, culturalmente próximos dos paulistas dos séculos XVI e XVII (Holanda 1956: 108-18) e dos paraguaios modernos em sua linguagem, em seu modo de adaptação à natureza para o provimento da subsistência, em suas formas de associação e em sua visão do mundo.

A hipótese de que, provavelmente, o tupi ou a LGP tiveram alguma importância na região pode ser observada no fato de que, se as populações brancas adicionavam um nome católico ao indígena, Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, por exemplo, também não retiravam este último. Indício talvez de que esse nome fosse já tão conhecido e usado que tivesse se tornado necessário à localização do lugar. Ao que parece, entretanto, a LGP usada pelos paulistas durante a época que adentraram o interior do atual Paraná não conseguiu se impor nessa região como em seu lugar de origem.

Será, portanto, necessário recuperar dados importantes vindos do estudo demográfico, de fatos lingüísticos, retomados, ainda que esparsamente, de informações sobre a educação da época, da constituição étnica da população, entre outros de interesse, para que se possa delinear um quadro social que identifique, com alguma segurança, um quadro lingüístico.

Há que se observar também a interessante argumentação de Mattos e Silva (2001). Para ela, é possível que, “em muitas situações, o referente de ‘língua geral’ ” seja um “português mal falado” (MATTOS; SILVA, 2001, p. 287). Citando o historiador John Manuel Monteiro,⁴⁵ concentra-se no comentário que o bispo de Pernambuco fez sobre a língua usada pelo bandeirante Domingos Jorge Velho: “Este homem é um dos maiores selvagens com quem tenho topado: quando se avistou comigo, trouxe consigo língua, porque nem falar sabe, nem se diferencia do mais bárbaro Tapuya mais que em dizer que é cristão.” (MONTEIRO apud MATTOS; SILVA, 2001, p. 287). De acordo com Monteiro, ele simplesmente poderia não ter reconhecido o português falado na época, no Brasil.

Na verdade, Domingos Jorge Velho não apenas falava como também escrevia em português, algo inusitado para um Tapuya qualquer. Apesar de alguns tropeços na língua, o rude sertanista redigiu uma interessante carta ao rei, e sua firma mais que reconhecível aparece com alguma freqüência nos registros do cartório de Santana de Paraíba. Acontece que o bispo – como tantos outros observadores portugueses da época colonial – facilmente confundia-se com o português colonial, corrompido pela presença de barbarismos africanos e indígenas, classificando-o como uma língua à parte. nem falar sabe, nem se diferencia do mais bárbaro Tapuya mais que em dizer que é cristão. (MONTEIRO apud MATTOS; SILVA, 2001, p. 287)

Não se trata, no entanto, de negar a existência de uma língua geral de base indígena, mas de afirmar a possibilidade de uma diferença pouco expressiva entre essa e o português colonial, ou, como denomina Mattos e Silva (2001), “português geral brasileiro”, de uso popular e origem do dialeto caipira utilizado em todo o centro-sul do Brasil. É claro que apenas estudos que busquem fontes primárias confiáveis poderiam esclarecer a hipótese aqui levantada, entretanto, ela parece ser válida, bem como a de que a diferença entre o povoamento do Paraná e de São Paulo tivesse causado distinção no uso lingüístico de uma e de outra região.

⁴⁵ De acordo com a bibliografia da autora: MONTEIRO, John Manuel Monteiro. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Quanto aos escravos africanos, ainda que tendo participado da sociedade, não parecem, até o momento, ter influenciado intimamente o vocabulário rural como apresentado no ALPR (AGUILERA, 1990/1994). Como foi visto, o número de população dessa etnia e de seus descendentes era menor no Paraná dos primeiros séculos de colonização do que na maior parte do país, em virtude do tipo de atividade que se estabeleceu na região – em confronto com a produção de açúcar nordestina, por exemplo –, mas sua presença na região foi significativa o suficiente para inseri-lo etnicamente como parte da sociedade que nascia.

Em relação aos bandeirantes, sua influência parece ter se dado via indígena, pois eles facilitaram a permanência das línguas dos índios ao se associarem nas ações de apresamento de escravos e busca de ouro. Como afirma Sampaio (1928, p. XXXIV), o gentio aplicou o nome e os conquistadores respeitaram-no.

No caso desta tese, entretanto, parece-me, ao menos até aqui, que o papel dos bandeirantes fica diminuído, uma vez que a toponímia não é o objeto de estudo. A própria permanência do indígena e sua vivência íntima com o colonizador podem ter sido mais importantes para a permanência de traços lingüísticos na região. Apesar disso, é preciso também levar em consideração que o bandeirante possuía um status social/econômico diferente do indígena – talvez aí sua influência.

Sobre a linguagem usada pelos tropeiros e sua influência no vocabulário rural paranaense, incluindo aí o vocabulário de base hispano-americana, em um pequeno estudo ainda não publicado sobre o ALPR (AGUILERA, 1990/1994), Rodrigues e Vasconcelos (2006) procuraram demonstrar traços desse idioma nos dados. Uma busca no glossário do ALPR (AGUILERA, 1990) identificou vinte e sete variantes com procedência direta ou indireta do espanhol, como: *chinha*, *coxonilho*, *guampa*, *lombilho* e *pandorga*. Além disso, muitos autores têm procurado demonstrar que variantes usadas no Rio Grande do Sul foram trazidas para o Paraná pelos tropeiros.

Para Pereira (1997, p. 58), por exemplo, “o ‘arroio’ é o nosso córrego vestido à castelhana e foi, dentre muitos, mais um termo incorporado ao nosso vocabulário geográfico por influência dos tropeiros” que, quando desciam de Sorocaba, batizavam os pequenos rios de córregos, mas quando subiam, “por influência do linguajar da fronteira, os pequenos rios transformaram-se em ‘lajeados’ e ‘arroios’ ” (PEREIRA, 1997, p. 59). Wachowicz (1988) afirma ter sido no início do século XIX que o Paraná começou a receber influência do Rio Grande do Sul.

Alguns argumentos favoráveis a tal tese podem ser elencados. A observação do prestígio social oriundo da atividade tropeira leva-nos a concordar com o que afirmam os autores, pois seria natural que a linguagem utilizada por tais homens fosse copiada e depois mantida na fala rural. Além disso, o tempo de uso desse vocabulário é relativamente pequeno: desde aproximadamente o século XVIII, o que, aliado ao fato de pertencerem, em sua maioria, a um vocabulário específico, o da pecuária, ajudaria a manter certa vitalidade no uso. Pode-se contar também como argumento o fato de que a imigração espanhola no Paraná, embora tenha sido expressiva, não se devotou ao trabalho com a pecuária.

Os imigrantes, por sua vez, nas palavras de Wachowicz (1988), reforçaram a pronúncia já existente no centro-sul do Estado, adquirida pelo contato com os gaúchos e paulistas que utilizavam a Estrada da Mata. Em 1878, alemães de origem russa localizaram-se no Planalto central. Sobre esse grupo, Pereira (1997, p. 47) afirma que “foi essa corrente de imigrantes que determinou o endurecimento fonético do modo de falar dos habitantes da Lapa, Palmeira, Ponta Grossa e Imbituva e, depois, de toda a gente localizada no segundo e terceiro planaltos paranaenses”. Apesar disso, segundo esse autor, houve uma “posição defensiva do linguajar paranaense em face dos imigrantes russo-alemães”.

Sobre a questão lingüística, Martins (1989) afirma:

Sabendo-se, embora, que, de todos os valores culturais, a língua é o que mais rapidamente se deixa absorver e eliminar num meio estranho, é expressivo constatar que 1,02% de paranaenses (estrangeiros ou brasileiros) ainda falam no lar a língua italiana; a língua alemã é falada por 36,50% dos estrangeiros e brasileiros naturalizados de língua alemã e por 15,59% de brasileiros natos; enfim, 66,15% dos outros estrangeiros existentes no estado falam uma língua européia diferente dessas duas, no que são acompanhados por 85, 94% de brasileiros natos. [...] limito-me a indicar esses dados, para comprovar que o campo da influência é bem mais largo do que o do número de estrangeiros efetivamente localizados no estado. (MARTINS, 1989, p. 73)

No entanto, embora seja um tanto lógico esperar a permanência da língua de origem, principalmente no que tange a aspectos culturais marcantes, como ritos religiosos, manutenção de tradições literárias ou folclóricas, é também verdadeiro que a necessidade de comunicação levou a situações como a que descrevem Braga e d’Horta (2001), na colônia de Entre Rios, fundada, em 1951, por alemães que “ainda vestem seus corpetes de veludo” (BRAGA; D’HORTA, 2001, p. 77): “os colonos fazem esforços tremendos para aprender o português, que vamos misturando com francês e inglês. Mas as crianças já dizem ‘bom dia’ e

‘muito obrigado’.’ (BRAGA; D’HORTA, 2001, p. 75-76). De acordo com os autores, já havia dois professores brasileiros trabalhando na colônia e mais dois estavam a caminho.

Sua influência lingüística no léxico deu-se, muito provavelmente, em campos restritos, para os quais trouxeram “coisas” novas, como no dos instrumentos agrícolas e na alimentação. Martins (1989, p. 348) afirma a inevitável situação de aprendizagem da língua do país adotado: “O português vence, dia a dia, de tal forma que no vocabulário desses estrangeiros o que geralmente se encontram são palavras portuguesas a que, por insuficiência de pronúncia, se deu forma estrangeira.”

Para exemplificar, Martins (1989, p. 348) apresenta “a lista de compras que um alemão ia fazer no armazém”, transcrita por Norberto Bachmann:

5 tóston fum
 3 kitschen fósfor
 1 garrafón káscháss
 1 latte kerosen
 2 par chinellen
 1 par tamanken für die Rosse
 3 meter brin für meine komadre Dona Chika
 3 flaschen gazoze
 10 vintin dôsse für mein Sohn João
 ein guten Fak⁴⁶

Como se pode perceber, há variantes claramente de base portuguesa, em cuja fonação há influência do alemão, noutras, entretanto, há a permanência do léxico da língua materna desses imigrantes: für die, für meine, flaschen, ein guten Fak, ainda que, em casos como mein/meine, a permanência possa ter nascido de certa similaridade na fonação: meu/mein – minha/meine

Para Martins (1989), para que a assimilação lingüística pudesse ser mais completa, muitos fatores devem ser pesados. Entre eles, i) a idade do imigrante: quanto mais adultos, mais difícil; ii) o gênero do imigrante: as mulheres, com uma rede social menor, tendem a manter a língua materna por mais tempo. Os homens, ao contrário, como têm de contatar mais pessoas, passam a usar a segunda língua de maneira mais rápida e fácil. Martins (1989) enfatiza que a dificuldade de aprendizagem da segunda língua não significa má vontade para isso, mas um obstáculo real, que, inclusive, gera dificuldades de socialização para o imigrante. Dentre os trabalhos produzidos para a descrição da fala rural usada no

⁴⁶ Conforme referência do autor: *apud* Lourival Câmara, “Estrangeiros em Santa Catarina”, Revista de Imigração e Colonização, 1.4, 705.

Paraná, na esteira do ALPR (AGUILERA, 1990/1994), há alguns sobre contatos de línguas européias com o português utilizado no local.

Quanto aos migrantes, estes determinaram provavelmente uma influência maior devido à expressão numérica e ao status social de alguns grupos. Não foram, entretanto, encontradas muitas menções sobre sua influência lingüística ou cultural nas áreas em que se estabeleceram, nos estudos consultados até agora, a não ser alusões ao fato de uma outra área estar mais ligada a São Paulo do que ao restante do Estado. No entanto, parece óbvio que assim tenha acontecido, até mesmo por conta das dificuldades de comunicação e de deslocamento nas regiões paranaenses até o século XX.

Em resumo, se o povoamento da região iniciou-se com a busca pelo ouro e pela mão-de-obra indígena, reunindo portugueses, índios, africanos e seus descendentes, logo surgiu a possibilidade da pecuária e esta foi esteio da sociedade que se formava durante muitos séculos. A presença dos animais de laço na vida dos paranaenses de então, por exemplo, está registrada em vários relatos e estudos sobre o Paraná.

Também a agricultura, tanto a pequena, ligada à horticultura e à subsistência, quanto a grande, no caso mais moderno, foi atividade através da qual pôde se dar “a ocupação do território paranaense na sua integralidade”, agora já com a participação dos imigrantes e migrantes. “E tal ocupação se torna efetiva, à medida que as lavouras organizam o espaço, surgem as cidades e cresce a população” (CARDOSO; WESTPHALEN, 1986, p. 11).

CAPÍTULO 3 – O LÉXICO RURAL PARANAENSE

1 ESTUDOS SOBRE O LÉXICO RURAL PARANAENSE

O objetivo deste capítulo é elaborar uma síntese do que já se conhece sobre o léxico rural paranaense a partir da busca, seleção e análise de estudos sobre o tema. Como seria contraproducente analisar todos os estudos já realizados sobre o assunto, visto que, pelo menos nos últimos dez anos, aproximadamente, vem crescendo o número de trabalhos sobre a linguagem paranaense, procedemos a alguns recortes.

Assim, foram privilegiados: i) os mais antigos, por representarem dados que podem não estar mais em uso; ii) entre pesquisas mais recentes, teses, dissertações, monografias e artigos científicos que traduzam novas abordagens ou tragam contribuições para a área de estudo paranaense por trabalharem, por exemplo, com grupos específicos de falantes, caso dos trabalhos sobre os imigrantes e seus descendentes.

Esta não é, porém, tarefa totalmente inédita. Pelo menos uma sistematização dos estudos lingüísticos paranaenses já foi feita. Com base nos objetivos dos trabalhos e nos métodos utilizados, seguindo uma linha cronológica, Aguilera (2000) os organiza em quatro etapas.

Até o final do século XIX, seu primeiro marco de divisão, teriam sido produzidas obras que não tinham como preocupação o estudo do linguajar paranaense, mas sim a descrição da geografia e cultura locais. Na segunda etapa, na qual se encontram estudos produzidos do início do século XX até a década de 60, seriam encontrados trabalhos que “constituem-se, com exceção do de Wouk, em breves registros dialetológicos. Todos, porém, centram o objeto de estudo nas comunidades sul paranaenses.” (AGUILERA, 2000, p. 103). Estão entre eles o trabalho de Amaral (1956). Na terceira fase, estão relacionados os trabalhos de Filipak (1976), Mercer (1979), Alvar e Alvar (1979) e Toniolo (1981), que são trabalhos de maior fôlego.

A quarta e última fase, que durou duas décadas de trabalhos, incentivados pela Universidade Estadual Paulista, sediada em Assis-SP, é caracterizada pela autora do artigo como aquela em que “os professores doutores Pedro Caruso e Rafael Eugênio Hoyos de Andrade incentivam pesquisas dialetais voltadas para a variação lexical das profissões, para pequenas extensões territoriais e finalmente para o Estado todo” (AGUILERA, 2000, p. 105).

Esse incentivo foi o que levou a Professora Vanderci Aguilera a elaborar o *Atlas Lingüístico do Paraná – ALPR*, em 1990. Tendo iniciado seu trabalho com a linguagem paranaense por sugestão de seu orientador, o Prof. Dr. Rafael Eugênio Hoyos de Andrade, é impossível, no entanto, negar a influência que essa pesquisadora tem exercido no estudo da linguagem paranaense em todos os seus aspectos, a partir de seu trabalho, realizado na Universidade Estadual de Londrina – UEL.

Desde a década de 90, vem orientando estudos, da iniciação científica até o doutorado, sobre a linguagem do Paraná, além de ter, ela mesma, construído o ALPR, o *Atlas Lingüístico de Ortigueira – ALOR* (inédito) e o *Esboço de um Atlas Lingüístico de Londrina – EALLO* (1987). Esse seria, então, um quinto período a ser acrescentado às fases de Aguilera (2000).

Como podemos observar desde a descrição proposta por Aguilera (2000), há muita heterogeneidade entre os trabalhos elaborados para o Paraná. Os vinte e nove trabalhos apresentados nesta tese, por exemplo, poderiam ser organizados de diversas formas:

- a) **forma de apresentação dos dados:** atlas lingüísticos, vocabulários, monografias e artigos (com descrição de variantes léxicas). Nesse caso, teremos dados com marcação geográfica e dados sem marcação geográfica de ocorrência;
- b) **forma de constituição do rol de variantes (método de recolha de dados):** busca em literatura regional, em relatos de expedição e recolha apropriadamente *in loco*. De acordo com esse critério, os dados são oriundos ou da modalidade escrita ou da modalidade oral da língua;
- c) **metodologia de trabalho (nível de sistematicidade):** critérios mais ou menos sistemáticos de inclusão das variantes no *corpus* e de escolha dos informantes. Nesse caso, podemos contar com descrições mais ou menos adequadas à comparação entre os trabalhos.

Por isso, chamamos a atenção do leitor para o fato de que nem todos os trabalhos podem ser considerados científicos. No entanto, alguns foram aqui recuperados por se tratar de relatos antigos, de uma época em que a lingüística e seu aparato metodológico não estavam representados, ou ainda não eram conhecidos o bastante no Brasil, ou não faziam parte da preocupação central do pesquisador que arrolou os dados. No entanto, para todos são feitas referências sobre essa questão, de modo que o leitor poderá se situar adequadamente em relação a cada um deles.

Para fornecer uma orientação prévia, fizemos uma divisão com base na metodologia de coleta de dados, que termina por marcar também o nível de sistematicidade estabelecido na pesquisa. Parte dos dados, portanto, tem origem na pesquisa em literatura regional em prosa e verso. É o caso de *Gíria Cabocla do Sul do Paraná* (SILVA, [19--]), do *Glossário do Vale do Iguaçu* (FILIPAK, 1976) e do *Dicionário Sociolinguístico Paranaense* (FILIPAK, 2002)

Outro tipo de pesquisa arrolada são aquelas que fazem a coleta *in loco* sem sistematicidade em relação ao informante, o que acarreta uma dificuldade senão a impossibilidade de estabelecimento de níveis lingüísticos de uso das variantes recolhidas. Essas obras, *grosso modo*, são os relatos de viagem, nos quais o autor, estranhando o modo de falar da população local, registra as variantes que considera pitorescas. São parte dessa categoria: *Viagem à Comarca de Curitiba* (SAINT-HILAIRE, 1964), *Passeio a minha Terra* (COELHO, 1860), *Viagem ao País do Jesuítas* (MURICY, 1975) e o artigo/vocabulário publicado por Andrade Muricy, em 1938.

Observa-se que, como avalia também Aguilera (2000), quanto mais modernos mais sistemáticos são os trabalhos em relação à escolha dos informantes e à pesquisa como um todo. Todos os outros trabalhos apresentados estão neste grupo. Distinguem-se entre si pela amplitude da pesquisa, pelo fato de terem sido publicados ou não, pela presença de dados etnográficos e pelo nível de profundidade (cinco monografias, cinco dissertações e uma tese), mas todos apresentam informações detalhadas sobre a recolha dos dados.

Para a descrição e análise propostas neste capítulo, os estudos foram organizados primeiramente por região, visando a aproximar os dados e facilitar a busca por resultados comuns. Dentro desses tópicos, optou-se por trabalhar com o critério cronológico, quando possível, e também por fornecer uma relação cronológica dos trabalhos no início de cada tópico, com o intuito de orientar melhor o leitor. Havendo várias datas no início do trabalho, informa-se que o ano apresentado em primeiro lugar será o da coleta de dados; a seguir, será apresentado o da edição em uso neste trabalho.

A apresentação dos dados começa pelo litoral paranaense e segue para o interior. Primeiro para a região dos Campos Gerais, no segundo planalto paranaense, depois para o restante do Estado, pretendendo assim representar as ondas colonizadoras que terminaram por ocupar o território.

1.1 O LITORAL: GUARAQUEÇABA

- 1956 – Amaral – Contribuição para um inquérito lingüístico no litoral do Paraná
- 1976 – Wouk – Atlas Lingüístico do Paraná. Primeira etapa: Guaraqueçaba
- 1977 – Mercer – Notas dialetológicas sobre Guaraqueçaba
- 1979 – Alvar e Alvar – Guaraqueçaba, Mar e Mato
- 1979 – Mercer – Le Léxique Technique des Pêcheurs de Guaraqueçaba (Brésil)
- 2002 – Aguilera – Tupinismos Lexicais no Português Brasileiro: Trilhas e Traços no Paraná

Se, como veremos adiante, desde 1938 já podemos falar de trabalhos interessados no léxico do Estado, é fato que estudos de maior sistematicidade tenham surgido a partir da década de 50. A professora Serafina Traub Borges do Amaral, umas das pioneiras nesse tipo de estudo no Estado, expõe em um artigo, *Contribuição para um inquérito lingüístico no litoral do Paraná*, os resultados alcançados por uma visita de estudos feita a Rio dos Medeiros, no município de Guaraqueçaba. No texto, a pesquisadora descreve o lugar e tece observações fonéticas e lexicais sobre a linguagem dos moradores, transcrita grafematicamente.

Seguindo o ‘Estudo dos dialectos e falares portugueses’ do Prof. Manuel de Paiva Boléo, da Faculdade de Letras de Coimbra, darei, a seguir, o vocabulário recolhido, referente à natureza, trabalhos agrícolas, animais domésticos – tarefa que me fora designada nessa pesquisa. (AMARAL 1956, p. 160)

Essa autora apresenta noventa e seis variantes dentro dos campos relacionados na citação anterior.⁴⁷

⁴⁷ Foram mantidas as notações fonéticas e ortografia conforme o original.

1. A natureza, os fenômenos atmosféricos, astros, tempo	
montanha	morro, arto, xerra;
ribanceira	barranxera;
rio	riu;
nascente de rio	ôio dáuga;
ventos	munção da noiti, vêntu norti, ventu sur;
relâmpago	ralámpu
chuva	iúva;
arco-íris	arcuíriu;
orvalho	xerenada;
sol	sór;
lua	lu(n)a-minguanti, crexéti-munção da lu(n)a (fases da lua)
estrelas	não dão nome especial às estrelas; conhecem as “treimaria” e o “cruzeru”; “fai mar apontá azistrela – dá birruga”.
os dias da semana	sigunda, terxa, quarta, quinta, sejta, sabo, dumingo.
os meses do ano	ianêro, feuerero, marxo, abri, maio, iunho, iulho, agoito, sitêmbu, oitubo, novembo, dijembo.
manhã, meio-dia, tarde, noite	minhã, mêo-dia, tardi, nôiri;
hoje, ontem, amanhã	ôie, ônti, ontônti, aminhã;
as estações do anos	nu têmpo du quénti, nu têmpu du frú;
os numerais	um, dói, trêi, sei, xincuenta, cuatôrze, corenta i xincu, trinta i xincu, sexenta i trêi;
mil, milheiro	mi; miêru, cem mi réi;
cento	xento;
alqueire	arquêri (um saco de dói arqueri. um córenta quílo);
dúzia, quilo, litro	duza, quilo, litro
uma porção	U(n)a (u nasal + a) porxão
muito (adv.)	uma redada
2. As plantas	
árvore	arvi;
jaboticaba	iabuticáua;
mastruço	mentruij
gomos da laranja	bagu da laránia
alecrim	licrim (usado em defumação, quando nasce uma criança – livra do mau olhado).
Descascar (um fruto)	dicajá.
cereais	míio, arrôi (marelão, branco, marelão vermêio, igapi(n)o, matão bráncu)
semente de laranja	carôxo
tangerina	laránia mimosa.
laranja	laránia gránde.
limão	limão dôxi e ajedo
pimenta	pimenta preta e pimenta cumaf
pinhão	pi(n)ao (desconhecem a pinha; não há pinheiro no litoral).
mandioca ⁴⁸	mândiôca (para fazer farinha); aipí (para comer cozido).
espiga de milho	ispiga (a do arroz também é ispiga ou frô ⁴⁹).
cogumelos	chapéo di cóbra.

⁴⁸ Em referência à mandioca, a Prof^a Serafina Amaral informa que esta e o aipim “têm o nome genérico de ‘ráma’ – ‘aquêli artu ali é só ráma’; ‘agóra ta nu tempu di prántá ráma’.” (p. 162)

⁴⁹ Sobre o arroz, afirma ainda que é a cultura mais importante e descreve o ritual de debulha desse cereal, com a organização de “fandangos - danças típicas de todo o litoral paranaense – que tomam o nome de ‘gambá’ [...] ‘U gambá é u fândangu mêmu, dona, só qui é in riba du arrôi seim sapatu neim tamáncu. E’ uma vêi in casa di cada um qui teim os arrôi.” (AMARAL, 1956, p. 162).

podar	capá a árvi.
gomo da laranja	bago da larânia.
melancia	milánxía
Os animais	
animal	alimá;
focinho	foci(n)u
feminino de cachorro	cachórra;
ovo, ovos	zóvu – “Ói qui um zóvo pra senhor iantá” – “sinhor” no sentido de senhora – feminino (arcaico)
gema	Iêma
clara	crara
galinha, galo, frango	gali(n)a ⁵⁰ , galo, frángo
cobra	Há poucas; só há uma que é venenosa; é a “corá”, mas muito rara. Ouvi um dos circunstantes: “Cóba simpênti”.
os cães	Há muitos e assim designados: Avánti, Siguru, Tupi, Dragão, Livánti (veadêru di premera)
pesca	Não se usa a palavra pesca , e sim “matá pêxe” ⁵¹ ou “caçá pêxe.”
lagarto, lagartixa	lalgato, lalgatixa.
porco	porco, pórca, curê (para chamar usam “cure, curê...”)
chiqueiro	chiquero
peixes	badejão, tubarão, cação, bagre, pescada, pescadi(n)a, jairé, raia, carã(i)a, ostra, camarão.
insetos: mosquito, mosca	Pernelôngo, mosca e mosca mordedêra.
pulga, barata, piolhos, etc	bichu, bichu de cabeça, bichu de cáma, etc.
caça	Não há armas de fogo; a caça é feita com armadilhas a que chamam ‘mundéu’, com que caçam tatu, preá e até ‘viado’, segundo um informante não muito digno de crédito (Moacyr Águeda). Não tive oportunidade de ver um mundéu, mas informaram-me que é mundéu de laço, embora isso não me esclareça a questão. O “bodoque” ou “bedóque”, de desenho especial, como um arco de flecha, com que atiram uma pedra a distâncias bem respeitáveis, tem a preferência dos meninos para a caça de passarinhos.
pássaros	sabiá, bimmtiví, tico-tico, bunitu-lindu, biguá (uma espécie de mergulhão), galça ou gaiça, e pintassírvi.
abelha	abêia. O mel só é usado quando encontrado no mato. “A iênti a vi acha mer, cuándo é tempu di prántá ráma, nus mato.”

Quadro 1 – Variantes recolhidas por Amaral (1956)

Fonte: AMARAL, 1956, p. 160 - 164.

⁵⁰ Na página 164, Amaral informa que as galinhas são denominadas “criação” e “pertencem mais ou menos a todos – ‘As mi(n)a criação ta tudo ispáiadu”.

⁵¹ Segundo Serafim da Silva Neto, citando Donald Pierson e Carlos Borges Teixeira em publicação de 1947, a expressão *matar peixe* era usada no litoral paulista, em Icapara, “porém só as encontramos nesse povoado e não em Iguape, nem em Jipovura, outro povoado nas margens do rio Ribeira.” (SILVA NETO, 1986, p.207). Para informação do leitor, Icapara é um bairro rural de Iguape, município do litoral sul de São Paulo. Silva Neto discorre sobre as diferenças encontradas na fala dos caiçaras do litoral sul e do litoral norte de São Paulo.

Como se vê, os dados de Amaral (1956) relacionam variantes lexicais, mas deixam marcas da variação fonética: a “não pronúncia do som línguo-palatal **j**”, a “desnasalação constante” ou a “pronúncia dos **rr**” (AMARAL, 1956, p. 158-159). Tais fenômenos encontram-se marcados pelo negrito nas listagens acima reproduzidas.

De fato, Guaraqueçaba é, além do primeiro, um dos municípios mais estudados no Paraná. O Professor Miguel Wouk, em artigo publicado em 1976 (p. 101), explica o interesse por esse município:

Guaraqueçaba foi o primeiro pedaço do solo paranaense povoado por portugueses, aos quais, mais tarde, vieram juntar-se outros grupos étnicos, com pequeno número de indivíduos, mas suficiente para criar situações de contato cultural bastante singulares. Essa região ficou, até há poucos anos, praticamente isolada do resto do país e do estado por falta de vias de comunicação. Ainda agora, o acesso a essa parte do litoral é bastante precário. Era, portanto, o lugar ideal para os propósitos científicos da pesquisa.

O artigo de Wouk (1976, p. 99) tinha como objetivo dar notícias do “resultado parcial de uma pesquisa de campo levado a efeito naquele município [Guaraqueçaba] de nosso Estado. Ela abrangeu também as áreas de lingüística, antropologia, etnografia e genética”, afirmando ainda que

há cerca de 15 anos já se alimentava a idéia de levar a cabo uma pesquisa de campo em todo o Estado do Paraná, segundo o modelo da Geografia lingüística criado por Jules Gilliéron, na França, sob o nome de Atlas Lingüístico [...]. Em vários desses atlas, [...] não se buscou apenas o fato lingüístico, isolado das demais manifestações culturais dos povos. Não há dúvida, a língua é a mais importante delas. Contudo, ela vem inserida em campo bem mais amplo, que abrange toda a vida espiritual e material das comunidades humanas.

Em 1977, o professor José Luiz da Veiga Mercer apresenta em artigo na Revista Estudos Brasileiros,

o resultado parcial dos estudos dialetológicos levados a efeito em Guaraqueçaba durante o ano de 1974, no quadro de uma pesquisa interdepartamental promovida pelo Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, e pelo Centro de Estudos Brasileiros. (MERCER, 1977, p. 35)

Para Mercer (1977), que reafirma a opinião de Wouk (1976) sobre as razões de escolher Guaraqueçaba como ponto inicial,

o falar guaraqueçabano representaria, de certa maneira, o estado atual de um português quinhentista, evoluído em especiais condições de isolamento, no seio de uma sociedade bastante conservadora. Bem entendido, pois, não se esperava encontrar aí, tal qual, o português do século XVI, visto que em sociedade alguma, por mais conservadora que seja, a língua permanece imutável – exceção feita às línguas rituais, em geral fixadas pela e na escrita. O que sempre atraiu em Guaraqueçaba era essa qualidade de meio onde a língua evoluiu segundo linhas e ritmo próprios, em grande independência em relação à comunidade lusofone mais ampla. (MERCER, 1977, p. 35)

O professor lembra, entretanto, que Guaraqueçaba nunca esteve totalmente isolada, mantendo contatos mais freqüentes com Cananéia e Iguape, no litoral de São Paulo, e também com Paranaguá, no Paraná. Acrescenta, ainda, que o falar guaraqueçabano não necessariamente evoluiu “em velocidade menor”, mas nas mesmas linhas dos falares circunvizinhos. Segundo Mercer (1977, p. 36),

na verdade, se houve lentidão em certos aspectos, em outros o que se verificou foi forte aceleração, como no caso da concordância nominal, que ficou reduzida a uma única regra: os adjuntos que precedem o núcleo substantivo concordam com ele em gênero e número.

No artigo em pauta, Mercer realiza um confronto com os dados de Amaral (1956), “a única notícia acadêmica sobre o falar de Guaraqueçaba, anterior ao presente trabalho” (MERCER, 1977, p. 46). No que diz respeito às notações fonéticas, foco da comparação, são apontados pequenos lapsos de transcrição, bem como a diminuição da incidência de fenômenos observados pela professora em 1953, ano da excursão ao Rio dos Medeiros.

Em relação ao léxico, seu artigo amplia a coleta de Amaral, relacionando 167 variantes, divididas em campos lexicais relativos à construção, à agricultura, à economia doméstica, ao fandango e ao vocabulário geral.

As variantes coincidentes são:

Amaral (1956)	Mercer (1977)
Descascar (um fruto): dicajcá	Descascar, v. – no preparo do peixe e do camarão, retirar-lhes o revestimento. [vocabulário relativo à economia doméstica]
“família nova”: “o trabalho [plantio do arroz] é comum aos homens e às mulheres - a não ser que estas estejam de “família nova”.	Família, s.f. – filho ou filha. [vocabulário geral]
Fandango: “fándangos” – danças típicas de todo o Paraná .	Fandango, s.m. – dança popular de origem portuguesa. Baile, frege...[...] [vocabulário relativo ao fandango]
Gambá: “empilhado o arroz, e pronta a colheita de todos os plantadores, organizam-se “fándangos” – danças típicas de todo o Paraná - que têm o nome de “gambá”, um em cada casa em que há arroz a ser debulhado, pois a dança consta de um sapateado executado, descalços os participantes, sobre o arroz espalhado no chão. [...] ‘U gambá é u fándangu mêmu, dona, só qui é in riba du arrôi seim sapatu neim tamáncu. E’ uma vêi in casa di cada um qui teim os arrôi.” (p.162).	Gambá, s.m. - muxirão [mesmo que mutirão] para descascar o arroz. [vocabulário relativo à agricultura]
Rama: “plantam ainda mandioca [...] e aipim [...], que têm o nome genérico de “ráma” – ‘aquêli artu ali é só rama’; ‘agora ta nu tempu di prantá ráma.’	Rama. s.f. – pé de mandioca, por oposição às raízes; mandioca. [vocabulário relativo à agricultura]

Quadro 2 – comparação entre os dados de Amaral (1956) e Mercer (1977)

Nem todas as variantes listadas acima aparecem no pequeno vocabulário de Amaral (1956). De fato, apenas uma (*descascar*) apresenta-se desse modo, as outras foram recuperadas do texto do artigo, nas descrições que sua autora faz das atividades relacionadas à cultura do arroz e da mandioca.

Quanto ao sentido, *descascar* apresenta alguma diferença, pois, para Mercer (1977), é usada no manejo do peixe e do camarão, enquanto Amaral (1956) relaciona-a com os frutos, num uso talvez mais próximo à língua comum. Também se pode perceber uma sutil diferença na descrição do item *gambá*, pois Mercer (1977) não faz referência ao fandango, à “festa” que acompanha a debulha do arroz.

Esse projeto para um atlas lingüístico, embrionário desde Amaral (1956), parece ter se tornado o germe de uma obra de cunho etnológico/etnográfico sobre Guaraqueçaba, incluindo sua linguagem. Os dois volumes de *Guaraqueçaba, Mar e Mato* foram publicados em 1979 e elaborados por Júlio e Janine Alvar, participantes do grupo inicial (1976). Seus autores mencionam o projeto para o atlas, que deveria ter sido iniciado em 1973, e as razões de escolha de Guaraqueçaba – as mesmas anteriormente citadas por Wouk (1976): “decidiu-se começar por esse município por haver estado isolado do restante do Paraná, por terra, até o mês de dezembro de 1970, quando foi inaugurada a estrada, aberta no mato, que vai de Morretes a Guaraqueçaba, unindo-se dessa maneira à BR-277, Paranaguá-Curitiba.” (ALVAR; ALVAR, 1979, p. 16).

Na obra são descritos a geografia, a história, a cultura e o vocabulário de Guaraqueçaba. Este último compreende os campos da pesca, da moradia, das atividades profissionais da região, das plantas, animais e caça. A macroestrutura do vocabulário

é formada de verbetes construídos a partir do contexto regional, que se apresentam sublinhados, e de verbetes construídos a partir das obras lexicográficas consultadas, não sublinhados. Essa estrutura duplicada reduz os 1.972 verbetes a aproximadamente 986 lexias. (RODRIGUES, 2000, p.44)

A característica central desse vocabulário não é, entretanto, ser regional. Coerente com a base etnológica do trabalho, ele arrola variantes que podem parecer desnecessárias a um estudo puramente lingüístico-dialetal, como “abacate” ou “beterraba”, mas que descrevem hábitos e cultura do lugar, conforme afirmam Alvar e Alvar (1979, p. 1):

em sua atuação, os autores nunca tiveram como objetivo procurar o excepcional que, segundo seu ponto de vista, não conduziria a nada e falsificaria a realidade. Assim, é possível que restem pontos vazios em sua descrição etnográfica, porém, tudo o que foi recolhido é o encontrado no caminhar de todos os dias, e vai desde as flores até os sonhos.

Se buscarmos tais variantes nos dados do vocabulário de Alvar e Alvar (1979) e acrescentarmos ao quadro anterior, teremos os seguintes dados:

Amaral (1956)	Mercer (1977)	Alvar e Alvar (1979)
Descascar (um fruto): dicajcá	Descascar, v. – no preparo do peixe e do camarão, retirar-lhes o revestimento. [vocabulário relativo à economia doméstica]	não ocorre (aparece <i>descascador</i> : máquina para descascar arroz)
“família nova”: “o trabalho [plântio do arroz] é comum aos homens e às mulheres - a não ser que estas estejam de “família nova”.	Família, s.f. – filho ou filha. [vocabulário geral]	não ocorre
Fandango: “fándangos” – danças típicas de todo o Paraná .	Fandango, s.m. – dança popular de origem portuguesa. Baile, frege...[...] [vocabulário relativo ao fandango]	<u>Fandango</u> : baile que coroa uma festa ou trabalho, como ocorre no “MUTIRÃO”.
Gambá: “empilhado o arroz, e pronta a colheita de todos os plantadores, organizam-se “fándangos” – danças típicas de todo o Paraná - que têm o nome de “gambá”, um em cada casa em que há arroz a ser debulhado, pois a dança consta de um sapateado executado, descalços os participantes, sobre o arroz espalhado no chão. [...] ‘U gambá é u fándangu mêmu, dona, só qui é in riba du arrôï seim sapatu neim tamáncu. E’ uma vêi in casa di cada um qui teim os arrôï.” (p.162).	Gambá, s.m. - muxirão [mesmo que mutirão] para descascar o arroz. [vocabulário relativo à agricultura]	<u>Gambá</u> : mamífero marsupial que vive na região Gambá: tipo específico de mutirão para a colheita do arroz. “Jantam e dançam. Fandango sem tamancos com um violeiro (BO). Para bater arroz: 1) batem com pau; 2) dançam no arroz com sapatos; 3) tiram o arroz e dançam mais com música: 2 violas e pandeiros (GV).
Rama: “plantam ainda mandioca [...] e aipim [...], que têm o nome genérico de “ráma” – ‘aquêli artu ali é só rama’; ‘agora ta nu tempu di prantá ráma.’	Rama. s.f. – pé de mandioca, por oposição às raízes; mandioca. [vocabulário relativo à agricultura]	<u>Rama</u> : o mesmo que PIQUE. “Se planta a RAMA com três olhos.” (BA, BO ⁵²); “Se planta duas RAMAS” (LA) (<u>Pique</u> : pedaço de talo de mandioca que se utiliza para replantá-la. O mesmo que RAMA (G))

Quadro 3 – comparação entre os dados de Amaral (1956), Mercer (1977) e Alvar e Alvar (1979)

Fonte: Amaral (1956), Mercer (1977) e Alvar e Alvar (1979)

Comparando os dados de Alvar e Alvar (1979), com os de Mercer (1977) e Amaral (1956), temos:

⁵² As abreviações referem-se aos locais onde foram feitas as coletas de dados. O município foi dividido em 39 pontos, segundo o primeiro mapa etnográfico da obra.

- a) **descascar:** se considerarmos que aparece sob a forma de participio (*descascado*) em Alvar e Alvar (1979), partilha a acepção geral de “retirar revestimento”, ainda com certa especialização em Mercer (1977);
- b) **família:** não ocorre nos dados de Alvar e Alvar (1979). Mesmo sentido nos outros dois trabalhos;
- c) **fandango:** em Alvar e Alvar (1979) apresenta-se essa variante como coroação de festa ou trabalho. O sema “coroação” não aparece em nenhum dos outros autores;
- d) **gambá:** das quatro entradas para essa variante no vocabulário dos Alvar, apenas uma delas está sublinhada, representando o significado de gambá na comunidade: *mamífero marsupial que vive na região* (ALVAR; ALVAR, 1979, p. 76). Entretanto, outra das quatro entradas, apesar de não sublinhada, traz indicações da localidade onde se recolheu a variante, por isso foi tomada também como representativa do léxico da região, considerando que pode ter havido um equívoco na marcação da entrada do vocabulário. A segunda acepção respalda o significado recolhido por Amaral (1956): tipo específico de mutirão.
- e) **rama:** no vocabulário dos Alvar (1979) parece sofrer certa especialização no sentido, pois já não é encontrada como “a mandioca”, visto em Amaral (1956) e Mercer (1977), mas apenas como um pedaço dela. O verbete remete a *pique*, que possui três entradas separadas: 1ª) “pedaço do talo da mandioca que se utiliza para replantá-la. O mesmo que rama”; 2ª) “entalhe do “CANZIL” [peça do jugo] onde é passada a “BROCHA” [correia] para prender a “CANGA” [jugo] ao “BOI” [animal]”; e numa forma composta: 3ª) “*pique-de-rama*: o mesmo que PIQUE (AC)” (ALVAR; ALVAR, 1979, p. 86). Mercer (1977) também define *pique* – “no pé da mandioca, cada segmento do caule entre um olho e outro” – ou seja, como a 1ª acepção da obra do casal Alvar.

Outras variantes encontradas em Alvar e Alvar (1979), também presentes em Amaral (1979), são *mundéo* (*armadilha feita de paus para caçar animais de pequeno porte*), *bodoque* (*arco utilizado na caça e que se arma com bolas de barro, cozidas ao fogo*), diversos tipos de pássaros: *bem-te-vi*, *biguá*, *bonito lindo*, *garça* (*grande ou branca*), *sabiá*, *pintassilgo*, não aparecendo *tico-tico*, apresentada por Amaral (1956), e de insetos: *abelha*

africana, jataí, mandaçaia, mirim, entre outras variantes. Tais não aparecem no vocabulário de Mercer (1977), que apresenta outros campos léxicos.

As coletas de Mercer (1977) e do casal Alvar (1979) foram feitas mais ou menos na mesma época, de 1973 a 1974. E, segundo se pode depreender do que afirma Wouk (1976), dentro do mesmo projeto de trabalho:

A coleta de dados e informações estendeu-se de dezembro de 1973 a abril de 1974. Algumas equipes, como a de genética, de história e de antropologia, fizeram-no em tempo concentrado. As de língua e de folclore, em sucessivas viagens, aproveitando dias de férias ou de recesso escolar na Universidade. (WOUK, 1976, p. 101)

O casal Alvar informa a data de 18 de setembro de 1974 como o último dia de permanência em Guaraqueçaba. Sobre esse município, em 1979, o professor Mercer apresenta ainda os dados de sua tese de doutoramento *Le Léxique Technique dès Pêcheurs de Guaraqueçaba*, composta por três volumes: o primeiro descreve o trabalho de pesquisa; o segundo traz os dados sobre informantes, questionário, respostas e uma análise sobre variação; o terceiro apresenta o vocabulário. O trabalho de Mercer restringe-se a uma linguagem especial com a qual se poderia construir uma base de dados sobre a fala paranaense em momento propício.

De fato, num trabalho voltado à recolha de dados para elaboração de uma listagem a mais ampla possível das variantes já recolhidas no Paraná, outros trabalhos, que não serão analisados aqui, por se referirem a linguagens especiais, poderiam ser incluídos, como estudos sobre o léxico do feijão, da cachaça, da sericicultura ou do apicultor. Essas reuniões estariam subordinadas, é claro, à observação de aspectos metodológicos comuns, fruto de um trabalho exaustivo de comparação, mas poderiam revelar a conformação léxica paranaense de maneira bastante abrangente ao descrever a realidade dos diversos tipos de atividade profissionais existentes no Estado.

A partir do litoral, ampliando o estudo de tupinismos no Paraná, Aguilera publicou, em 2002, um artigo no qual reúne argumentos que demonstram a validade das teses dialetológicas “segundo os quais as palavras não caminham de modo uniforme, mas apresentam lacunas na sua expansão e concentração, tornando difícil muitas vezes traçar as linhas de isoglossas” (AGUILERA, 2002, p. 38), além de vincular a história social paranaense ao panorama lingüístico captado pelo Atlas Lingüístico do Paraná (AGUILERA, 1990/1994) e ressaltar a importância dos atlas de linguagem rural para o estudo da história lingüística.

A partir de consultas a dicionários gerais e etimológicos, Aguilera mapeia a permanência dos índios e a passagem de Bandeiras pela região do litoral, do primeiro planalto paranaense, bem como do chamado caminho das tropas, a partir da linguagem que usavam. Muitas variantes estudadas, incluídas entre os tupinismos, pertencem ao *corpus* selecionado para o desenvolvimento desta tese, o que transforma o artigo em valioso material de pesquisa e, ao mesmo tempo, ratifica os dados oriundos da história do Paraná no que diz respeito à presença indígena na região.

Para essa autora,

Esses nomes tupis cartografados no ALPR, ou registrados nas notas das cartas, ou ainda transcritos das entrevistas, recobrem, em sua maioria, conceitos de referentes da flora e da fauna como é comum nas demais regiões do Brasil, confirmando o que estabeleceram os dialetólogos que nos antecederam (Amaral 2001 [1920]: 27-33; Nascentes 1922: 181; Marroquim 1996: 113-118; Melo 1983: 149). No entanto, a herança indígena ainda permanece na fala rural paranaense em alguns poucos nomes referentes ao corpo humano e suas funções, a brinquedos, a utilitários domésticos e a entes sobrenaturais. (AGUILERA, 2002, p. 19)

Sobre a distribuição diatópica das variantes, Aguilera (2002) informa que algumas se concentram no litoral, como *nambeva* (variedade de galinha), *nhapacamim* (variedade de gavião), *nhapacaré* (variedade de gavião) e *bapuúra/pipuúra/picuúra* (variedade de galinha). Outras variantes “de base tupi conseguiram ampliar seu raio de ação: saindo do litoral chegam ao planalto de Curitiba e acompanham o homem na sua caminhada primeiramente rumo ao segundo planalto e logo após acompanhando a rota dos tropeiros”: *baetató*, *caburé*, *curica*, *guamirim*, *incõe/inconha*, *jojoca*, *peca/pequinha/guapeca/guapequinha*, *pinhé* e *urupê* (AGUILERA, 2002, p. 32-33).

Sobre a região de Guaraqueçaba, especificamente, portanto, temos cinco trabalhos (AMARAL, 1956; WOUK, 1976; MERCER, 1977 e 1979; ALVAR; ALVAR, 1979). Todos trazem notícias sobre o léxico paranaense falado pela população de pouca ou nenhuma escolaridade (alguns tendo essa informação apenas implícita), exceto o artigo do professor Wouk, que apresenta sucintamente o projeto de um atlas lingüístico para o Paraná, a composição da equipe e também as dificuldades na sua execução.

A comparação revela a inter-ratificação de alguns dados, colhidos na década de 50 e de 70, e até alguma mudança no uso de algumas variantes, mas também a necessidade de apurar com maior critério informações específicas sobre o método de recolha e de seleção dos informantes, pois essas são informações essenciais para determinar a possibilidade

objetiva de reunião de dados. É claro que se pode inferir o fato de que, sendo todos os autores lingüistas e objetivando elaborar um futuro atlas, provavelmente os critérios tenham seguido o que recomenda a dialetologia tradicional.

1.2 A CAMINHO DO INTERIOR: OS CAMPOS GERAIS

1820/1964 – Auguste de Saint-Hilaire – Viagem à Comarca de Curitiba (1820)

1844/1860 – Salvador José Correia Coelho – Passeio pela minha Terra

1896/1938 – General Muricy / Andrade Muricy – Algumas Vozes Regionais do Paraná do Extremo Oeste

1956 – Sêcco – Aspectos Lingüísticos Palmeirenses: pesquisa dialectológica

1896/1975 – General Muricy – Viagem ao País dos Jesuítas

1967 – Toniolo – A Linguagem da Depressão Central Gaúcha e a dos Campos Gerais

1970/1981 – Toniolo – Vocabulário de Tibagi

2000 – Lino – Aspectos lingüísticos da fala de Cândido de Abreu: um estudo geossociolingüístico

2002 – Toniolo – Do presente ao passado: um olhar sobre o vocabulário de Tibagi.

2003 – Aguilera e Vasconcelos – Para uma abordagem histórico-social da fala rural de Castro – PR: a presença de tupinismos

Uma das mais antigas alusões ao linguajar paranaense é encontrada na narrativa de Auguste de Saint-Hilaire, estudioso que fez várias viagens pelo Brasil. Em *Viagem à Comarca de Curitiba (1820)*. Saint-Hilaire (1964) afirma que nos Campos Gerais, como já citado nesta tese, encontravam-se na maioria não mestiços, como se poderia esperar, mas homens brancos, que, apesar da pouca cultura, expressavam-se melhor do que os do que ele havia encontrado em São Paulo:

assim, não é de admirar que, a despeito de sua profunda ignorância, os habitantes dos Campos Gerais tenham melhor pronúncia e falem mais corretamente o português que os das vizinhanças da cidade de São Paulo, e não dêem ao ‘ch’ o som de ‘ts’ e ao ‘g’ o de ‘dz’, alterações introduzidas na língua portuguesa pelos índios, com os quais os colonos dos distritos de Castro e Curitiba pouco se misturaram. (SAINT-HILAIRE, 1964, p. 14)

Em outros momentos da narrativa, Saint-Hilaire diz ainda sobre a linguagem dos moradores da região:

Aliás, existem na língua portuguesa certos sons mistos difficílimos de apanhar, nunca se podendo estar de acôrdo sôbre sua ortografia. (SAINT-HILAIRE, 1964, p. 81).

Entre nós, sabem versos sômente os que possuem algum estudo; é necessário estar-se familiarizado com a nossa poesia para sentir-lhe os encantos. A prosódia natural às línguas do Sul torna a sua poesia mais vulgar; habituados a ouvir e a pronunciar a todo instante sílabas harmônicas, conhecem os meridionais a metrficação instintivamente. (SAINT-HILAIRE, 1964, p. 82)

Desde o primeiro capítulo, o viajante relata a vida nos Campos Gerais, o modo de cuidar do gado e dos cavalos, os costumes da população e a espécie de natureza que encontrou, comparando-as às outras regiões por onde viajou no Brasil, e, fazendo isso, termina por elencar também variantes utilizadas na região. Saint-Hilaire (1964) marca algumas variantes em seu livro com o itálico, outras não. A princípio, pensou-se que, ao identificar essas marcas, se pudesse determinar o status de uso das variantes: se eram usadas em outras regiões, fazendo parte de um léxico já conhecido pelo autor, ou eram variantes que ele conhecera na viagem aos Campos Gerais.

Verificou-se, então, que essas marcas não eram regulares o suficiente para permitir tais conclusões (coxonilho, por exemplo, é destacada com o itálico na segunda vez em que aparece na narrativa). Por isso, procurou-se ler atentamente cada trecho para verificar marcas contextuais que pudessem demonstrar um conhecimento novo ou a retomada de algo já sabido e que se encontrava novamente naquele momento.

Serão apresentadas, a seguir, as variantes encontradas na narrativa de Saint-Hilaire (1964). Primeiramente serão fornecidas, no pequeno verbete, as acepções retiradas do dicionário Aurélio Século XXI (FERREIRA, 1999), quando existentes, escolhido por ser um dos mais representativos em termos de léxico do Brasil. Uma comparação com o Dicionário Houaiss versão 2001 será também apresentada após os dados. No verbete, serão somadas as

abonações encontradas no livro, pois muitas delas ajudam a descrever o referente. O primeiro rol de variantes foi selecionado em virtude de o contexto permitir a conclusão de que estas não eram de conhecimento prévio do autor.

- a) **anu**: 2. Bras. S. Modalidade de fandango (6). 3. Bras. PR Etnogr. A primeira marca do fandango (6), em que homens e mulheres se alternam na roda, embora só os homens sapateiem, e, nos intervalos, as palmas substituem o sapateado, sendo o passo principal o oito, que os homens descrevem tendo por centro dos dois círculos as damas (FERREIRA, 1999). *Saint-Hilaire*: “Dançaram a dois, como nas antigas danças alemãs, e a quatro, marca coreográfica chamada na região de anu e chula, em que sapateiam furiosamente, dobrando os tornozelos, aliás, com certa graça.” (p. 81);
- b) **barbaquá**: [De or. amer., poss.] Bras. S. S. m. 1. Carijó. Adj. 2 g. Diz-se da erva-mate preparada no carijó⁵³ (q. v.). armação de galhos para secar as folhas da árvore da congonha ou árvore do mate (FERREIRA, 1999). *Saint-Hilaire*: “Destacam dos galhos os ramúsculos guarnecidos de fôlhas e colocam-nos sôbre o *barbaquá*, espécie de abóbada armada (p. 138);
- c) **biraguaia**: espécie de peixe. *Saint-Hilaire*: “Encontrei-me noutra praia, no começo da qual apanham um peixe chamado *biraguaia*, que segundo os meus condutores, mede 3 a 4 pés de comprimento e imita o ruído de um tambor.” (p. 184-185) Em nota, o tradutor afirma ser o peixe também conhecido no litoral de Santa Catarina;
- e) **caldeirões**: [De caldeira + -ão¹.] S. m. 2. Escavação nas rochas, feita pelas águas, na qual se encontra ouro e diamante. Geol. Cova lisa e redonda formada pelos remoinhos, no leito de rio. (Cf., nesta acepç., caldeira (4).) [...] 5. Bras. AM Lugar de um rio onde se forma turbilhão ou remoinho. 6. Bras. BA Concavidade nos lajedos, da qual se retira o cascalho, nestes casos quase sempre rico. [...] 7. Bras. BA. GO. Tanque natural nos lajedos, onde se reúne a água da chuva (FERREIRA, 1999). *Saint-Hilaire*: “Quando a água, como acontece com freqüência, se

⁵³ [Do caingangue.] S. m. Bras. S. 1. Jirau, ou armação de varas, onde se colocam os ramos de erva-mate para crestá-los ao calor do fogo; barbaquá. (FERREIRA, 1999)

precipita de um plano superior sôbre o que fica abaixo, produz na pedra concavidades arredondadas a que dão o nome de *caldeirões*.” (p. 13);

- f) **capim-mimoso**: S. m. Bras. Bot. 1. Designação comum a várias ervas da família das gramíneas do gênero *Eragrostis*, de pequeno porte, folhagem fina e inflorescência muito delicada (FERREIRA, 1999). *Saint-Hilaire*: “A relva que as constituem [pastagens], quando nova, é extremamente fina e tem a denominação de *capim-mimoso*.” (p. 23);
- g) **capim verde**: capim recém brotado. *Saint-Hilaire*: “Ao capim nôvo, chamam verde; ao antigo, *macega*.” (p. 24) “Estes, não havendo sido queimados durante cêrca de um ano e tendo o capim atingido a sua altura natural, eram de *macegas*; os outros, havendo sido queimados nos últimos seis meses do ano precedente, eram de *verdes*.” (p. 56);
- h) **chula**: chula¹ [F. subst. de chulo.] espécie de dança e música popular de origem portuguesa (FERREIRA, 1999). *Saint-Hilaire*: tipo de dança. “Dançaram a dois, como nas antigas danças alemãs, e a quatro, marca coreográfica chamada na região de *anu* e *chula*, em que sapateiam furiosamente, dobrando os tornozelos, aliás, com certa graça.” (p. 81);
- i) **hapagüela**: espécie de planta. *Saint-Hilaire*: “Entre os arbustos ali existentes predomina a Mirtácea chamada *Hapagüela* (que se agarra à goela, *Myrcia pubescens*, DC.), porque o seu fruto, negro e de quatro lóbulos, é segundo dizem, muito adstringente.” Obs.: como informa o botânico P. Paulino Reitz, em nota, o nome da planta seria *rapa-goela*. *Saint-Hilaire* teria confundido o fonema do início da lexia;
- j) **lombilho** (p. 22) (também registrado como lombinho (p. 15)). [Adapt. do esp. plat. lomillo (v. lombo e -ilho).] S. m. Bras. S. 1. O apero que substitui, nos arreios, a sela comum, o selim e o serigote (FERREIRA, 1999). *Saint-Hilaire*: “Os homens andam sempre a cavalo, e a galope, e usam um laço de couro atado à sela de feitio particular, denominada *lombinho*.” (p. 15); “Atiraram-lhe ao lombo uma sela pequena chamada *lombilho*.” (p. 22);
- k) **madrinha**: Bras. 4. Égua ou besta que serve de pastora e guia duma tropa de muares; égua madrinha (FERREIRA, 1999). *Saint-Hilaire*: “O domador conduziu o cavalo chucro para fora do curral e o ajudante, montado num cavalo domado a que denominam *madrinha*, passou a

galopar à frente ou ao lado daquele e, cêrca de dez minutos depois, ambos os cavaleiros voltaram ao curral.” (p. 22);

- l) **macega:** Bras. S. ⁵⁴ O capim dos campos, quando seco e tão crescido que dificulta o trânsito (FERREIRA, 1999). *Saint-Hilaire*: espécie de erva rasteira nascida há mais tempo, com pelo menos um ano, e que já pode ser cortada para nascer outro. Ver *capim verde*.;
- m) **paratuva:** espécie de planta. *Saint-Hilaire*: “Mas o terreno da maior parte é pantanoso e coberto de mangue ou unicamente de duas Gramíneas, confundidas na região sob o nome de *paratuva*.” (p. 177).

Biraguaia, capim verde, hapagüela ou rapa-goela e paratuva não estão dicionarizadas no Aurélio e nem mesmo em outro dicionário geral da língua portuguesa: o Houaiss Eletrônico, versão de 2001. O adjetivo *verde*, neste último dicionário, identifica as características do capim citado (que tem o frescor, o viço, a energia do que é novo, do que se inicia), assim como no Aurélio (FERREIRA, 1999) lê-se que verde relaciona-se com: “relativo aos primeiros anos de existência”. No entanto, não aparece a lexia com entrada própria.

A listagem, de fato, continua. Agora com variantes cujos contextos permitiram entender que se trata de lexias de uso mais comum, provavelmente já conhecidas por *Saint-Hilaire*. É o caso de:

- a) **batuque:** [De bater.] S. m. 1. Designação comum a certas danças africanas e brasileiras acompanhadas de cantigas e de instrumentos de percussão: 2. Baile popular ao som de instrumentos de percussão; batucada. 7. Bras.RS Rel.Pará.[culto religioso] (FERREIRA, 1999). *Saint-Hilaire*: “Além de música, houve danças. Sendo quaresma, não foi permitido o batuque.” Em nota, acrescenta: “os batuques são danças obscenas, sôbre as quais já me referi em outras obras.” (p. 81);
- b) **capim-flecha:** S. m. Bras. Bot.1.Erva da família das gramíneas (*Tristachya leiostachya*), própria dos campos do Planalto Central. Tem porte característico, semelhando aveia, inclusive pelas espigas frutíferas, e alcança 1 a 2m de altura. espécie de grama. (FERREIRA, 1999). *Saint-Hilaire*: “A Gramínea chamada *capim-flecha*, muito apreciada pelo gado, predominava em todas as pastagens” (p. 58);

⁵⁴ S. f. 1. Erva daninha que surge nas searas. 2.Bras. S. O capim dos campos, quando seco e tão crescido que dificulta o trânsito. 3. Bras. RS Arbusto rasteiro que viceja, em geral, nos campos de qualidade inferior.

- c) **caracará:** [Do tupi.] S. m. Bras. Zool.1.V. carancho. Ave falconiforme, falconídea (*Polyborus plancus brasiliensis*), da região cisandina da América do Sul, de cabeça pardo-escuro, dorso pardo, listrado de branco, cauda branca listrada de pardo, com ponta preta, asas pardo-escuro; caracará, carcará (FERREIRA, 1999). *Saint-Hilaire*: “Quando as ovelhas dão cria, têm alguns fazendeiros o cuidado de recolher os cordeiros ao estábulo, subtraindo-os, destarte, à voracidade dos caracarás, que, segundo dizem, lhes comem a língua” (p. 23);
- d) **casa doada:** na divisão de impostos sobre o gado, era a parte não-governamental. *Saint-Hilaire*: “Sabe-se que os direitos [impostos] eram divididos entre duas administrações, a do *contrato* e a da *casa doada*, representando esta, nominalmente a família à qual o rei havia concedido a metade das quantias pagas à entrada da Província” (p. 94);
- e) **cauin/cauim:** [CAUIM] (au-ím). [Do tupi = 'bebida fermentada'.] S. m. Bras. 1.Espécie de bebida preparada com a mandioca cozida e fermentada (FERREIRA, 1999). *Saint-Hilaire*: “Sabe-se que os Tupinambás, antigos habitantes da costa, faziam com a mandioca ou milho mastigado, uma bebida inebriante denominada *cauin* (cauim). Encontrei o uso dessa bebida entre seus descendentes.” (p. 131);
- f) **charrua:** charrua² [De erva-de-charrua.] S. f. Bras. Bot. 1.Subarbusto (*Eupatorium bartsiaefolium*) da família das compostas, de até 60cm de altura, de caule ereto, muito ramificado no ápice, folhas alternas, coriáceas, serreadas nos bordos, flores de corola cilíndrica, vermelhas ou azuis, reunidas em capítulos, e fruto aquênio; é natural da América do Sul, e as suas folhas são us. medicinalmente (FERREIRA, 1999). *Saint-Hilaire*: “As plantas que eu passara a encontrar com maior abundância eram Vernônias, Mimosáceas, uma Convolvulácea, uma compósita vulgarmente chamada *charrua*.” (p. 58);
- g) **charrua:** charrua¹ [Do fr. charrue.] arado grande de ferro, com jogo dianteiro e uma só aiveca. ⁵⁵ (FERREIRA, 1999). *Saint-Hilaire*: “Se escolhem os pastos, apenas lavram-nos com a charrua” (p. 29);

⁵⁵ Aiveca: cada uma das duas peças que sustentam a relha do arado, e que serve para alargar o sulco. (Relha: parte do arado ou charrua que penetra na terra.) (FERREIRA, 1999).

- h) **contrato:** parte do governo na divisão de impostos sobre o gado. *Saint-Hilaire*: “Sabe-se que os direitos [impostos] eram divididos entre duas administrações, a do *contrato* e a da *casa doada*, representando esta, nominalmente a família à qual o rei havia concedido a metade das quantias pagas à entrada da Província” (p. 94);
- i) **coroado:** coroado¹ Bras. S.m. 1. Etnôn. Indivíduo dos coroados, povo indígena extinto que habitava a região da nascente do rio Doce (MG) e a do rio Paraíba do Sul (RJ). Adj. 2. Pertencente ou relativo a esse povo. (FERREIRA, 1999). *Saint-Hilaire*: “Uma dessas tribos de índios que costumam fazer uma pequena tonsura no meio da cabeça e que, por essa razão, os portugueses apelidaram de *Coroados*.” (p. 124);
- j) **coxonilho:** S. m. Bras. RS GO 1.V. coxinilho: [Do esp. plat. cojinillo.] S. m. Bras. RS 1. Manta, ger. de lã, que se põe sobre os arreios para comodidade do cavaleiro. (FERREIRA, 1999). *Saint-Hilaire*: Em nota: “Em documento publicado no Anuário do Brasil, 1847, pág. 526, diz o curitibano Francisco de Paula e Silva que, com a lã dos numerosos rebanhos de carneiros criados nos Campos Gerais, fazem ali grande quantidade de xergas e coxonilhos que se exportam para o mercado de Sorocaba.” (p. 22, nota nº 14). Na página 119, torna a citar a variante: “Com a lã de carneiro fazem-se também muitos *coxonilhos* – coberturas de selas de cavalos, usadas na região e que, além disso, se exportam para Sorocaba.”;
- k) **emboaba:** [De or. controvertida.] S. 2 g. Bras. Nos tempos coloniais, alcunha que os descendentes dos bandeirantes paulistas davam, especialmente na região das minas, aos forasteiros portugueses, e brasileiros de outras origens, que entravam no sertão à busca de ouro e pedras preciosas, e, p. ext., aos portugueses em geral (FERREIRA, 1999). *Saint-Hilaire*: “Parecerá, sem dúvida, extraordinário que os habitantes do distrito de Curitiba e dos Campos Gerais, em sua maior parte descendentes de europeus, sem mescla de sangue indígena, dêem aos portugueses da Europa o apelido injurioso de *emboabas*” (p. 120);
- l) **fazenda de criar:** propriedade rural destinada à criação de gado. *Saint-Hilaire*: “Era uma *fazenda de criar*, como as demais de toda a região. O proprietário mantinha ali alguns escravos que eram dirigidos pelo mais

inteligente e fiel [...]; como, porém, visitava às vezes sua propriedade, o fazendeiro mandara construir uma pequena casa que conservava muito bem cuidada.” (p. 42);

- m) **(fazer o) rodeio**: rodeio. 6. Bras. Ato de ajuntar o gado para marcá-lo ou para curativos (FERREIRA, 1999). *Saint-Hilaire*: “Galopar nos campos imensos, arremessar o laço, dar batidas para conduzir o gado a lugar conveniente, isto é, *fazer o rodeio*, são para gente môça exercícios que lhe torna odioso o trabalho sedentário.” (p. 16);
- n) **homem mandado**: homem que foi enviado pelo governo para executar alguma ordem. *Saint-Hilaire*: “(em português, no original), isto é, enviado do govêrno” (p. 92);
- o) **ibá**: o mesmo que pinhão: semente do pinheiro-do-paraná. *Saint-Hilaire*: “Em épocas imemoriais, contribuíram elas para a subsistência dos índios, que as denominavam *ibá*, a fruta, ou a fruta por excelência. [...] Ainda hoje, os habitantes dos Campos Gerais comem pinhões e empregam-nos na engorda de porcos.” (p. 12);
- p) **indiana**. Tipo de tecido. *Saint-Hilaire*: “Ela usava, como as outras, vestido de *indiana* muito decotado e um chale do mesmo tecido.” (p. 89). Em nota do tradutor: *Indienne* – como se acha no original – é o nome de um tecido de algodão estampado que se fabricava na Índia, principalmente em Masulipatão e Surate, passando o vocábulo, por extensão, a designar o tecido que os franceses e outros europeus imitaram dos indianos. [...] Na França, com a fabricação de tecidos mais finos [...] restringiu-se a aplicação do nome *indienne* a um pano de qualidade inferior, com desenhos pouco esmerados e côres menos suaves.” (p. 89, nota nº 23);
- q) **poejo**: S.m. Bot. Erva da família das labiadas (*Mentha pulegium*), cultivada no Brasil como planta aromática, de delgados ramos prostrados e folhas pequenas, fortemente odoríferas quando esmagadas, e que cedem um óleo rico em mentol (FERREIRA, 1999). *Saint-Hilaire*: “Uma Labiada muito comum nos lugares baixos e úmidos desprenhia, sentindo-se ao longe, agradabilíssimo perfume que lembrava o da *menthe-pouliot* (*Mentha-pulegium*). Os primeiros portugueses que se estabeleceram nesta região, induzidos em êrro por êsse perfume,

tomaram naturalmente aquela planta pelo *pouliot* de sua pátria, pois lhe deram o nome de *poejo*, isto é, o mesmo que em Portugal tem o *Pouliot* verdadeiro.” (p. 99);

- r) **quincunce:** [Do lat. quincunce.] S. m. 1. Plantação de árvores dispostas em xadrez, uma em cada canto e uma ao centro. 2. Grupo de cinco, formando quatro um quadrado e ficando um no centro (FERREIRA, 1999). *Saint-Hilaire*: “Em outubro, transplanta as mudas [de fumo], dispondo-as em quincunce, a quatro palmos (88 cents.) de distância uma das outras” (p. 29);
- s) **sapecar:** sapecar¹ [Do tupi = 'queimar levemente', + -ar2.] V. t. d. 1. Brás. ⁵⁶ Chamuscar, crestar. (FERREIRA, 1999) *Saint-Hilaire*: “Para sapecá-los (verbo usado em Curitiba e no Paraguai), não se fazia uma fogueira de lenha verde, [...]. Não se armavam barbaquás, mas somente jirais de um metro de altura, mais ou menos, sobre os quais se colocavam as folhas de mate” (p. 139);
- t) **vargem:** [De várzea, por infl. de palavras acabadas em -gem.] S.f. 1. V. várzea. [Do b.-lat. varcena, poss.] S.f. 1. Planície fértil e cultivada, em um vale. [Var.: várgea, varge, vargem, varja.] (FERREIRA, 1999). *Saint-Hilaire*: “No porto tem início uma planície paludosa chamada *vargem*, como todas as que se lhe assemelham.” (p. 146);
- u) **xerga:** 1. tecido grosseiro, espécie de burel [tecido grosseiro de lã]. 2. Bras. Espécie de enxerga [colchão rústico] que se estende por baixo da albarda [Sela grosseira, enchumada de palha, para bestas de carga] das bestas. (FERREIRA, 1999). *Saint-Hilaire*: “Em documento publicado no Anuário do Brasil, 1847, pág. 526, diz o curitibano Francisco de Paula e Silva que, com a lã dos numerosos rebanhos de carneiros criados nos Campos Gerais, fazem ali grande quantidade de xergas e coxonilhos que se exportam para o mercado de Sorocaba.” (p. 22, nota nº 14);
- v) **negro domador:** homem que doma cavalos. *Saint-Hilaire*: “Tive oportunidade de ver porém em prática o meio adotado para conseguirem êsse fim [domar cavalos] [...]. Logo que o *negro domador* montara um

⁵⁶ 2. Das outras cinco acepções, quatro são brasileirismos: “2. Bras. S. Pop. V. surrar (2). 3. Bras. S. Pop. Bater de leve. 4. Bras.N.E. Realizar imperfeitamente. VTDI. 5. Bras. Vibrar, meter, atirar. Vp. 6. Chamuscar-se, crestar-se.” (FERREIRA, 1999).

dos cavalos chucros, passaram os outros animais de um curral de pequenas dimensões [...] para outro maior [...]. (p.21-22).

Destas, *casa doada, contrato, fazenda de criar, homem mandado, ibá, indiana e negro domador* (encontra-se domador apenas) não estão dicionarizadas. As outras apresentam acepções coincidentes com o Aurélio. Os resultados foram os mesmos no Houaiss (2001), no entanto, neste último, a acepção número oito para *coroados* está geograficamente mais próxima daquela encontrada no livro de Saint-Hilaire (1964):

denominação atribuída pelos portugueses, no passado, a indígena de grupos de filiações lingüísticas e regiões geográficas diversas, por usarem o que se entendia como coroas de plumas na cabeça; eram assim chamados os caingangues de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul; os caiapós do Norte de Mato Grosso; os ‘bororos’, os ‘coropós’, os ‘puris’ e os ‘xerentes’. Obs.: etnm.br.: ‘Coroados’. (HOUAISS, 2001)

Saint-Hilaire (1964) anota também os nomes dos acidentes geográficos e locais por onde passou, discutindo a etimologia desses nomes e podendo servir de dado de abonação também para a área da Toponímia.

Sem o objetivo precípua de observar a linguagem falada na região, – isso só foi feito como parte da descrição de natureza quase etnográfica a que se propôs o autor –, suas descrições, e mesmo as coletas, são principalmente da fauna e da flora, sobre o modo de viver e a cultura dos outros habitantes da ainda denominada Comarca de Curitiba. No entanto, de acordo com seu próprio testemunho, tomava precauções para que o que recolhesse fosse verdadeiro. Em nota à página 124, esclarece o modo cuidadoso como costumava recolher dados léxicos, questionando o sentido das palavras em vários informantes, o que demonstra sua percepção da necessidade de um fazer científico para atestar seus dados.

Sobre os índios da região, além de descrever-lhes o modo de viver, a aparência, tecer relações com outras tribos e lugares onde são encontradas, o autor elabora um pequeno rol de sessenta e uma lexias usadas pelos coroados:

Sol.....Êle (o l participa do som do r)
 Lua.....Cochê (pronúncia lenta)
 Estrêlas.....Crinhê
 Terra.....Nga
 Fogo.....Pin
 Água.....Goio (o último o é bem aberto)
 Chuva.....Ta
 Pedra.....Pa (o a pronuncia-se mais ou menos como o awe dos ingleses)

Homem.....	Hangué (h aspirado)
Mulher.....	Fanga (a final surdo)
Filho.....	Paissi
Espôsa.....	Quajana (o último a participa do som do e francês)
Mãe.....	Nan
Pai.....	Io (o aberto)
Irmão.....	Aranguerê
Tio.....	Cacrê
Tia.....	Imba
Cabeça.....	Itcrim (im deve ser pronunciado à maneira portuguesa)
Cabelos.....	Nhem (o em tem a pronúncia portuguesa)
Olhos.....	Incanê (o in tem a pronúncia portuguesa)
Nariz.....	Inhinê
Orelhas.....	Ininglé (o l participa do som de r; e fechado)
Bôca.....	Inhantu
Dentes.....	Inhê
Rosto.....	Icaquê
Braços.....	Iningda (a aberto)
Mãos.....	Iningue (in tem a pronúncia portuguesa)
Perna.....	Sfa
Pé.....	Pen
Onça.....	Min (o in tem a pronúncia portuguesa)
Anta.....	Oioro (o r participa do som do l)
Veado.....	Gembê
Macaco.....	Cajerê (o primeiro e aberto, e o segundo fechado)
Cão.....	Ogog
Perdiz.....	Cuiupepê
Papagaio.....	Congio (o último o bem aberto)
Peixe.....	Pirê
Lambari.....	Cringlofora
Árvore.....	Ka
Fôlha.....	Faie (e fechado)
Jabuticaba...	Mê
Pinhão.....	Fangue
Milho.....	Nhere
Feijão.....	Eringro (os rr participam do som da letra l; o o é aberto)
Farinha.....	Manenfu
Arco.....	Uieie
Flecha.....	Do (o aberto)
Ponta de flecha...	Nhemgfm (o em e o im devem ser pronunciados como em Português)
Bom.....	Maha (os dois aa surdos)
Bonito.....	Chintovin (in pronuncia-se, nesta palavra, como em latim)
Feio.....	Coré
Doente.....	Canga
Branco.....	Cupri
Prêto.....	Capro
Vermelho....	Cucho
Comer.....	Coia
Dormir.....	Noro
Ir.....	Tinhra
Falar.....	Uimra (a nasal)
Dançar.....	Grangraia
Partimos.....	Mona

(SAINT-HILAIRE, 1964, p. 125-127)

O método de recolha é assim explicado:

Ditou-me ela algumas palavras da sua língua; em seguida, eu as li a outra mulher da mesma nação e retifiquei as inexatidões que me haviam escapado. Era êsse o método seguido por mim em casos semelhantes, tôdas as vêzes que isso era possível. (SAINT-HILAIRE, 1964, p. 124)

Também ainda no século XIX, mais precisamente em 1844, Salvador José Correia Coelho, juiz de Direito, deputado provincial e escritor em São Paulo, percorreu o caminho entre a capital paulista e a cidade de Lapa (Vila do Príncipe, à época), na ainda denominada “Província do Paraná”, parte da 5ª Comarca de São Paulo. O relato dessa viagem foi publicado pela primeira vez em 1860 e nele também encontramos pequenas menções à linguagem do paranaense dos Campos Gerais. A edição que utilizamos nesta tese é a de 1995, publicada pela Prefeitura de Curitiba para a Coleção Farol do Saber.

Descrevendo a região das cidades de Lapa (chamada Príncipe), Palmeira, Ponta Grossa e Castro, região que percorre na volta a São Paulo, Salvador Coelho (1995, p. 87) afirma serem tais campos “férteis e criam abundantemente gado cornífero, cavalar e muar, e neles passam as invernadas muitas das inúmeras bestas que o comércio importa da Província de São Pedro.”

Faz ainda outra referência aos tropeiros, citados desde Saint-Hilaire, que cruzavam os Campos Gerais em direção a São Paulo: “é muito para ver a multidão de gado muar e cavalar que nos meses de novembro e dezembro saem da província S. Pedro e se vendem no Príncipe [Lapa] ou aí passam com direção à feira anual de Sorocaba.” (COELHO, 1995, p. 90).

Cita a predileção por corridas de cavalos, fato que encontraremos novamente no relato do General Muricy, *Viagem ao país dos jesuítas*, publicado em 1975, e que será discutido mais adiante. A relação estreita com o restante da região sul e mesmo com a cultura espanhola é atestada por afirmações como:

Os paranaenses viajam armados, como os povos da Província de São Pedro, cujos costumes em muitíssimos pontos são semelhantes, pois não falando no traje que é o mesmo, no modo de exprimir o pensamento são como os daquela província, adotando palavras espanholas em suas conversações. (COELHO, 1995, p. 88)

O seu falar é cheio de interjeições; usa hipérboles atrevidas e arriscadas e de bravatas espanholas; no discurso pronuncia palavras em voz baixa e sem haver transição pronuncia outras alteando-as, como que por arrancos; sempre exprime os diminutivos com a desinência e, -‘ito’-. (COELHO, 1995, p. 95)

No capítulo III, em que fala sobre Ponta Grossa, Castro e Itararé, Coelho (1995, p. 93) cita algumas variantes usadas na região:

nos Campos Gerais, como na Província de São Pedro, costumam designar pela palavra – ‘coxilha’ –, a elevação plana, chão, chapada, lombada, lomba a altura plana, planura em cima do monte, a que os franceses chamam – ‘plateau’ e significam por ‘acanhadas’ – as depressões do terreno, os vales, a que está a cavaleiro a planura do monte.

Embora revestido de uma subjetividade que não autoriza o inteiro aproveitamento de seus dados, o livro de Salvador Coelho é interessante por tratar-se, segundo afirma a professora Cassiana Lacerda Carollo, no prefácio da obra, “de um relato comprometido com a terra que descreve, pois trata-se (sic) de autor nascido no Paraná, e do primeiro paranaense a publicar um livro” (COELHO, 1995, p. 9). Além disso, há no final um pequeno glossário, com sessenta e sete termos.

Há lexias como *aborrido* (aborrecido), *apeiros* (correia que prende a canga ao cabeçalho do cavalo) e *pelego* (espécie de manta rústica que fica entre o pelo do cavalo e a sela), presentes também na obra do General Muricy, discutida mais adiante. Pelo menos duas variantes – *lombilho* (parte principal dos arreios) e *silha* (parte da sela) – aparecem no glossário do Atlas Lingüístico do Paraná – ALPR (AGUILERA 1990/1994). *Lombilho*, como se viu, é encontrado também no texto de Saint-Hilaire (1964).

Outras variantes, entretanto, parecem ser de uso padrão, erudito ou técnico, da língua, como: *anfratosidades* (saliência, depressão irregular), *ínclito* (egrégio, celebrado) ou *filamentosa* (composta de filamentos). Traz, ainda, pelo menos um arcaísmo: *apartamento* (separação). Talvez esteja, a bem da verdade, no campo da etnografia a sua maior contribuição, uma vez que testemunha a vivência, o cotidiano do homem paranaense do século XIX.

Após as primeiras referências de Salvador José Correia Coelho, vamos encontrar, em 1938, a compilação de um rol léxico num artigo-glossário de aproximadamente 236 entradas denominado *Algumas vozes regionais do Paraná do extremo oeste*. O glossário foi apresentado, em 1938, no I Congresso Nacional da Língua Nacional Cantada e, segundo seu autor,

não é fruto de dificultosa colheita, com finalidades científicas. [...] O vocabulário aqui apresentado foi por mim extraído dessa obra enorme [manuscritos de seu pai]. É deficientíssimo. O material é, ali, imenso. Limitei-me, tanto quanto possível, às vozes mais características, afastado, sempre que pude, o que é comum a todas as regiões nacionais (MURICY, 1938, p. 576).

Os apontamentos do seu pai foram finalmente publicados em 1975, sob a forma de livro denominado *Viagem ao País dos Jesuítas*, título dado pelo General aos manuscritos, complementado pelo glossário e por uma botanografia com 28 tipos de madeira do Paraná.

A comparação entre o glossário constante do artigo de 1938 e do que compõe o livro publicado em 1975 indica uma elevação [...] no número de verbetes (36 novas entradas) bem como modificações na redação de alguns deles, tendo outros sua grafia modificada para a norma padrão. O maior número de entradas, bem como as diferenças nos verbetes, podem ser explicados pela revisão do trabalho para a publicação. Nota-se que as modificações pretendem completar e clarear as definições. (RODRIGUES, 2000, p. 39)

Vê-se que Andrade Muricy (1938) procurou dar ao trabalho um caráter regional, deixando de lado o que não fosse característico da região visitada por seu pai. Aguilera (2000, p. 100), entretanto, chama a atenção para o caráter bem mais abrangente do léxico recolhido por ele: “o que temos, na maioria das vezes, são variantes lexicais do falar caipira brasileiro, muitos dos quais constituem verdadeiros arcaísmos, ou variantes fônicas da fala padrão, ou mesmo da fala rural brasileira”.

Não se pode dizer, também, que o léxico recolhido fosse utilizado exclusivamente na região Oeste do Paraná, como pode fazer pensar o título do artigo-glossário. As variantes são de uso também das personagens que o General encontra no caminho, sem contar que, de fato, o General e sua equipe não chegaram à região Oeste do Estado, ficando no local onde hoje se encontra o município de Fênix, Centro do Estado.

É o próprio General Muricy (1975, p. 4) quem informa por quais regiões e cidades a expedição passou:

Para além da região alcançada pela expedição, lá estão Campo Mourão, Engenheiro Beltrão, Borrazópolis, Kaloré, Quinta do Sol, Peabiru, Itambé, Iatunga, Floresta, Cianorte, Doutor Camargo e ainda muitas mais. Na região deixada em caminho, surgiram também Cândido de Abreu, Manuel Ribas, Ivaiporã, Jardim Alegre, Grandes Rios... Quanto ao misterioso deserto, selvático, marcado, sem maior relevo, pelos vestígios da redução de Vila Rica, lá estão hoje várias cidades: propriamente nas imediações, Fenix (sic), rodeada de São João do Ivaí, São Pedro do Ivaí, Barbosa Ferraz...

Em outro momento da narrativa são apontados também outros locais por onde passou a expedição:

Para nós que nos íamos Portão, Bariguí, Araucária, Guajuvira, Balsa-Nova e Serrinha, foram ficando para trás, após rápidas paradas, até que nos lançamos em veloz rolar pelos belos Campos Gerais. [...] Da culminância de um vasto e extenso coxilhão, cujas pendentes para as lombadas o trem galga vagaroso, com possantes resfôlegos, vomitando turbilhões de fagulhas e rolos de negro fumo, avistam-se lá ao longe, encostados no escuro dos sertões que limitam as campanhas, a ferir-nos a vista pela cintilação aos raios do sol, os centenares de pontos brancos do casario da Lapa, a lendária e invicta cidade da Lapa [...]. E assim foram ficando para trás Restinga Seca, Palmeira, Lago e chegamos finalmente a Ponta-Grossa, a princesa dos Campos Gerais.⁵⁷ (MURICY, 1975, p. 24-25)

A partir daí, a equipe alcança os sertões de Guarapuava e segue pelo Rio Ivaí até o local onde pensavam encontrar Vila Rica do Espírito Santo, última das possessões espanholas, construída para abrigar jesuítas e índios que restaram após o ataque dos bandeirantes. Como já mencionado, hoje, neste local, encontra-se o município de Fênix, onde foi estabelecido o Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo, com aproximadamente 358 ha, no qual estão localizadas as ruínas da comunidade espanhola.⁵⁸

Concordamos, entretanto, com Aguilera (1990, p. 100) quando esta afirma:

o trabalho, no entanto, reveste-se de valor incontestável, uma vez que permite comparar vocábulos e expressões do século passado vigentes em regiões agrestes, ainda imersas nas florestas, como as existentes na fala rural e mesmo urbana em todo o Estado.

Sobre a linguagem dos Campos Gerais, outro trabalho a ser comentado é o de Glacy Camargo Sêcco, *Aspectos Lingüísticos Palmeirenses: pesquisa dialetológica* (1956), no qual a autora relaciona 55 variantes, muitas das quais vão aparecer mais tarde em outros trabalhos. Palmeiras localiza-se “no segundo Planalto Paranaense dos Campos Gerais” (SÊCCO, 1956, p. 9), entre Curitiba e Ponta Grossa, Sudoeste do Estado. Foi passagem de tropas e, segundo Cardoso e Westphalen (1986, p.55), seu povoamento iniciou-se em 1820.

O trabalho da Professora Sêcco, na década de 50, além de fazer parte do grupo que iniciou os estudos dialetais paranaenses, revela um interesse pelo linguajar paranaense não restrito apenas à região litorânea, nem orientado apenas pela Universidade Federal do Paraná, embora daí tenha partido um número maior de trabalhos. Seus estudos

⁵⁷ Pontos do ALPR (1990): Manuel Ribas (ponto 35), Ivaiporã (30), São Pedro do Ivaí (ponto 24).

⁵⁸ Após essa comparação inicial, neste trabalho, em face da similaridade de conteúdo entre os glossários constantes das obras de Andrade Muricy (1938) e do General Muricy (1975), trabalharemos apenas com esta última publicação.

provinham de um outro centro de estudos: a Faculdade de Letras de Ponta Grossa, que mais tarde se transformaria na Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, criada na década de 70 a partir da reunião de faculdades isoladas.

Sua metodologia abarca os procedimentos usuais na dialetologia urbana, dividindo o fator escolaridade, que chama de nível sociocultural, em três: de 5ª a 8ª série, Ensino Médio e Ensino Superior, completos ou não. As faixas etárias são distribuídas em três contínuos: de 20 a 35 anos, de 36 a 55 anos e de 56 anos em diante. Quanto ao questionário, a autora relata que ele

atendeu às áreas semânticas caracterizadoras da região, [...] identificação de cores e tonalidades; contagem de números cardinais e ordinais até dez; enumeração das partes e órgãos do corpo, meses, estações do ano, pontos cardeais, plantações, hortaliças, transportes; identificação de figuras por meio de cento e quatro cartões, de 24 x 16,5 cm, ilustrando as palavras selecionadas a fim de induzir o informante a enunciar os vocábulos formais. Para os cartões não identificáveis através de figuras, fez-se um arrolamento de palavras, com perguntas esparsas e pré-estabelecidas. As gravações de dezoito informantes totalizaram 21h e 30min. (SÉCCO, 1956, p. 13)

Posteriormente, em 1967, o Prof. Ênnio Toniolo publicou um pequeno e interessante artigo no qual compara a linguagem rural falada nas cidades de Ponta Grossa (PR) e Santa Maria (RG). Citaremos aqui as particularidades que o professor elenca sobre Ponta Grossa: o uso do diminutivo com verbos “chovendinho, pulandinho”; expressões como “aquele um, aquela uma, ontem cedo/hoje cedo, Vai nada! É nada!”. Em Santa Maria, as diferenças vocabulares, de acordo com o autor, são parcialmente originárias da influência platina, como diminutivos em –ito, como “bolita, solito, devagarito”: Para ele, “Um grande número de vocábulos e expressões do poema argentino ‘Martín Fierro’, por exemplo, são encontradiços na Depressão, principalmente na linguagem rural, com pequenas alterações fonéticas.” (TONIOLO, 1967, p. 96). Por não terem sido citados, não devem ter sido observados em Ponta Grossa.

Um pouco mais tarde, na década de 70, o mesmo autor realizou uma pesquisa no município de Tibagi, também na região dos Campos Gerais do Paraná. Essa pesquisa gerou um vocabulário, publicado em 1981, o Vocabulário de Tibagi, com 784 variantes, 102 delas também com formas ocorrentes no glossário do Atlas Lingüístico do Paraná (AGUILERA 1990/1994).

Segundo Toniolo (2002), o léxico de Tibagi encontrava-se, em meados da década de 70, carregado de gauchismos como “aporreado, aspa, bagual, cancha, carnear, chimango, cola, fandango, leviano (= leve), redomão, taimbé, terneiro, tocaio (cf. Michaele, 1976; Beaurepaire-Rohan, 1956)” (TONIOLO, 2002, p. 10), mas também de variantes vindas do Norte, isto tudo em virtude de ter sido rota de tropeiros que traziam consigo não só a cultura material, mas também a imaterial, nesse caso a língua, seus usos e costumes.

A metodologia da pesquisa de 1975/78 foi baseada nos pressupostos da dialetologia tradicional: pessoa adulta, nascida na localidade; se casado, o cônjuge também deveria ser da localidade, assim como os pais; pouquíssima escolaridade, preferencialmente analfabeto, com boa denteição. Os informantes dividiram-se em dois grupos etários. O primeiro foi composto por 24 homens e 5 mulheres, de 25 a 35 anos; o segundo, composto de 18 homens e 9 mulheres de mais de 45 anos.

O questionário foi baseado em outros mais antigos, Silva Neto, Paiva Boléo e Wilhelm Bunse, e mais tarde adaptado à realidade cultural e léxica de Tibagi. O território foi dividido em seis áreas, nas quais eram estabelecidos os pontos lingüísticos que chegaram ao número de vinte e dois. Analisando seu trabalho, Toniolo (2002) afirma ter sido de pouca produtividade um questionário relativamente extenso e cheio de questões que, embora ocorrentes em Portugal, não o eram na área rural de Tibagi. A solução dada pelo pesquisador foi estabelecer um parâmetro mínimo de freqüência de uma variante de modo a identificar se ela era utilizada de maneira geral no município. Divididas as áreas, a lexia, para ser considerada norma, deveria ocorrer em pelo menos três não-contínuas.

Assim, quando a palavra atingia este parâmetro mínimo pré-fixado (considerada geral no município, porque atestada em três áreas distintas), excluía-se a respectiva pergunta do questionário, a fim de se poder aplicar o instrumento em todos os pontos visitados. Essa decisão trouxe uma conseqüência, que não se previu na época e se revelou muito danosa para um estudo posterior em tempo real: Não se aplicou um questionário uniforme em todos os pontos. (TONIOLO, 2002, p. 27)

Um segundo estudo sobre o léxico de Tibagi foi elaborado como dissertação apresentada em 2002 na Universidade Estadual de Londrina – UEL pelo professor Toniolo: *Do presente ao passado: um olhar sobre o léxico de Tibagi*. Dessa vez, o autor retorna a Tibagi com o objetivo de estabelecer um cotejo entre os dados léxico-semânticos encontrados na década de 70 e os de hoje em dois pontos lingüísticos do município: os bairros de Guartelá

e Barreiros. O professor realizou também entrevistas em 2001 e por isso pôde também efetuar um estudo em tempo aparente.

Pretendeu-se, assim, examinar exclusivamente um recorte específico do léxico, verificando a vitalidade de emprego de um número determinado de palavras. Isto é, tencionou-se examinar, em dois pontos do município, o uso (ou desuso) desses termos, bem como sua possível distribuição por faixas etárias. (TONIOLO, 2002, p. 3)

A indicação de processos de arcaização, a busca pela provável influência da escola e dos meios de comunicação, a dificuldade de estabelecimento da relação de sinonímia entre itens lexicais obtidos na primeira pesquisa levou o professor a adaptar o questionário a ser utilizado em 2001, que constava de 50 perguntas do produzido para o Atlas Lingüístico do Brasil – AliB. Algumas questões foram divididas, outras foram incluídas, segundo o que se queria pesquisar na cultura tibagiana. Um exemplo de como ocorreu parte dessa adaptação vê-se logo abaixo, nas palavras do próprio Toniolo (2002):

Por exemplo, ‘bezerro’ e ‘ternero’ ora eram considerados sinônimos, no sentido de ‘filhote da vaca, recém-nascido’, ora um deles significava ‘filhote da vaca, já crescido’. Isto é, tinha-se: Bezerro: filhote da vaca, maior que o ternero, e também ternero: filhote da vaca, maior que o bezerro. ‘Garraio’ era conhecido por três informantes. O referente era, segundo um deles, ‘boizinho, putrio anêmico.’ ‘Corte’ consta do ‘Vocabulário’ como ‘leitão ou novilho castrado.’ Buscando distinguir semanticamente os elementos da série provisória: ‘bezerro/terneiro/corte/tourinho/garraio’, incluiu-se no inquérito a seguinte formulação: Como se chama o filhote da vaca, recém-nascido? Quando cresce um pouco mais já é... Se capar, aí é... Assim, procuram-se estabelecer os traços sêmicos, seguindo a nomenclatura de Pottier (1978, p. 61-64). (TONIOLO, 2002, p. 31 – grifo do autor)

Sintetizando-se, o novo questionário (Anexo G), que é forçosamente reduzido, resultou principalmente da consideração destes fatores: (I) as características do ‘Vocabulário de Tibagi’ mencionadas acima, (II) as descobertas do ‘Atlas lingüístico do Paraná’ e (III) o decurso de 25 anos desde as primeiras pesquisas, que implicaram o contato com novos estudos geolingüísticos – paranaenses e brasileiros em geral. (TONIOLO, 2002, p.34)

Os informantes dos dois pontos escolhidos foram divididos em três faixas etárias: de 18 a 30, de 50 a 65 e mais de 75 anos.

Segundo seu autor, o léxico de Tibagi apresenta, atualmente, certa arcaização de termos, principalmente por perda de referentes, embora seja ainda possível ouvi-los na fala de informantes mais idosos ou mesmo na lembrança deixada por alguma

inovação de sentido que assim se perpetuou, revelando, portanto, a face mais conservadora do léxico do município. A influência da norma culta via escola ou mesmo através dos meios de comunicação não parece ter feito efeito muito notável na região “e aparece mais, como é natural, nos falantes jovens e escolarizados”, segundo Toniolo (2002, p. 147), principalmente entre os rapazes. Os resultados lexicais da pesquisa de Toniolo (2002) foram agrupados em um vocabulário que, em virtude da extensão, não poderia ser reproduzido nesta tese.

Em 2000, Lino procedeu a um estudo geossociolingüístico em Cândido de Abreu, município do Centro-Sul paranaense, também na região dos Campos Gerais, com base na metodologia chamada de pluridimensional, proposta por Harald Thun, autor do Atlas Diatópico e Diatópico do Uruguai – ADDU. No trabalho, Lino utilizou totalmente o primeiro questionário experimental publicado para o Atlas Lingüístico do Brasil – ALiB (1998), composto de questões semântico-lexicais, fonéticas e sintáticas, além as referentes à prosódia. Naquele momento, entretanto, foram aproveitadas apenas as lexicais.

Com os dados em mãos, a pesquisadora elaborou um estudo do léxico do ponto de vista de sua origem, 30 cartas analítico-sintéticas e 7 cartas isolexicais. As variantes analisadas foram as mais produtivas. Segundo a autora (2000, p. 216), as menos produtivas só foram objetos de análise quando tivessem relação com o Atlas Lingüístico do Paraná – ALPR (AGUILERA, 1990); quando fossem de origem alemã, ucraniana ou poloneses, etnias predominantes na comunidade, ou ainda se porventura apresentassem algum interesse lingüístico para o trabalho que se desenvolvia.

Cabe aqui comentar os objetivos de Lino (2000): além de registrar as variedades em cartas analítico-sintéticas e de tentar estabelecer zonas de isoglossas, a autora procurou

documentar e discutir o grau de influência dos grupos étnicos, da faixa etária e dos sexos; fazer um estudo dos vocábulos encontrados na linguagem oral popular de Cândido de Abreu, segundo a classificação de Chaves de Melo (1981) e discutir as semelhanças e diferenças dos dados cartografados com os do ALPR (1994). (LINO, 2000, p. 5)

Os últimos três interessam-nos mais de perto. Os resultados, quanto à influência das etnias européias, não apontaram interferência expressiva das línguas maternas dos informantes nos dados, a não ser, como afirma Lino (2000, p. 251), nos nomes próprios dos informantes: “verificamos a preferência pelos antropônimos nos nomes próprios: Wenceslau, Estanilau, Estefano, Nicolau, Eutásia”, entre outros. Outro item lexical citado como provável origem estrangeira é *rachol* (para pinguela, carta 2); entretanto, a hipótese não

foi confirmada, pois a autora do estudo não o encontrou dicionarizado nem mesmo com forma aproximada. Para Lino (2000), a influência das três etnias que povoaram o município reside no nível fonético da língua.

Quanto ao gênero, as diferenças apontam para o conhecimento de mundo, para as experiências vividas por cada um deles. Assim, às mulheres, algumas questões seriam mais facilmente respondidas do que para os homens. Sobre os dados do ALPR (1994), Lino informa que estabeleceu comparações com variantes encontradas por esse Atlas nos pontos vizinhos a Cândido de Abreu, procurando estabelecer parâmetros que indicassem a posição do município em relação à fala paranaense. Assim, chegou à conclusão de que a localidade “situa-se numa área de transição, entre o norte e o sul do Estado” (LINO, 2000, p. 253).

Um cotejo dos dados apresentados pela autora do trabalho ora discutido e os dados retirados do questionário do ALPR foi feito com o objetivo de estabelecer a contribuição da pesquisa para a ampliação do léxico rural paranaense. O quadro com a descrição completa dos dados encontra-se disponível nos anexos (anexo A).

Foi possível entender que, das trinta cartas preparadas a partir do questionário do Atlas Lingüístico do Brasil – ALiB (1998), quatorze coincidem com as do Atlas Lingüístico do Paraná, quer dizer, podem ser comparadas. Entre as não-coincidentes, estão algumas que podem ser relacionados mais estreitamente ao mundo rural, como *jacá*, *gambá*, *anca* e *borralho*; aquelas que fazem parte da realidade urbana: *sinaleiro*, *lombada*, *lote (terreno/data)* e os que permeiam as duas dimensões: *mosca varejeira*, *seios*, *fantasma*, *aguardente*, *toco de cigarro*, *isqueiro*, *bêbado*, *bodega*, *grampo (sem pressão)*.

O trabalho de Lino (2000) ratificou os dados encontrados por Aguilera (1990) para o Atlas Lingüístico do Paraná, mas a pergunta que se faz é: poderia ele ampliar o acervo de dados ainda que com poucas variantes especificamente rurais? Comparadas as metodologias dos trabalhos, verifica-se que Lino (2000, p. 9) adotou os princípios da Dialectologia tradicional no que se refere à “definição de pontos, adoção e aplicação de questionários, coleta de dados e seleção dos informantes”, diferindo desta no tocante à cartografia que, como já foi dito, utiliza a metodologia da geossociolingüística.

Assim, para atender os objetivos propostos, estabelecemos que, em cada localidade, seriam entrevistados 4 informantes com as seguintes características: a) sexo – os dois, masculino (M) e feminino(F); b) faixa etária – duas, a primeira (1) marca os informantes de 45 a 70 anos, e a segunda (2), os que têm entre 18 e 35 anos. (LINO, 2000, p. 14)

No Atlas Lingüístico do Paraná – ALPR (AGUILERA, 1990/1994), há apenas uma faixa etária: de trinta a sessenta anos e a escolaridade não passa do segundo ano do Ensino Fundamental, 60,5% são analfabetos, enquanto Lino (2000) insere, como na metodologia do ALiB, informantes que saibam ler, com, no máximo, o quarto ano do Ensino Fundamental. Feitas as contas, a partir da tabela nº 1 (LINO, 2000, p. 57) conclui-se que treze informantes têm o Fundamental (até a quarta-série) incompleto e vinte e dois, completo, enquanto apenas um fez o antigo Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização).

Esses números não autorizam uma assunção direta das variantes, antes pedem uma criteriosa análise de cada variante em relação ao informante para que se possa incluí-la nos dados do Atlas Lingüístico do Paraná, embora sejam referentes ao mundo rural.

O trabalho realizado por Lino (2000) teve também como objetivo a experimentação dos inquéritos do Atlas Lingüísticos do Brasil – ALiB. Com base em alguns dos seus resultados, associados a outros inquéritos experimentais, o questionário do ALiB pôde ser modificado, resultando na versão final, publicada em 2001, pela Editora da Universidade Estadual de Londrina.

Um caso interessante é o de *moinha*, que aparece apenas entre os mais idosos. Segundo Lino (2000), a faixa etária mais jovem, embora prefira a variante *palha*, também se absteve expressivamente quanto a essa questão, indicando provavelmente o desuso do próprio processo de limpar o feijão com a peneira. Essa pergunta foi retirada do questionário já na 2ª versão (2000).

Dentre as questões utilizadas por Lino (2000) para compor seu estudo, a que se refere a *grampo (sem pressão)* também foi retirada por não apresentar variação expressiva nos inquéritos. *Aguardente, bêbado, toco de cigarro* e *bodega* mudaram de posição no questionário, na 3ª versão (2001), enquanto *sinaleiro* e *gambá* sofreram mudança na formulação. Esta última, inclusive, para evitar a resposta *canguru*, cuja causa era o sema *carrega filhotes na barriga*.

Agora, especificamente sobre a fala rural de Castro, Aguilera e Vasconcelos (2003) apresentam um artigo, no qual tomam por objetivo descrever os tupinismos, inclusive nos topônimos, associando-os à história social do município. As variantes selecionadas são: *arapuca, beronha, boitadá, butuca, caipora/capora, caninana, canga, capão, capim, capoeirão, carancho, carijó, catinga, curica, curupira, ipê, jararaca, jararacuçu, jojoca, jundiá, lambari, mamangava, mandí, muquirana, peca/peba/peva, peteca, piá, picumã, purungo, taraíra, traíra, urubu, urupê, boicorá, cateto, curau, guarumbê, utanha*, além dos topônimos.

As autoras chegam à conclusão de que boa parte dos tupinismos está em franco processo de obsolescência, assim como as crenças populares nos seres que habitam as matas, como curupiras e caaporas. Outra conclusão interessante diz respeito à consulta aos dicionários:

A pesquisa indicou também que a busca das lexias em dicionários especializados (Cunha, Sampaio, Tibiriçá) ou não (Morais Silva) requer um conhecimento das variantes fonéticas de que se revestem cada uma delas, tanto na fala rural como na apresentação do verbete no dicionário. Em muitos, não há uniformidade na representação escrita, de determinadas lexias como **butuca**: var. mutuca, motuca, Mutucuçu; [...] Em outros, há que se considerar a dupla ou tripla representação em Língua Portuguesa de segmentos fônicos como: a) mb>b ou m: **beronha**: mberuãia, mbir-ú, mirú, murú, marú, morú, berú, birú, me'ru, meruanha, muruanja [...] b) y > u,i,y: **curupira**: curypyrans, kuru'pira, curupirara, aicupira. [...] c) u u, v ou b: **peca**: peba, peva: péba, peba, péua, péu, ipeca, y-pega. (AGUILERA; VASCONCELOS: 2003, p. 39) (grifo das autoras)

O artigo de Aguilera (2002), *Tupinismos lexicais no Português Brasileiro: trilhas e traços no Paraná*, apresentado, nesta tese, no item 1.1 deste capítulo 3, tem doze lexias comuns ao trabalho conjunto com Vasconcelos (2003): **beronha**, **boitatá**, **butuca**, **carancho**, **carijó**, **curica**, **jojoca**, **mamangava**, **peca/peba/peva**, **peteca**, **urubu**, **urupê**. É natural que o primeiro artigo apresente um número maior de variantes, uma vez que se propôs a estudar toda a região do Paraná Tradicional; ambos terminam, no entanto, por revelar traços da cultura indígena na fala rural paranaense.

1.3 AS REGIÕES SUL E SUDESTE

1976 – Filipak – Glossário do Vale do Iguaçu

[s.d.] – Cleto da Silva – Gíria Cabocla do Sul do Paraná

1981 – Wouk – Estudo Etnográfico-Linguístico da Comunidade Ucraina de Dorizon

2002 – Filipak – Dicionário Sociolinguístico Paranaense

Numa obra nascida da literatura das cidades paranaenses de União da Vitória (ponto 61 do ALPR), Rio Negro (ponto 64), São Mateus do Sul (ponto 62), Cruz

Machado, Marechal Malet, Irati (ponto 52) e Palmas, bem como das catarinenses Porto União, Canoinhas, Três Barras e Mafra, o professor Filipak (1976, p. 2) apresenta um glossário composto por vocábulos retirados das obras de 56 autores regionais.

Poetas, contistas, cronistas, romancistas e historiadores através dos seus textos revivem a prodigiosa natureza do grande vale, o homem primitivo, as suas lutas, os seus costumes e os aspectos criativos da sua rica linguagem. Ao analisarmos o caráter inovante dos falares do homem iguaçuense visamos contribuir para o enriquecimento lingüístico da dinâmica língua portuguesa. (FILIPAK, 1976, p. 2)

Uma das obras mencionadas na *Antologia do Vale do Iguaçu*, de Filipak (1976), é *Campos e Selvas*, de José Júlio Cleto da Silva (sob o pseudônimo Thales Patrício). Essa obra foi, mais tarde, recopilada e publicada, com o acréscimo de manuscritos inéditos, segundo revela nota do volume, com o nome de “*Gíria Cabocla do Sul do Paraná*” pelo neto de Cleto da Silva, Josaphat Lona Cleto.

Segundo Oliveira (SILVA, [s.d.], p. 5), no prefácio da obra, Josaphat “reuniu numerosas anotações de seu ilustre avô, deu-lhes forma e harmoniosa disposição e manda imprimir aquilo que, em seu conjunto, significa uma preciosa coletânea da gíria usual entre os antigos habitantes do sul e sudoeste paranaense”.

Sobre a área de abrangência do vocabulário, Oliveira (SILVA, [s.d.], p. 5) aponta para a “região meridional do nosso Estado”.

Muitas delas são peculiares, com variadas conotações a toda a região meridional do território nacional. E, se tais expressões, não raro inteligentes e pitorescas, forem analisadas com prudência e um salutar critério, revelarão a presença de vocábulos arcaicos, de significado diverso e muito mais amplo, ainda circulando tanto no recesso dos antigos povoados e vilas, como no relacionamento cotidiano dos lendários tropeiros e agregados, presentes nas mais antigas fazendas da pecuária paranaense.

Observe-se que a metodologia de recolha de dados de Silva ([s.d.]) é igual à de Filipak (1976): compilação de variantes em autores regionais. Em 2002, Filipak lançou também o *Dicionário sociolingüístico paranaense*, com metodologia diferente. Segundo o professor Mercer, que prefacia o Dicionário, ele é

fruto de um trabalho paciente, de campo e de gabinete, que se estendeu por mais de 30 anos, este dicionário reúne mais de cinco mil termos e acepções não dicionarizados, de uso no Paraná e, em muitos casos, também em outras

regiões. Trata-se pela maior parte das formas e significados colhidos em meio rural, por isso mesmo com diminuto acesso à língua escrita. Também são consignadas palavras da linguagem urbana, algumas de largo emprego, inclusive pela imprensa, como é o caso de ‘laqueadura’ como ‘ligamento das trompas’. (FILIPAK, 2002, p. 11)

O léxico que compõe o dicionário de Filipak não é, como se depreende do texto citado, exclusivamente paranaense. É o próprio professor quem explica:

O contato com professores e alunos de Letras das Faculdades supracitadas tornou a pesquisa muito abrangente e desta forma penetramos e devassamos todos os recônditos lingüísticos do Paraná e do Planalto Oeste Catarinense. As indicações topográficas utilizadas no corpo do dicionário referem-se às localidades onde os termos foram coletados por ocasião da pesquisa. Os mesmos termos podem ocorrer em diversas outras regiões. (FILIPAK, 2002, p. 14)

A inclusão do Planalto Oeste Catarinense ou Planalto Serrano de Santa Catarina parece justificar-se porque, segundo Filipak (2002), essa região, chamada de “Sertão de Curitiba”, “Campos Coritibanos” ou “do Apeterebu” (EHLKE apud FILIPAK, 2002, p. 18), “sofreram as mesmas influências dos mesmos tropeiros, na sua maioria paulistas-coritibanos ou paulistas dos Campos Gerais ou paulistas do sul”. Segundo Filipak, essa região catarinense pertenceu ao Paraná de 1853 a 1916 e sofreu influências similares às desse Estado. Como citado por Filipak, seu dicionário realmente fornece a localização da variante logo após a apresentação da entrada.

No *Dicionário sociolingüístico do Paraná*, Filipak, além de recolher variantes da literatura regional, contou com a colaboração de alunos dos Cursos de Letras para coletar dados, provavelmente por meio de questionário, já que a metodologia do trabalho não é apresentada de modo claro.

O professor Miguel Wouk, anteriormente mencionado nos trabalhos sobre a região litorânea de Guaraqueçaba, produziu um trabalho em 1981 sobre o município de Mallet, mais especificamente sobre a vila de Dorizon, pequena comunidade rural onde reside uma população de descendentes de ucranianos, como ensina o professor. Sua pesquisa tem caráter etnográfico e reuniu diversas informações sobre a vida em sociedade e a cultura dos descendentes da região.

Além disso, traz uma base teórica sobre o bilingüismo e os empréstimos, assim como um pequeno manual que inclui “as diretrizes lingüísticas que de certa forma

orientaram – e porque não dizer preocuparam – o professor e pesquisador Miguel Wouk” (Cassiana Lacerda Carollo em introdução ao Apêndice in WOUK, 1981, p. 99). Segundo a professora Carollo, o manual foi elaborado em 1971 com o objetivo de orientar a metodologia de elaboração de um atlas lingüístico e etnográfico do Paraná, alimentando teoricamente um campo que era ainda desconhecido entre os estudiosos da época.

Wouk (1981) descreve traços do empréstimo nos níveis fonético, sintático e morfológico do ucráino. Quanto ao léxico, analisa a frequência das palavras segundo as classes, indicando o substantivo como responsável por setenta por cento da presença portuguesa na língua ucráina. No campo semântico da agricultura, afirma que ele

abrange apenas as espécies vegetais que os imigrantes desconheciam em seu país e só encontraram na região em que se estabeleceram. [...] Permanecem em uso, porém, os vocábulos que designam as culturas e produtos agrícolas já conhecidos anteriormente. (WOUK, 1981, p. 84)

De modo geral, esse comportamento repete-se em outros campos, a não ser naqueles em que é mantida certa tradição respeitosa, como a religião. Alguns instrumentos de lavoura também mantêm nomes em ucráino.

Na toponímia, Wouk não registra nenhum nome de origem ucráina, mantendo-se os nomes portugueses. Para o autor do trabalho,

isto explica a pequena ascendência cultural que o grupo sempre representou. Geralmente, o possuidor da terra dá-lhe o seu nome ou um nome da sua língua. Outros grupos étnicos imigrados no Brasil afirmaram a sua posse através dos nomes que deram às localidades. (WOUK, 1981, p. 85)

É interessante notar que o “vocabulário galante e o de tratamento respeitoso” não aumentaram em português, mas sim “as expressões de calão, de xingamento, de injúria, os ‘palavrões’ e as palavras que entram no rol dos tabus sociais, são todas conhecidas. Xinga-se mais em português do que em ucráino.” (WOUK, 1981, p. 84).

Se retomarmos o estudo de Lino (2000), veremos que, em Cândido de Abreu, a autora também não encontrou uma interferência expressiva da língua materna dos imigrantes e seus descendentes. Para Lino (2000), a influência das três etnias imigrantes (alemã, ucraniana e polonesa) presentes no município se deu apenas, talvez principalmente, no nível fonético.

1.4 A REGIÃO CENTRAL DO ESTADO

1995 – Neisnek Sobrinho – O legado ucraniano no Paraná: um estudo na região de Roncador

O estudo do professor Neisnek Sobrinho (1995) trata do contato lingüístico entre a língua usada pelos descendentes de ucranianos do município de Roncador e o português. Muito confundidos com os poloneses, o que inclusive dificulta a contagem de indivíduos que vieram para o Estado, os ucranianos instalaram-se primeiramente em Prudentópolis e Mallet. Após as primeiras ondas de imigração dessa etnia, entre 1895 e 1897, diversos outros grupos procuram também, durante a década de 20, outros lugares para se instalar. Assim, foram formadas colônias nos municípios de Pato Branco, União da Vitória e Roncador, entre outros.

Realizado em nível de especialização na Universidade Estadual de Londrina, o trabalho concentra-se em Rio Formoso, uma comunidade rural de Roncador. Para realizar a coleta, Neisnek Sobrinho (1995) utilizou um questionário bilíngüe, com o qual pretendeu identificar empréstimos lingüísticos, os hábitos fônicos, morfológicos e sintáticos da fala da comunidade. A análise, no entanto, restringiu-se aos níveis lexicais e fônicos. Os dois outros níveis foram deixados para um segundo momento da pesquisa

Seu questionário abarca conceitos e coisas ligadas ao vestuário, à alimentação, à vida no campo, aos instrumentos, aos meios de transporte, à construção, aos animais, enquanto observa a vida familiar e social. As questões parecem ser primordialmente do tipo direto, em outras ele apresentava as variantes na língua estrangeira para que fossem identificadas aquelas mais usadas. Seus informantes, doze ao todo, foram divididos em dois grupos de idade entre trinta e cinco a cinquenta anos e de mais de cinquenta anos.

Apesar de haver um equívoco na organização dos grupos dentro da monografia, é possível identificar as características do grupo mais idoso. Segundo Neisnek Sobrinho (1995), seus representantes são mais conservadores, exigem o uso do idioma materno na família e sua fala sofreu influência do português por necessidades sociais, uma vez que precisavam se comunicar. Não foi levado em consideração o fator sexo.

Em relação aos resultados, o autor afirma que

são muitos os vocábulos da língua portuguesa que pouco a pouco se incorporam à fala dos descendentes de ucranianos: de um lado, a aquisição ou utilização de novos instrumentos, objetos, utensílios, maquinários, e de outro, a necessidade de se integrar à fala da maioria. São considerados empréstimos lingüísticos, entre outros, rosa (com r brando) e caminhon (caminhão). (NEISNEK SOBRINHO, 1995, p. 15)

Em trabalho relacionado à fala urbana, e por esse motivo não analisado mais extensamente nesta tese, von Borstel (1992), estudando o bilingüismo em Marechal Cândido Rondon, ratifica as conclusões de Neisnek Sobrinho (1995):

Constatamos que a língua alemã ou os dialetos falados em Marechal Cândido Rondon, pelos descendentes de imigrantes alemães apresentam-se repletos de empréstimos do português, uma vez que os sujeitos procuram adequar o dialeto alemão à realidade, ao ambiente e aos costumes brasileiros. (VON BORSTEL, 1992, p. 170)

Essa aculturação, quase esperada, tendo em vista a necessidade de integração, e também constatada por Wouk (1995) e Lino (2000), é ainda reiterada por Neisnek Sobrinho (1995) quando conclui que

embora com adaptações à articulação peculiar da língua ucraniana, principalmente quando se trata do uso do r que sofre fenômenos de uso [...] Registrou-se a ocorrência do empréstimo lexical em diversos casos, o que vamos demonstrar, firmando assim a evidência da aculturação do ucraniano pelo português. (NEISNEK SOBRINHO, 1994, p. 168 – grifo do autor)

Neisnek Sobrinho (1995) acrescenta ainda que, apesar de pequena, a influência do ucraniano na língua portuguesa revela-se principalmente no campo da alimentação e das festas tradicionais.

Não é incoerente afirmar que a causa para isso seja o fato de o referente já vir nomeado, aliado ainda à necessidade de manutenção de traços, ao menos, da cultura e da língua materna, já que elas mantêm parte da identidade desses povos. No entanto, nas gerações seguintes, há cada vez maior afastamento da língua natal, apesar dos esforços da comunidade.

Em Von Borstel (1992), percebemos o valor funcional das línguas em contato: “a escolha da língua depende, principalmente, das relações existentes entre os interlocutores e dos conhecimentos comuns compartilhados por eles”. Por isso, muitos avós

retomam o ensino do alemão em Marechal Cândido Rondon ao perceberem o valor que essa língua possui na área profissional.

1.5 O NORDESTE: ADRIANÓPOLIS

1998 – Cabral – Estudo Léxico-Semântico em Adrianópolis

2001 – Altino – Pelos Caminhos da Geolingüística Paranaense: um estudo do léxico popular de Adrianópolis

A região de Adrianópolis mereceu atenção, ainda que mais tardia, pelo fato de ser, assim como Guaraqueçaba no início dos estudos paranaenses, uma aglomeração rural de difícil acesso. Incrustado entre montanhas, o município compõe a região do Vale do Rio Ribeira, foi rota de tropeiros, fez parte do complexo de caminhos ligado ao tronco do Peabiru, pertenceu ao Estado de São Paulo até 1920 e passa, mais recentemente, por uma sensível diminuição da população. Retomando hipótese gerada a partir da elaboração do ALPR (AGUILERA, 1990/1994), os trabalhos procuraram demonstrar que, em Adrianópolis, seria possível encontrar variantes em processo de arcaização.

O primeiro trabalho no nível lexical foi uma monografia de especialização, elaborada pela professora Flávia Adriane S. Cabral, em 1998. O objetivo da monografia era analisar fatos léxico-semânticos, contrastando dados obtidos pela professora com os obtidos para o ALPR, na década de 80. Os oito informantes foram selecionados a partir da proposta da dialetologia tradicional, divididos em duas faixas etárias: de 20 a 40 anos e acima de 55 anos, do sexo masculino ou feminino. Foi utilizado o questionário elaborado para o Atlas Lingüístico do Brasil – ALiB, na versão de 1998, publicada pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. Foram estabelecidos três pontos para a pesquisa, sendo o primeiro a sede urbana, o segundo o bairro de Epitácio Pessoa, de maior isolamento, e em terceiro lugar o bairro Porto Novo, que é economicamente auto-suficiente e onde há maior número de pessoas.

As conclusões da autora são as que se seguem:

- Aumento na percepção negativa de *pinguela*,⁵⁹ forma que, na época do ALPR, não era tabu no município;

⁵⁹ Popularmente, refere-se ao órgão sexual masculino.

- Incremento de variantes para termos relacionados a temporal, que era tabu na época do ALPR;
- Aumento da designação eufêmica *chuva-de-neve* para chuva-de-pedra;
- Possibilidade de influência histórica ⁶⁰ em uma variante para *redemoinho: forge/forja* ⁶¹ (redemoinho de água);
- Expansão do léxico, tendo em vista o registro de *camomila e marcela* em concorrência com *maçanilha*, única forma encontrada nos dados do ALPR, bem como o de *colibri*, juntamente com *beija-flor e cuitelo*;
- Presença de variantes ligadas ao povoamento paulista: *angolista* (galinha d'angola) e vocábulos que designam a mexerica, incluída na relação: *poncã, mimosa, tangerina*;
- A influência da religião no léxico de informantes: para a questão relativa a louco, maluco, na variedade padrão: *falta de prudência, falta de insenso, homem imprudente, mulher insensata, homem insensata* (sic), todas do mesmo informante;
- A presença de idioletismos como *giriú* (louco), *falta de insenso* (louco), *angoleta* (galinha d'angola).

Altino (2001), em dissertação de mestrado, também realizou um estudo no município de Adrianópolis, região nordeste do Estado, em parte retomando o que já havia produzido no nível fonético-fonológico. Abordando somente o nível lexical, Altino demonstrou, como Cabral (1998), com uma pesquisa de natureza geolingüística, em tempo aparente e em tempo real, que o município ainda mantém um léxico conservador, ao mesmo tempo em que vê, numa escala menor, serem introduzidos novos hábitos lingüísticos.

Essa característica, que poderia ser considerada natural na dinâmica do léxico, é também fruto de um problema da comunidade. Segundo Altino (2001, p. 19), “o que se pode constatar hoje é que Adrianópolis é uma comunidade formada basicamente por idosos, sem atrativos para os jovens permanecerem no município”. Assim, embora as inovações continuem ocorrendo, há uma clara tendência ao conservadorismo lingüístico ou mudança lenta, como afirma a autora do estudo.

⁶⁰ Informantes mais velhos, em localidades distintas. Não há referências históricas da permanência de franceses na região, segundo a autora do trabalho. Ela aponta como provável causa a passagem de tropeiros pela região.

⁶¹ Forja¹ [Do fr. forge.] S. f. 1. Conjunto de fornalha, fole, bigorna, do qual se utilizam no seu ofício os ferreiros e outros artífices que trabalham em metal. 2. Oficina de ferreiro; fundição; frágua. Forja² S. f. Bras. 1. Armadilha para apanhar caça grossa; fossa, forje (FERREIRA, 1999).

Dessa forma, é confirmada a hipótese inicial do nosso trabalho de que o isolamento geográfico (serra, floresta e precariedade de meios de comunicação) e a predominância de uma população mais idosa são fatores que contribuem para que as alterações lingüísticas inerentes à linguagem aconteçam de forma mais lenta e se mantenham na fala da comunidade as variantes coletadas e cartografadas há 10 anos. (ALTINO, 2001, p. 86)

Um exemplo dessa manutenção está no uso de duas variantes para banana dupla: *gêmea*, utilizada principalmente pelas mulheres (70%), e *inconha*, mais utilizada pelos homens (64,3%). “A manutenção dessas formas leva a concluir que, apesar de ter transcorrido uma década entre uma pesquisa e outra (ALPR, AGUILERA, 1990/1994), a linguagem na cidade de Adrianópolis pouco mudou.” (ALTINO, 2001, p. 69).

Novamente, uma variante encontrada pelo ALPR (AGUILERA, 1990/1994) na região não aparece no *corpus* de Adrianópolis: *arroio*, mais produtiva no sul do Estado. Outras continuaram a ser novidade em relação ao Atlas, movidas por fatores sociais,⁶² como *passarela* (para *ponte*), ou diageracionais, como *neve* (designação para chuva de pedra), falada apenas por jovens, e *arco-da-velha*, utilizado somente pela faixa mais idosa.

Sobre *passarela*, entretanto, Lino (2000) informa que a encontrou, em Cândido de Abreu, para o conceito de *pinguela* (*tronco ou pedaço de pau ou tábua que serve para passar por cima de uma sanga*), sendo a terceira variante em frequência, usada pela segunda faixa etária masculina como segunda resposta. A primeira foi sempre *ponte*, de acordo com a autora. *Passarela* perde em frequência apenas para *pinguela*, que é norma no Paraná, e *ponte*.

Algumas variantes mostram-se mais polimórficas, tendo sido essa característica atribuída, por Altino (2001), ao seu maior número de informantes. Há diferenças semânticas em relação à norma presente nos dicionários: é o caso de *cabeceira*. De acordo com o dicionário Aurélio (2000), essa é a designação para nascente de rio, enquanto os informantes a utilizam para a foz de rio. Também foram flagradas variantes distribuindo-se mais modernamente para o sul: *vagem* (vagem de feijão) e *papagaio* (brinquedo). Tais itens são produtivos na região Norte do Estado e não registrados em Adrianópolis nos dados do ALPR (AGUILERA, 1990/1994). São indícios de que pode estar havendo uma tendência a

⁶² Altino (2001) explica que a placa “Passarela da Amizade”, inscrita na ponte que ligava as cidades de Adrianópolis e Ribeira, pode ter influenciado a inserção dessa variante na fala dos informantes que moravam na sede do município, perto de onde estava a ponte, pois “em todo o Paraná não há ocorrência dessa variante.” Os informantes chegam a mencionar, em resposta à questão feita pelo entrevistador: “se for de madeira e ferro e feita por uma firma pros funcionário passá, é passarela (M1p1)” (ALTINO, 2001, p. 65).

incorporar formas do Norte do Paraná no léxico adrianopolitense, tendo em vista o fato de não se encontrar *arroio*, forma sulista, e registrar-se *vagem* e *papagaio*, formas nortistas.

Altino (2001) recolheu também variantes que não constam dos dados do ALPR (AGUILERA, 1990/1994), pois utilizou o questionário lexical preparado para os inquéritos experimentais do Projeto Atlas Lingüístico do Brasil – ALiB, que estava em sua segunda versão na época das entrevistas: 1999. A última versão foi publicada dois anos depois. Dentre essas variantes, Altino (2001) encontrou traços de manutenção da linguagem arcaica, como a variante *náfego* (manco) e *bruaca*⁶³ (bolsa de couro com tampa), mas também traços da inserção de novas variantes, como *bic* (isqueiro) e *balanço* (gangorra – brinquedo). Foram encontradas, também, marcas de regionalismos, como *mimosa* (tangerina) e “formas populares disseminadas pelo português oral de outras regiões do Brasil, como *pinguço* (bêbado) e *aipim* (mandioca)” (ALTINO, 2001, p. 78).

Algumas dessas variantes já haviam sido descritas, mais brevemente, por Cabral (1998), como *mimosa* e *forge/forja*, que designam respectivamente tangerina e redemoinho de água. Essa última variante, entretanto, não é exclusiva de Adrianópolis, como pareceu entender Cabral (1998). Toniolo (1981) já a havia registrado na pesquisa que deu origem ao *Vocabulário de Tibagi*, sob a forma *fojo*:⁶⁴ “buraco no campo; também feito no trilho das capivaras, para capturá-las vivas” (TONIOLO, 1981, p. 16). Também a registrou no mesmo município de Tibagi, região dos Campos Gerais, no estudo de 2002, apesar de com outra forma: “Forge: buraco, geralmente feito como armadilha para caça. ‘Daí é um buraco lá, daí tem que arrumá bem lá, ponhá... armá as gaiola lá no forge, pra daí caça um tatu.’ [FCS] (Aurélio e Moraes registram *forja*)” (TONIOLO, 2001, v. 2.). Sobre essa lexia, o autor do *Vocabulário* comenta o seguinte no texto da dissertação:

A ‘água que gira num rio, formando um buraco que puxa para baixo’ (Questão 22) foi denominada, em 1975, redemunho (seis ocorrências), funil (uma) e rebojo (uma). Em 2001, o quadro ficou mais complexo: As ocorrências únicas (excetuado *forge*) foram elicitadas pela geração jovem. Parecem ser inovações. Em 1975, carderão, ouvido de dez informantes, era ‘uma panela ansim na laje’, ‘um buraco na laje, dentro d’água’; portanto, um referente distinto do redemoinho.

⁶³ Usada por 75% dos informantes, a maioria, de acordo com Altino (2001), da faixa etária mais idosa, acima de 55 anos.

⁶⁴ O professor Toniolo informou também o seguinte: *fojo* [com **o** aberto]: “Fojo ele... é afunilado im cima, imbaxo ele é largo” (OFS, Barreiro, faixa de 25-45 anos.); Buraco no campo [para os informantes MGLR, Cachoeira, 25/45anos; LPG, Guartelá de Cima]; Também armadilha para caçar capivaras [LPG e MPF, Santo Amaro]; Feito para caçar capivaras [JLM, Limeira]; Desconhecido para NL - Boavistinha.

redemunho	carderão	sumidor	arrodador	chupadô	fervedô	forge
8	2	2	1	1	1	1

Quadro 4 – Lexias para *redemoinho*

Parece, portanto, que houve uma modificação, como afirma Toniolo (2002), “de implementação recente”. A variante, todavia, não ocorreu nas respostas ao Questionário Semântico-Lexical do ALiB usado pelo Professor em 2002. Ela foi inserida em um questionário de identificação (pergunta-se pela própria denominação), organizado pelo Prof. Toniolo, já que havia sido encontrada na pesquisa anterior (Vocabulário de Tibagi).

1.6 O NORTE PARANAENSE

1977/1985 – França – Marcas de Fala Caipira Norte-Paranaense

1987 – Aguilera – Aspectos Lingüísticos da Fala Londrinense. Esboço de um Atlas Lingüístico de Londrina – EALLO

1997 – Pizolato – Esboço de um Atlas Lingüístico de Centenário do Sul

1997 – Fabris – Esboço de um Atlas Lingüístico de Tamarana

2000 – Dutra – Duas Gerações da Colônia Bratislava

2004 – Vasconcelos – Variação Lexical nos Eixos Sincrônico e Diacrônico: nas veredas do Atlas Lingüístico do Paraná

Em dissertação de mestrado defendida no ano de 1977, Tadeu França pesquisou a linguagem escrita de cinco informantes “quase analfabetos” na região rural de Maringá. O trabalho foi publicado em 1985, inaugurando o rol daqueles que pretenderam investigar a linguagem utilizada na região norte do Paraná. Embora tenha feito entrevistas gravadas, França (1985) analisou apenas a parte da escrita produzida pelos informantes, terminando por concluir, do ponto de vista do léxico, que “o discurso vulgar, fato lingüístico estreitamente relacionado e constante atualizador de estruturas típicas do Português Arcaico (sic), é riquíssimo em africanismos e tupinismos.” (FRANÇA, 1985, p. 109).

A metodologia do trabalho é interessante porque foge aos critérios mais tradicionais da Dialectologia, entrevistando indivíduos que têm procedência estrangeira à

região pesquisada e centrando-se na língua escrita em vez de na oralidade. Dos cinco informantes, nenhum nasceu no município de Maringá. Dois vieram de MG, um deles na divisa de São Paulo. Os outros três são oriundos da Bahia, do Ceará e de Goiás, vivendo na região por aproximadamente 15 a vinte anos cada um.

O autor afirma que essa configuração de critérios determina a realidade do próprio município. Formado por migrantes e imigrantes, os nascidos no local eram ainda muito jovens para serem entrevistados. Assim, o trabalho de França (1985) termina por servir a propósitos um tanto diferentes dos que foram estabelecidos para esta tese.

Em 1987, Aguilera concluiu sua dissertação de mestrado com um estudo sobre o município de Londrina, no Norte Paranaense, que, três anos depois, a levaria ao Atlas Lingüístico do Paraná. O EALLO, *Esboço de um Atlas Lingüístico de Londrina*, foi elaborado com base na metodologia da Dialectologia tradicional, utilizando o questionário preparado pelo Prof. Pedro Caruso para o Atlas de São Paulo. Este questionário, modificado em vários pontos para ajustar-se, como é comum, à realidade encontrada e à cultura dos informantes, foi aplicado em doze pontos do município, com os quais a professora Aguilera procurou representar a múltipla origem étnica da população londrinense.

Apesar disso, para sua autora, essa divisão mostrou-se, afinal e ainda, insuficiente:

Trabalhos posteriores deverão envolver outras comunidades representativas, tais como Heimtal, ao Norte, colonizada por alemães, sede da primeira escola primária de Londrina; colônias japonesas que foram os primeiros núcleos urbanos de povoamento; patrimônio Regina, a oeste, com uma população mais fixa de pequenos proprietários oriundos do interior paulista e paranaense, e vila Casoni, na zona urbana, um dos bairros que mais conservam as características da época da colonização. (AGUILERA, 1987, p. 193)

O trabalho procura por marcas léxicas e fonético-fonológicas da presença dessas etnias e dos índios que viviam na região. Além disso, toma por objetivo tentar a definição de isoglossas, documentar as variantes e as formas arcaicas. O EALLO (AGUILERA, 1987) é composto de 80 cartas do tipo analítico-sintéticas⁶⁵ (quarenta e cinco lexicais, trinta e cinco fonéticas) e cinco sintéticas (quatro isoléxicas e uma isófona). Além disso, apresenta um estudo das transformações fonéticas ocorrentes no *corpus*, da constituição do léxico (variantes fônicas do português brasileiro e londrinense, bem como léxicas) e das

⁶⁵ Conforme bibliografia de Aguilera (1990): MONTES GIRALDO, José Joaquín. **Dialectologia general e Hispano-americana**. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1987.

fontes do léxico. A par das cartas geolingüísticas, apresenta um glossário composto de 229 itens, também retirados dos dados colhidos por sua autora.

Adaptando a classificação proposta por Chaves de Melo (1981), com base em dicionários portugueses (Morais Silva e Figueiredo), em dicionários brasileiros (Nascentes e Aurélio) e em trabalhos dialetológicos, a professora Aguilera (1987) classificou o léxico encontrado em quatro classes dispostas nos quadros a seguir. De acordo com ela, das cento e cinquenta perguntas do primeiro campo semântico, 52% apresentam pelo menos uma variante. No segundo campo semântico, das cento e sessenta e uma perguntas, 52,8% têm pelo menos uma variante.

O questionário do EALLO (AGUILERA, 1987), baseado integralmente no de Caruso (1983), com mudanças apenas pontuais, é composto de 310 questões indiretas e envolve duas grandes áreas semânticas: o homem (partes do corpo, funções, doenças, vestuário, agricultura, jogos e brinquedos infantis) e a terra (natureza, flora, plantas medicinais, fauna). Com essa divisão, será retomado quando da pesquisa para o Atlas Lingüístico do Paraná – ALPR (1990), da mesma autora. Além das questões pertencentes a esses campos semânticos, há ainda as do tipo narrativa sobre lendas, crendices e experiências pessoais, que, mais do que dados lexicais, oferecem subsídios para o estudo de fenômenos morfossintáticos e culturais. (Os dados estão disponíveis em quadro no anexo B).

No EALLO (AGUILERA, 1987) fica evidente a importância de conhecer as variações na linguagem para que as interações comunicativas possam se dar sem interferências. Assim, muitas perguntas sofreram mudanças para adaptar-se às exigências de acomodação cultural entre informante e inquiridor. Como exemplo, pode-se citar o caso de “espécie”, trocada no questionário para “*qualidade ou colidade*” de banana ou ainda “fase” da lua, pela expressão [a lua] *demuda*.

Questão interessante é a relativa a eclipse. Inicialmente formulada como: ‘de dia, quando a terra fica escura, dizem que é porque a lua tapou o sol. Isso acontece muito pouco. Como se chama isso?’, foi substituída, por sugestão de um informante, para: ‘Quando a lua cruza com o sol, na terra fica tudo escuro e a plantação de feijão fica amarela, como se chama isso?’, a reformulação, centrada na situação rural, tornou clara a questão e facilitou a interação informante/inquiridor. (RODRIGUES, 2000, p. 51)

Os informantes dessa pesquisa de 1987 têm o mesmo perfil daquela feita para a elaboração do Atlas Lingüístico do Paraná: são de origem rural e de escolaridade

mínima, características que regem em geral a pesquisa de cunho dialetológico. A importância do EALLO (AGUILERA, 1987) para o conhecimento da fala paranaense reside na exaustiva descrição que sua autora faz do léxico londrinense, bastante coincidente com o que foi encontrado depois na pesquisa para o Atlas do Paraná, bem como no fato de ser uma pesquisa que pode dar subsídio para um estudo em tempo real, haja vista que seus resultados têm já quase 10 anos e Londrina vem sofrendo, nos últimos anos, um expressivo crescimento populacional.

Como resultado final, Aguilera (1987) aponta a expressiva variação lexical e fônica, a uniformidade de certas variantes e a presença de formas mais desviantes da norma na região sul, mais antiga e conservadora, bem como nas regiões colonizadas por italianos. Para ela, “os arcaísmos são de pouco rendimento na fala londrinense e se restringem a falantes mais idosos e de regiões mais isoladas.” (AGUILERA, 1987, p. 197). A influência dos grupos indígenas, caingangue, neste caso, seria quase inexistente e as zonas de isoglossas definem duas áreas no município, que diferem também na origem e época de colonização: norte e sul. Paulistas e mineiros foram povoadores das duas regiões, mas, à primeira, associaram-se ainda estrangeiros e nordestinos, enquanto à segunda associaram-se os paranaenses do sul e do norte velho. A colonização do norte é mais recente e sua fala aproxima-se do padrão, tendo em vista a proximidade da zona urbana. No sul, a fala é mais conservadora.

Na esteira da elaboração do EALLO (AGUILERA, 1987), alguns estudos monográficos, orientados pela Professora Aguilera, foram realizados sobre a fala da região norte paranaense. Em 1997, Tânia Mara Pizolato organizou uma monografia de especialização sobre Centenário do Sul, município situado um pouco mais ao norte que Londrina. Pizolato (1997) selecionou sete pontos, vinte e oito informantes de origem rural e pouca escolaridade (quatro por ponto com igual proporção para homens e mulheres) e compôs um questionário com sessenta e oito questões, selecionadas a partir dos questionários do EALLO (AGUILERA, 1987) e do ALPR (AGUILERA, 1990/1994) entre as que traziam expressiva diversidade de variantes. Elaborou, ainda, três questões sobre a cana de açúcar, a partir da necessidade regional:

O que é feito no canavial, antes de começar a cortar? (queima-se).
Como se chama o instrumento que é utilizado para o corte de cana? (facão)
O nome da pessoa que trabalha no corte de cana? (cortador de cana, trabalhador rural). (PIZOLATO, 1997, p. 34)

Com o objetivo de registrar a variação lexical do município, Pizolato (1997) elaborou setenta e uma cartas léxicas do tipo mista ou sintético-analíticas, dentro da metodologia seguida por Aguilera para seus atlas, com um número de variantes que vai de uma, como é o caso de cacho de bananas (*cacho*) e ovo que fica no ninho para atrair a galinha (*indez*), a doze para rio pequeno. Algumas outras questões, como as que perguntam por espécies de galinhas ou ainda os tipos de arroz que os informantes conhecem, ensejam respostas com uma certa variedade. As espécies de peixe, por exemplo, somam vinte e duas respostas diferentes, mas diferem das primeiras por serem denominações para referentes distintos.

O *Esboço de um Atlas Lingüístico de Centenário do Sul* registra, ainda, nas considerações finais, a mudança na denominação dos cereais, oriundas agora das marcas trazidas pelas indústrias e estabelecidas no cotidiano do homem do campo, bem como a semelhança de resultados com o ALPR (AGUILERA, 1990/1994).

Em 2000, outra monografia de especialização produzida na UEL trata da fala rural paranaense: *Dois Gerações da Colônia Bratislava: um estudo lingüístico*, na qual sua autora, Alessandra Dutra, avalia os efeitos do contato do português sobre a língua utilizada pelos descendentes de tchecoslovacos vindos de Caiuá, São Paulo, em sua maioria a partir de 1931.

Dutra (2000) analisou as entrevistas, realizada sob o método da conversa dirigida, de 11 informantes, divididos em duas gerações. Há, porém, uma discrepância no registro dessas gerações, que confunde os dados e não permite a marcação exata dessa variável em relação aos resultados. É possível, entretanto, estabelecer que foram fixadas duas margens: uma que vai de 41 a 50 anos e outra que vai de 68 a 81 anos. Devido a fatores externos, não foi possível manter a igualdade entre gêneros nas duas gerações.

Se no início da colonização, quando o grupo de eslavos ainda ficava fechado na chamada “parte de baixo” da comunidade, foi fácil preservar a língua e a cultura, com o passar dos anos, embora a colônia fizesse um esforço para manter as tradições, já se iam notando diferenças. Os mais jovens, e os mais velhos também, foram se adaptando, apesar de ainda usarem o eslovaco em casa. Há certa resistência em deixar morrer os laços com a terra que ficou distante.

As tradições foram sendo substituídas aos poucos, mas ainda se conservam os nomes em eslovaco na área, por exemplo, da alimentação. Neste último caso, lembram-se primeiro o nome na língua estrangeira para depois darem o nome em português. Dutra

selecionou vinte e nove vocábulos do léxico eslovaco para compor um pequeno vocabulário no final do trabalho.

Em 1997, outra monografia de especialização foi realizada na mesma linha de Pizolato (1997) e Dutra (2000): é o *Esboço de um Atlas Lingüístico de Tamarana*, antigo distrito de Londrina, hoje município independente. Fabris (1997) selecionou quatro pontos lingüísticos, segundo o critério geográfico, a partir da sede central, para investigar “variações significantes” (FABRIS, 1997, p. 4). A metodologia é a da pesquisa dialetológica tradicional, mantendo, no entanto, o registro de um homem e uma mulher por localidade investigada.

Os resultados revelaram um discurso feminino mais produtivo que o dos homens, explicado por Fabris pelo fato de ser a entrevistadora também mulher, o que pode ter gerado maior espontaneidade nas entrevistas. Para a autora do estudo, o uso de variantes na norma culta altera-se de acordo com o campo semântico estudado: “quando se trata de elementos da natureza, as mulheres revelam variantes mais próximas da norma culta” (FABRIS, 1997, p. 17). No campo semântico *homem*, “de um modo geral, tanto o informante feminino quanto o masculino usam variantes próximas à língua padrão, porém eles usam formas mais arcaicas ou distantes da língua padrão” (FABRIS, 1997, p. 30). A autora analisa que o cotidiano feminino, ligado aos filhos e à escola que frequentam, provavelmente é o que influencia este resultado. O trabalho apresenta ainda 17 cartas fonéticas e 14 cartas léxicas, todas do tipo mista ou analítico-sintética.

Um trabalho um pouco diferente dos que vêm sendo feito até então é *Variação lexical nos eixos sincrônico e diacrônico: nas veredas do Atlas Lingüístico do Paraná*, de Vasconcelos (2004). Essa monografia, exigida pelo programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Londrina – UEL para a obtenção do nível de especialista em Língua Portuguesa, tomou como centro de interesse a relação entre a história social do Paraná e a variação lexical. Segunda a autora, seu estudo reveste-se de importância pelo fato de nenhum outro ter se detido na investigação do léxico em relação aos grupos sociais e/ou a fases da história da região.

Para estabelecer um elo entre esses fatos, Vasconcelos (2004) selecionou quatro pontos lingüísticos do ALPR (AGUILERA, 1990/1994) em quatro regiões diferentes, desde o litoral até o Norte Novíssimo:

- **Litoral:** Antonina (ponto 45), Guaraqueçaba (ponto 46), Paranaguá (ponto 55) e Guaratuba (ponto 65);
- **Norte Pioneiro:** Jacarezinho (ponto 6), Siqueira Campos (ponto 19), São José da Boa Vista (ponto 20) e Jaguariaíva (ponto 26);

- **Norte Novo:** Santo Inácio (ponto 2), Primeiro de Maio (ponto 3), Jaguapitã (ponto 10) e Londrina (ponto 11);
- Norte Novíssimo: Paranavaí (ponto 8), Querência do Norte (ponto 14), Umuarama (ponto 21) e Goioerê (ponto 28).

Após a seleção dos pontos, a pesquisadora reuniu as variantes encontradas nas cartas, notas e entrevistas do ALPR (AGUILERA, 1990/1994), consultou dicionários gerais, etimológicos e enciclopédias, buscando acepções e datações para determinar a origem de cada uma e, assim, estabelecer sua relação com as populações de migrantes que vieram para o Paraná durante os séculos XVII (Litoral e Norte Pioneiro), XIX (Norte Novíssimo) e XX (Norte Novo).

As variantes selecionadas para estudo foram:

pinguela, ponte, pontilhão e passador (carta nº 3: pinguela e outras designações para);

brejo, banhado, atoleado, atolador (carta nº 8: terreno úmido);

chuva de pedra, chuva de granito e pedreira (carta nº 24: chuva-de-pedra);

chuva de flor e chuva de milho (carta nº 25: designações eufêmicas para chuva-de-pedra);

pescoço pelado e polaca (carta nº 56 – galinha de pescoço pelado e outras designações para);

silhão, sela e selim (carta nº 62 – sela feminina);

solução e jojoca (carta nº 71: solução);

parteira, assistente, surjoa (carta nº 74: parteira e outras designações para);

pataca, tramela, bolacha e rótula (carta nº 75: rótula e outras designações para);

vagem e bainha (carta nº 83: vagem de feijão);

sarilho, cambito, manivela e rolete (carta nº 85: sarilho de poço);

estilingue, bodoque e setra (carta nº 86: estilingue e outras designações para).

Os resultados de Vasconcelos (2004) reiteram fatores já mencionados por outros pesquisadores sobre o léxico do Paraná: ao lado de formas inovadoras (*passador, pedreira, tempestade e estilingue*) há o emprego de formas conservadoras (*silhão, selim, jojoca, surjoa, parteira, bainha e setra*) ainda em uso, normalmente por informantes mais idosos e/ou analfabetos. É interessante observar que as variantes usadas para terreno úmido são diferentes do que relatou Saint-Hilaire, que encontrou *vargem* para essa noção.

1.7 O QUE RESULTA DOS ESTUDOS PARA O CONHECIMENTO DO LÉXICO PARANAENSE?

Uma primeira conclusão a respeito dos trabalhos realizados sobre o Paraná e analisados neste capítulo diz respeito a sua contribuição lingüística. Os trabalhos retratam a dinâmica natural de substituição de variantes lexicais que deixam de ser usadas, passando para o vocabulário passivo dos falantes. Esse desuso se dá por causas diversas, como a substituição dos referentes devido à modernização de técnicas, como é o caso de moinha (palha do café).

Embora as localidades mais isoladas demonstrem uma resistência maior a inovações, o que é o caso de Adrianópolis, nordeste do Estado, as novidades também chegam devido à presença dos meios de comunicação e à escola, por exemplo. Em relação aos arcaísmos, vimos que os trabalhos mais antigos, como os de Coelho (1844), Amaral (1956) e Mercer (1977), já os mencionam. Este último autor cita, além dos arcaísmos fonéticos, que são mais numerosos, variantes léxicas como “aluir, v. – pôr abaixo, derrubar; trigueiro, adj. – moreno e derrocar, v. – abater, fazer pender: (a meningite) ‘derrocou a cabecinha da criança’.” (grifo nosso).

Quanto às duas primeiras variantes, parecem não ser mesmo mais de uso na variedade rural paranaense, pelo menos nos dados recolhidos para o ALPR (AGUILERA, 1990/1994) ou em outras entrevistas. Entretanto, *derrocar* manteve-se na forma *derrocada*, provavelmente em falas mais próximas do padrão. A acepção no trabalho de Mercer (1977) tem um sentido mais brando, que ele chama de *abatimento*, do que o encontrado nos dicionários consultados (FERREIRA, 1999; HOUAISS, 2001). Em nenhum deles a variante recebe marcas de uso antiquado, antigo ou de arcaísmo.

No que foi possível observar dos trabalhos sobre imigrantes e seus descendentes (WOUK, 1981; NEISNEK SOBRINHO, 1995; DUTRA, 2000; LINO, 2000), a influência do vocabulário dos imigrantes no vocabulário rural do Paraná não é expressiva ou, ao menos, não o é nesses trabalhos, já que o léxico recolhido é pré-determinado pelo questionário. De fato, nos quatro trabalhos voltados para aspectos sua linguagem, o que se vê é o uso gradativamente maior da língua portuguesa, processo facilmente entendido, tendo em vista a exigência de adequação ao meio. No entanto, algumas áreas são mencionadas pelos trabalhos voltados para aspectos da linguagem do imigrante e de seus descendentes como mais permeáveis à manutenção de termos da língua materna: instrumentos agrícolas, alimentação, religiosidade.

É claro que não se pode deixar de mencionar o fato de que os resultados de tais trabalhos não podem ser generalizados a toda e qualquer comunidade de imigrantes, pois acreditamos que a relação de um grupo com a língua de adoção é um processo, em certa medida, peculiar. Nessa relação estão envolvidas variáveis como a imagem que esse grupo tem de si mesmo, a imagem que tem da nova comunidade, a necessidade maior ou menor de interação com os falantes da língua de adoção, entre outras.

Outras contribuições dadas, nesse caso, pelos trabalhos mais recentes, é a ratificação dos dados obtidos pelo ALPR (AGUILERA, 1990/1994), a verificação de hipóteses dialetais sobre a constituição do léxico em localidades de acesso mais restrito e, ainda, possíveis contribuições a uma expansão do vocabulário rural já recolhido e analisado a partir do uso de versões de questionários do Atlas Lingüístico do Brasil – ALiB. A análise desses trabalhos, ainda que possa ser aprofundada, ajuda a demonstrar as modificações ocorridas nos usos lexicais de comunidades como a de Guaraqueçaba, por meio dos estudos de Amaral (1956) e Mercer (1977), de Tibagi, de Adrianópolis e a intersecção entre elas.

Para concluir, gostaríamos de salientar que, ao contrário do que se poderia esperar, nem todos os dados aqui fornecidos serão utilizados na análise central desta tese: a configuração das áreas lingüísticas a partir dos dados do Atlas Lingüístico do Paraná – ALPR (1990/1994). Isso porque os trabalhos necessários à compreensão dessas áreas são dicionários, vocabulários dialetais, atlas e monografias relativos a Estados ou regiões que se relacionam com o Paraná. No entanto, apesar da aparente contradição de figurarem na tese e não nos servirem na análise central, voltamos a salientar que esse foi um objetivo desta tese relacionado à sua elaboração. Afinal, como estudar algo sobre o qual não se sabe o que já foi feito?

Além disso, os resultados aqui apresentados, quem sabe antes não conhecidos, podem ajudar outros estudos. Certos de que isso é possível, procuramos transcrevê-los nesta tese, isto é, sempre que foi possível, devido ao tamanho do *corpus* de alguns trabalhos. Quando isso se tornou contraproducente, procuramos remeter à fonte segura de acesso a esses dados a partir da bibliografia.

No próximo capítulo, trataremos apenas dos dados do ALPR (AGUILERA, 1990/1994). Na primeira parte, o atlas será apresentado e, em seguida, iniciaremos o estudo das variantes registradas nas cartas geolingüísticas selecionadas para testagem das hipóteses lançadas nesta tese.

CAPÍTULO 4 – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DO ALPR

1 ALPR – ATLAS LINGÜÍSTICO DO PARANÁ: MÉTODO E RESULTADOS

O Atlas Lingüístico do Paraná – ALPR nasceu da tese de doutoramento da Prof^a Dr^a Vanderci de Andrade Aguilera, elaborada para o programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. Da tese, finalizada em 1990, e de onde se retiram as informações aqui recenseadas, publicaram-se: o volume do Atlas, em 1994, contendo as cartas geolingüísticas (usadas neste trabalho), e, posteriormente, em 1996, um volume de apresentação com o questionário, a metodologia de construção do ALPR, uma síntese da história do Paraná e dados acerca dos pontos lingüísticos pesquisados.

O estudo da Prof^a Aguilera (1990) é composto também de um glossário com 1.163 entradas, que registra os itens encontrados nas cartas geolingüísticas e nas notas que acompanham essas cartas a partir de um recorte léxico-dialetal, isto é, compõe-se somente por unidades “cuja forma e/ou sentido não corresponde ao vocabulário ativo da norma padrão urbana” (AGUILERA, 1990, p. 81) de acordo com sua produtividade no corpus.

Esse recorte, que caracteriza a linguagem descrita no ALPR como essencialmente rural,⁶⁶ foi desenhado, como exige a pesquisa geolingüística, no momento mesmo do estabelecimento de critérios para escolha dos informantes (130) e dos pontos lingüísticos (65). Tais critérios seguiram o que recomenda a metodologia da Dialectologia tradicional, com a exceção de que, no ALPR, sua autora levou em consideração uma segunda dimensão, que não apenas a espacial: a diassexual, caracterizando o ALPR como um atlas bidimensional. As entrevistas foram, portanto, feitas com dois informantes, um homem e uma mulher, em cada localidade. A apresentação dos dados nos mapas favorece a leitura dessa segunda dimensão por apresentar em separado as respostas de cada um deles.

Para a seleção dos informantes foram estabelecidos os seguintes critérios: origem rural e pouca ou nenhuma escolaridade; faixa etária entre 30 e 60 anos; nascidos na localidade sob pesquisa ou moradores por pelo menos três quartos da sua vida, assim como o cônjuge e os pais; deslocamentos da comunidade foram admitidos desde que rápidos;

⁶⁶ Conforme discussão no capítulo I desta tese.

excluíram-se os que fizeram serviço militar; a profissão deve ter sido a agricultura (AGUILERA, 1990, p. 115).

Como já mencionado no capítulo 1 desta tese, a garantia de que se trabalha com a fala rural é marcada:

- pela origem geográfica do informante, isto é, pela busca de um informante que morasse em zona “rural” – um sítio, chácara ou fazenda – e não na cidade, na sede do município;
- pela inserção em uma atividade “rural”: a agricultura. Cerca de 50% dos informantes (70 indivíduos) têm a agricultura como profissão. Do restante, 28% declararam ser “do lar” (37 mulheres); aproximadamente 7% eram pedreiros (9). Outras profissões relatadas: retireiro (2), tratorista (1), doméstica (2), pescador (2), zelador (3), empregado em curtume (1), empregado da limpeza pública (1), atendente na APAE (1), empregado em serraria (1), mecânico (1), encanador, eletricitista (1) e empregado no comércio (2). Vê-se que entre as profissões, aquelas que poderiam ser consideradas como urbanas, doméstica, zelador, comerciário, influíram pouco na formação do universo de informantes;
- pela inserção em um nível de escolarização baixo ou inexistente. Dos cento e trinta informantes, apenas 3% têm primário (primeiros quatro anos do Ensino Fundamental) completo. Como se sabe, até bem pouco tempo, ir à escola no campo era tarefa difícil.

Essa análise demonstra que o informante do ALPR (AGUILERA, 1990/1994) vive num meio no qual as atividades de cunho rural são predominantes, com pequena influência da escola, o que, por si, já estabelece um nível de linguagem característico, uma vez que, como se sabe, a escolaridade no campo sempre esteve abaixo daquela alcançada ou possível de ser alcançada na cidade até há bem pouco tempo.

A continuação da análise do perfil dos informantes, a partir de tabelas elaboradas por Aguilera (1990, p. 117-118), mostra que, quanto à idade, eles se dividem em quatro faixas: (I) 27-30, (II) 31-40, (III) 41-50, (IV) 51-62. A maior porcentagem está nas duas faixas centrais (II e III), o que mostra ser também a linguagem descrita no ALPR (AGUILERA, 1990/1994) aquela utilizada pela camada adulta e produtiva da sociedade, de idade entre 31 e 50 anos (entre II e III), com uma pequena tendência para a faixa etária III.

Uma comparação mais detalhada comprova ainda o que se acabou de afirmar. As duas faixas centrais possuem porcentagens de informantes aproximadas (II –

35,4% e III – 38,5%), com uma leve tendência para a faixa de idade superior (III). Se somarmos os informantes da faixa dos mais idosos, (IV – 21,5%), apenas com esta última (III – 38,5%), o resultado, 60%, ainda seria menor do que a soma das faixas centrais: 73,9%. No entanto, como o universo da primeira faixa é muito pequeno (4,6%), pode-se até afirmar que a inclinação percentual é para as faixas dos mais idosos.

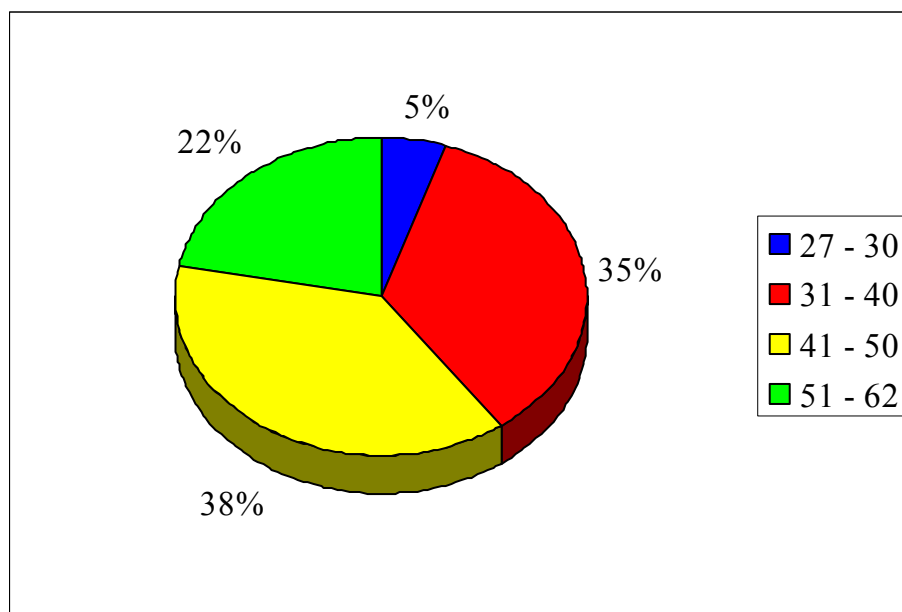


Figura 7 – Porcentagem de informantes por faixas de idade no ALPR (AGUILERA, 1990/1994)

Fonte: ALPR (AGUILERA, 1990/1994)

Quanto ao grau de escolaridade, do total de 130 informantes, 59,30% são analfabetos. Apenas 27,7% possuem o primário incompleto. Essa quantificação é ratificada na tabela que compara a idade e o grau de escolaridade: dentre os 96 informantes das duas faixas etárias centrais, 59 são analfabetos, o que dá uma média um pouco mais elevada de analfabetismo na idade predominante: 61,4%. Se incluirmos a última faixa etária (16 analfabetos para 28 informantes), teremos algo aproximado: 60,5%.

Esse perfil de informante associado ao tipo de questionário utilizado revela que a variedade lingüística registrada no ALPR (AGUILERA, 1990) é relativa a uma linguagem realmente em uso no meio rural paranaense, visto tratar-se das faixas etárias que estão em atividade constante na sociedade. A tendência para faixas etárias dos mais idosos fortalece a intenção de recolher aquelas formas que podem já estar caindo em desuso, como bem o confirmam depoimentos de informantes. A alta porcentagem de analfabetos e de pessoas com primário incompleto contribui para fixar essa última característica.

A relação das variáveis escolaridade e faixa etária com a variável gênero desenha um quadro de equilíbrio para a primeira das três, com as mulheres apresentando leve tendência a ter mais primário incompleto que os homens, enquanto o analfabetismo aparece igualitário para os dois gêneros. Em relação à faixa etária, há leve aumento no número de mulheres na faixa de 41-50 anos e de homens na faixa de 31-41 anos.

Do total dos informantes, 69,3% nasceram no município em que ocorreu o inquérito e apenas 30,7% em outros pontos do Estado ou em outros estados. Esses números revelam a dificuldade de, em alguns casos e na prática, seguir todos os critérios de maneira rígida, pois a realidade impõe dificuldades e o pesquisador precisa frequentemente avaliar sua conduta, como afirma a própria autora do Atlas:

Seria muita pretensão ou ingenuidade esperar que no Paraná – devido à história da colonização, às sucessivas correntes migratórias e imigratórias, às sucessivas mudanças de atividades agrícolas, sobretudo no Norte Velho, Novo e Novíssimo – fôssemos deparar com cento e trinta informantes que preenchessem integralmente tais exigências. A realidade demonstrou que cada localidade tem sua própria história e que os critérios teriam que ser flexíveis, fazendo com que nos adequássemos às circunstâncias e ao meio ambiente, a fim de não inviabilizarmos a execução do projeto. (AGUILERA, 1990, p. 115)

Quanto aos pontos de inquérito, marcados no local da sede de cada município, estes somam 65 localidades e foram selecionados a partir dos 24 pontos estabelecidos por Nascentes (1958) para o Paraná, indicados com asterisco no quadro abaixo.

A ampliação da rede foi, em parte, exigência da própria realidade paranaense, mas tem sido prática constante em outros trabalhos dialetológicos brasileiros em virtude da melhora que carrega para a representação geográfica.

1 – Diamante do Norte	23 – Peabiru	45 – Antonina *
2 – Santo Inácio	24 – São Pedro do Ivaí	46 – Guaraqueçaba *
3 – Primeiro de Maio	25 – Ortigueira	47 – Foz do Iguaçu *
4 – Bandeirantes	26 – Jaguariaíva *	48 – Capanema
5 – Cambará	27 – Guairá *	49 – Dois Vizinhos
6 – Jacarezinho * ⁶⁷	28 – Goio-erê	50 – Laranjeiras do Sul
7 – Loanda	29 – Campo Mourão	51 – Guarapuava *
8 – Paranavaí	30 – Ivaiporã	52 – Irati
9 – Maringá	31 – Tibagi *	53 – Palmeira
10 – Jaguapitã	32 – Marechal Cândido Rondon	54 – Curitiba *
11 – Londrina *	33 – Assis Chateaubriand	55 – Paranaguá *
12 – Jataizinho	34 – Campina da Lagoa	56 – Barracão
13 – Ribeirão do Pinhal	35 – Manoel Ribas	57 – Francisco Beltrão
14 – Querência do Norte	36 – Castro *	58 – Pato Branco
15 – Cianorte	37 – Cerro Azul *	59 – Mangueirinha
16 – Apucarana *	38 – Adrinaópolis	60 – Palmas
17 – São Jerônimo da Serra	39 – Cascavel *	61 – União da Vitória *
18 – Inaiti	40 – Guaraniaçu	62 – São Mateus do Sul
19 – Siqueira Campos	41 – Pitanga	63 – Lapa *
20 – São José da Boa Vista *	42 – Prudentópolis	64 – Rio Negro *
21 – Umuarama	43 – Ponta Grossa *	65 – Guaratuba *
22 – Cruzeiro do Oeste	44 – Rio Branco do Sul *	

Quadro 5 – Rede de pontos geolingüísticos do ALPR (AGUILERA, 1990), números correspondentes e correlação com Nascentes (1958)

Fonte: ALPR (AGUILERA, 1990/1994)

Considerando que tal proposta de distribuição de pontos lingüísticos fora feita em 1958, em que muitas cidades do oeste e sudoeste estavam nascendo, e por se pretender um estreitamento da malha de pontos a serem investigados para um máximo de 60 km entre um e outro, estendemos para sessenta e cinco o número de localidades, levando-se em conta fatores etno-geo-históricos de cada uma. (AGUILERA, 1990, p. 110)

Além disso, é preciso lembrar que os pontos previstos por Nascentes (1958) assim o foram para um atlas nacional e não regional. Em termos de rede de pontos, o ALPR representa a realidade do povoamento paranaense em pequena escala. Basta observar o mapa que apresenta os pontos lingüísticos segundo as datas mais antigas de povoamento das localidades:

⁶⁷ O asterisco marca o ponto também assinalado por Antenor Nascentes.

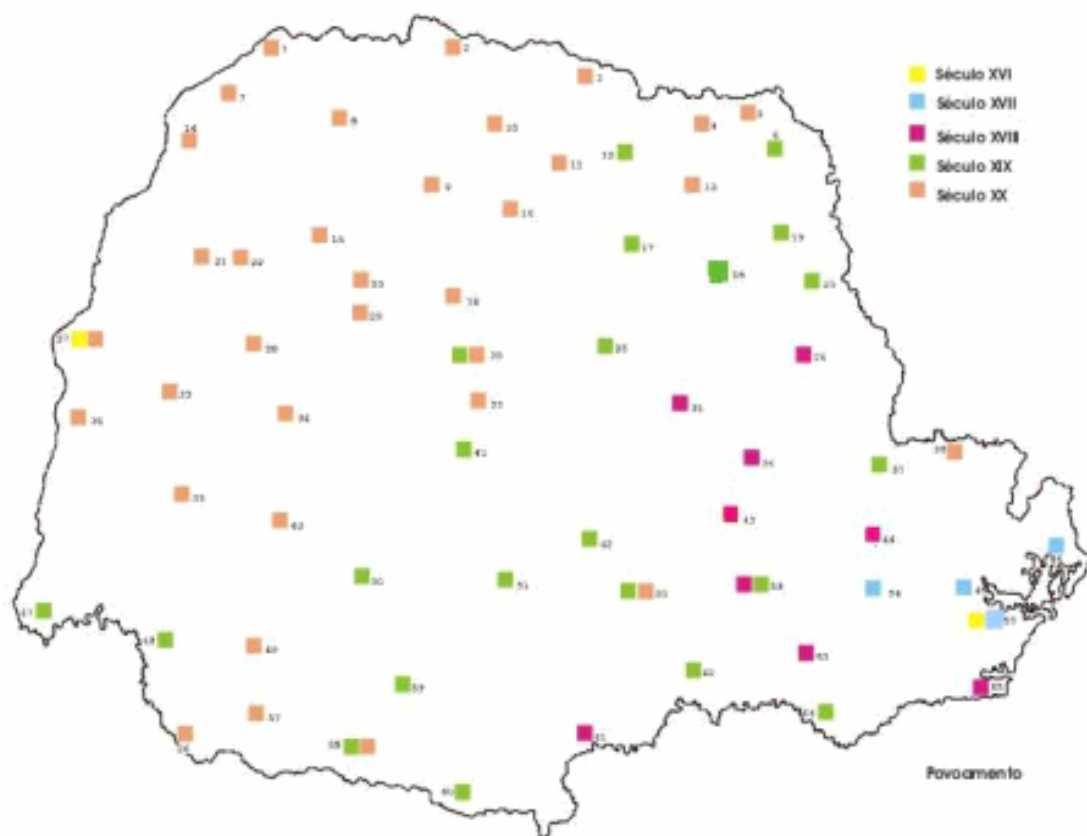


Figura 8 – Povoamento dos pontos lingüísticos do ALPR (AGUILERA, 1990/1994) por século

Fonte: ALPR (AGUILERA, 1990/1994)

Observa-se que o povoamento avança em ondas desde o litoral, a maior parte dele levado a cabo durante os séculos XIX e XX, seguindo para o interior e limites ocidentais.

Em relação ao questionário, o ALPR tomou por base o que Caruso (1983) havia elaborado para o Atlas de São Paulo (ALESP), com algumas modificações propostas pela autora. Segundo informa Aguilera (1990), durante a execução das primeiras entrevistas, de 1985 a 1987, na fase de elaboração do Esboço de um Atlas Lingüístico de Londrina – EALLO, o questionário aplicado aos pontos do Paraná ainda era integralmente o do ALESP.

Parte dessas entrevistas (trinta e quatro) é utilizada na composição do universo de dados do ALPR. Em treze pontos, as duas entrevistas foram aproveitadas; em oito pontos, apenas uma. A reformulação do questionário somente ocorreu após a aplicação em quatro pontos: Londrina (ponto 11), Cascavel (ponto 39), São Mateus do Sul (ponto 62), Ortiguera (ponto 25), respectivamente norte, oeste, sul e centro do Estado do Paraná. “Com base nas entrevistas obtidas, passamos à reformulação do modo de inquirir sobre certos

nomes, levando-se em conta a adequação da linguagem do entrevistador à linguagem do informante.” (AGUILERA, 1990, p. 84)

Desses quatro pontos, apenas as entrevistas de São Mateus do Sul foram mantidas integralmente. As dos informantes masculinos em Londrina e Cascavel e as duas de Ortigueira (M e F) foram refeitas em 1989. A tabela abaixo demonstra a dinâmica do processo:

Ano	PONTOS LINGÜÍSTICOS	Total de entrevistas
1985	01, 02, 08(M), 10(F), 14, 35, 41(M), 51(F),	12
1986	04, 05(F), 17, 19, 27(M), 28, 29, 32, 36, 39(F), 59, 60	21
1987	11(F)	01
1988	03(M), 05(M), 06, 07, 09, 10(M), 11(M), 12, 16(F), 18, 20, 24, 25, 30, 34, 37, 39(M), 41(F), 44, 45, 46, 48, 49(F), 50, 51(M), 53, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65.	61
1989:	03(F), 08(F), 13, 15, 16(M), 21, 22, 23, 26, 27(F), 31, 33, 38, 40, 42, 43, 47, 49(M), 52, 54	35
		130

Quadro 6 – Entrevistas realizadas por ano, número de pontos e número de entrevistas no ponto

Fonte: ALPR – Apresentação (AGUILERA 1996, p. 107-131)

A primeira coluna indica os anos em que foram realizadas as entrevistas. A segunda, traz os pontos lingüísticos nos quais foram feitos inquéritos naquele ano, com anotação quando foi feita apenas uma (M ou F). A terceira indica o total de entrevistas feitas naquele ano. Vê-se que a maior parte das entrevistas (73,85%) foram realizadas durante os anos de 1988 e 1989:

Essas modificações do questionário vão aparecer, portanto, nos pontos nos quais as entrevistas foram feitas depois de 1987: 03 (Primeiro de Maio); 05 (M – Cambará); 06 (Jacarezinho); 07 (Loanda); 08 (F – Paranavaí); 09 (Maringá); 10 (M – Jaguapitã); 11 (M – Londrina); 12 (Jataizinho); 13 (Ribeirão do Pinhal); 15 (Cianorte); 16 (Apucarana); 18 (Ibaiti); 20 (São Jose da Boa Vista); 21 (Umuarama); 22 (Cruzeiro do Oeste); 23 (Peabiru); 24 (São Pedro do Ivaí); 25 (Ortigueira); 26 (Jaguariaíva); 27 (F – Guairá); 30 (Ivaiporã); 31 (Tibagi); 33 (Assis Chateaubriant); 34 (Campina da Lagoa); 37 (Cerro Azul); 38 (Adrianópolis); 39 (M – Cascavel); 40 (Guaraniaçu); 41 (F – Pitanga); 42 (Prudentópolis); 43 (Ponta Grossa); 44 (Rio Branco do Sul); 45 (Antonina); 46 (Guaraqueçaba); 47 (Foz do Iguaçu); 48 (Capanema); 49 (Dois Vizinhos); 50 (Laranjeiras do Sul); 51 (M – Guarapuava); 52 (Irati); 53 (Palmeira); 54 (Curitiba); 55 (Paranaguá); 56 (Barracão); 57 (Francisco Beltrão);

58 (Pato Branco); 61 (União da Vitória); 62 (São Mateus do Sul); 63 (Lapa); 64 (Rio Negro); 65 (Guaratuba).

Esses pontos estão indicados no mapa a seguir, no qual é fácil perceber a distribuição no espaço paranaense.

A seleção das entrevistas a serem mantidas baseou-se principalmente na possibilidade de aproveitamento fidedigno dos dados gravados. O perfil dos informantes, o seu envolvimento durante a recolha dos dados, a ausência ou presença de ruídos foram fatores que definiram o aproveitamento da entrevista.

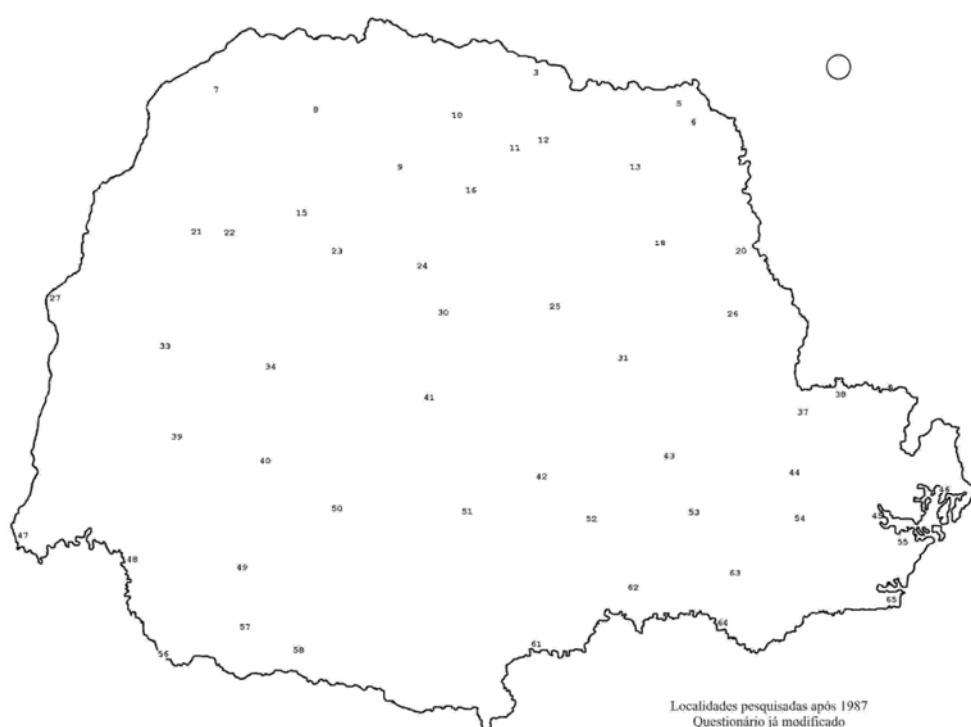


Figura 9 – Pontos linguísticos do ALPR (AGUILERA, 1990/1994) com modificação no questionário

Fonte: ALPR (AGUILERA, 1990/1994)

Quanto ao motivo pelo qual o questionário foi modificado, é fácil entender que aqui também a realidade regional foi necessária e eficazmente imposta ao pesquisador. Algumas questões sofreram modificações para serem desfeitas ambigüidades na pergunta, outras para delimitar claramente um ou outro referente, outras ainda por surgirem nas entrevistas iniciais e se mostrarem interessantes para a pesquisa. Vejamos, de maneira panorâmica, quais foram as mudanças:

Boa parte dessas modificações visou também a adaptar o questionário ao cenário lingüístico paranaense e estruturá-lo de modo a ser um instrumento de coleta que proporcionasse, na medida do possível, uma conversa mais natural, tentando diminuir a conhecida contradição entre desejar dados o mais espontâneos possível e estar numa situação artificial de conversa, com gravador e questionário à vista do informante.

Questões inseridas	Questões divididas	Questões modificadas	Questões removidas
pinguela (Q.7)	Corisco (Q.42a 45)	Fases da lua (Q.25)	Contagem de um a vinte e dois (Q.55)
nascente (Q.8)	Indez (Q. 113 119)	Estações do ano (Q.50)	
raiz mestra ou pião (Q.66)		Dia(s) anterior(es) para ontem (Q.52)	
fruta (Q.71),		Anteotem (Q.53)	
camomila (Q.91)		tras-anteotem (Q. 54)	
galinha sura (Q.120)		Espécies de animais Galinha (Q.112), peixe (Q.149), plantas (Q.77, 82, 83, 277, 281, 289, 293)	
sobrancelhas (Q.189)		Plantas medicinais: erva Santa Maria, hortelã, arruda, alecrim, rubim, guiné (Q.90, 92, 98, 100, 101, 102)	
		Roda d'água (Q.305)	
		Cavadeira (Q.301)	
		Enxada (Q.298)	

Quadro 7 – Adaptações do questionário ALESP/ALPR a partir do 2º semestre de 1987

Fonte: ALPR (AGUILERA, 1990, p. 94-99)

Na impossibilidade de obter dados livres de constrangimentos, procura-se tornar a conversa o mais natural possível, inclusive por meio de um questionário que proporcione esse tipo de interação. As últimas questões (sobre lendas e narrativas) possibilitam uma espontaneidade ainda maior, pois o trato com narrativas, muitas vezes acompanhadas de envolvimento emocional, como se sabe, enseja o uso de uma linguagem menos policiada do que se poderia ter obtido nas outras perguntas.

O questionário é composto de 325 questões, divididas em dois grandes campos semânticos: terra e homem, e em oito subcampos, organizados da seguinte maneira:

Campo semântico	Subcampos	Nº de questões
I – TERRA	a) natureza: fenômenos atmosféricos, astros, tempo, etc.	58
	b) flora: árvore, frutos, etc.	29
	c) plantas medicinais	16
	d) fauna: aves, pássaros, animais, etc	52
II – HOMEM	a) Partes do corpo, funções, doenças, etc.	107
	b) vestuário e calçados	14
	c) agricultura, instrumentos agrícolas, etc.	29
	d) brinquedos e jogos infantis	13
	e) lendas e superstições (narrativas)	7
		325

Quadro 8 – Campos e subcampos semânticos do questionário do ALPR (1990)

Fonte: ALPR (AGUILERA, 1990, p.100-108)

As perguntas foram formuladas de forma direta, apontando para o referente (Questão 170: Como se chamam esses dentes aqui?), e indireta, na qual se faz uma breve descrição (Questão 3: Como se chama um rio que é bem pequeno?).

Como é fácil perceber, cada referente demanda um tipo de pergunta específica, assim é que as partes do corpo e peças de vestuário, por exemplo, são normalmente inquiridas de maneira direta, enquanto a referência a animais, plantas ou objetos de uso cotidiano é feita de maneira indireta, a não ser que o objeto ou ser esteja presente.

A apresentação dos dados nas cartas depende da “necessidade” da variante que é descrita. O ALPR utilizou, segundo sua autora, a classificação proposta por Montes Giraldo (1987). De acordo com a forma de apresentar o dado lingüístico, mais natural ou após prévia organização, as cartas foram divididas em: sintéticas, literal-analíticas ou sintético-analíticas.

As primeiras são cartas de isoglossas. Seus dados já passaram por uma análise e são organizados de modo a delimitar áreas de presença/ausência de determinado traço lingüístico. As segundas são as cartas que representam “variantes múltiplas e numerosas que exigiram um trabalho mais complexo e um esforço mais concentrado na notação fonética” (AGUILERA, 1990, p. 153). Essas apresentam os dados diretamente nos pontos em que ocorreram, sob a forma de notação fonética sem que sejam feitas seleções ou agrupamentos. O terceiro tipo de carta, a sintético-analítica é também chamada de mista, pois apresenta os

dados como são recuperados nas entrevistas, mas já selecionados por traços comuns. Por exemplo, no caso das cartas fonéticas desse tipo, “os traços fônicos secundários foram eliminados para permitirem cartas mais homogêneas” (AGUILERA, 1990, p. 153).

Cada carta é acompanhada de notas cujos objetivos são registrar o contexto de ocorrência de cada forma, documentar traços não-lingüísticos e/ou lingüísticos de outro nível referentes às variantes, explicar alguns registros da carta geolingüística. (AGUILERA, 1990, p. 160). Completam assim o mapa geolingüístico, concorrendo com informações que ampliam a informatividade do primeiro.

Para falar dos resultados alcançados pelo ALPR (AGUILERA, 1990), é necessário retomar seus objetivos. São resumidamente três, resultantes do conhecimento ainda intuitivo da autora do Atlas sobre a linguagem paranaense e das análises obtidas na elaboração do Esboço de um Atlas Lingüístico de Londrina – EALLO: a) documentação cartográfica da variação lexical e fonética, b) busca de delimitação de isoglossas e c) a organização de um glossário (AGUILERA, 1990, p. 77-81).

Os objetivos assim delimitados procuraram responder às hipóteses de trabalho, construídas em torno da história do Estado: i) possibilidade de delimitação de três áreas lingüísticas correspondentes às ondas povoadoras de Cardoso e Westphalen (1986), ii) possibilidade de delimitação de isoglossas seguras e iii) estabelecimento do nível em que as diferenças lingüísticas manifestam-se mais fortemente (AGUILERA, 1990, p. 69).

Essas hipóteses ficam comprovadas com a espacialização das formas lingüísticas nas cartas, demarcando áreas que correspondem às áreas de povoamento mencionadas por Cardoso e Westphalen (1986). Segundo Aguilera (1990), não há homogeneidade, entretanto, nas áreas de abrangência desses fatos lingüísticos, embora o nível fonético seja aquele que parece marcar mais nitidamente as isoglossas no espaço paranaense.

A expansão e a resistência de cada uma destas formas estão condicionadas a vários fatores relativos aos informantes: faixa etária, escolaridade, local de nascimento e naturalidade dos pais. A variável sexo parece não interferir na resistência ou desaparecimento de determinadas formas. (AGUILERA, 1990, p. 215)

Porém, nem todos os dados coletados para a elaboração do ALPR (AGUILERA, 1990/1994) foram cartografados. Altino (2006), em um artigo no qual analisa a quantidade desses dados, apresenta os seguintes números: apenas 123 das 325 perguntas do

questionário foram cartografadas, ou seja, 37, 8%, o que deixa um total de 62,2% de questões inéditas.

O quadro a seguir demonstra a quantidade de questões inéditas em cada área semântica:

Áreas semânticas		Total de questões	Questões cartografadas	Questões inéditas	
				Total	Percentual
T E R R A	Natureza, fenômenos atmosféricos, astros, tempo.	58	35	23	39,65 %
	Flora, árvores, frutos.	29	17	12	41,37 %
	Plantas medicinais.	16	05	11	68,75 %
	Fauna: aves, pássaros, outros animais.	52	26	26	50 %

H O M E M	Partes do corpo, funções, doenças.	107	23	84	78,50 %
	Vestuário e calçados.	14	02	12	85,71 %
	Agricultura, instrumento agrícolas.	29	08	21	72,41 %
	Brinquedos e jogos infantis.	13	07	06	46,15 %
	Lendas e superstições.	07	0	07	100 %

Quadro 9 – ALPR – Demonstrativo da cartografia e questões inéditas

Fonte: Altino (2006)

O quadro de Altino (2006) descreve as questões na seqüência em que aparecem no questionário, o próximo organizará esses números em escala decrescente:

Áreas semânticas		Total de questões	Questões cartografadas	Questões inéditas	
				Total	Percentual
H	Lendas e superstições.	07	0	07	100 %
H	Vestuário e calçados.	14	02	12	85,71 %
H	Partes do corpo, funções, doenças.	107	23	84	78,50 %
H	Agricultura, instrumentos agrícolas.	29	08	21	72,41 %
N	Plantas medicinais.	16	05	11	68,75 %
N	Fauna: aves, pássaros, outros animais.	52	26	26	50 %
H	Brinquedos e jogos infantis.	13	07	06	46,15 %
N	Flora, árvores, frutos.	29	17	12	41,37 %
N	Natureza, fenômenos atmosféricos, astros, tempo	58	35	23	39,65 %

Quadro 10 – ALPR – Questões inéditas em ordem decrescente

Fonte: ALTINO, 2006 – adaptada

Essa organização permite uma compreensão mais clara das áreas semânticas mais presentes nas cartas do ALPR: *natureza...*; *fauna...*; *partes do corpo... e flora...*, em ordem decrescente.

Observando esses dados e sabendo que a cartografia do ALPR (AGUILERA, 1990/1994) foi feita com base na “riqueza de variantes lexicais devido às variáveis: sexo, idade, local de nascimento e grau de escolaridade, entre outras” (AGUILERA, 1990, p. 78), é válido afirmar que a área *natureza* foi a que ofereceu maior diversidade, uma vez que ficou com um número percentual menor de questões inéditas. Nessa linha de raciocínio, supomos também que, estabelecendo uma marca na média de 50%, o campo semântico *Homem* possui uma variação menor do que o *Natureza*, que possui três dos seus subcampos abaixo de 50% de questões inéditas.

Desse ponto de vista, cremos ser possível afirmar que a análise dos dados metodológicos do ALPR (AGUILERA, 1990/1994) leva à constatação de que, na execução do projeto, apesar das dificuldades naturais em estudos dessa natureza, a linguagem documentada representa aquela utilizada por indivíduos de vivência rural, sendo esta categoria estabelecida por meio de uma variável principal: a inserção em atividades da agricultura e a busca de informantes fora de pontos urbanos.

Além disso, o questionário foi construído de modo a privilegiar referentes relativos ao meio rural. As questões que não correspondem estritamente a esse meio são as do primeiro subcampo do campo semântico Terra: fenômenos atmosféricos, astros, tempo, etc; e as dos dois primeiros subcampos do campo semântico relativo ao homem: 1) partes do corpo, funções, doenças, etc, e 2) vestuário e calçados.

Se observarmos o quadro nº 10, apresentado anteriormente, veremos que os dois últimos são justamente os que apresentaram os números mais baixos de cartografia, ou seja, apresentaram pouca variação, não possuindo, portanto, grande representatividade nas cartas do ALPR (AGUILERA, 1990/1994). Ao contrário, o subcampo *Natureza* apresentou o maior nível de variação, aparentando estar aí e nos subcampos *Flora*, *Brinquedos* e *Fauna*. as maiores necessidades de denominação por parte do informante rural, visto ser da própria natureza que o homem vive. Observe-se ainda que os campos que obtiveram maior variação não são os mais numerosos no questionário. Outros campos, como o de *Plantas medicinais*, por exemplo, ou *Partes do corpo*, podem não ter o mesmo nível de variação pela necessidade de denominação mais exata.

Passaremos agora à descrição e primeira análise do *corpus* da tese.

2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS CARTAS SELECIONADAS – DADOS SOBRE A PRESENÇA EM DICIONÁRIOS E VOCABULÁRIOS REGIONAIS

Para retratar geograficamente o uso da linguagem rural no ALPR (AGUILERA, 1990/1994), sua autora elaborou 191 cartas geolingüísticas, divididas da seguinte forma: 92 cartas léxicas, 70 fonéticas, 29 de isoglossas. As cartas lexicais formam, portanto, 48% da estrutura geral do Atlas. Dentre as questões selecionadas para sua composição, vinte e duas também foram aproveitadas na elaboração de cartas fonéticas. A documentação cartográfica procurou privilegiar questões como as que obtiveram maior número de variantes e as que desenharam áreas relacionadas a regiões do Paraná.

As cartas do ALPR (AGUILERA, 1990/1994) são apresentadas tendo ao centro uma figura do mapa do Paraná, com a indicação dos sessenta e cinco pontos lingüísticos demarcados pela autora do estudo, numerados na direção Oeste-Leste e Norte-Sul. Assim o primeiro ponto (Diamante do Norte) localiza-se na região noroeste e o último (Guaratuba) na região sudeste. No canto inferior direito, inscreve-se o título da carta, e a questão a ela correspondente. O número da carta também aparece neste local, fora da borda que circunda o mapa. Nas cartas sintéticas, lexicais ou fonéticas, uma legenda é colocada no canto superior direito para indicar as variantes. Nas cartas analíticas, as formas fônicas são apresentadas diretamente no mapa.

Para a realização desta tese, operamos um recorte quantitativo no *corpus* do ALPR (AGUILERA, 1990/1994): vinte mapas, isto é, cerca de 20% das cartas lexicais serão analisadas. Na escolha dos mapas a serem estudados, os temas foram escolhidos aleatoriamente, mas não a quantidade. Para estabelecê-la, foram levados em conta os seguintes critérios: i) como base, os campos semânticos do questionário do Atlas, descritos no capítulo quatro; ii) a quantidade de cartas elaboradas para cada campo semântico; iii) a relação que algumas cartas estabelecem entre si, tornando necessária sua inclusão. Com os dois próximos quadros, demonstraremos como ficou delineado o *corpus* da tese:

CAMPO SEMÂNTICO I: TERRA		
Subcampo semântico	Total de cartas ALPR	Cartas selecionadas para estudo Numeração do mapa no Atlas e tema da carta Número da pergunta no questionário
Natureza, fenômenos atmosféricos, astros, tempo, etc	34 cartas ⁶⁸	n° 01: TERRENO PRÓPRIO PARA CULTURA DO ARROZ (Q. n° 2) n° 02: RIO PEQUENO (Q. n° 3) n° 08: TERRENO ÚMIDO (Q. n° 11) n° 26: CHUVA DE PEDRA (e outras designações para) (Q. n° 37) n° 27: TROVÃO (Q. n° 38) n° 28: TROVOADA (Q. n° 39) n° 29: TEMPESTADE (e outras designações para) (Q. n° 42) n° 30: RELÂMPAGO (e outras designações para) (Q. n° 43) n° 31: RAIO (e outras designações para) (Q. n° 44)
Flora: árvores, frutos, etc.	12 cartas ⁶⁹	n° 38: COGUMELO (designações para) (Q. n° 76) n° 39: COGUMELO (outras designações) (Q. n° 76) n° 40: COGUMELO (outras designações) (Q. n° 76) n° 41: COGUMELO (outras designações) (Q. n° 76) n° 46: BANANA DUPLA (Q. n° 81)
Plantas medicinais	3 cartas ⁷⁰	Nenhuma
Fauna: aves, pássaros, animais, etc	15 cartas ⁷¹	n° 50: URUBU (Q. n° 104) n° 51: GAVIÃO (variedades de) (Q. n° 105)
4	64	16 cartas

Quadro 11 – *Corpus* da tese segundo o campo semântico I do ALPR (AGUILERA, 1990/1994)

Fonte: Aguilera (1990/1994)

⁶⁸ As questões cartografadas: 2, 3, 7, 8 (x 2), 9 (x 2), 11, 15, 20 (x 2), 28, 29 (x 2), 31, 32 (x 2), 34, 35 (x 2), 36 (x 3), 37 (x 3), 38, 39, 42, 43, 44, 47, 48, 57.

⁶⁹ As questões cartografadas: 59, 62, 63, 76 (x 4), 77 (x 3), 80, 81.

⁷⁰ As questões cartografadas: 89 (x 2), 91.

⁷¹ As questões cartografadas: 104, 105, 107, 111, 112 (x 5), 120, 121, 123, 125, 129, 148.

CAMPO SEMÂNTICO II: HOMEM		
Subcampo semântico	Total de cartas ALPR	Cartas selecionadas para estudo Numeração do mapa no atlas e tema Número da pergunta no questionário
Partes do corpo, funções, doenças, etc	14 cartas ⁷²	nº 65: DENTES MOLARES (Q. nº 170) nº 66: DENTE DO SISO (Q. nº 171)
Vestuário e calçados	2 cartas ⁷³	Nenhuma
Agricultura, instrumento agrícolas, etc	5 cartas ⁷⁴	nº 83: VAGEM DE FEIJÃO (Q. nº 294)
Brinquedos e jogos infantis	7 cartas ⁷⁵	nº 87: PAPAGAIO (BRINQUEDO) (Q. nº 309)
Lendas e superstições	Não cartog.	Nenhuma
5	28	4 cartas

Quadro 12 – *Corpus* da tese segundo o campo semântico II do ALPR (AGUILERA, 1990/1994)

Fonte: AGUILERA, 1990/1994

Observamos que, no primeiro subcampo do quadro 11, as cartas nº 01 e nº 08 compartilham variantes. O mesmo ocorre nas cartas da série que vai do nº 26 até o nº 31. Temos assim três grupos de variantes sendo pesquisadas: mapa nº 01 e nº 08 (1^a), mapa nº 02 (2^a) e mapas nº 26 até nº 31 (3^a). No segundo subcampo do quadro 11, ocorre novamente uma reunião de mapas: as cartas de nº 38 a 41, que formam um quarto grupo enquanto a carta nº 46 para BANANA DUPLA forma um quinto grupo. No quadro 12, há quatro cartas que não partilham variantes. Formam cada uma um grupo particular.

Os dois campos semânticos estão equilibrados do ponto de vista do ALPR (AGUILERA, 1990/1994), cujo total de cartas lexicais é noventa e duas. O primeiro, Terra, representa 69% desse total enquanto o segundo, Homem, representa 30% desse total. Da maneira como está organizado quantitativamente, o número de cartas geolingüísticas selecionadas mantém aproximadamente essa proporção: o primeiro campo tem 25% do total

⁷² As questões cartografadas: 170, 171, 172, 177, 182, 185, 198, 213, 227, 228, 242, 247, 250, 253.

⁷³ As questões cartografadas: 265 e 276.

⁷⁴ As questões cartografadas: 283, 290, 294, 295, 304.

⁷⁵ As seguintes questões foram cartografadas: 306, 309, 310, 312 (x 2), 313, 316.

de noventa e dois mapas e o segundo, com quatro cartas apenas, tem 14%. No total, estão em estudo oitenta variantes.

Para organizar as informações e facilitar a leitura da tese, os temas serão sempre apresentados em letra maiúscula e as variantes em itálico. A análise foi dividida em duas partes: a primeira trabalhará na descrição e análise das variantes do ponto de vista de sua inserção no dicionário, reunindo dados que possam explicar também a origem das lexias. A segunda parte reunirá os dados da primeira mais aqueles recolhidos no capítulo sobre a história e os trabalhos já elaborados para o léxico do Paraná com o objetivo de interpretar os dados areais inscritos nas cartas do ALPR (AGUILERA, 1990/1994).

Uma vez que a análise dessas cartas pode levar em conta o ano em que foi feita e as modificações no questionário, transpomos a tabela já apresentada no capítulo sobre o ALPR (AGUILERA, 1990/1994) para facilitar a leitura.

ANO	PONTOS LINGÜÍSTICOS	Total de entrevistas
1985	01, 02, 08(M), 10(F), 14, 35, 41(M), 51(F),	12
1986	04, 05(F), 17, 19, 27(M), 28, 29, 32, 36, 39(F), 59, 60	21
1987	11(F)	01
1988	03(M), 05(M), 06, 07, 09, 10(M), 11(M), 12, 16(F), 18, 20, 24, 25, 30, 34, 37, 39(M), 41(F), 44, 45, 46, 48, 49(F), 50, 51(M), 53, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65.	61
1989:	03(F), 08(F), 13, 15, 16(M), 21, 22, 23, 26, 27(F), 31, 33, 38, 40, 42, 43, 47, 49(M), 52, 54	35
		130

Quadro 13 – Entrevistas realizadas por ano, número de pontos e número de entrevistas nos pontos

Fonte: ALPR – Apresentação (AGUILERA 1996, p. 107-131)

Também foram feitas modificações no questionário a partir de 1987. Nesse caso, todavia, apenas a questão relacionada à variante *corisco* (questão criada a partir da que foi elaborada para RAIIO) será abordada.

As variantes apresentadas nas cartas serão também estudadas do ponto de vista lexicológico, no que se refere à presença em dicionários e vocabulários regionais⁷⁶, da seguinte forma:

a) Para todas as variantes:

⁷⁶ Como serão retomados muitas vezes ao longo do texto, todos os dicionários e o ALPR serão apresentados sem as datas de publicação e pelo nome mais comum, por exemplo, Aurélio, para Ferreira (1999). Tomaremos como regra marcá-los em negrito, procedimento que observamos no trabalho de Oliveira (1999) e que facilita uma eventual busca por parte do leitor.

- em dicionários gerais, mais especificamente no **Aurélio Séc. XXI** (FERREIRA, 1999) e no **Dicionário Eletrônico Houaiss** (HOUAISS, 2001), para atestar um uso já generalizado no português brasileiro atual. Dicionários gerais de outras línguas poderão ser utilizados na medida em que se faça necessária a confirmação de dados;
- no **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**, de Antônio Geraldo da Cunha (1986) para pesquisa de datação;
- b) para algumas cartas, quando se fizer necessário:
 - no **Grande Dicionário da Língua Portuguesa**, de António de Moraes Silva, 10ª edição (195-), referência para o português lusitano;
 - no **Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**, 2ª edição brasileira (1964), de Caldas Aulete, para confirmar uso mais antigo no português brasileiro;
 - no **Dicionário de Usos do Português Brasileiro**, de Francisco da Silva Borba, referência para um português urbano culto;
 - no **Vocabulário Portuguez e Latino**, de D Raphael Bluteau (1728), para atestar uso no português europeu do século XVIII;
 - em atlas lingüísticos, como o **ALP – Atlas da Paraíba**, das professoras Maria do Socorro Silva de Aragão e Cleusa Palmeira Bezerra de Menezes (1984) e **glossário** apenso a elas, procurando referendar uso neste Estado;
 - em trabalhos acadêmicos como o **Estudo com Vistas a um Atlas Lingüístico da Ilha de Santa Catarina: abordagem dos aspectos lexicais**, de Lígia Maria Campos Imaguire (1999) pela mesma razão para o atlas acima mencionada;
 - em dicionários regionais, como o **Léxico Rural. Glossário e Comentários**, de Suzana Alice Marcelino Cardoso e Carlota da Silveira Ferreira, com o intuito de observar a presença de alguma das variantes do ALPR (AGUILERA, 1990/1994) nos dados do **APFB – Atlas Prévio dos Falares Baianos** (ROSSI, 1963) e no **ALS I – Atlas Lingüístico de Sergipe I** (FERREIRA et al, 1987); ou como no **Dialeto Caipira**, de Amadeu Amaral, que pode atestar um uso mais antigo no falar paulistano do interior; também no **Dicionário Sociolingüístico Paranaense**, do Prof. Francisco Filipak (2002), ainda que sua

metodologia de recolha de dados seja radicalmente diferente da utilizada por Aguilera (1990/1994) no ALPR. Justifica-se, no entanto, por ser a primeira obra extensa sobre o vocabulário paranaense, numa abordagem lexicográfica, e também por não ter sido ainda objeto da crítica acadêmica; e no **Vocabulário Sul-Rio-Grandense** (CORRÊA, 1964), mas que reúne obras mais antigas.

Como é formada por verbetes de obras diversas, reunidos pela Editora num só volume, justificamos a consulta pela seriedade com que os quatro vocabulários e mais as acepções avulsas são apresentados. Há uma biobibliografia elaborada pelo historiador sul-rio-grandense Prof. Walter Spalding, sobre cada um dos autores e o motivo pelo qual foram incluídos na coletânea. Segundo Spalding, portanto, o Vocabulário do médico e político J. Romaguera Corrêa abriu, “em definitivo, o ciclo de estudos lingüísticos do Rio Grande do Sul” (p. VII) e também se denomina **Vocabulário Sul-Rio-Grandense**, tendo sido publicado em 1898. De acordo com a sua biobibliografia, foi “escrito aos poucos, à margem de suas enormes atividades médicas e políticas” (p. VII). Para Spalding, o trabalho de Corrêa era “sério, de observação local, ampliado por informações e dados de conhecedores da vida gauchesca”:

além das observações e coletas pessoais, J. Romaguera Corrêa abona muitos de seus verbetes com citações de Beaurepaire-Rohan, de Pereira Coruja, de João Cezimbra Jacques, e do *Vocabulário Rio-Platense Razonado* (1889), de Daniel Granada, de onde infere os chamados castelhanismos, muitos dos quais, como afirma o próprio Granada, são portuguesismos obsoletos adaptados ao linguajar platense. (p.VII)

Antônio Alves Pereira Coruja foi professor de português e autor da primeira ampla coletânea de termos do Rio Grande (primeiramente publicada em 1852): *Coleção de vocábulos e Frases usados na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Luiz Carlos de Moraes foi coronel do exército e recolheu os termos de sua obra durante toda a vida, “uns em convivência direta”, “outros respingando o arquivo de nossa literatura crioula e muitos hauridos em autores platinos, cujo intercâmbio conosco nos tem legado farto repositório de vozes e expressões” (p. VIII). Seu **Vocabulário Sul-Rio-Grandense** foi publicado em 1935. O jornalista, escritor e professor Roque Callage publicou a obra, **Vocabulário Gaúcho**, em 1926 e em 1928, “com novos significados populares de velhos vocábulos”. Sobre esse dicionário, Spalding afirma que, apesar de ancorado em extensa bibliografia, também é fruto

de “pesquisa de campo, nos mais diversos pontos do Estado, o que muitas vezes o obriga a dar à mesma palavra acepções diferentes” (p. IX).

Os verbetes “avulsos” incorporados ao dicionário foram retirados de diferentes obras. Os de Aurélio Buarque de Holanda, do glossário elaborado para uma edição crítica dos **Contos Guachescos**, de J. Simões Lopes Neto. Do padre jesuíta Carlos Teschauer, foram incorporados os verbetes do **Novo Dicionário Nacional**, de 1928. Seus dados vieram das observações pessoais e de obras literárias de todo o Brasil. Sobre o **Dicionário de Vocábulo Brasileiro**, do Visconde de Beaurepaire, publicado em 1889, Spalding afirma: “seu conhecimento do linguajar gauchesco [...] é relativamente pequeno. Na quase totalidade dos casos cita João Cezimbra Jacques e Antônio Alves Pereira Coruja”, mas “o trabalho [...] é mais um elemento, dos mais antigos, para fonte de consulta” (p. XI).

Por final, o trabalho de Darcy Pereira de Azambuja: “extensos vocabulários que formam moderna e expressiva contribuição para o estudo do linguajar gauchesco”, retirados principalmente, no que se deduz da leitura de Spalding, de dois livros regionais publicados em 1925 e 1956. Para o organizador da biobibliografia, Azambuja recolhe seus “têrmos e expressões regionais” do “contato de sua mocidade com a vida nas coxilhas do pago.” (p. XI).

Apesar das notas biobibliográficas não terem sido escritas por um estudioso da língua, e de não o serem a maioria dos outros autores, nota-se a preocupação com a origem dos dados, com a vivência em relação à cultura do Rio Grande, com a importância da observação local. Acreditamos que esse seja um dos indícios de seriedade que permite a utilização do volume como uma referência para o uso de variantes da fala rio-grandense. Outro indício é, por exemplo, a exposição de acepções que se contradizem, o que permite perceber a intenção de: i) não censurar dados e, conseqüentemente, ii) induzir discussões sobre esses mesmo dados.

Enfatizamos que a consulta a esses vocabulários servirá ao objetivo de observar a presença das variantes em regiões com as quais o Paraná tem ligações históricas e assim sustentar ou negar hipóteses levantadas acerca da configuração geográfica do léxico paranaense. De maneira alguma, obviamente, poderiam essas consultas substituir aquelas que pudessem ser feitas nos atlas, se tivéssemos todos, com as quais poderiam ser desenhadas áreas de ocorrência das variantes.

3 DESCRIÇÃO E ESTUDO DAS CARTAS LEXICAIS

1) Carta 1 – Questão 2 ⁷⁷

Terreno próprio para a **cultura do arroz**

... aquele terreno que fica perto do rio e que muitas pessoas aproveitam para fazer plantação?

A carta de número 1 apresenta a variação lexical referente à questão nº 2: TERRENO PRÓPRIO PARA A CULTURA DO ARROZ. São cinco variantes representadas no mapa por cores diferentes, a saber: *vargem*, *banhado*, *brejo*, *vargedo* e *baixada*. Em relação à presença nos dicionários, o quadro abaixo demonstrará os dados encontrados:

Sobre a lexia mais produtiva, *vargem*, o **Aurélio** afirma tratar-se de variante de *várzea*, que, por sua vez, apresenta os traços semânticos [fértil] e [cultivada] em um vale¹ cujo sentido é “depressão alongada entre montes”. *Várzea* aparece também com o mesmo sentido de *vale*¹ (2) como “planície à **beira de um rio** ou ribeirão”, sendo considerada, nesse caso, brasileirismo. Observa-se que nessa última acepção sobressai o traço [beira de rio]. **Houaiss** informa quase a mesma acepção, apenas não incluindo o traço [cultivo]. Trata-se também de brasileirismo. O **Dicionário Etimológico**, de A.G.Cunha, também registra *vargem* com remissiva para *várzea*, datada de 1813, constante, portanto, também no **Dicionário da Língua Portuguesa**, de Morais Silva, desde a 2ª edição.⁷⁸ A origem, de acordo com **Cunha**, é a influência de palavras terminadas em –agem.

⁷⁷ Faz referência ao número da pergunta no questionário aplicado

⁷⁸ De acordo com Cunha (1986), essas datas correspondem ao registro do vocábulo nos seguintes dicionários: 1813 – Morais, 2ª ed.; 1844 – Morais, 5ª ed.; 1858 – Morais, 6ª ed.; 1871-1874 – Domingos Vieira, 1ª ed.; 1881 – Caldas Aulete, 1ª ed.; 1899 – C. Figueiredo, 1ª ed.

Variantes		Aurélio	Houaiss	Cunha
vargem	48 – 73%	Planície fértil e cultivada, em um vale ¹ ; veiga: 2. Terra chã. 3. Bras. Vale ¹ (2): [Var.: várzea, varge, vargem, varja.] Vale ¹ (2) Planície à beira de um rio ou ribeirão; várzea. [Pl.: vales. Cf. váli (q. v.) e pl. vális.]	Várzea Regionalismo: Brasil. terreno baixo e mais ou menos plano, à margem de um rio ou ribeirão; vale	var. edo, em = várzea várzea <i>sf.</i> ‘planície fértil e cultivada, em um vale’/ <i>vargea</i> xv / De origem obscura // varEDO <i>sm.</i> ‘conjunto ou seqüência de vargens’ XX // vargem <i>sf.</i> ‘várzea’ 1813. De <i>várzea</i> , por infl. de vocs. Terminados em –AGEM.
banhado	24 – 36%	[Do esp. plat. bañado.] S. m. Bras. S. 1. Pântano coberto de vegetação. 2. V. pântano.	Regionalismo: Sul do Brasil. pântano coberto de vegetação; brejo, charco	banhar [...]
brejo	8 – 12%	Bras. N.E. Terreno onde os rios se conservam mais ou menos permanentes, e em geral fértil em virtude dos transbordamentos anuais, por ocasião das chuvas. Bras. MA Qualquer lugar baixo onde há nascentes, olhos-d’água, cacimbas. 6. Bras. BA Plantação de arroz.	Regionalismo: Nordeste do Brasil. terreno plano, de extensão mais ou menos considerável, alagadiço ou apaulado, que ocorre nas cabeceiras ou em áreas de transbordamento de rios. 1.2 terreno baixo, plano ou pouco acidentado, situado entre colinas, bem irrigado e fértil Regionalismo: Maranhão. terreno baixo onde há nascentes Regionalismo: Bahia. arrozal	‘pânatano’XVI. De origem controvertida.
vargedo	10 – 15%	(ê). [De vargem + -edo.] S. m. 1. Conjunto ou seqüência de vargens. 2. Bras. SP. Vargem grande; varjão.	1. conjunto de vargens 2. Regionalismo: São Paulo. várzea grande, extensa	var. edo, em = várzea
baixada	5 – 7%	S. f. Bras. 1. Planície entre montanhas. 2. Depressão de terreno, próxima de uma lomba. [Cf. canhada.]	1. área plana em meio a montanhas 2. depressão de terreno junto de uma lombada 3. Rubrica: termo jurídico. remessa dos autos do processo, pela baixa, à instância inferior.	Baix. ada, -ada, -ar = baixo Baixada 1881

Quadro 14 – Dicionarização de variantes da carta nº 1

Fonte: ALPR (AGUILERA, 1994)

Uma busca no **Vocabulário Portuguez**, de Bluteau, revela que *vargem* estava presente em Portugal no século XVIII, registrada da seguinte forma: “Vargem, ou Varzea. Vid. Várzea. Este parece mais usado.”, no verbete para *várzea*:

Varzea, ou varzia, ou vargem, se chama um espaço de terra cultivada em campo ou em qualquer outra parte baixa, toda direita, sem ladeira, nem alto, há varzea de pão, de vinha, pomar, etc. Em um campo grande póde haver muitas várzeas, & de muitos donos. (grifo nosso)

Assim, é possível verificar que é brasileirismo a acepção “planície alagada perto de rio”. O traço semântico “cultivada” pertence a um uso mais antigo, desde Portugal. Se a pergunta do **ALPR** é “... aquele terreno que fica perto do rio e que muitas pessoas aproveitam para fazer plantação”, complementado pelas entrevistadoras com o sema “cultura de arroz”, não é a acepção de brasileirismo registrada nos dicionários que foi registrada também pelo **ALPR**, mas uma outra, complementar à acepção mais antiga, lusitana, e que não está registrada em sua especificidade.

Nos dicionários regionais e atlas lingüísticos consultados, a variante é registrada da seguinte forma: o **Atlas Lingüístico da Paraíba**, assinala *vargem*, na carta nº 007 (pergunta 008), para margem de rio. Não é variante muito produtiva, tendo ocorrido apenas cinco vezes num total de vinte e cinco pontos. Está registrada como *várzea: margem de rio*, também no **Léxico Rural**, que traz as variantes encontradas na Bahia e Sergipe. As acepções são aquelas dadas como brasileirismos por **Aurélio e Houaiss**. Retratando a fala rural do ponto oposto do país, o **Dicionário sul-rio-grandense** traz *vargedo* e *varzedo*, que remete ao primeiro, mas não *vargem*, nem mesmo *várzea*. As acepções, “várzea longa” e “várzea, planície campestre” parecem indicar que apenas *vargedo* e *varzedo* seriam características do extremo sul do país.

Por fim, no **Dicionário Sociolingüístico Paranaense**, do Prof. Francisco Filipak (2002), encontramos *vargem*, “1. Terreno baixo e descampado sujeito a alagados. O mesmo que *várzea*. [...]”. Em *várzea*, o Dicionário registra: “1. Terreno baixo e alagadiço nas margens de rios, lagoas, apropriado para o cultivo de arroz de água”. Filipak registra ainda “varjão”, com sentido aproximado de *vargem*.

Quanto à segunda variante mais produtiva, *banhado*, no **Aurélio** e no **Houaiss**, está registrada como brasileirismo do sul do Brasil, na acepção de um pântano com vegetação. O sentido encontrado no **ALPR** não está dicionarizado. Esses dois dicionários divergem quanto à origem da lexia. Para o Aurélio, *banhado* tem origem em outra língua: do

espanhol platino *bañado*. Cunha (1982), que a registra a partir de *banhar*, no seu **Dicionário Etimológico**, também afirma ser um brasileirismo vindo do castelhano, datada desde o século XVI. **Houaiss** afirma tratar-se de “part. substv. de *banhar*; ver *balne(o)*”; f.hist. sXIII *bannado*, sXIV *banhado*, sXV *baynhado*”.⁷⁹ Do próprio português, portanto.

Investigando um pouco mais a fundo esses registros e pretendendo carrear dados para sustentar a ligação sempre muito notada entre o Rio Grande do Sul, com sua herança lingüística espanhola, e o Paraná, buscamos a variante em outros dicionários. A forma (*bañado*, da) é usada no espanhol europeu, posto que está registrada no **Diccionario de la Lengua Española** (1998) como participio do verbo *bañar*, mas é americanismo na acepção seguinte: “terreno húmedo, a trechos cenagoso y a veces inundado por las águas pluviales o por las de un rio o laguna cercana.”

Quanto ao uso no português, a lexia aparece no **Vocabulário**, de Bluteau, com o sentido de “molhado, Vid. Banhar”. O **Grande Dicionário**, de Moraes Silva, registra *banhado* tanto como “metido de banho” quanto como “*Bras.* Pântano, charco, encoberto por ervas ou coberto de vegetação; terreno baixo e alagadiço.”, com origem no português *banhar*. A acepção encontrada no **ALPR** não está dicionarizada em nenhum dos dois dicionários. De fato, como terreno próprio para a cultura de arroz, não encontramos registro em nenhum dos dicionários, o que nos leva a afirmar que, muito provavelmente, se trata de um brasileirismo semântico.

Quanto ao uso do ponto de vista geográfico, **Aurélio** afirma ser um brasileirismo do Sul na acepção de “pântano coberto de vegetação”, assim como **Houaiss**. No **Vocabulário Sul-rio-grandense** de Corrêa et al (1964), *banhado* é registrado como ‘terreno alagadiço’, sinônimo de *brejo*. A etimologia é a mesma registrada por Cunha. Segundo esse verbete, de Sérgio Buarque de Holanda, é “também usado em Santa Catarina”, o que é confirmado por **Imaguire** (1999, p. 362), ao menos em relação à ilha, que registra essa lexia em seu estudo. Amadeu Amaral, citado no verbete de Buarque de Holanda, a inclui em seu **Dialeto Caipira**, 1920: “BANHADO, s. m. – campo encharcado.” (AMARAL, 1982), indicando uma ampliação geográfica no uso da lexia, já que seu livro registra “vocábulos em uso entre os roceiros, ou caipiras (no “território da antiga província de S. Paulo”)”. O

⁷⁹ Fonte do Dicionário Houaiss: A. G. Cunha. Índice do Vocabulário do Português Medieval. Fundação Casa de Rui Barbosa. Vol. 1 [A] Rio de Janeiro, 1986. – Vol. 2 [B-C] 1988. – Vol. 3 [D] 1994 -- suplemento [A-C] (in Confluência Revista do Instituto de Língua Portuguesa e do Liceu Literário Português, no 3, separata, Rio de Janeiro, 1992) [No fichário (FichIVPM), arquivado na Fundação Casa de Rui Barbosa, estão incluídas cerca de 170.000 fichas datilografadas com a transcrição das passagens que documentam os vocábulos medievais, incluídos naturalmente os que se iniciam pelas letras E, F, G ... V, X, Z]

Dicionário Sociolingüístico Paranaense, do Prof. Francisco Filipak (2002), não registra *banhado*.

Em relação às outras variantes, *brejo*, *vargedo* e *baixada*, os dados encontrados são os que seguem: no **Aurélio**, somente a acepção de *brejo* tem o traço semântico “plantar(ção) de arroz”, registrada como brasileirismo da Bahia.⁸⁰ Na acepção 4, para *brejo* há também o traço “terra fértil”. Também o **Houaiss** registra o primeiro traço como próprio da Bahia e o segundo como de uso mais geral no país. *Vargedo* e *baixada* são brasileirismos no **Aurélio** e somente a primeira o é no **Houaiss**, no entanto, nenhuma delas apresenta a acepção do **ALPR** (AGUILERA, 1990/1994).

Voltando à busca pelas variantes da carta nº 1 no **Dicionário Sul-riograndense**, percebemos que *vargem* e *brejo* não estão dicionarizadas; *Vargedo* é “várzea longa, planície campestre”. *Baixada*⁸¹ é “terreno baixo ao pé de uma lomba (Coruja), terrenos baixos que ficam ao lado do morro ou coxilha (R. Corrêa)”. Nesse caso, não há referência ao sema “para plantar arroz” nem a “terra molhada”. Resumindo, não há registro de uso no Rio Grande do Sul com o traço encontrado no **ALPR** (AGUILERA, 1990/1994). No **Dicionário Sociolingüístico Paranaense**, Filipak registra *brejo*, numa definição do tipo sinonímica: “Brejo. S. m. – Atoleiro, banhado”.

Essa relação entre *atoleiro* e *brejo* é encontrada também no **ALPR** (AGUILERA, 1990/1994). Uma nota da carta nº 2 registra o seguinte:

A questão envolvia os semas: ‘terreno úmido’, ‘próximo de rio’, ‘próprio para cultura de arroz’. O que se pretendia com essa pergunta era o nome regional para o terreno próprio para o plantio de arroz; no entanto, a existência de semas comuns à questão 11, ‘úmido’ e ‘proximidade de rio’, e outros condicionantes (sociais, culturais e regionais) propiciaram a ocorrência do mesmo vocábulo para referentes distintos. (AGUILERA, 1994, p. 24)

Assim, é necessário que a carta nº 8 seja interpretada juntamente com a nº 2.

⁸⁰ O Glossário do APFB (CARDOSO; FERREIRA, 2000) registra, entretanto, apenas “várzea”, na carta 13, nos pontos 39 (norte da Bahia) e 50 (sul da Bahia), como “margem de rio”. Não há essa questão sobre plantação de arroz no Atlas.

⁸¹ Romaguera Corrêa afirma que *baixada* tem origem no castelhano *bajada*: “Derivado de baixa ou melhor do cast. *Bajada*”, mas para Cunha (1986), a palavra vem de “baixo”: “**baix . a, -ada, -ar** Baixo”. “**baixo** adj. Sm. ‘pouco elevado’[...] Do lat. *Bassus* (do séc. VIII). [...] **baixADA** 1881”. Os informantes do ALPR parecem endossar essa análise quando afirmam: “aí um tipo dum terreno um **baixio**, né, terreno **baxo**, terra mais melhor, mais fértil, né, então é isso aí?” (ALPR, 1990, notas da carta 1, ponto 09, inf. B) ou ainda: “terra mais baxa” (ALPR, 1990, notas da carta 1, ponto 45, inf. B) “que dá na **baxada** do rio pra plantar arroz” (ALPR, 1990, notas da carta 1, ponto 57, inf. B).

2) Carta 8 – Questão 11

Terreno úmido

... aquela terra úmida em que a gente afunda os pés quando passa?

A carta nº 8 apresenta a variação lexical referente à questão nº 11: terreno úmido. São cinco variantes: *banhado*, *brejo*, *atoledo*, *atoleiro*, *atolador*. Antes de mais nada, é preciso conferir as variantes *banhado* e *brejo* que aparecem nas duas cartas. A maior produtividade é de *banhado* (42 pontos – 64%), seguida de *brejo* (30 pontos – 46%). As outras variantes ocorrem com pequena expressão numérica: *atoledo* (13 – 20%), *atoleiro* (9 – 13%) e *atolador* (9 – 13%). *Vargem* não é registrada na carta nº 8, quando a inquiridora retirou da pergunta o traço semântico “para plantar arroz”. É possível, portanto, que essa, no Paraná, seja a norma quando se fala dessa prática de agricultura, até mesmo por sua produtividade. O informante B, do ponto 39, Cascavel, oeste do Estado, atesta o seguinte: “Depois de mencionar ‘**barro**’ e ‘**atoladô**’, refere-se à ‘**vargem**’ como terreno próprio para o plantio de arroz. No teste de identificação de ‘**banhado**’ respondeu: ‘**banhado**’ é onde que :: a gente se atola, tem o **banhado** de prantá’.” (AGUILERA, 1994, p. 38 – grifo da autora)

Nas notas, onde se encontram respostas de informantes, há o registro de *varge* entre os informantes 3B, 8A, 16B, 33A, 39B, 40B, 54B., isto é, apenas em sete pontos. No ponto nº 3, Aguilera registra nas notas a resposta do informante: “Resposta inicial: “**varge**”. Na repergunta, salientou-se o sema ‘muita água’ seguida da explicação de que ‘ali crescia taboa e viviam muitos bichos’, obtendo-se a resposta: “por **varge** mesmo, né, **banhaduzim**”. (AGUILERA, 1994, p. 38 – grifo da autora), ou ainda, no ponto nº 16 (inf. B) “Resposta inicial: “acho que é **atoleiro**”. Perguntado sobre outro nome: “barro”. Na repergunta, salientando o sema ‘taboa’: “ah, esse é **varge** [...] é **brejo** também.” (grifo da autora)

Dessas respostas pode-se inferir que os informantes, muito provavelmente, não fizeram realmente distinção para o nome da terra que serve para plantar arroz ou não, apenas distinguem terra “molhada” da terra seca. A questão que fica, entretanto, é: por que haveria então diferença de produtividade para *vargem*, *banhado* e *brejo* nas duas cartas, com uma diferença na pergunta que é justamente o traço “plantar arroz”? Além disso, há mais três variantes em jogo: *atoledo*, *atoleiro* e *atolador*, constantes apenas da carta nº 8, onde esse traço desaparece.

Para continuar a análise, foi construído o quadro abaixo, que relaciona todos os pontos em que *banhado* e *brejo* aparecem nas duas cartas. O negrito indica os pontos acrescidos à carta nº 1.

	Carta 1	Carta 8
Banhado	3, 7, 14, 18, 21, 27, 28, 30, 36, 37, 39, 41, 42, 43, 48, 49, 54, 55, 59, 60, 62, 63, 64, 65.	3, 9, 11, 12, 14, 17, 18, 21, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65.
Brejo	5, 10, 13, 15, 22, 24, 46, 65	2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 29, 30, 33, 34, 45, 46, 47, 55, 65.
Total	8 pontos (18,3 %)	30 pontos (46,1 %)

Quadro 15 – Comparação da produtividade de duas variantes nas cartas um e oito

Fonte: ALPR (AGUILERA, 1994)

Com dezenove pontos a mais na segunda carta, *banhado* quase dobra de produtividade. Ele se mantém nos pontos onde já havia ocorrido e é registrada em outros, onde, na pergunta à questão nº 2, não havia ocorrido. Somente no ponto nº 7 há uma mudança completa: os informantes deixam de referir *vargem* e *banhado* para registrarem *brejo* apenas. Essa é justamente, como já afirmei, a segunda variante mais produtiva da carta nº 8 e registrada apenas nos pontos indicados na tabela. Como *banhado*, ela se mantém nos pontos onde havia ocorrido e é registrada em outros. São acrescentados vinte e dois pontos. As áreas de ocorrência das variantes são bem mais distintas do que na carta nº 2, por causa da quantidade, mas são mantidas as regiões.

As variantes acima analisadas já foram descritas, do ponto de vista do dicionário de língua, no tópico sobre a carta nº 2. As outras, menos produtivas, também não trazem o sema “para plantar arroz” nem “fértil”, mas “alagadiça” no **Aurélio**, que afirma ser *atoledo* um brasileirismo da Amazônia no mesmo sentido de *atoleiro* e *atolador*. Os três termos são encontrados no verbete pântano (1. região inundada por águas estagnadas; 2. terras baixas e alagadiças), como variantes. O **Dicionário Eletrônico Houaiss** indica ser *atoledo* um regionalismo do Rio Grande do Sul, o mesmo que *atoleiro*, “lugar de solo mole, pantanoso; atoladeiro, atoladoiro, atoladouro”, e *atolador*, “lugar em que se atola”. O **Dicionário Etimológico**, de A. G. da Cunha, registra apenas *atoleiro*, com origem em atolar, século XVI.

A busca em dicionários regionais, descontando *banhado* e *brejo*, resultou no seguinte: no **Dicionário Sul-Rio-Grandense**, encontramos apenas o verbete para *atolador*, “pântano, lodaçal”, não há registro de *atoledo* ou de *atoleiro*. O **Dicionário Sociolinguístico**

Paranaense, de Filipak, registra: “Atoledo: S.M. (Lit. PR) – atoleiro”. Faz também remissão ao artigo de Mercer (1977), já apresentado nesta tese, no capítulo sobre trabalhos acerca do léxico do Paraná, no qual há o registro de *atoledo*. As outras variantes não são registradas, bem como não o são também no **Léxico Rural**, que registra variantes dos Estados da Bahia e de Sergipe.

3) Carta 2 – Questão 3

Rio pequeno

... um rio que é bem pequeno?

A carta nº 2 apresenta a variação lexical referente à questão nº 3: RIO PEQUENO. São seis variantes: *córrego*, *arroio*, *sanga*, *ribeirão*, *riacho*, *lajeado*, com produtividade e presença nos dicionários apresentadas no quadro abaixo:

Variantes		Aurélio	Houaiss	Cunha
córrego	41 – 63%	Bras. ribeiro de pequeno caudal; riacho.	Regionalismo: Brasil. pequeno rio com fluxo de água bastante tênue; corgo, riacho	Séc.XVI
arroio	16 – 24%	Pequeno curso de água, permanente ou não	Pequena corrente de água, seja ou não permanente; regato.	Séc.XIII
sanga	16 – 24%	[Do esp. plat. zanja.] S. f. Bras. SC RS 2. Pequeno regato, que seca facilmente.	2: Regionalismo: Brasil. curso de água muito pequeno. 2. Regionalismo: Brasil. córrego que seca facilmente.	‘pequeno Regato’ 1844. Origem controversa. Traz também <i>sanja</i> ‘abertura ou dreno para escoar águas, valeta, rego XVII. Do cast. <i>zanja</i> , provavelmente.
ribeirão	15 – 23%	Bras. 1. Curso de água menor que um rio e maior que um riacho	Regionalismo: Brasil. curso de água maior que um regato, mas menor que um rio.	ribeira : terreno banhado por rio-XIII; ribeiro-XVI.
riacho	8 – 12%	Rio pequeno, mais volumoso que o regato (q. v.), e menos que a ribeira (q. v.).	pequeno rio; ribeiro, regato	séc.XVI do cast. <i>riacho</i>
lajeado	6 – 9%	Bras. Arroio ou regato cujo leito é de rocha.	Regionalismo: Brasil. regato cujo leito é rochoso	laje: pedra de superfície plana.

Quadro 16 – Dicionarização de variantes da carta 2

Fonte: FERREIRA (1999), HOUAIS (2001) e CUNHA (1986)

Quanto à primeira variante em produtividade, *córrego*, o dicionário **Aurélio** a classifica como um brasileirismo, na acepção com que está registrada no **ALPR** (AGUILERA, 1990/1994). **Houaiss** endossa a classificação de Aurélio. No entanto, *córrego* já está registrado no **Vocabulário Portuguez e Latino** do Padre Bluteau, que é lusitano, do século XVIII, como *rigueiro*:⁸²

CORREGO, Córrego de agoa. Agoa,
que corre, a modo de hum rigueiro. Do
,qual tanque por hum *Corrego* abaxo cor
,re huma quantidade de agoa, que vem
,dar na parya. Barros, 1. Dec. fol. 165 col.
2.

Essa presença indica, portanto, que se trata de variante também utilizada em Portugal e, ao menos desde essa época, não exclusiva do Brasil, como se poderia pensar a partir da consulta ao verbete do **Aurélio**, que qualifica brasileirismos como lexias “próprias” do Brasil. Sobre esse problema, é a tese de Ana Maria Pinto Pires de Oliveira que esclarece um fato importante.

Denominada **O português do Brasil: brasileirismos e regionalismos** e defendida em 1999, a tese demonstra que, dos muitos critérios que poderia adotar, o **Aurélio** adotou um parâmetro contrastivo, estabelecendo o português de Portugal como referência, como norma padrão, embora a própria autora advirta que ele não foi explícito nessa tomada de posição. Após a análise, Oliveira (1999) chega à conclusão de que os critérios do Aurélio não seriam estáveis o suficiente⁸³ para serem confiáveis.

Tomando em consideração essas informações, é necessário ter certa cautela no uso da classificação desse Dicionário, observando ainda mais atentamente os dados oferecidos pelas obras lingüísticas que embasam esta análise, inclusive, o próprio estudo de

⁸² Rigueiro, Vid. Rigueyra. Rigueira. Abertura na terra, por onde corre a água da chuva a modo de ribeyrinho. [...] He o cano de madeyra, ou de pedra, ou o caminho aberto na terra, para a água correr.
Ribeyrinho: pequeno ribeyro.

Ribeiro: A água de hum manancial, que corre pelo caminho, que se tem aberto.

Manancial de água, que vem nascendo [...] olho de água.

⁸³ Não há explicação dos critérios na introdução de obra, segundo Oliveira (1999). Na edição de 1999 do mesmo Dicionário, que utilizo nesta tese, brasileirismo está registrado na nomenclatura como “1. E. Ling. Palavra ou locução própria de brasileiro (2). 2. E. Ling. Modismo próprio da linguagem dos brasileiros. 3. E. Ling. Idiotismo do português do Brasil. 4. Bras. Caráter distintivo do brasileiro e/ou do Brasil. 5. Bras. Sentimento de amor ao Brasil; brasilidade”, que coincide com o da versão da tese da Professora Ana Maria Oliveira (1999).

Oliveira (1999), que resolveu utilizar um parâmetro duplo: ao mesmo tempo em que estabelece o uso próprio do Brasil, também utiliza a origem da palavra.

Assim, neste estudo, apoiando-nos no conceito de Sílvio Elia e de Biderman acerca de brasileirismos estamos considerando ‘brasileirismo’ todo fato lingüístico, de caráter geral ou regional, que caracterize o português em uso no Brasil, em contraste com o usado na Europa. (OLIVEIRA, 1999)

Quanto ao **Houaiss**, parece que se pode aplicar o mesmo raciocínio, principalmente porque ele parece repetir as classificações do Aurélio, embora modifique a indicação e, com isso, termine por modificar o próprio conceito: de *brasileirismo* passa a *Regionalismo: Brasil*.

Em Relação aos dicionários regionais, *córrego* está presente no **Léxico Rural** (referente ao Atlas Prévio dos Falares Baianos e ao Atlas Lingüístico de Sergipe), para margem de rio, embora com pequena produtividade (apenas 1 ponto). No **Atlas Lingüístico da Paraíba**, também é pouco produtiva, aparecendo em apenas sete pontos (carta nº 001, correspondente à pergunta nº 4: pequeno rio). Em outra consulta, dessa vez ao **Dialeto Caipira**, de Amadeu Amaral, encontra-se a variante assim registrada:

CÓRGO, ‘córrego’, s. m. – riacho. | F. J. Freire dá o t. como antiq. e equivalente a ‘regueiro’. Ad. Coelho, na ‘Ling.’, dá esta palavra entre as que ‘estão realmente caídas em desuso ou vivem só como termos provinciais’. (AMARAL, versão eletrônica).

Não parece estar em desuso, entretanto, no norte do Paraná, nem mesmo em Santa Catarina, onde foi registrada por **Imaguire** (1999), o que explica sua presença nos dois pontos mais ao sul no **ALPR** (AGUILERA, 1990/1994): Foz do Iguaçu e Dois Vizinhos. A variante não está inscrita no **Vocabulário Sul-Rio-Grandense**, e o **Dicionário Sociolingüístico do Paraná** assinala “**Corgo**. S.m. [N.Pr] – Arroio, riacho, sanga. Forma sincopada de *córrego*, muito em uso no norte do Paraná.”

Voltando a atenção para as outras lexias – *arroio*, *riacho*, *sanga*, *ribeirão* e *lajeado* – verifica-se que as três últimas também trazem o traço brasileirismo nos dois dicionários gerais. No **Aurélio**, a marca de uso é ainda mais específica em relação à *sanga*: própria dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Como demonstra a carta do **ALPR** (AGUILERA, 1990/1994), *sanga* é variante também usada no Paraná. O **Dicionário**

Etimológico, de A. G. da Cunha, registra a variante como de origem desconhecida, de datação razoavelmente tardia, no século XIX. Traz também *sanja* ‘abertura ou dreno para escoar águas, valeta, rego XVII. Do cast. *zanja*, provavelmente. Essa última variante também aparece nos dois dicionários mais atuais, com origem incerta.

A comparação desses verbetes exemplifica a dificuldade de estabelecimento de etimologias. Para **Aurélio**, *sanga*, em todas as acepções que se aproximam da encontrada no **ALPR** (AGUILERA, 1990/1994), teve origem no espanhol platino *zanja*. A única acepção com origem no quimbundo, e regionalismo de Angola, é “grande vasilha de barro para transportar e/ou conservar a água; espécie de moringa”. Para **Houaiss**, em todas as acepções, a lexia tem origem em língua africana. Cunha afirma que *sanga* tem etimologia obscura, *sanja* é que possui origem no espanhol platino.

Diante dessa dificuldade, consultamos o **Vocabulário Português e Latino**, de Bluteau: o dicionário registra *sanja*, mas não *sanga*. Indício de que a primeira é mais antiga na língua portuguesa e a segunda talvez seja mesmo um brasileirismo? A acepção de Bluteau é: “querem alguns que se derive do arábico *Çanca*, que vai o mesmo que *Rua*, *Estrada*, *Caminho*, & *sanja* he hũa abertura larga de terra, & como um caminho, deyxando vallado de hũa, e outra parte, para escorrer a agua”. Para **Aurélio**, a segunda é regionalismo de SC e RS no sentido de rio pequeno; para **Houaiss**, só é regionalismo no sentido de algirão e escavação produzida na terra pela chuva ou por águas subterrâneas.

No **Grande Dicionário da Língua Portuguesa**, de Moraes Silva, *sanga* tem origem no castelhano e significa “escavação funda produzida num terreno pelas chuvas ou por correntes subterrâneas// *Bras.* Arroio, pequeno ribeiro de pouca água”, termina por citar Euclides da Cunha em Os Sertões. Mais duas entradas, indicando tratar-se, provavelmente, de homônimos, trazem mais acepções marcadas como brasileirismos: “boca afunilada de qualquer armadilha de caça ou pesca; algirão” e arroz de menor qualidade.

No **Dicionário Contemporâneo**, de Caldas Aulete (1958), *sanga* é brasileirismo de SC e RS, como algirão e “boca dos covões por onde entra o peixe”. É brasileirismo como “escavação funda, produzida num terreno por chuvas ou correntes subterrâneas”, citando, como fez Moraes, Os Sertões. Brasileirismo do Sul é a acepção de “córrego ou pequeno arroio, que pode secar fãcilmente quando é formado pelas chuvas”, do castelhano também. Apenas a acepção relativa a arroz tem entrada separada. O registro no **Moraes Silva** indica uso em Portugal e no **Caldas Aulete**, uso no Brasil.

Quanto à presença na língua espanhola, o **Dicionário de la Lengua Española**, da Real Academia, registra o que se segue: “De zanjar. 1.f. Excavación larga y

estrecha que se hace en la tierra para echar los cimientos, conducir las aguas, defender los sembrados, o cosas semejantes. 2. [f.]Amér. Arroyada producida por el agua corriente”. A marca de uso apresentada, americanismo, tem certa coerência com os brasileirismos apresentados nos dicionários do português visto até aqui. É realmente termo de uso na Argentina, por exemplo, segundo o **Diccionario Enciclopédico Abreviado**, da Espasa-Calpe (1945), que dá uma etimologia já mencionada por Bluteau: “del ár. *Zanca*, calle estrecha” e uma acepção americana para a lexia: arroyada (surco, hendidura em la tierra)”.

Para Corominas (1991), no **Diccionario Crítico e Etimológico Castellano e Hispânico**, *zanja* tem a mesma origem incerta do português *sanja*, com quem está relacionado etimologicamente, mas sua contribuição maior a este problema, no caso desta tese, é a informação de que a lexia portuguesa *sanja* já tem uso em Portugal no século XVII. Quanto a *sanga*, Corominas afirma o seguinte: “Em cuanto al brasileño *sanga*, es castellanismo reciente y castellana adaptada em forma de *g*; comp. Arabgüez, copia portuguesa del cast. Aranjuez” (p. 75) A arealização de *sanga*, que é registrada sempre mais ao sul, sugere realmente uma ligação com os Estados de SC e RS, conforme informam, ainda que com dúvida, os dois dicionários gerais. Reforçando esse indício, há o fato de ela também não aparecer nem no **Léxico Rural**, da Bahia e de Sergipe, nem no Glossário ou cartas do **Atlas Lingüístico da Paraíba**, mas estar registrada no **Vocabulário sul-rio-grandense** em oito verbetes: Coruja, Romaguera Corrêa, Roque Callage, P. Teschauer, Moraes, B. de Holanda, D. Azambuja e Beaurepaire-Rohan, que afirma o seguinte:

Escavação funda produzida no terreno pelas chuvas ou por correntes subterrâneas de água, que, depois de terem minado as terras, fazem-nas esbarrondar. O leito da ‘sanga’ é sempre úmido e nele se produzem certos lamaçais a que chamam ‘caldeirões’. ‘Etim.’ É evidentemente a alteração do castelhano ‘zanja’, significando em ambas as línguas abertura entre valado e valado para dar escoamento à água. Há, portanto, tôda a analogia entre a ‘zanja’ castelhana, a ‘sanja’ portuguesa e a ‘sanga’ rio-grandense, porque, afinal de contas, tudo isso se refere a uma obra quer natural, quer artificial que dá saída às águas. Os habitantes daquelas províncias, adotando o vocábulo castelhano, substituíram pelo ‘g’ o gutural ‘j’ dos espanhóis. (p.427 – grifo nosso)

O trecho sublinhado chama atenção para a relação entre as três lexias, embora no **Vocabulário** essa palavra não esteja dicionarizada. Há certa lógica no pensamento de que sendo as acepções parecidas, poderiam, portanto, ter se tomado uma coisa por outra. O **Dicionário Sociolingüístico Paranaense**, de Francisco Filipak, registra *sanga* como variante

usada em todo o Paraná, ainda que tenha recolhido a variante de a *Gíria Cabocla do Sul do Paraná*, de José Júlio Cleto da Silva, publicada na cidade sul-paranaense de União da Vitória, em 1924.

Outras duas variantes, *ribeirão* e *lajeado*, diferem radicalmente quanto à produtividade no *corpus*, no entanto, são também ambos brasileirismos de acordo com **Aurélio** e **Houaiss**. A primeira variante é encontrada no **Vocabulário Portuguez e Latino**, do Padre Bluteau: “Ribeiro. a água de hum manancial, que corre pelo caminho, que se tem aberto”. *Lajeado* está registrada como: “Lageado, ou lagiado. Calçado com lageas”. Encontramos também “lagedo, ou lageamento. Lageas postas em obra. *Vid.* Pavimento”. Lageas (ou lagias) “he a modo de taboa de pedra, que de ordinário he quadrada, ou mais comprida, que larga”.

Consultando o **Dicionário Etimológico**, de Antônio G. da Cunha, encontramos *ribeira* e *ribeirinho*, de *riba*, esta última datada do século XIII, como *margem*, a penúltima como de 1813, novamente datado pela presença no **Morais**, e a primeira, “terreno banhado por um rio”, como do século XVIII. *Ribeiro* é forma do século XVI. Quanto a *lajeado*, Cunha registra *lage*, cujo étimo – *lagea* – é do século XIII, mas não *lajeado/lageado*. Há *lajear* (-*gear*), datado de 1813, presente, portanto no **Grande Dicionário da Língua Portuguesa**, de Moraes Silva, segunda edição, conforme nota no início deste capítulo. Assim, percebemos que, desde **Bluteau**, a acepção de *lajeado* vem se modificando para “pequeno rio”, como está registrada no **ALPR** (AGUILERA, 1990/1994), embora em 1813 ainda não estivesse registrada no **Morais Silva**. O mesmo processo ocorreu com *ribeirão*, nesse caso, do ponto de vista da forma.

Mas seriam essas formas brasileirismos? Não estão registradas no **Léxico Rural**, de Cardoso e Ferreira, nem nas cartas do **ALPB**. No caso de *ribeirão*, nem no **Vocabulário Sul-rio-grandense**, que apresenta apenas *lajeado*, em cinco verbetes, no sentido de rio com fundo de pedras. No verbete do Padre Teschauer, há também referência à variante como usada em Pernambuco, com outra acepção,⁸⁴ assim como aparece em **Aurélio** e **Houaiss**, que acrescentam às marcas de uso nos Estados da Bahia, Alagoas e Rio Grande do Sul (lajeiro). *Lajeiro/lageiro* não está registrada no **Vocabulário sul-rio-grandense**. Apenas *lajeado* aparece no **Vocabulário Sociolingüístico**, como forma do Sul do Paraná, “leito de rio formado de lajes e pedras”.

⁸⁴ Afloramento de granito e quartzo, mais ou menos extenso e plano; lajeado.

Restam ainda discutir *arroio e riacho*, o primeiro, segundo o **Dicionário Etimológico**, de A.G. Cunha, datado do século XVIII, e o segundo, do século XVI, ambos oriundos do latim. Nenhuma dessas variantes foi também classificada como brasileirismo, bem como não estão registradas no **Dicionário Sociolinguístico Paranaense**, nem no **Vocabulário Sul-Rio-Grandense**, nem mesmo aparecem no **Léxico Rural**, o que, teoricamente as excluiria da classificação de regionalismos. Está, entretanto, registrada *riacho*, no **Atlas Lingüístico da Paraíba**, com o sentido de rio pequeno e com produtividade de 96%, isto é, ocorre em vinte e quatro dos vinte e cinco pontos desse atlas. O **Vocabulário Português e Latino**, de Bluteau, registra *arroio*: “Arrôio, ou Arroyo. He mais castelhano, que portuguez. V. Ribeiro”, e *riacho*: “Riacho. Rio pequeno”. Considerando essa notação de Bluteau e o fato de a área de ocorrência de *arroio*, ser bastante específica, pois não há registro acima da linha que divide virtualmente o norte e o sul paranaenses, consultamos o **Diccionario de la Lengua Española**, da Real Academia Espanhola: a acepção nº 7 informa: “Amér. Merid. Río navegable de corta extensión”.⁸⁵ No caso de *riacho*, ela aparece em uma arealização difusa, que pode indicar um desaparecimento da forma, ou mesmo, um uso mais estilístico.

4) Cartas de 26 até 31 – Questões de 37 a 39 e de 42 a 44

Chuva de pedra

Quando chove e caem pedrinhas de gelo, como se chama essa chuva?

Trovão

Antes ou durante a chuva, como se chama aquele barulhão que faz no céu?

Bruuummm, depois de algum tempo outra vez?

Trovoada

Como se chama quando tem bastante bruuummm?

Tempestade

Como se chama aquela chuva bem forte, com vento e que pode até derrubar casas?

Relâmpago

Quando vai chover, como se chamam aqueles clarões que dão no céu?

⁸⁵ De la voz hisp. arrugia, galería de mina y arroyo.1. m. Caudal corto de agua, casi continuo.2. [m.]Cauce por donde corre. 3. [m.]V. sopa de arroyo. 4. [m.]Parte de la calle por donde suelen correr las aguas. 5. [m.]Por ext., calle, vía en poblado. 6. [m.]fig. Afluente o corriente de cualquier cosa líquida. ARROYOS de lágrimas, de sangre. 7. [m.]Amér. Merid. Río navegable de corta extensión. plantar, o poner, a alguien en el arroyo.1. fr. fig. y fam. plantar, o poner en la calle.

Raio

Quando chove ou está querendo chover, como se chamam aqueles riscos de fogo que correm no céu e que podem até matar pessoas? Conhece algum outro nome pra isso?

As cartas de número 26 até 31 têm uma característica que as tornam especiais: apresentam variantes comuns. A comparação da presença dessas variantes em cada carta traduz-se na seguinte forma:

Carta 26 X carta 28 X carta 29

Carta 27 X carta 28 X carta 31

Carta 28 X carta 26 X carta 29 X carta 27 X carta 30 X carta 31

Carta 29 X carta 26 X carta 28

Carta 30 X carta 28 X carta 31

Carta 31 X carta 27 X – carta 28 X carta 30

Com a intenção de avaliar não só cada carta por si, mas também a relação entre esses dados é que faremos a leitura dessas cartas, desde o início, de maneira comparativa. Análises individuais também serão realizadas quando necessárias. A base comparativa é, genericamente, a mesma: analisaremos a produtividade das variantes, a distribuição no espaço e a dicionarização, que dá pistas para estabelecer a antiguidade da lexia na região. A tabela que apresentaremos logo a seguir permitirá melhor visualização dos dados.

Na primeira linha, são apresentadas as cartas, com a numeração do **ALPR** (AGUILERA, 1990/1994) e respectivos temas. Na primeira coluna, são listadas as variantes segundo aparecem nas cartas. Os números dentro dos quadros centrais da tabela são correspondentes à produtividade das variantes. A última coluna apresenta o total absoluto, isto é, a quantidade total de vezes que a variante ocorre independente da carta e a última linha apresenta o total de variantes de cada carta geolingüística apresentada.

Variantes/ Cartas	26 Chuva de pedra	27 trovão	28 trovo- ada	29 tempes- tade	30 relam- pago	31 raio	Total de cartas	Total absoluto de vari- antes
tormenta	13 20%		5 7%	38 58%			3	56
tempestade	9 13%		10 15%	43 66%			3	62
neve	4 6%						1	4
gelo	4 6%						1	4
trovão		48 73%	22 33%				2	70
trovoada		34 52%	52 80%				2	86
raio		14 21%	10 15%			59 90%	3	83
[ar]rebento		12 18% rebento	13 – 20% arrebent o				2	25
trovejo / trovejano[ndo]		5 7% trovejo	18 27% trovejan o				2	23
relâmpago			7 10%		53 81%	19 29%	3	72
temporal				15 23%			1	15
fuzilo					24 36%	10 15%	2	24
calmario					23 35%		1	23
corisco					15 23%	30 46%	2	45
fáísca						9 13%	1	10
Total de variantes por mapa	4	5	8	3	4	5		

Quadro 17 – Relação entre cartas de nº 26 ao nº 31, respectivas variantes e suas ocorrências

Fonte: ALPR (AGUILERA, 1990/1994)

Em relação ao compartilhamento de variantes, vemos que i) quatro variantes, *tormenta*, *tempestade*, *raio* e *relâmpago*, aparecem em três cartas; ii) seis variantes,

trovão, trovoada, [ar]rebento, trovejo/trovejano[ndo],⁸⁶ *fuzilo* e *corisco*, aparecem em duas cartas; iii) cinco variantes aparecem em apenas uma carta: *neve, gelo, temporal, calmario, fásca*.

Do ponto de vista das cartas, como se pode perceber desde o primeiro conjunto comparativo, apresentado neste capítulo, a nº 28 é a que mais se relaciona com as outras. São mais cinco cartas, que apresentam alguma variante presente também na nº 28. A carta nº 31 (RAIO) relaciona-se com mais três outras e as nº 26, 27, 29 e 30 com mais duas cartas.

Não é produtivo, entretanto, apenas comparar as cartas de modo geral, pois, apesar de estabelecer relação com mais cinco cartas, por exemplo, essa relação é específica para cada variante. Por exemplo, *relâmpago* aparece nas cartas nº 31, enquanto *tormenta*, na nº 26 e nº 29. Uma forma de tentar compreender a causa pela qual alguns itens lexicais aparentemente recobrem referentes diversos é observar os traços semânticos que diferenciam uma pergunta da outra e, por conseqüência, cada referente proposto como questão no **ALPR** (AGUILERA, 1990/1994). Isso significa que estamos centrando nossa análise na fórmula da construção e de aplicação do questionário. Com base nessa análise inicial, poderemos também observar se há indícios de que os referentes estejam de fato recebendo designações múltiplas.

Criamos, para detalhar os traços semânticos, uma tabela a partir das questões propostas no **ALPR** (AGUILERA, 1994). Para fornecer melhor visualização, estabelecemos um código: a carta nº 26 será representada por um ❶ e assim seqüencialmente até a carta nº 31, que é representada pelo número ❹ (anexo C).

Apresentaremos antes as questões que originaram esses mapas geolingüísticos (para facilitar a leitura da tabela, cada carta elencada abaixo já traz o símbolo correspondente) acompanhadas de breves apresentações. O tema da carta será escrito em letras maiúsculas para diferenciá-lo das demais variantes.

Questão 37 / carta nº 26 – ❶: “Quando chove e caem pedrinhas de gelo, como se chama essa chuva?”

A carta número 26 é a última de uma série composta ainda pelas de número 24 e 25. Todas para CHUVA DE PEDRA. Essas duas trazem as seguintes variantes: carta 24 – *chuva de pedra, chuva de granito, pedreira*; carta 25 – *chuva-de-flor, chuva-de-rosa, chuva-de-milho*. A pergunta feita para os informantes é sempre a mesma. A autora do atlas dividiu a

⁸⁶ As variantes *[ar]rebento* e *trovejo/-ano[ndo]* foram reunidas nessa tabela porque partilham o mesmo radical, apenas variando, no primeiro caso, com a prótese do –a, e, no segundo caso, com o uso do gerúndio.

apresentação das lexias de tal forma que as cartas representam o uso de variantes mais comuns (carta 24), de variantes eufêmicas (carta 25), que não serão objeto de estudo neste momento, e, por fim, de quatro variantes menos frequentes (carta 26): *gelo*, *neve*, *tempestade* e *tormenta*.

Sua presença na tese foi determinada pelo fato de apresentar as variantes *tormenta* e *tempestade*, ocorrentes nas outras cartas tomadas para exame. Sendo assim, apenas essas duas variantes serão objetos de análise.

Questão 38 / carta nº 27 – ❷: “Antes ou durante a chuva, como se chama aquele barulhão que faz no céu? Bruuummm, depois de algum tempo outra vez?”.

A carta 27, formada por cinco variantes – *raio*, *rebento*, *trovão*, *trovejo* e *trovoada* – tem como objetivo apresentar a variação diatópica para o fenômeno do TROVÃO, “um estrondo causado por descarga de eletricidade atmosférica”, de acordo com o Dicionário Aurélio (FERREIRA, 1999), que também admite a variante *trovoada* para essa acepção.

Questão 39 / carta nº 28 – ❸: Como se chama quando tem bastante bruummm?

A questão pretendeu recolher dados sobre o fenômeno meteorológico denominado TROVOADA, uma “sucessão de trovões”, conforme o Dicionário Aurélio (Ferreira, 1999). Para isso, foi inserido um traço de intensidade (bastante), somado a uma onomatopéia que rememora o som do trovão (bruummm). Essa carta, como vimos acima, é a que divide maior número de variantes: *arrebento*, *raio*, *relâmpago*, *tempestade*, *tormenta*, *trovão*, *trovejano* e *trovoada*. Oito no total. Na sua elaboração, de acordo com Aguilera (1994, p. 78), foram levadas “em consideração as ocorrências da questão 38, carta 27, dada a contigüidade semântica das questões e dos conceitos na visão dos informantes”.

Questão 42 / carta nº 29 – ❹: Como se chama aquela chuva bem forte, com vento e que pode até derrubar casas?

Carta elaborada para o conceito de TEMPESTADE, “agitação violenta da atmosfera, às vezes acompanhada de chuva, vento, granizo ou trovões”, segundo o Aurélio (Ferreira, 1999). Recebe também a denominação de *procela* ou *temporal* no mesmo verbete. Apresenta três variantes: *tempestade*, *temporal* e *tormenta*.

Questão 43 / carta nº 30 – ❺: Quando vai chover, como se chamam aqueles clarões que dão no céu?

A carta foi elaborada para o conceito de RELÂMPAGO, definido como “luz intensa e rápida produzida pela descarga elétrica entre duas nuvens, e que, geralmente,

precede o ruído do trovão”. (FERREIRA, 1999) Traz quatro variantes: *calmario*, *corisco*, *fuzilo* e *relâmpago*.

Questão 44 / carta nº 31 – **6**. Quando chove ou está querendo chover, como se chamam aqueles riscos de fogo que correm no céu e que podem até matar pessoas? Conhece algum outro nome pra isso?

De acordo com Aguilera (1994, p. 84), a carta nº 31 foi construída “para o levantamento lexical do fenômeno meteorológico conhecido como RAI0”. Apresenta cinco variantes: *corisco*, *faisca*, *fuzilo*, *raio* e *relâmpago*. Ao mesmo tempo, propunha-se investigar a nomeação da “pedra do raio”, crença popular segundo a qual juntamente com o raio cairia uma pedra, cuja forma varia bastante nas descrições recolhidas, que voltaria à terra depois de certo tempo.

Na tabela com os traços semânticos estabelecidos a partir das questões propostas no questionário do **ALPR** (AGUILERA, 1994) (apêndice C), chamamos ainda a atenção para o fato de termos considerado *trovejo* e *trovejando* separadamente, na tabela, neste momento, apenas para avaliar o uso do gerúndio. A organização das variantes na primeira coluna segue a ordem alfabética, entretanto aquelas que ocorrem em apenas uma carta foram listadas depois das que ocorrem mais de uma vez e os dois grupos separados por um traço mais forte.

Iniciaremos a análise por *[ar]revento*. Constantes das cartas nº 26 e 27, designam, no léxico rural, os fenômenos meteorológicos do trovão e da trovoada, esta última considerada como uma sucessão de descargas elétricas (trovões). Essas questões diferenciam-se apenas no quesito intensidade, que é exigido na segunda carta. No mapa nº 27, *revento* apresenta doze ocorrências, ficando em quarto lugar no rol de variantes. No de nº 28, *arrebento* apresenta treze variantes, ficando também em quarto lugar. Os pontos em que ocorrem são os seguintes: i) carta nº 27: 30, **31**, 41, **42**, 47, **50**, 51, 53, **59**, **62**, **63**, **64**. (12 pontos); ii) carta nº 28: 20, 25, 26, **31**, 38, **42**, 44, 45, **50**, **59**, **62**, **63**, **64**. (13 pontos). São sete os pontos comuns, marcados com negrito.

As áreas de ocorrência de *(ar)revento* são aproximadamente as mesmas, embora na carta nº 27 haja uma pequena expansão para o centro do Estado com o ponto nº 30 e, na carta nº 28, uma expansão para o nordeste com os pontos nº 38, 44 e 45, e no extremo oeste, ocorrência no ponto nº 47.

Tendo em vista a similaridade de áreas e proximidade numérica de ocorrência, pode-se afirmar que os informantes usaram essa variante para designar tanto o

referente da questão nº 38: “Antes ou durante a chuva, como se chama aquele barulhão que faz no céu? Bruuummm, depois de algum tempo outra vez?”, quanto o da questão nº 39: “Como se chama quando tem bastante bruuummm”. Esse fato nos parece natural, já que a diferença entre as duas questões é muito pequena. Ela aparece no traço repetição, mais visível no mapa nº 28.

Esse traço, [+repetição], mais característico da pergunta nº 39, deixa marcas nas ocorrências de *trovejo / trovejano*. Na carta nº 27, a primeira forma ocorre cinco vezes, já na nº 28, a formação em gerúndio aparece dezoito vezes. A área, então, é aumentada em várias direções do Estado. Esse fato parece confirmar que *trovejo*, embora tenha uma expressão numérica baixa na carta nº 27, para trovão, seja realmente usada para a referência à trovoada.

Outra variante com mesmo radical, *trovoada*, também aparece nessas cartas, dividindo, portanto, os mesmos semas. Muda, no entanto, a expressão numérica de ocorrência: na carta nº 27: trinta e quatro ocorrências; na carta nº 28: cinqüenta e duas ocorrências. As áreas superpõem-se, ampliadas, como é óbvio, para a carta nº 28. Novamente, recobrem aproximadamente as mesmas regiões e, fato interessante, em ambos os mapas, não há ocorrência nos pontos nº 01, 07, 14, 11, 12, 13, 56 e 59, o que confirma a validade do método para revelar áreas de uso de variantes lexicais.

Ainda dentro da área proposta pelo mapa nº 28, que é maior e cuja questão foi secundariamente formulada, há áreas, pontos nº 31, 39, 62 e 64, em que a *trovoada* deixa de aparecer, sendo substituída por outras, respectivamente: *arrebento e trovejano*; *trovão e trovejano*; *arrebento, raio e trovejano*; *arrebento e raio*.

A razão para a mudança pode ser apenas pragmática. Tendo respondido *trovoada*, na primeira pergunta, o informante não quis repetir a resposta, sobretudo se levarmos em conta a superioridade numérica da carta em relação à de nº 27. Apesar disso poder ser verdade, embora não tenham respondido a variante em si, apenas no ponto nº 64 ela não aparece sob outra forma: *trovejano*. Tal resultado, pela análise quantitativa, demonstra a validade da hipótese do uso do gerúndio para marcar a repetição, a continuidade proposta pela questão nº 39.

Uma quarta forma divide os mesmos semas que as duas últimas analisadas: *trovão*. Aliás, é necessário deixar claro na análise o fato de serem cognatas todas essas lexias. De acordo com Houaiss (2001), *trovejar* é formada de “trovão sob a f.rad. trov- + -ejar; f.hist. sXV toruoejar”, enquanto *trovejo* é regressivo de *trovejar*.

As ocorrências de trovão são similares às das outras variantes. Então, voltando à primeira tabela deste capítulo, teremos:

Como é possível perceber, *trovão* também ocorre em duas cartas, em número maior naquela que dá menos ênfase à repetição. As áreas de ocorrências são as mesmas, obviamente aumentadas na carta nº 27. Não há regiões nas quais se deixe de usar o termo na carta nº 28, como ocorre com *trovoada*, apenas há ampliação. Das três, *trovoada* é a mais lembrada pelos informantes, na acepção de sucessão de trovões, de acordo com Houaiss (2001). É, na verdade, a norma para esse referente, assim como *trovão* é a norma para “...aquele barulhão que faz no céu? Bruuummm, depois de algum tempo outra vez?”

Variantes/ Cartas	26 Chuva de pedra	27 Trovão	28 trovoada	29 tempestade	30 relâmpago	31 raio	total de cartas	Total absoluto de variantes
trovão		48	22				2	70
trovoada		34	52				2	86
trovejo / trovejano[ndo]		5 trovejo	18 trovejano				2	23

Quadro 18 – Recorte do quadro 17. Estudo de trovão, trovoada, trovejo, trovejano[ndo]

Fonte: ALPR (Aguilera, 1990/1994)

Outro caso é o de *corisco*, composto por [+céu], [+chuva] e [+luz] (RELÂMPAGO) na carta nº 30, mas acrescentado de [+fogo], [+morte], [+risco] (RAIO) na carta nº 31. Pode-se afirmar que, aparentemente, o informante rural lexicaliza tanto a noção de RELÂMPAGO quanto a de RAIO com a mesma variante: *corisco*. É preciso, porém, antes de tudo, verificar a produtividade das ocorrências em ambas as cartas. Na de nº 30 (relâmpago), *corisco* é a quarta forma em produtividade, com quinze ocorrências, enquanto, na carta nº 31 (raio), aparece em segundo lugar, com o dobro de ocorrências: trinta.

Os pontos em que ocorrem são: carta nº 30 – 13, 17, 19, 26, 30, 31, 34, 36, 39, 40, 44, 50, 52, 55, 57 (15 pontos); carta nº 31 – 01, 05, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 14, 15, 17, 19, 20, 23, 24, 26, 29, 30, 34, 39, 41, 42, 44, 52, 55, 59, 60, 62, 63, 65 (30 pontos). As áreas complementam-se, sobrepondo-se em alguns pontos e, como na análise de *trovoada*, sendo a variante substituída por outras em alguns pontos: nº 13, 40, 50 e 57. No primeiro ponto, os informantes utilizaram *raio*; no segundo, *raio* e *relâmpago*; no terceiro, *raio* e *fuzilo*; no

último, ponto nº 57, *raio* e *relâmpago*. Neste caso, dá-se realmente uma substituição, principalmente pela variante raio, que é a norma para o referente.

Um compartilhamento de traços semânticos acontece entre *fuzilo* e *relâmpago*, com a diferença desta última receber também o traço [+ intensidade] correspondente à questão 39, carta nº 28. No entanto, é novamente a expressão numérica que marca a diferença: são vinte e quatro ocorrências na carta nº 30 para dez na carta nº 31. Na primeira carta, as áreas privilegiam o sul e o litoral, subindo um pouco ao centro do Estado. As áreas da carta nº 31, menores, reduzem-se dentro da área já estabelecida na carta anterior.

É possível perceber também que *tempestade* e *tormenta* são portadoras dos mesmos traços, aparecendo, portanto, nas mesmas cartas. Interessante, entretanto, notar que a carta nº 28 prova a coerência das respostas dadas na de nº 26, uma vez que, ao agregar os traços [+intensidade] e [+vento], referenda o fato de as chuvas de granizo, via de regra, ocorrerem com vento forte. Portanto, é provável que, nesses casos, os informantes, ao responderem a questão, tenham trazido primeiramente à memória a violência do fenômeno, conforme se pode observar nas notas do **ALPR** (AGUILERA, 1994, p. 74) para a carta nº 26:

36 (inf. A): ‘aqui nós dizemo **trumenta**, né? Aqui é só. No sítio nói dizia **trumenta**, uma **trumenta** caiu, assim às veiz quano cai assim a chuva e as pedra, né’. (grifos da autora)

49 (inf. B): A primeira resposta foi ‘**tempestada**’. Na repregunta para ‘outro nome’: ‘eu sei que é **tempestada**, e muitos dize **granito** muitos dize **tromento de pedra** [...]’ (grifos da autora)

Mesmo nas notas da carta nº 24, a primeira da série elaborada para chuva-de-pedra, cujas variantes são *chuva-de-pedra*, *chuva-de-granito* e *pedreira*, encontram-se referências a *tempestade* e *tormenta*.

20 (inf. A): A resposta completa foi: ‘aquela é a **tempestada**, né, vem com gelo, cai pedra memo, faiz monte de gelo...’ [...] Na repregunta: ‘aquela é a **tempestada**, né, **chuva de pedra**, né...é **chuva de pedra**.’ (AGUILERA, 1994, p. 70 – grifos da autora)

54 (inf. B): Respondeu de início: ‘é granito, né chuva com granito’. Ao encerrar, comentou: ‘mas tem, tem umas pedra grande que aqui chamam, dizem até **tormenta**, (a)quelas pedra graúda, chega [a] discubri casa, né?’

Note-se a referência à violência do fenômeno, o que é confirmado pelo informante do ponto nº 62:

Diz uma pedrera, deu uma pedrera aqui no nosso lugar, a gente diz. Aqui sempre dá. Uma vez até deu aqui, distruuiu tudo a pranta. É mas esse já diz **tromenta**, né, é **tromenta**, num pode dizê **pedrera**, é **tromenta** né, porque sem vento não dá nada, deu uma ventania e caiu pedra é **tromenta** né. (AGUILERA, 1994, p. 70 – grifos da autora)

Às vezes, *tempestade* ou *tormenta* podem ocorrer na repergunta: “Inicialmente: ‘chuva-de-pedra’. Para outro nome: ‘**tempestade, pedrera e tempo feio**’” (AGUILERA, 1994, p. 70 – grifos da autora). O informante do ponto nº 64 reafirma a designação “tromenta de pedra”, já mencionada pelo informante do ponto nº 49, citado anteriormente.

Ao que nos parece, portanto, a chuva com pedras ou bolinhas de gelo tem uma designação mais específica e uma mais geral. Não é possível dizer que houve engano no entendimento da pergunta por parte dos informantes, mas é possível afirmar, com base na pequena produtividade, que obviamente essas designações mais genéricas são menos usadas, ou, por outro lado, que as designações específicas são ainda de uso normal na comunidade paranaense.

Casos especiais são os das variantes que ocorrem apenas uma vez no conjunto das cartas. São elas: *calmario*, *faisca*, *gelo*, *neve* e *temporal*. Como já afirmamos, tendo em vista que *gelo*, *neve* ocorrem apenas na carta que tomamos, em virtude do interesse em *tormenta* e *tempestade*, tais variantes não serão analisadas nesta tese. A primeira variante é forma da carta nº 30, que registra as respostas da questão nº 43 para RELÂMPAGO. Ocorre quase tanto quanto *fuzilo*, vinte e três vezes, no entanto, assim como essa outra variante, corresponde a aproximadamente 50% da ocorrência de *relâmpago*, variante mais produtiva (cinquenta e três ocorrências). É forma usada no sul do Estado, passando muito pouco do centro do Estado, aproximando-se da conformação areal de *fuzilo*.

Como as variantes da carta nº 30 reaparecem nas de número 28 e 31, seria de esperar que *calmario* fosse também encontrada aí, todavia só é registrada nas notas da carta nº 31, nos depoimentos que seguem (AGUILERA, 1994, p. 84):

29 (inf. A): Sobre o **carmarião** observou: ‘é (a)quela risca qui faiz nu céu, assim, que dá (a)quela lista de fogo assim. Depois o memo **carmarião** faiz o **raio**, faiz memo, procura casa que tem força [energia elétrica]’.

34 (inf. A): Inicialmente: ‘eu digo **carmarião**, a mesma coisa, tá **carmariando**. Reformulou-se, chamando a atenção para o sema ‘cair’: ‘**raio**’.’

36 (inf. B): ‘é, pos é [=pois é] geralmente esse dá (a)quele **fuzilo**, como nós dizemo, de repente, né, aquela **carmariada** e termina cum [=com um]

valente **istoro**, né, e a senhora acha muito pau miúdo por aí que partiu pinhero.’

52 (inf. A): No final da questão, perguntada sobre o **fuzilo** e o **carmario** observou que: ‘**fuzilo** vem a sê o fogo [...] no céu e o **carmarião** divia sê a mesma coisa.’

56 (inf. B): ‘tamém é **carmariada**, **carmareia**.’ No final da questão, reformulando-a e reforçando o sema ‘partir árvore’: ‘aí é **raio**, né, dá o **raio** daí.’

62 (inf.B): De início: ‘**carmaria**, **tá carmariando** o tempo, né.’

64 (inf. A): ‘**carmareo**.’

Não há dúvida de que *calmario* identifica-se precisamente com o raio e não com a tempestade como um todo. As citações nos fornecem indícios de que apenas um informante afirmou ser o *calmario* a mesma coisa que *raio*. A maioria ou reformulou espontaneamente, acrescentando uma segunda resposta, ou chegou à segunda resposta depois da reformulação feita pela inquiridora, de qualquer forma, estabeleceram algum tipo de distinção entre uma e outra variante.

O caso de *faisca* é interessante porque ocorre apenas nove vezes na carta nº 31 na região norte e em apenas um ponto do oeste: nº 47. Quanto a *temporal*, é forma da carta nº 29, onde ocorre quinze vezes em áreas fragmentadas, no litoral, no extremo sul e no extremo norte e oeste.

Neste ponto da análise, chama-nos a atenção a questão da ocorrência absoluta, isto é, a quantidade de vezes que uma variante é lembrada, independente do referente. Apresentamos a tabela a seguir, na qual listamos a porcentagem de participação de cada variante contando um universo de cento e trinta respostas, advindas dos dois questionários aplicados em cada uma das localidades pesquisadas.

A leitura da tabela permite algumas conclusões. As variantes mais produtivas são aquelas mais próximas da linguagem comum, ou do padrão, tomando a intuição lingüística da autora desta tese como parâmetro: pessoa urbana, escolarizada e oriunda da região Nordeste do Brasil, embora vivendo há trinta anos no Norte do Paraná, em Londrina e região. É também a linguagem que se encontra nos livros escolares, por exemplo.

Variantes/ Cartas	Aurélio	Houaiss	Total absoluto de variantes Porcentagens
trovoada	Dic. completa e Bras. BA Estação das chuvas	Dic. completa	86
raio	Dic. completa	Dic. completa	83
relâmpago	Dic. completa	Dic. completa	72
trovão	Dic. completa	Dic. completa	70
tempestade	Dic. completa	Dic. completa	62
tormenta	Dic. completa	Dic. completa	56
corisco	Dic. completa	Dic. completa	45
[ar]rebento	Acepção não-dicionarizada	Acepção não-dicionarizada	25
fuzilo	Forma não-dicionarizada Acepção dicionarizada como fuzil	Forma não-dicionarizada Acepção dicionarizada como fuzil	24
Trovejo	Registrado apenas como Bras. PB, em outra acepção.	Registrado apenas como Regionalismo: Paraíba. Uso: informal. ato ou efeito de trovejar.	23
trovejano[ndo]	Dic. completa	Dic. completa	
calmario	Forma e acepção não-dicionarizadas	Forma e acepção não-dicionarizadas	23
temporal	X	X	15
fáisca	X	X	10

Quadro 19 – Relação entre total absoluto de variantes e marcas de uso no dicionário

Fonte: AURÉLIO (1990), HOUAISS (2001) e ALPR (AGUILERA, 1994)

A partir de *tormenta* (inclusive), o percentual de utilização começa a cair mais acentuadamente, estando entre essas variantes os dois únicos casos de forma e/ou acepção não dicionarizada. As variantes *[ar]rebento*, *fuzilo*, *trovejo* e *calmario* apresentam índices de dicionarização variados, como se pode observar na tabela. A primeira não tem acepção encontrada no **ALPR** (AGUILERA, 1990/1994), supomos que se trate de um deverbal de “arrebentar” (aparecer ou manifestar-se violentamente; estourar), devido ao sentido com que é empregado: TROVOADA e/ou TROVÃO. A respeito de *fuzil* podemos dizer que é uma forma sem dicionarização, provavelmente construção popular ou arcaísmo.

Trovejo é um caso interessante porque a acepção registrada no **ALPR** (AGUILERA, 1990/1994) não está no **Aurélio**, apenas no **Houaiss**, mesmo assim como

regionalismo do Estado da Paraíba. Ainda que relembremos aqui o que já afirmamos, com base em Oliveira (1999), na discussão sobre a carta nº 2, em relação à dificuldade do Aurélio em manter uma classificação consistente em relação às marcas de uso diatópicas, essas marcações são interessantes porque apresentam indícios das origens dessas variantes. Nesse caso, poderia ter vindo *trovejo* do Nordeste?

Por fim, *calmario*, sem dicionarização, partilha com *fuzilo* o mesmo número de ocorrências e, por coincidência ou não, a mesma área de presença. Antes que passemos à análise mais profunda das arealizações, que devem nos apontar algumas pistas para compreender o processo de configuração desse vocabulário, vamos observar a datação dessas variantes e sua presença no português de Portugal, consultando o **Dicionário Etimológico**, de Cunha (1986), e o **Vocabulário Portuguez**, de Bluteau (1718).

Após a reunião dos dados provenientes de **Cunha** (1986) e **Bluteau** (1718) recomeçaremos a análise pelas variantes das quais vínhamos nos ocupando por último: *[ar]reberto*, *fuzilo*, *trovejo* e *calmario*. Interessante observar que a primeira não foi encontrada em **Bluteau** (1718), mas em **Cunha** (1986), que remete à 6ª edição do **Dicionário** de Moraes, de 1858. Se nos mais novos a acepção não foi encontrada, trata-se muito provavelmente de uso antigo que permaneceu no vocabulário rural paranaense.

Variantes	Cunha	Bluteau	Total absoluto de variantes Porcentagens aproximadas
trovoada	De trovão. trovoada sf. 'tempestade com trovões' 'trovão' XIV	Trovão. Estrondo, gritaria	86
raio	'Luz que emana de um foco luminoso e segue uma trajetória reta em determinada direção' [...] XIV, rrayo XIV, rayo XIV etc	Raio ou rayo. Aquella linha de luz, composta de pequenos globos de fogo, que sahem de um corpo luminoso, direito como o (ferro?), vai por espaço indefinido, diaphano, até onde se pode (estender?), ou dando em corpo opaco, não passa adiante.	83
relâmpago	RELâmpago Séc. XIV Do ant. e pop. <i>lampado</i> , com o prefixo <i>re-</i> , que indica a idéia de repetição do brilho;	O fogo instantâneo, & súbito esplendor, gerado da colisão de duas nuvens, como a fâisca do violento encontro do fuzil na pederneira.	72

	<p>todavia é de difícil explicação a troca do –d- pelo –g-.</p>		
trovão	<p><i>Sm.</i> ‘estrondo causado por descarga de eletricidade atmosférica’/ <i>torvões</i> pl. XIII, <i>toruô</i> XIV etc</p>	<p>Estrondosa, & repetida violência da exalação inflamada, encerrada na nuvem, faz força para romper sua prisão</p>	70
tempestade	<p><i>‘Agitação violenta da atmosfera, às vezes acompanhada de chuvas, ventos, granizo ou trovões’ XIII</i></p>	<p>Tormenta.</p>	62
tormenta	<p><i>Sf.</i> ‘temporal violento’ XIII</p>	<p>Grande perturbação no ar, ou nas agoas do mar, causada da violência dos vêtos.</p>	56
corisco	<p><i>Corisco</i> XIII. <i>Der. regress. de coriscar. (brilhar como corisco; faiscar, relampejar. XVI)</i> Não registra pedra de corisco.</p>	<p>Pedra de corisco. Ver pedra. Pedra de corisco, ou corisco. (resumidamente) Pedra que cai da nuvem: “cahem das nuvens com trovoadas”</p>	45
[ar]rebento	<p><i>Rebentar vb.</i> ‘estourar, explodir’ XIII. [...] <i>rebe</i>ntO 1858 (<i>arrebentar remete a rebento</i>)</p>	<p>Arrebentar, ou rebentar. Abrir-se com violência qualquer coisa; que tem por dentro alguma matéria, a qual repuxa, & faz força, para sahir. [ar]rebento não está dicionarizado.</p>	25
fuzilo	<p><i>s.m.</i> ‘carabina, espingarda’ 1873. [...] <i>Nas acepções menos usadas de ‘anel de cadeia, aro de metal’, ‘peça com que se fere lume na pederneira’, o voc. port. Já se documenta em textos do séc. XIV. FuzilAR 1572.</i></p> <p><i>Fuzilo não está dicionarizado.</i></p>	<p>Fuzil de ferir lume com pederneira. Fuzil (termo náutico) fazer fuzís, ou fozilar. Dar fogo a huma pequena de pólvora para com a (??) que se levanta, se reconhecer os navios de noite. Fuzilar. Lançar relâmpagos. [...] “Abriase, & fuzilava a nuvem. Fuzilo não está dicionarizado.</p>	24
Trovejo	<p><i>Não-dicionarizado</i></p>	<p>Não-dicionarizado</p>	23
Trovejano [ndo]	<p><i>De trovão. trovejar vb.</i> ‘estrondear ou ribombar o trovão’ XIV</p>	<p>Trovejar. Haver, ou fazer trovões</p>	

calmario	<i>calmARIA sf. 'calma' XVI. De calma, 'grande calor atmosférico, geralmente sem vento' XV. Calmario não está dicionarizado</i>	Calmaria. Tranqüilidade das águas do mar. Calmario não está dicionarizado.	23
temporal	<i>TemporAL s.m. 'ext. tempestade' XVI</i>	Tormenta. Tempestade.	15
fáisca	<i>s.f. 'partícula que salta de uma substância candente' / feysca XIV /</i>	He aquella pequena porção, ou partícula de fogo, que se desata do corpo, em que estava, como succede ao ferir do lume com pederneyra, & fuzil, ou quando espirra a braza, a candeia.	10

Quadro 20 – Dicionarização das variantes das cartas nº 29 até 31 em Cunha e Bluteau

Fonte: Cunha (1986), Bluteau (1718) e ALPR (AGUILERA, 1994)

A segunda variante não tem a forma nem a acepção dicionarizadas nos dicionários mais antigos. A acepção mais próxima é a do verbo *fuzilar* datada do século XVI, que, no século XVIII, possui a acepção de “lançar relâmpagos”, usada pelos informantes: “muitos fala fu... ah, os mais veio falam **fuzilo**, mais ta **fuzilando** pra (a)quele lado” (AGUILERA, 1994, p. 82. Notas da carta nº 30: RELÂMPAGO. Inf. 26 B).

Se *fuzil*, forma dicionarizada no **Houaiss** e no **Aurélio**, veio primeiro, é possível que *fuzilo* seja uma construção popular, variante de *fuzil*, embora Said Ali (1964p, 256) afirme: “A linguagem popular é mais propensa a criar e empregar substantivos deverbais do que a linguagem culta. Nas obras escritas em português antigo nota-se a falta de muitos admitidos em português moderno.” Adverte, entretanto, que essa pode ser uma impressão errada haja vista o pouco prestígio dessas palavras na época.

A relação semântica entre *fuzil* (nas acepções registradas por **Bluteau** e **Cunha**), *fuzilar* e *fuzilo* estabelece-se a partir do traço [+luz], oriundo do fogo. Esse sentido parece-nos estar inclusive na origem da variante quando usada como denominação da “arma portátil de repetição, de cano longo, cujo carregador se coloca e se retira facilmente”, como informa **Aurélio**.

A terceira variante também não foi encontrada em nenhum dos dois dicionários, apenas como Regionalismo da Paraíba no **Houaiss**. Neste caso, a busca em vocabulários regionais poderia nos trazer algum outro indício. Por fim, *calmario*, que a consulta aos dois dicionários mais antigos apenas confirmam os dados dos mais novos: não há dicionarização nem da acepção nem da forma.

Iniciamos, então, a consulta a dicionários regionais, cujos resultados serão, depois, confrontados com as áreas de ocorrência das variantes. Nesses casos interessa-nos especificamente o **Glossário**, de Cardoso (1999), com registros de variantes utilizadas na BA e em SE, o **Atlas Lingüístico da Paraíba** e o **Vocabulário Sul-rio-grandense**.

Variantes / Cartas	Glossário BA e SE	ALP	Vocabulário Sul-rio-grandense	
trovoada	X	ñ	ñ	86
raio	ñ	ñ	ñ	83
relâmpago	ñ	ñ	ñ	72
trovão	ñ	ñ	ñ	70
tempestade	ñ	X	ñ	62
tormenta	ñ	X	ñ	56
corisco	ñ	ñ	ñ	45
[ar]rebento	ñ	ñ	ñ	25
fuzilo	ñ	ñ	Fuzil Acepção diferente	24
Trovejo	ñ	ñ	ñ	23
trovejano[ndo]	ñ	ñ	ñ	
Calmario	ñ	X	ñ	23
Temporal	ñ	X	ñ	15
Faixa	ñ	ñ	Acepção diferente	10

Quadro 21 – Presença das variantes em vocabulários regionais

Fonte: Vocabulários e ALPR (AGUILERA, 1994)

Consultou-se também o **Dicionário Sociolingüístico Paranaense**, do Prof. Francisco Filipak (2002), mas os resultados não foram incluídos na tabela, pois a obra toma como fonte o trabalho da Prof.^a Aguilera, que ora se analisa. O **Léxico Rural** registra, além das acepções encontradas no **ALPR** (AGUILERA, 1994), também a acepção “época do ano” (carta nº 9), citando a seguinte passagem de uma das entrevistas: “é o tempo da quentura, novembro, dezembro, janeiro, fevereiro (p. 40).” (CARDOSO; FERREIRA, 2000, p. 100). As

outras acepções não foram cartografadas, por isso é possível afirmar que os autores utilizaram um recorte léxico-dialetal, ao menos nesse caso.

Outra foi a decisão do **Atlas Lingüístico da Paraíba**, que registra *tempestade*, *temporal* e *tormenta*, mas apenas a última é inserida no glossário apresentado no final do volume 2, marcada com um asterisco, o que indica tratar-se de variante dicionarizada com sentido diferente ou não-dicionarizada. São todas designativas de VENTO FORTE, conforme carta nº 10. As duas primeiras, *tempestade*, *temporal*, designam também TEMPESTADE (carta nº 25).

Nas duas cartas, *tempestade* é a forma mais produtiva. Na primeira, ocorre dezoito vezes, em um total de vinte e cinco pontos. Na segunda carta, a de nº 25, ocorre vinte e uma vezes. *Temporal* ocorre uma vez apenas na carta nº 10, assim como *tormenta*. Na segunda carta, ocorre apenas uma vez também, em ponto diferente da primeira. O **Atlas da Paraíba** registra também *calmario*, na carta nº 11, para VENTO SUAVE, acepção oposta àquela do **ALPR** (AGUILERA, 1994). Esta variante apresenta então uma ocorrência em um ponto próximo ao litoral.

Constata-se que, *trovoada*, a variante mais lembrada pelos informantes paranaenses tem a mesma acepção na Bahia e em Sergipe, além de apresentar uma que não aparece no **ALPR** (AGUILERA, 1990/1994), mas é variante da linguagem comum também, inclusive aquela usada por falantes urbanos. *Tempestade*, *tormenta* e *temporal* são variantes usadas na Paraíba para VENTO FORTE, que não parece incluir [+ chuva] como no questionário do **ALPR** (AGUILERA, 1990/1994). Em relação à *calmario*, a referência é totalmente oposta. São todas lexias de baixa ocorrência, exceto *tempestade*. No **Dicionário Sul-rio-grandense**, *fuzil*, e não *fuzilo*, bem como *faisca* têm acepções diferentes.

Sabemos, entretanto, que o fato de não aparecer nesses vocabulários não indica que o termo não exista na região. Como já foi dito, esses são vocabulários regionais e seus informantes são pessoas de pouca escolaridade ou são, oriundos da literatura, personagens rurais. Portanto, é provável que essas variantes não sejam comuns na fala dessas pessoas, tendo em vista esses referentes, e o sejam num vocabulário mais comum. Podemos lembrar que *corisco* é nome conhecido no sertão nordestino, tendo sido nome de um cangaceiro famoso do bando de Lampião.

5) Cartas de 38 até 41 – Questão 76

Cogumelo

Como se chamam aqueles guarda-chuvinhas que nascem no pau podre?

As cartas que compõem o conjunto de 38 até 41 têm o mesmo tema: designações para COGUMELO. Segundo a autora do ALPR (AGUILERA, 1994, p. 98), “a investigação deu-se a partir de uma pergunta indireta com base nos semas ‘nascer’, ‘pau podre’, ‘semelhante a guarda-chuva’.”

Ao contrário das imediatamente anteriores, esses mapas não apresentam variantes comuns, w sim nasceram da mesma questão. Neste caso, apresentam a variação da seguinte maneira: carta nº 38, variação diatópica de *urupê* e *cogumelo*; carta nº 39, dos nomes compostos; carta nº 40, variantes que têm a variante *orelha* na composição e carta nº 41, aquela que apresenta variantes de pouca ocorrência.

Dessa forma, as variantes representadas nas cartas são:

Pode-se perceber que *urupê* é a variante mais produtiva, seguida de *orelha-de-pau*, *guarda-chuva*, *chapéu* e *cogumelo*, as três últimas com expressão numérica muito próxima. Todas as outras estão abaixo de dez registros, contando-se seis variantes com apenas duas ocorrências.

Carta	Variante	Total de ocorrências
38	urupê	28 – 43%
	cogumelo	17 – 26%
39	guarda-chuva	19 – 29%
	chapéu	18 – 27%
	sombrinha	5 – 7%
40	orelha-de-pau	22 – 33%
	orelha-de-padre	9 – 13%
	orelha-de-mico	5 – 7%
	orelha-de-velho	2 – 3%
	orelha-de-lobisomem	2 – 3%
41	fungo	4 – 6%
	bolor	3 – 4%
	mofo	2 – 3%
	cabeça-de-velho	2 – 3%
	bufo	2 – 3%
	piúca	2 – 3%
	boneca-de-saci	2 – 3%
	véu-de-noiva	2 – 3%
	total	19 variantes

Quadro 22 – Lista de variantes das cartas de 38 a 41 com frequência de ocorrência

Fonte: ALPR (AGUILERA, 1990/1994)

Vejam agora, para completar a análise, a situação dessas variantes nos dicionários.

Carta	Variante	Aurélio	Houaiss
38	urupê	X	X
	cogumelo	X	X
39	guarda-chuva	Acepção não-dicionarizada	Acepção não-dicionarizada
	chapéu	X	X
40	sombrinha	Acepção não-dicionarizada	Acepção não-dicionarizada
	orelha-de-pau	X	X
	orelha-de-padre	Não-dicionarizado	Não-dicionarizado
	orelha-de-mico	Não-dicionarizado	Não-dicionarizado
	orelha-de-velho	Não-dicionarizado	Não-dicionarizado
41	orelha-de-lobisomem	Não-dicionarizado	Não-dicionarizado
	fungo	X	X
	bolor	X	X
	mofo	X	X
	cabeça-de-velho	Não-dicionarizado	Acepção não-dicionarizada
	bufo	Acepção não-dicionarizada	Acepção não-dicionarizada
	piúca	Acepção não-dicionarizada	Acepção não-dicionarizada
	boneca-de-saci	Não-dicionarizado	Não-dicionarizado
	véu-de-noiva	Não-dicionarizado	Não-dicionarizado
total	19 variantes		

Quadro 23 – Listagem de variantes das cartas de 38 a 41 com dicionarização

Fonte: FERREIRA (1999) e HOUAIS (2001)

As acepções dicionarizadas são *urupê*, *cogumelo*, *chapéu*, *orelha-de-pau*, *fungo*, *bolor* e *mofo*. Segundo o **Aurélio** e o **Houaiss**, *urupê* é de origem tupi,⁸⁷ sendo classificada como brasileirismo, no primeiro, e regionalismo do Brasil, no segundo. A classificação é a mesma em **Cunha**, que data a variante no século XX, assim como **Houaiss**, registrando-a na obra *Urupês*, de Monteiro Lobato, 1918. Neste livro, a variante apresenta a mesma acepção encontrada no **ALPR** (AGUILERA, 1990/1994). **Bluteau** não o registra, como seria de esperar, visto tratar-se de palavra de origem indígena. Não foi encontrada em nenhum outro vocabulário utilizado nesta tese.

⁸⁷ Conforme Sampaio (1928, p. 339), **Urupê**, c. *uru-pé*, forma contracta de *uru-peba*, o cesto chato ou razo; nome dado ao fungo conhecido por – orelha de pau –, cuja forma imita a de um cesto razo. S. Paulo.

As outras denominações, excetuando *chapéu* (nesta acepção) e *orelha-de-pau*, podem ser vistas como parte da linguagem urbana, podendo ser encontradas em outros registros lingüísticos que não apenas o popular. No **Aurélio**, *cogumelo*, *fungo*, *bolor* e *mofo* são registradas como de uso nas áreas da Biologia e da Botânica, e apenas *chapéu* recebe classificação de uso popular, ou informal, no **Houaiss**, enquanto *orelha-de-pau* está registrada como brasileirismo (apenas no Aurélio). Quanto à produtividade, apenas *cogumelo* tem ocorrência expressiva. Ao contrário, inclusive do que vimos na série de cartas de nº 28 ao nº 31, as variantes mais comuns ou que podem ser consideradas parte de uma norma também usada em regiões urbanas, têm uma expressão numérica menor.

As variantes que não constam dos dicionários são as outras integrantes da série formada pelo substantivo *orelha*, *cabeça-de-velho*, *boneca-de-saci* e *véu-de-noiva*, sete no total. As que estão registradas, mas não possuem a acepção encontrada pelo **ALPR** (AGUILERA, 1990/1994), formam um grupo de quatro: *guarda-chuva*, *sombrinha*, *bufo* e *piúca*. O primeiro aparece no **Aurélio** apenas para informar que um chapéu pode ter o sentido de um “agárico em forma de guarda-chuva”, o que nos remete à formação dessas variantes. A motivação metafórica é evidente em *guarda-chuva*, *chapéu*, *sombrinha*, que retomam a forma do cogumelo, cuja parte superior serviria de “abrigo”, uma vez que forma uma espécie de chapéu, quando no chão, e uma espécie de aba, quando nasce em um lugar como um pedaço de madeira. Essa hipótese fica evidente no comentário do informante do ponto nº 55: “aquilo, nós chamamo aquilo por **orelha-de-José**.’ Distinguiu de **urupê** ‘aquela está grudada no pau podre e este tem a forma de guarda-chuva.” (AGUILERA, 1994, p. 102).

Outras denominações de origem metafórica, ancoradas na forma do vegetal são *orelha-de-pau*, *de padre*, *de mico* e *de velho*. Nesses casos, a metáfora traduz-se na lexia “orelha”, como já afirmamos, devido à forma como esses fungos crescem. Os determinantes devem ter origem em hábitos lingüísticos da região. *Cabeça-de-velho*, *véu-de-noiva* e *boneca-de-saci* também são variantes cuja origem, muito provavelmente, é a cultura dos moradores do local. Outras denominações desse tipo são: “*sumbrinha-de sapo*”, “*guarda-chuvinha-de sapo*”, “*bunezim-de-saci*”, “*chapéu-de-flor*”, “*chapéu-de-cobra*”, todas retiradas das notas da carta nº 39 (AGUILERA, 1994, p. 100). Tais variantes demonstram a interação, no momento da denominação, entre o nome e a realidade que circunda o informante, revelando-se motivadas na criação, embora não tenham o sentido transparente para quem não conhece o referente.

Quanto às variantes *bufo* e *piúca*, cuja motivação não nos é tão transparente, observamos que a primeira está registrada em **Bluteau** como ave noturna, assim como no

Houaiss e no **Aurélio**, entre outras acepções, inclusive a de uma espécie de sapo. A última variante, *piúca*, não ocorre em **Bluteau**, onde encontramos *piugada*, sinônimo de pegada, e *piúgas* ou *peúgas*, para meias. No **Houaiss** e no **Aurélio**, está registrada como “Regionalismo do Sul do Brasil: pedaço de madeira seca que se esfarela, tornando-se de fácil combustão ou tronco de árvore parcialmente carbonizado”, datado de 1899, da primeira edição do Novo Dicionário da Língua Portuguesa, de Cândido de Figueiredo, segundo o **Houaiss**. Os dois dicionários afirmam ser possivelmente originária do tupi. Encontramos somente *piúca* no **Dialeto Caipira**, de Amadeu Amaral: PIÚCA, s. f. – pau podre. Usa-se também adjetivado: "pau piúca". | Tupi.

Pensamos que *bufo* poderia ser uma variação de *bufa*⁸⁸, dicionarizada no **Houaiss** como “ventosidade anal silenciosa e geralmente fétida”. Também encontramos neste mesmo dicionário duas acepções para *buf* -, ⁸⁹ elemento de composição:

- 1) antepositivo, em palavras do sXVI em diante, conexas com o v. ‘bufar’ ‘assoprar’, de base tida como onomatopaica (cf. fr. ‘bouffer’, it. ‘buffare’, esp. ‘bufar’): ‘bufada, bufadela, bufado, bufadoiro/bufadouro, bufador, bufante, bufar, bufareira, bufarina, bufarinhar, bufarinheiro, bufarinho, bufido, bufir’; a esses, A.G. Cunha junta, através de ‘bofe’ e ‘bofete’ ‘bofetada leve’, a série ‘abofetado, abofetar, abofeteado, abofetear, bofetada, bofete; esbofado, esbofar, esbofetear’.
- 2) antepositivo, em derivados de ‘bufo’ ‘grotesco’, do it. ‘buffo’ ‘id.’, der. de ‘buffone: bufão, bufeira, bufonaria, bufoneria, bufonear’.

Dessas duas acepções, dada a origem mais popular da primeira, consideramos esta a mais adequada a uma tentativa de explicação para a denominação. É possível que o cogumelo seja chamado de *bufo* por fazer um leve som como se explodisse ao ser amassado, formando uma onomatopéia baseada nessa propriedade do objeto. Está claro, porém, que qualquer afirmação mais categórica está condicionada ao surgimento de novos dados que possam fundamentar adequadamente a construção tanto semântica quanto formal da lexia.

As anotações feitas por Aguilera sobre essas variantes nas notas da carta nº 41 não indicam qualquer caminho para que se opte por uma ou outra explicação para a denominação, mas acrescenta ainda algumas variantes, indicando ser este um referente que, à falta de denominação conhecida pelo informante, é denominado de acordo com seu aspecto físico ou conhecimentos culturais partilhados pela comunidade: *colher-de-pau*, *buneca-de-*

⁸⁸ Deverbal de bufar, segundo **Aurélio** e **Houaiss**, com mesma acepção em ambos.

⁸⁹ Esse elemento não foi encontrado no **Aurélio**.

saci, rodrigue, cumida-de-índio, piratudo, grinalda-do-diabo, pem-pem, buchinho, fror-do-pau, pão-de-galinha e barba-de-madera. Quanto aos vocabulários e atlas regionais consultados nesta tese, não há registro de nenhuma das variantes no **Léxico Rural**, referente à Bahia e ao Estado de Sergipe (não há carta correspondente) nem no **Atlas Lingüístico da Paraíba**. No trabalho de **Imaguire**, correspondente à Ilha de Santa Catarina, à pergunta “como se chamam aqueles guarda-chuvinhas que se formam no pau podre?” os informantes responderam majoritariamente *chapéu-di-cobra* (29 pontos, 82%), seguida de *chapéu-di-sol, cogumelu, orelha-di-pau, chapéu-di-coru, orelha-di-cachorru e chapéu di sol di cobra*.⁹⁰ Podemos observar que somente *orelha-di-pau* se repete nos dois Estados. As outras designações são, entretanto, semelhantes no que se refere ao primeiro termo da lexia composta: *chapéu* (quatro formações) e *orelha* (duas formações), confirmando a metáfora como a base da criação lexical e o conhecimento cultural partilhado como complementar no processo (*di-cobra, di-sol, di-cobra*). O **Vocabulário sul-rio-grandense** registra apenas *chapéu*: “*chapéu-de-cobra ou chapéu-de-judeu*: cogumelo de várias espécies, com formato semelhante a um guarda-chuva, de onde lhe vem o nome (Moraes).”

6) Carta nº 46 – questão nº 81

Banana Dupla

que nome se dá àquelas bananas que nascem grudadas?

A carta nº 46 apresenta a variação lexical do conceito BANANA DUPLA. É a quinta questão referente a essa fruta no questionário. A primeira, nº 77, explora as variedades de banana; a segunda, nº 78, investiga a colheita do cacho; a terceira, nº 79, busca denominações para a penca, e a quarta, nº 80, procura designações para a inflorescência roxa que nasce na ponta do cacho.

São três as variantes registradas como de maior ocorrência: *gêmea, felipe e inconha*, respectivamente. A análise a seguir procurará determinar o estado de dicionarização de cada uma delas.

⁹⁰ As ocorrências são as seguintes: 14, 10, 9, 6, 5, 4 pontos, respectivamente.

		Aurélio	Houaiss
gêmea	45 – 69%	Diz-se de coisas que, sendo iguais, ou simétricas, formam um conjunto	Diz-se de cada um dos frutos do mesmo ramo
felipe [filipe]	32 – 49%	Bras. Cada uma das sementes do algodão que, em consequência do ataque da lagarta-rosada, se apresentam grudadas umas às outras. Bras. SP Obsol. Dois grãos de café fundidos, dentro de uma casca única, levemente fendida no sentido longitudinal dos grãos.	Cada uma das sementes de algodão unidas entre si em função da investida da <i>lagarta-rosada</i>
inconha	11 – 17%	Diz-se do fruto que nasce pegado a outro [Sin. (bras.): filipinho (2).] Incõe é dado como brasileirismo	Que nasce acoplado a outro (diz-se de fruto). <i>Obs.: cf. filipinho</i> Incõe é dado como regionalismo do Brasil

Quadro 24 – Dicionarização das variantes da carta nº 46

Fonte: FERREIRA (1999) e HOUAISS (2001)

O que primeiro podemos observar no quadro é o fato de que **Houaiss** traz a acepção de *gêmea* (adjetivo) para “frutos do mesmo ramo”, mas não geminados ou duplicados, e o **Aurélio** apresenta acepções mais amplas, não diretamente relacionadas à duplicação de frutos: “Diz-se de coisas que, sendo iguais, ou simétricas, formam um conjunto”. Em relação à segunda variante, cuja forma dicionarizada é *filipe*⁹¹ nos dois dicionários gerais consultados, observa-se que a forma parece ter uso em regiões como Bahia (com outra acepção) e São Paulo (somente **Aurélio**, **Houaiss** já não apresenta essa acepção) e coincidem apenas no traço semântico referente à duplicação. Não há referência à banana ou generalização para outro fruto.

Há ainda outras acepções, que se referem a um saco pequeno e de couro onde se guarda comida (**Houaiss**), à provisão semanal dos garimpeiros, à designação para uma espécie de ave ou a uma variante para “marido de professora” (**Aurélio**). Os dicionaristas, todavia, divergem quanto à etimologia. **Houaiss** associa todas a *filipina*,⁹²

⁹¹ Há também dicionarizado a lexia *filipinho*, tanto no **Houaiss** quanto no **Aurélio**, significando fruto designado “inconho e gêmeo”, respectivamente.

⁹² Segundo Nascentes, alteração de *filipina* na acepção 'sementes grudadas'; por extensão e influência do antropônimo, usado para o pássaro e para o saco de provisões.

Aurélio associa as últimas a *filipino*, que tanto pode ser relativo às Ilhas Filipinas quanto à dinastia dos Felipes, de Portugal-Espanha, ou a qualquer rei assim denominado.

Continuando a investigação nesses dicionários, para a acepção que nos interessa, a partir da etimologia apontada por eles mesmos, encontramos as acepções de *filipina* no **Aurélio** e no **Houaiss**:

filipina. Rubrica: ludologia.

1 desafio, brincadeira entre duas pessoas que, depois de repartirem os dois caroços que casualmente encontram na amêndoa ou em outros frutos, ao se encontrarem em outra ocasião, devem saudar-se de imediato usando a palavra *filipina*, ganhando aquela que primeiro o fizer

1.1 Derivação: por metonímia. a amêndoa ou outro fruto us. neste desafio

1.2 Derivação: por extensão de sentido: a prenda ocasionalmente paga àquele que venceu o desafio. (HOUAISS, 2001)

filipina [Do al. Vielliebchen, 'bem-amada', pelo fr. philippine.]

Adj. (f.) 1. Diz-se da amêndoa de caroço duplo, e de frutas inconhas, as quais, partilhadas entre duas pessoas, dão àquela que no primeiro encontro se referir ao fato o direito de reclamar da outra um presente.

S. f. 2. Essa amêndoa. (AURÉLIO, 1999)

Nenhum desses dicionários refere-se à *filipina* como um brasileirismo, de onde se pode inferir que a lexia teve inserção na língua portuguesa europeia e foi trazida para o Brasil, dando origem à variante *filipe*. Tal fato sugeriu a busca em dicionários como o **Grande Dicionário da Língua Portuguesa**, de Moraes Silva, e o **Dicionário Contemporâneo**, de Caldas Aulete. No primeiro, encontramos o adjetivo *filipina*, como oriunda de *Filipe*, antropônimo:

Diz-se da amêndoa de caroço duplo e de outras frutas inconhas, as quais, partilhadas entre duas pessoas, dão àquela que, encontrando a outra no dia seguinte ou em dia combinado, lhe disser primeiro: 'Bons dias, filipina!', o direito de reclamar dela um presente. // O presente reclamado em tal brincadeira. // Essa brincadeira ou mesmo jogo que se faz com frutas assim.

Moraes Silva não registra *filipe*, confirmando que o substantivo realmente desenvolveu-se no Brasil, sendo encontrado em **Caldas Aulete** como brasileirismo: “diz-se das sementes de algodão atacadas pela lagarta-rosada, ficam grudadas umas às outras” (presente também no **Aurélio** e no **Houaiss**). Não há menção a frutas. A fonte seria *Filipe*, nome próprio. *Filipina*, no entanto, como jogo, tem origem no francês *phillippine*.

A busca pela datação e origem das variantes resultou nos dados compostos no quadro abaixo:

Cunha	Bluteau
Gêmeo – Século XIII	Hum dos filhos, que no mesmo tempo, nacerão do mesmo vêtre.
Felipe / Filipe – não-dicionarizado	não-dicionarizado
Inconha / incõe – não-dicionarizado	não-dicionarizado

Quadro 25 – Relação de variantes da carta nº 46 com pesquisa de datação e origem

Fonte: CUNHA (1986) e BLUTEAU (1728)

O fato de *inconha* não estar no **Vocabulário Portuguez e Latino** é relativamente esperado, pois sua origem, de acordo com os dois dicionários gerais, é a língua tupi.⁹³ No Dicionário Etimológico, de A.G. da Cunha, a falta dessas variantes pode estar associada ao fato de terem um uso mais restrito, com uma frequência menor. Interessante observar dois fatos nas acepções: a primeira, no início da análise, do **Aurélio**, afirma que o uso de *filipe* para os grãos de café é obsoleto, enquanto os dados do **ALPR** (AGUILERA, 1990/1994) demonstram que a variante ainda tem vitalidade. Aguilera (1994, p. 114) afirma que “a ocorrência de frutos grudados, geralmente o café, a banana, e mais raramente o ovo com gema dupla, suscitou duas tradições populares” (grifo nosso). A segunda questão é o fato de apenas *incõe* ser registrada como brasileirismo, enquanto *inconho* não é assim descrita. Possivelmente, a explicação esteja na forma, considerada a primeira, já que a lexia no tupi é *kõe* (de acordo com **Nascentes**, conforme **Houaiss**).

A brincadeira descrita nos verbetes de *filipina* foi também registrada no Paraná, segundo Aguilera (1994, p. 114), mais no norte do Estado: “brincadeira infantil de pagar o ‘**felipe**’, uma prenda”. Outra tradição bastante conhecida é a que proíbe as mulheres, e, às vezes, o marido, de comerem frutos duplicados para que não tenham filhos gêmeos. Essa não está descrita nos dicionários pesquisados. A relação entre essas duas tradições, até onde pudemos afirmar, com os dados de que dispomos, parece estar baseada na duplicidade das amêndoas e na própria regra do jogo que se joga em pares. Na revista eletrônica Jangada Brasil, site especializado em cultura brasileira, encontramos referência à brincadeira e ao uso da banana ou de avelãs:

⁹³ **Houaiss** data o primeiro registro de 1858, 6ª edição do Dicionário da Língua Portuguesa, de Antonio de Moraes Silva. O trabalho de **Sampaio** (1928) não registra a lexia, mas a encontramos em **Bueno** (1998): **Ícõi** – adj. Duplo, incoem, duas causas pegadas entre si. Gêmeas.

Em Pernambuco e no Rio de Janeiro, este trato era praticado com maior frequência nas proximidades do Natal, por ser a época das amêndoas, e talvez mais largamente entre adultos do que entre crianças. [...] Embora em muito menor escala, também se fazia Filipina com bananas e avelãs gêmea. (FILIPINA, 2006)

A inserção no ambiente brasileiro deu-se provavelmente por influência dos portugueses, uma vez que nem **Diccionario de la Lengua Española**, da Real academia Española, nem no **Diccionario Crítico Etimológico**, de Corominas, encontramos *filipe* ou *filipina* com as acepções discutidas nesta tese. A fonte da lexia *filipina*, aliás, é o francês: “ger. ligado ao fr. *philippine* (1869) ‘jogo social, jogo em geral’, p.ext. ‘o que é duplo ou gêmeo, fruto inconho ou duplo’, alt. do al. *Vielliebchen* ‘bem-amada’ sob infl. do antr. *Philippe*.” (HOUAISS)

Nenhuma das variantes ocorre no **Vocabulário Sul-rio-grandense**. No trabalho de **Imaguire**, para a Ilha de Santa Catarina, encontramos *gêmeas*, com *empencada* e *pegada*, estas últimas com número menor de ocorrência. No **Glossário do APFB e ALS**, para a Bahia e Sergipe, bem como no **Dialeto Caipira**, de Amadeu Amaral, também não ocorre nenhuma das variantes. **Filipak** registra *filipe*, *inconho* e, sua variante fonética, *incõe*, este último recolhido no **Vocabulário de Tibagi**, do Prof. Ênio José Toniolo, publicado em 1981 e descrito nesta tese no capítulo em que tratamos dos trabalhos sobre o Paraná. Para *inconho*, **Filipak** utiliza-se dos dados do **ALPR** (AGUILERA, 1990/1994). Não registra *gêmeos* na nomenclatura, embora liste essa lexia no verbete *inconho*, onde registra ainda *grudado* e *emendado*. Ambos ocorrem nas notas da carta ora analisada: “a banana **imendada**, **gêmea** né” (ponto nº 58, inf. A) e “aqui pra nós, nós dizemo **grudado** mesmo” (ponto 51, inf. B). Tais variantes não foram cartografadas em virtude da pequena produtividade.

7) Carta nº 50 – Questão nº 34

Urubu

Como se chama aquela ave preta, que parece uma galinha, que come carniça? Conhece por outro nome?

A carta nº 50 apresenta variação na denominação da ave da Família *Cathartidae*, URUBU, inquirida como a ave preta que parece uma galinha e come carniça, bem como seus outros nomes. No Paraná, ela é denominada tanto *urubu* quanto *corvo*. A primeira questão imposta a respeito dessa carta é sobre a validade da denominação. Isso fica,

entretanto, claro quando se observa que, como designação popular, as variantes são já conhecidas pelos ornitólogos que se ocupam da área.

Referências a essa nomeação encontram-se no artigo dos professores Straube, Krul e Carrano (2005, p. 11), no qual os autores propõem “uma compilação do conhecimento ornitológico acumulado há mais de uma década, [...] colhidas por naturalistas e coletores atuantes nas décadas de 20 a 50 e de esforço pessoal de autores em campo” (STRAUBE; KRUL; CARRANO, 2005, p. 3). No artigo, os autores listam as Famílias e Gêneros de aves encontrados numa parte da região sul do Estado do Paraná, seguidos dos nomes populares:

ORDEM CATHARTIFORMES. FAMÍLIA CATHARTIDAE.

Cathartes aura (Linnaeus, 1758). **corvo-pimenta**. Vera Guarani (Chrostowski, 1912); Solais (Straube, 1988); UHE-Segredo (FCS, BLR); Foz do Rio Jordão, Foz do Rio da Areia (FCS) ; Faxinal do Céu; UHE-Foz do Areia, Arredores de Palmas, Estância Hidromineral Santa Clara (EC) ; Fazenda São Pedro (DK). É citada para as adjacências do Estado de Santa Catarina (Rosário, 1996).

Cathartes burrovianus Cassin, 1845. Fazenda Coxilhão/km 35 da BR-280 (MAGA).

Coragyps atratus (Bechstein, 1793). **corvo, urubu**. Guarapuava (Jaczewski, 1925); Cândido de Abreu (Hinkelmann & Fiebig, 2001); Fazenda Iguaçu (Straube, 1988); Rio Azul-Mallet (Pichorim & Bócon, 1996); UHE-Segredo (FCS, BLR); Foz do Rio Jordão, Foz do Rio da Areia (FCS); Palmeiral (RK); Faxinal do Céu; UHE-Foz do Areia, Arredores de Palmas, Estância Hidromineral Santa Clara (EC); Fazenda São Pedro (DK). É citada para as adjacências do Estado de Santa Catarina (Rosário, 1996).

Sarcoramphus papa (Linnaeus, 1758). **corvo-branco, urubu-rei**. Cândido de Abreu (Sztolcman, 1926); Solais (Straube, 1988); UHE-Segredo (FCS, BLR); Palmeiral (RK); Fazenda São Pedro (DK); Arredores de Palmas, Estância Hidromineral Santa Clara, Rio Bonito/BR-466 (EC). (grifo nosso)

Sobre o modo como recolheram os nomes populares, os autores informam que

Foram coletadas as designações regionais das espécies, coligidas durante os trabalhos de campo a partir de **informantes locais e moradores da área**; nomes sem utilização local pela população, mas francamente citados na literatura corrente (cf. Sick, 1997), não foram incluídos. (STRAUBE; KRUL; CARRANO, 2005, p. 5-6) (grifo nosso)

Alguns estudos localizados via internet demonstraram ainda a disseminação da denominação. Na Wikipédia⁹⁴, uma espécie de enciclopédia virtual construída coletivamente, a variante *urubu* remete a Família *cathartidae*: “O grupo inclui as aves designadas vulgarmente por urubus e condores. [...] Em algumas regiões do Brasil é chamado [o urubu] erroneamente de ‘corvo’” (CATHARTIDAE, 2006). A Família *Corvidae*, tanto no artigo dos ornitólogos quanto no verbete da Wikipédia, fica representada com a galha-azul e a gralha-amarela, não existindo a espécie negra conhecida na Europa.

Também Cascudo (2001, p. 711) revela a aproximação entre o corvo europeu e o urubu brasileiro:⁹⁵

Substituiu o corvo europeu nas fábulas importadas. É o compadre urubu das facécias e fábulas brasileiras. No adagiário é muito freqüente. No interior é crença que não se deve atirar em um corvo, sob pena de quebrar-se a espingarda e nunca se poder matá-lo. O fato de desfolharem-se todas as árvores em que os corvos fazem pouso, cremos que devido às suas secreções, é também apontado como consequência de sua maldição. O corvo, quando morre, diz o povo ainda, seca ao tempo e nem as formigas o comem.

Está claro, portanto, que a denominação *corvo* não pode ser, de maneira alguma, atribuída a qualquer erro de coleta ou mesmo à presença da Família *Corvidae* na região. No ponto nº 25, região central do Estado, o informante revela, inclusive, o mesmo nome recolhido pelos ornitólogos: “que [= porque] até nas mata memu tem dum mei branco, a asa branca, [...] e as costa dele é preto, é o mesmo tipo dos otros [...] esse nós tratava de **corvo branco**.” (AGUILERA, 1994, p. 122).

Além disso, e acima disso, sua produtividade no *corpus* não deixa dúvidas. Ambas as denominações ocorrem em praticamente todo o Paraná com exceção de cinco pontos no norte do Estado onde só ocorre *urubu* e de três pontos ao sul onde só ocorre *corvo*. A diferença que se estabelece entre as denominações está na ordem em que aparecem logo

⁹⁴ A inserção da Wikipédia neste ponto do trabalho justifica-se pelo fato de a considerarmos uma espécie de “voz do povo”, já que, muitas pessoas, especialistas ou não, criam verbetes para a mesma. Embora, por essa característica aberta, coletiva, alguns possam não a considerar uma fonte totalmente segura de dados, esperamos ter demonstrado, por meio da presença da denominação na enciclopédia, que ela é razoavelmente comum. Apenas com o objetivo de complementar a informação, os verbetes da Wikipédia podem ser editados por qualquer pessoa. Essas modificações ficam ao alcance do leitor comum, sendo possível, portanto, acessar um histórico, comparar versões e descobrir quem construiu o verbete e quando alguma informação foi adicionada. No caso da informação sobre o urubu ser chamado de corvo, o autor é José Reynaldo da Fonseca, não-especialista, morador de Avaré, São Paulo, Brasil, e a informação foi adicionada em 03 de maio de 2006.

⁹⁵ **Silveira Bueno** (1998) registra: “Urubu: le corbeau”, em “Contribuições das línguas indígenas ao português do Brasil”, quarta parte do Vocabulário Tupi-Guarani português (6. ed, p. 682)

após a pergunta, segundo Aguilera (1994, p. 122), “o registro da ocorrência na carta obedece à seqüência do enunciado ou o nome mais usado na localidade, iniciando-se pela informante A.” (grifo nosso) De qualquer forma, *corvo* é a primeira resposta em trinta e sete pontos (56%), enquanto *urubu* foi a primeira resposta em vinte e oito pontos (43%).

Do ponto de vista da dicionarização, tanto *corvo* quanto *urubu* estão registrados no **Aurélio** e no **Houaiss** segundo a acepção do informante paranaense. Ambos identificam *corvo* como imprópria. Para **Aurélio**, trata-se de um brasileirismo. Embora só identifique o urubu-de-cabeça-preta, ou *Coragyps atratus*, e uma outra ave, o “chupim”, no verbete para corvo, **Houaiss** registra ainda o corvo-branco (urubu-rei)⁹⁶ e o corvo-marinho (biguá) na nomenclatura. Traz ainda outras formas variantes para *urubu*, consideradas, *grosso modo*, como regionalismos do Brasil: *-comum, -de-cabeça-amarela, -de-cabeça-vermelha, -jereba, -ministro, -peba, -peru, -real, e urubutinga*, designação comum a várias espécies. Percebe-se também que *urubu* serve à designação de aves de espécies diferentes, como o “anambé-branco-de-rabo-preto (*Tityra cayana*)”. Provavelmente pela identificação física, as aves desconhecidas iam sendo denominadas conforme o conhecimento do usuário da língua. O mesmo raciocínio pode ser feito para a variante *corvo*.

No **Bluteau**, está registrado apenas *corvo* como “ave negra, de bico pontiagudo, devoradora de cadáveres, & de máo agouro”. **Morais Silva** registra: “ave carnívora de plumagem preta. [...] (*Corvus corax*)”, **Caldas Aulete** assinala o brasileirismo de *corvo* referente a *urubu*: “nome que por vêzes se dá erradamente ao urubu”. Em **Cunha**, registra-se datação do século XIII para *corvo* e de 1587 para *urubu*. Não há relação estabelecida entre elas.

Quanto à presença nos dicionários e obras de cunho regional, a variante *corvo* na acepção registrada no Paraná, não foi encontrada no **Léxico Rural** (Bahia e Sergipe) nem no **Atlas Lingüístico da Paraíba**, o que não quer dizer que não seja usada naqueles Estados, mas que não foram motivo de pesquisa para a elaboração dos atlas. Provavelmente porque o referente não demonstrou mesmo interesse do ponto de vista dialetal.

Encontramos *corvo* em **Imaguire**, que a registrou na Ilha de Santa Catarina, com trinta e cinco ocorrências, na acepção paranaense. A questão feita é a mesma do **ALPR** (AGUILERA, 1990/1994) e a variante *urubu* ocorreu trinta e seis vezes. No **vocabulário sul-rio-grandense**, o verbete *urubu* registra também, como sinônimo, *corvo* e mais três variantes: *urubu-de-cabeça-pelada, urubu-de-cabeça-encarnada e urubu-rei*. Heinrich Bunse (1969)

⁹⁶ **Nascentes** (1966) afirma acerca do *corvo-branco*: “Não é um *corvo*; o *corvo* é negro. É um urubu, por conseguinte pertence à família *carbonidae* e não à família *corvidae*.”

também registra *corvo* para denominação de urubu no Rio Grande do Sul, após pesquisar o Estado com um método de recolha indireto: o questionário.

No que denomina Questionário nº 1, Bunse (1969) inscreve *corvo* e *urubu* (aribu) e pede ao informante que sublinhe a palavra usada na localidade. De acordo com o autor, o questionário nº 1 forneceu informações valiosas, embora ressalte o fato de que todas as informações obtidas eram “provisórias, necessitando de complementação e confirmação.” (BUNSE, 1969, p. 20). Os dados recolhidos resultaram na seguinte carta sintética (BUNSE, 1969, p. 54, mapa nº 6).

Seguindo esses indícios, a designação *corvo* para *urubu* ocorreria apenas na região sul, no entanto, a destoar desse conjunto de dados, uma lista de “Nomes populares das aves do Brasil”,⁹⁷ de Pedro Scherer-Neto, conhecido ornitólogo brasileiro, designa as denominações “corvo-de-cabeça-vermelha”, “corvo” e “corvo-branco” como de ocorrência também no Estado de São Paulo, não estabelecendo, todavia, áreas que possam ser comparadas com as que já percebemos como de uso da variante. Dessa forma, não há como tentar distinguir uma extensão máxima para o uso da mesma.

⁹⁷ CENTRO DE ESTUDOS ORNITOLÓGICOS. Lista dos nomes populares das aves do Brasil. Disponível em: <<http://www.ib.usp.br/ceo/nomoptin.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2006.

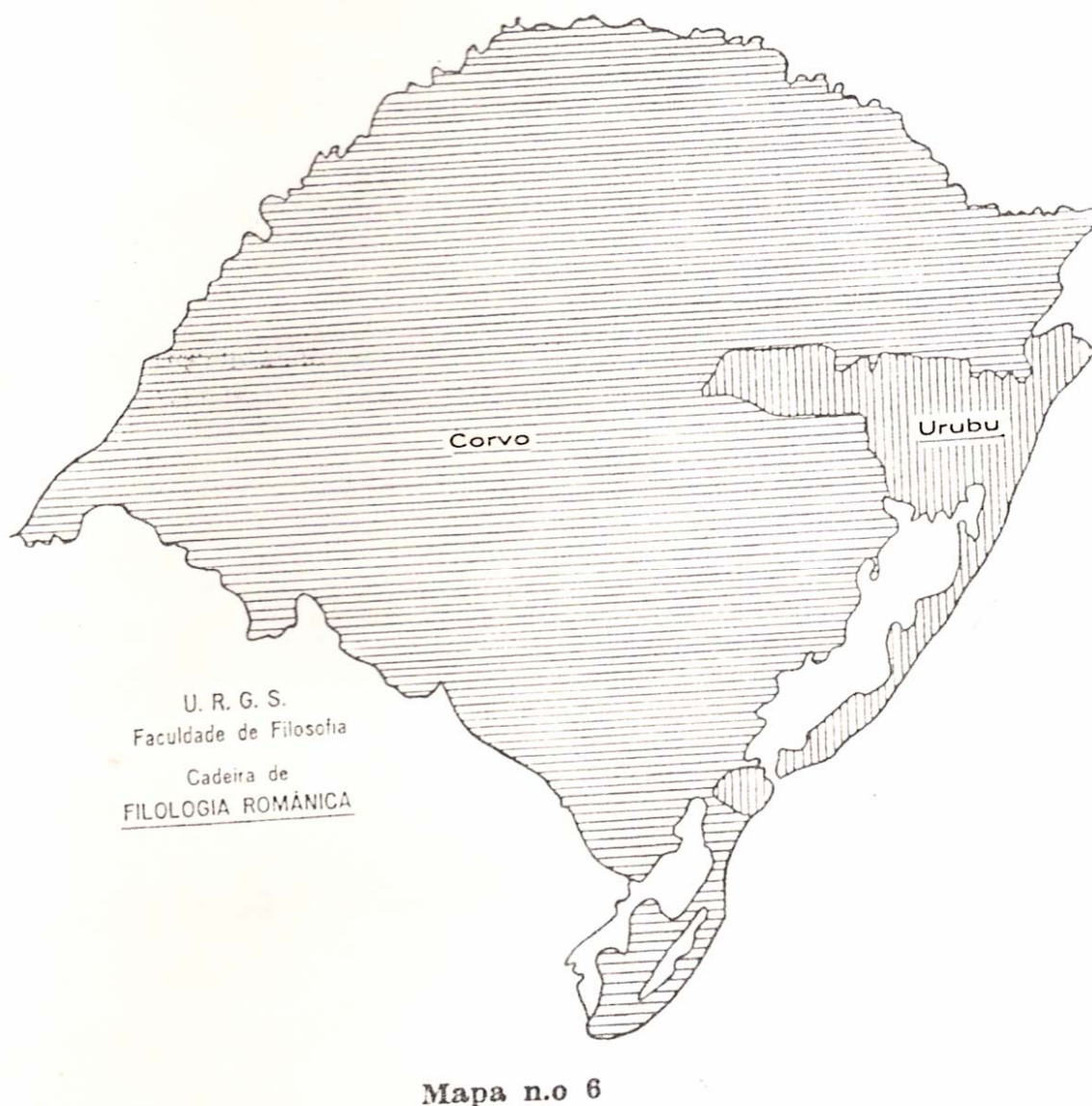


Figura 10 – Mapa sintético para urubu/corvo

Fonte: BUNSE (1969, p. 54)

Observa-se, portanto, que a denominação é razoavelmente antiga, uma vez que é do conhecimento de estudos de naturezas diversas. A presença majoritária no vocabulário ativo ⁹⁸ dos sulistas paranaenses, em contraste com a presença majoritária no vocabulário passivo dos paranaenses do Norte, gera indícios de uma difusão geograficamente

⁹⁸ Aquelas palavras que o falante normalmente não usa no cotidiano, mas cujo significado conhece. O vocabulário passivo seria, então, aquele que o usuário conhece, mas normalmente não usa, isto é, não é a sua primeira escolha ao expressar um conceito. Nos atlas lingüísticos, essas concepções norteiam a elaboração das cartas, uma vez que é a primeira resposta aquela a ser considerada no momento da sua construção. Podemos dizer que, até como demonstram as pesquisas realizadas para os atlas, o vocabulário ativo constitui uma norma e o vocabulário passivo as variantes.

estabelecida de baixo para cima, isto é, do Rio Grande do Sul – onde, inclusive, segundo Bunse (1969), é forma majoritária – para o norte, tendo chegado então até São Paulo, já que não temos registros, ainda que por ora, de uso acima deste Estado.

Quanto à forma de inserção, parece-nos que a hipótese mais provável seja a presença dos europeus espanhóis e/ou portugueses na região sul do Brasil, uma vez que, se fosse fruto do contato com outros idiomas, a variante teria outra forma. Em espanhol, a lexia *cuervo* aproxima-se de *corvo* e pode ser, senão a fonte da denominação europeizada, hipótese que nos parece mais provável, um reforço para ela. O **Dicionário da Real Academia Espanhola** (1998) informa que *cuervo* é usado também no Uruguai para designar uma espécie de abutre, ave

rapaz de cerca de dos metros de envergadura, com el cuello desnudo, rodeado de um collar de plumas largas, estrechas y flexibles, cuerpo leonado, remeras oscuras y uma faja blanca a través de cada ala. Se alimenta de carne muerta y vive em bandadas.

A influência da língua espanhola no Rio Grande do Sul tem sido já atestada e este pode ser mais um indício de sua influência. Outro indício é a concentração de *corvo* na área central do Rio Grande do Sul em oposição com a área litorânea, na qual ocorre *urubu*. Esta última região foi colonizada principalmente por portugueses açorianos no século XVIII.

A preocupação de ocupá-la [a faixa litorânea], justamente uma área – a do Sul – constantemente ameaçada pelas penetrações espanholas, fez com que o governo português estimulasse a emigração de moradores dos Açores para o Brasil. (DIÉGUES JÚNIOR, 1960, p. 307)

Os açorianos também povoaram também o litoral catarinense e aí há a ocorrência de *corvo* juntamente com *urubu*. O que não se sabe, porém, porque não há ainda dados lexicais com os quais se possa discutir a questão, é como se comporta a variante no restante do Estado.

O que torna o problema intrigante e, de fato, ratifica a tese da influência espanhola, é o fato de os portugueses terem se adaptado razoavelmente fácil aos hábitos culturais brasileiros, como demonstra o capítulo em que tratamos da história da região, o próprio uso disseminado em todo o país de *urubu* e está atestado na citação abaixo:

Fechemos este artigo notando que ‘paranguara’, como os de serracima chamam os moradores de Paranaguá, é palavra guarani, composta de dois termos já nossos conhecidos: ‘paraná’, e ‘guára-guarguá’ morador, o que é ou vem de algum lugar, procedente, oriundo. ‘Paranguara’ é, pois ‘paranan-

guara', o natural do 'Paranan', mas do 'paranan' lá de baixo, o praieiro, de ao pé do mar, como 'caiuá-caiguá' é o matuto, o selvagem, e 'nhunguara' é o campeiro, o camponês, o dos Campos Gerais, o geralista, como dizem os Goianos e aqui os Mineiros (SOARES, 1942, p.)

Por que, neste caso, os portugueses prefeririam uma variante européia para uma ave que só foi conhecida quando eles chegaram ao continente? Talvez esteja aí a influência do espanhol, mais forte no sul do país.

8) Carta nº 51 – questão nº 105

Gavião (variedades de)

Como se chama aquele passarinho que come pintinhos?

Esta carta geolingüística apresenta a variação relativa a espécies de GAVIÃO. Como afirma Aguilera (1994, p. 124),

a pergunta no questionário original buscava apenas o nome 'do passarinho que come pintinhos'. No decorrer da coleta de dados, porém, foram surgindo nomes interessantes para as várias espécies de gavião, o que sugeriu uma complementação à questão inicial. Passou-se então, depois da primeira resposta do informante, a indagar sobre outros nomes para o gavião levando-se em conta o tamanho, a cor das penas, o tipo de alimentação, a voz, e/ou sua função no ecossistema local.

Não houve, todavia, mudanças na questão inicial. O mapa registra nove variantes, como sempre, em ordem descendente de ocorrências. O quadro a seguir visa a reunir diversas informações importantes para a análise da carta. As variantes estão organizadas segundo sua ordem no mapa, seguem-lhes: i) a produtividade no *corpus*; ii) a origem da lexia; iii) outra forma de dicionarização e nomes científicos nos dicionários gerais consultados; iv) registros em trabalhos ornitológicos.

As fontes para este estudo são as seguintes: **Houaiss, Aurélio e Cunha**, o artigo **Coletânea da Avifauna do Sul Paranaense**, de Straube, Krul e Carrano (2005), identificado como **CASPR**, e a **Lista de Nomes Populares das Aves do Brasil**, do Centro de Estudos Ornitológicos, ligado ao Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, identificada como **CEO**. Ambas já foram utilizadas no estudo da carta nº 50, para a denominação de AVE PRETA QUE COME CARNIÇA (*urubu* e *corvo*). Consultamos a primeira lista em busca de confirmação para os dados do **ALPR** (AGUILERA, 1990/1994) e a segunda para complementar informações. Na prática, a listagem do **CASPR** contribuiu de

maneira mais decisiva na indicação das aves como sendo nativas do Estado e a lista do **CEO** contribuiu na observação do uso popular das denominações.

A elaboração do quadro, em primeira mão, demonstrou a dificuldade de se pesquisar a variação lingüística lexical no que se refere a animais (e devemos acrescentar, plantas), uma vez que, como o demonstram os próprios dados retirados das listas de ornitologia, nem sempre o referente é o mesmo para todos os informantes, visto que uma denominação é usada para animais diversos, neste caso, para gaviões de espécies diferentes.

Variante	Oco	Origem e datação (1) Aurélio/ (2) Houaiss (3) Cunha	Outra dicion.	Espécies, nomes populares paranaenses e de outras regiões
carancho	31 47 %	(1) Tupi (2) orig.contrv.; Silveira Bueno vê palavra híbrida, “formada do tupi <i>cará</i> 'gavião' e suf. port. <i>ancho</i> 'grande'"; JM e Nasc. retiram do tupi <i>ka'rãi</i> 'arranhar, dilacerar com as unhas' e lembram que se trata de uma ave de rapina. (3) Não está dicionarizado	Polyborus plancus brasiliensis (Aurélio) <i>Caracara plancus</i> (Houaiss)	CASPR <i>Caracará plancus</i> CEO Denomina caracará SP: carancho e chimango PE: gavião-caracará Marajó: caracarai
pinhé	19 29%	Onomatopéia – SP (2) segundo Nascentes, prov. voc. onom. do grito deste gavião. (3) Não está dicionarizado	Gavião-pinhé Gavião-carrapateiro <i>Milvago chimachima</i> (Aurélio) (Houaiss)	CASPR <i>Milvago chimachima</i> Outro nome popular: gavião-carrapateiro CEO Denomina carrapateiro SP: pinhé, caracará e caracará-branco RS: Chimango-branco e caracará-branco PE: gavião-carrapateiro AM: caracarai
caracará	12 18%	Do tupi carancho (2) tupi <i>karaka'ra</i> 'ave falconiforme da fam. dos falconídeos'; cp. <i>Carcará</i> . (3) 'ave da família dos falconídeos' / 1587, <i>carcará</i> 1610 etc.	O mesmo que carancho. Polyborus plancus brasiliensis (Aurélio) <i>Caracara plancus</i> (Houaiss)	CASPR Denomina carancho CEO <i>Caracara plancus</i> OBS.: sem localização regional.
penacho	15 23%	Sem acepção	Gavião-de-penacho <i>Morphnus guianensis</i> (Aurélio) <i>Spizaetus ornatus</i> Também é usado para identificar o	CASPR <i>Spizaetus ornatus</i> Não traz nome popular CEO <i>Spizaetus ornatus</i> Denomina gavião-de-penacho SP: apacanim e nhapacanim branco

			“pega-macaco”: <i>Spizaetus tyrannus</i> (Houaiss)	
pombo	8 12%	Sem acepção	Gavião-pombo(a) <i>acipitrídeos</i> do gênero <i>Leucopternis</i> especialmente <i>L. polionota</i> e <i>L. lacermulata</i> , <i>Circus cinereus</i> , <i>Ictinia plúmbea</i> (Aurélio) <i>Ictinia plúmbea</i> (Houaiss)	CASPR <i>Eleanus leucurus</i> e <i>Ictinia plumbea</i> CEO <i>Eleanus</i> : peneira (PE: gavião-peneira) <i>Ictinia</i> : sovi (SP)
quiriquiri	8 12%	(1) Onomatopéia (2) orig.onom.; ocorre tb. sob a f. <i>queruqueru</i> (3) não dicionarizado	Gavião-quiriquiri <i>Chercheis sparverius eidos</i> (Aurélio)) <i>Falco sparverius</i> (Houaiss)	CASPR <i>Falco sparverius</i> Denomina Gaviãozinho CEO Denomina quiriquiri PE: gavião-quiri-quiri NE: gavião-rapina
macaco	4 6%	Sem acepção	Gavião-pega-macaco <i>Spizaetus tyrannus</i> (Aurélio) (Houaiss)	CASPR <i>Spizaetus tyrannus</i> Não apresenta nome popular CEO Denomina gavião-pega-macaco RJ: papa-macaco SP: nhapacanim preto e apacanim AM: cutiú-preto OBS: ocorre gavião-de-penacho, como outro nome da espécie, em obra ⁹⁹ que trata de aves do Brasil.
caburé	4 6%	Sem acepção (1) Tupi (2) tupi <i>kawu're</i> 'ave falconiforme, ave noturna da família dos falconídeos. (3) 'ave falconiforme' 1587.	Gavião-caburé <i>Micrastur ruficollis</i> (Aurélio) (Houaiss)	CASPR <i>Micrastur ruficollis</i> Não traz nome popular CEO <i>Micrastur ruficollis</i> Denomina gavião-caburé SP: gavião-caburé e gavião-mateiro PE: falcão-caburé
das almas	4 6%	Não dicionarizado	Não dicionarizado	Denominação não registrada

Quadro 26 – Discriminação das espécies na carta nº 51

Fontes AURÉLIO (1999); HOUAISS (2001); STRAUBE; KRUL; CARRANO – CASPR (2005); CENTRO DE ESTUDOS ORNITOLÓGICOS – CEO (2006)

⁹⁹ De acordo com a bibliografia da listagem do CEO: VIEIRA, C.O.C. Nomes vulgares das aves do Brasil. **Rev. Mus. Paul.**, n., 20, p. 437-490, 1936.

Um problema complementar é que a descrição dada pelo informante pode não ser suficiente para determinar com exatidão e espécie sobre a qual está se discutindo. É certo que os informantes sabem que são espécies diferentes, uma vez que afirmam tratar-se de gaviões maiores ou menores, de cor mais clara ou mais escura, mas, como já afirmamos, na grande maioria das vezes, essas descrições não são suficientes para estabelecer com precisão a espécie. Outra prova é o fato de a listagem do **CEO** trazer várias outras denominações regionais para o mesmo animal, embora escolham uma delas como nome geral.

Observa-se essa dificuldade na análise das informações constantes das notas do **ALPR** (AGUILERA, 1994, p. 124). Em síntese, os informantes dividem tais aves principalmente pelo tamanho e pela forma de alimentação, ou seja, aspectos do comportamento animal mais fáceis de observar na natureza. A maior parte dos informantes afirmou que os maiores são o *caracará*, o *penacho* e o *carancho*. Os menores seriam o *quiriquiri*, o *gaviãozinho*, o *caburé*, o *das almas*, o *galinha*, o *pedra* e o *carijozinho* (que não foram cartografados devido à pequena produtividade no *corpus*). O *gavião-pombo(o)* é maior que o *quiriquiri*.

Os informantes dividem ainda os gaviões que comem parasitas no gado daqueles que matam pintos ou animais maiores, por exemplo. No primeiro grupo, estariam o *quiriquiri*, o *pinhé* (ou *cara-pinhé*), o *gaviãozinho*, e ainda o *carancho* e o *penacho*, embora estes dois também cacem animais maiores. Como se vê, outras denominações ocorrem além daquelas cartografadas: além das já citadas, foram registradas *Nhapacamim* (ponto nº 27), *Nhapacaré* (ponto nº 45) e *taguato* (ponto nº 27), esta última dada como uma variante guarani, que, porém, não foi encontrada em Bueno (1998), nem em Sampaio (1928) e não está registrada nos dicionários gerais consultados.

Em comparação com os dados obtidos nos trabalhos de ornitologia, nota-se que quase todas as denominações inscritas no **ALPR** (AGUILERA, 1990/1994) já foram anotadas, a não ser a que se refere ao *gavião-das-almas* (três ocorrências). A lista **CASPR**, entretanto, não traz a denominação popular de várias espécimes avistados por seus autores no Sul do Paraná. Entre eles, a do *gavião-de-penacho*, que só foi localizado na comparação com a listagem do **CEO** como o *Spizaetus ornatus*. Também o *gavião-pega-macaco*, ou *macaco* (**ALPR**), e o *caburé* não apresentaram nomes populares na **CASPR**, que foram determinados por comparação entre as listas.

A listagem da **CASPR** registra mais quinze espécimes paranaenses sem indicar-lhes nomes populares.¹⁰⁰ Além disso, anota duas denominações populares que não estavam registradas no *corpus* do **ALPR** (AGUILERA, 1990/1994): *gavião-tesoureiro* (ou *tesoura*) e *gavião-fumaça*. Uma das denominações, *gavião pega-pinto*, aproxima-se de *papa-pintinho*, registrada no *corpus* do **ALPR**. Algumas das denominações não-cartografadas¹⁰¹ estão registradas na listagem do **CEO**, que se refere às aves do Brasil, mas não relacionadas diretamente ao Paraná.

Quanto à produtividade, *carancho* é a que mais ocorre seguida de *pinhé*. As outras denominações apresentam menos de 50% em relação à produtividade da primeira. A busca pelas variantes em dicionários regionais começa pelo **Léxico Rural**, glossário do A.P. Falares Baianos e A.L. de Sergipe no qual não encontramos nenhuma das formas cartografadas. Entretanto, não nos esqueçamos de que “carcará” é tema de música regional nordestina,¹⁰² o que equivale a dizer que é conhecida nessa região.¹⁰³ Além disso, não há questões referentes ao gavião e suas denominações nesses Atlas, portanto, não há como discutir com certeza o uso. Também não foram encontradas no **Atlas da Paraíba**.

O **Dicionário sul-rio-grandense** registra *cará-cará* (do guarani), a partir de três autores: R. Corrêa, R. Callage e Moraes. Todos afirmam ser o mesmo que *carancho*, ave de rapina, da espécie *Polyborus Tharus* (Moraes). Registra também a variante *carancho*, que R. Corrêa e Callage remetem ao mesmo *cará-cará*. Para o primeiro dicionarista é “vocábulo hispano-americano usado no Rio da Prata”. Moraes associa-o ao *Polyburos Noll*. Já caburé está registrado, mas como “pessoa trigueira tirando a caboclo”, segundo B. Rohan. De fato, essa é uma das acepções encontradas no **Aurélio**. *Quri-quiri* é “ave de rapina, semelhante ao *carancho* e *chimango*”. Moraes afirma ser o *Tinnuculus ginnamoni*. As outras variantes não foram registradas. Observou-se ainda outra dificuldade em relação ao estabelecimento das

¹⁰⁰ As dificuldades e cuidados relativos à recolha de nomes populares pelos ornitólogos estão registrados no site “Nomes Populares das aves Brasileiras”, disponível em: <<http://www.ib.usp.br/ceo/nomespop.htm>>. Acesso em 30 de jul. de 2006. Vários dos critérios de confiabilidade se parecem com o que os dialetólogos imprimem às suas recolhas.

¹⁰¹ Denominações registradas nas notas do ALPR (AGUILERA, 1994), como *pedra* (ponto nº 12), *gaviãozinho* (ponto nº 14), *capoeireiro* (ponto nº 20), *gavião-galinha* (ponto nº 30), *gavião-branco* (ponto nº 31) e *carijozinho* (ponto nº 47) não foram cartografadas por causa do pequeno número de ocorrências.

¹⁰² João de Vale e José Cândido. Interpretada, entre outros, por Maria Bethânia e por Nara Leão.

¹⁰³ Além dessa referência com base na cultura popular, há ainda a menção de Gabriel Soares de Souza em Tratado descritivo do Brasil, registrada no pequeno artigo “Aves da Bahia”, na Revista de Cultura Brasileira “Jangada Brasil”. Disponível em: <<http://www.jangadabrasil.com.br/revista/novembro96/al96011a.asp>>. Acesso em: 06 de nov. de 2006.

“**Caracará:** são uns pássaros tamanhos como gaviões, têm as costas pretas, as asas pintadas de branco e o rabo, o bico revoltado para baixo, os quais se mantêm de carrapatos, que trazem as alimárias, e de lagartixas que tomam; e quando as levam no bico vão após eles uns passarinhos, que chamam suiriri, para que as larguem; e vão-nos picando até que, de perseguidos, se põem no chão, com a lagartixa debaixo dos pés, para a defender.”

variantes em relação ao referente apropriado: a mudança de nomes científicos que ocorre sempre que há um dado novo.

O **Dicionário Sociolingüístico Paranaense**, de Filipak (2002), registra *caburé*, *caracará/carcará/caracachá*, *carancho*, *carapinhé/ pinhé*, *penacho*, *pombo*, *quiriquiri*, não indica a acepção de gavião para *carijó*, não registra *macaco*, nem *das almas*, mas registra *gavião-caboclo* (o mesmo que *penacho*). Suas fontes são a literatura paranaense e o Atlas Lingüístico do Paraná – **ALPR** (AGUILERA, 1990/1994).

Ainda que não sejam objetos de análise, observamos, no mapa nº 54, a variante *carijó*, referente à GALINHA CARIJÓ, e *nacaré*, no mapa nº 55, referente à GALINHA ARREPIADA. A primeira foi enunciada para gavião no diminutivo: *carijozinho*, e a segunda chama a atenção pela proximidade da massa fônica de *nhapacaré* (e daí para *nhapacamim*). Apenas *carijó* (diz-se do galo ou da galinha de penas salpicadas de branco e preto; pedrês) está dicionarizada no **Aurélio** e no **Houaiss** (não está registrada no **Cunha**), como de origem tupi, sendo usada, muito provavelmente, por causa da cor das penas do gavião.

Em artigo analisado no capítulo em que tratamos dos trabalhos sobre o vocabulário rural paranaense, Aguilera (2002) relaciona *nhapacamim* com *japacanim*, por meio da massa fônica e de modificações fonéticas regulares na língua. Para *nhapacaré*, entretanto, confirma a falta de registro nos dicionários pesquisados e relaciona a construção com a variante *caburé*: “a terminação – *caré* pode ter sido acrescida à forma *nhapa* por associação fônica.” (AGUILERA, 2002, p. 32).

Outro dado que nos chama a atenção na primeira carta da série organizada para a variação lexical sobre as espécies de galinha é a anotação da mesma dificuldade já descrita para a recolha de dados sobre as espécies de gavião.

Nas primeiras entrevistas, para a coleta de dados sobre as raças ou variedades de galinha [...] deixou-se que as relacionassem espontaneamente. O desenvolvimento da pesquisa, no entanto, demonstrou que, neste campo semântico, havia itens lexicais interessantes do ponto de vista etnogeolingüístico que deveriam ser buscados através da estimulação de respostas. [...] Para a elaboração das cartas, adotou-se o seguinte critério: uma carta para cada variedade, com ocorrências mais numerosas, se suas variantes lexicais. (AGUILERA, 1994, p. 130)

O mais interessante é que apesar de sofrer das mesmas restrições, as respostas das questões sobre as espécies de galinha produziram muito mais cartas lexicais,

demonstrando a produtividade do campo semântico, provavelmente, em virtude da proximidade com o referente. São seis cartas, da nº 54 até a nº 59, que tratam de “qualidades” de galinha, como dizem os informantes: GALINHA CARIJÓ (seis variantes), ARREPIADA (cinco variantes), DE PESCOÇO PELADO (sete variantes), DE PENAS NOS PÉS (dez variantes), DE PERNAS CURTAS (cinco variantes), SEM RABO (seis variantes).

Parece-nos, portanto, que para o estabelecimento da variação lingüística de nomes populares de espécies animais ou vegetais, a Dialectologia e o método geolingüístico teriam contribuições maiores a dar se, estabelecendo *a priori* esse objetivo, desenvolvessem procedimentos para garantir fidedignidade à relação referente/variante, como o uso de fotos, por exemplo. Se esse não for um objetivo, a própria relação de denominações já traz argumentos para o estudo da criação lexical no vocabulário rural.

9) Carta nº 65 – Questão nº 170

Dentes molares (designações para)

Como se chamam estes dentes que estão depois dos caninos? (Apontar)

A carta de nº 65 apresenta a variação lexical para DENTES MOLARES. São cinco variantes apresentadas, como em todos os mapas, por ordem decrescente de produtividade: *queixal*, *chato*, *pilão* e *do fundo*. As tabelas a seguir apresentam o número de ocorrências de cada uma das lexias e a presença nos dicionários gerais consultados nesta tese.

Variantes	Prod.	Aurélio	Houaiss
queixal	34 – 54%	1. Do, ou pertencente ou relativo ao queixo. 2. Dente molar.	1. relativo ou pertencente a queixo. 2. (1720) diz-se de ou dente molar
chato	27 – 41%	Acepção não-dicionarizada	Acepção não-dicionarizada
pilão	6 – 9%	Acepção não-dicionarizada	Acepção não-dicionarizada
(dente) do fundo	5 – 7%	Acepção não-dicionarizada	Acepção não-dicionarizada

Quadro 27 – Relação de variantes da carta nº 65 com produtividade e dicionarização

Fonte: ALPR (AGUILERA, 1990/1994); FERREIRA (1999) e HOUAISS (2001)

Variantes	Bluteau	Cunha
queixal	QUEIXAL. Dente queixal. DENTE. Dentes queyxaes, ou molares, quatro por cima, & quatro por baxo, de cada banda	Não-dicionarizada
chato	Acepção não-dicionarizada	Acepção não-dicionarizada
pilão	Acepção não-dicionarizada	Acepção não-dicionarizada
[do]fundo	Acepção não-dicionarizada	Acepção não-dicionarizada

Quadro 28 – Relação de variantes da carta nº 65 com produtividade e dicionarização

Fonte: ALPR (AGUILERA, 1990/1994), FERREIRA (1999) e HOUAISS (2001)

A análise dos quadros permite observar que a variante mais produtiva é também, ao que parece, a mais antiga. É a única registrada no **Bluteau, Morais Silva, Caldas Aulete** e mesmo nos dicionários gerais. As outras designações, formadas por composição, associam à lexia *dente* um adjetivo, um substantivo em função adjetiva e uma locução adjetiva. Tais formações são transparentes, uma vez que se conheça o sentido das lexias que as determinam. O único caso em que isso pode não acontecer é o de *pilão*,¹⁰⁴ já que essa lexia se refere a um instrumento, muito provavelmente, pelo menos nos dias atuais, usado apenas na zona rural.

O **Dicionário Etimológico**, de A.G. Cunha não registra as acepções encontradas no **ALPR** (AGUILERA, 1990/1994). Talvez a ausência das lexias compostas possa ser compreendida, se pensarmos que são formações secundárias, ou, assim como *queixal*, poderiam estar relacionadas a um uso mais restrito.

Em relação às obras regionais, percebemos que nenhuma das variantes foi registrada no **Dicionário Sul-rio-grandense**. No trabalho de **Imaguire** sobre a Ilha de Santa Catarina, no entanto, ocorrem *queixali* (5), *quexau* (37), *quexais* (12) *quexás* (4), como variantes fonéticas de *queixal*.¹⁰⁵ Não tivemos contato, ou conhecemos, outra obra com a qual possamos comparar os resultados de **Imaguire** e assim traçar uma área de uso que exclua o Rio Grande do Sul. O **Dicionário Sociolingüístico Paranaense**, mesmo tendo seu autor tomado o **ALPR** (AGUILERA, 1990/1994) como fonte dos dados, não traz também as variantes. Nas duas obras que nos trazem indícios sobre o Nordeste brasileiro, o **Atlas**

¹⁰⁴ De acordo com o **Aurélio**: Mão de almofariz (recipiente de pedra, metal, etc., em que se trituram e homogeneizam substâncias sólidas; pilão, gral, moiteiro). 2. Maço dos moinhos onde se pisa o papel, a casca de carvalho, a massa da pólvora, etc. 3. Designação comum a diversos instrumentos que servem para bater, triturar, calcar.

¹⁰⁵ Pergunta 2.1.14: como se chamam estes dentes que estão depois dos caninos? (apontando para os meus dentes molares).

Linguístico da Paraíba e o **Léxico Rural**, com o léxico recolhido nos Estados da Bahia e de Sergipe, não há registro dessas variantes. No entanto, como não há cartas para DENTES MOLARES em nenhum desses atlas, não se pode afirmar com certeza que tais lexias não sejam usadas na área. No **Dialeto Caipira** também não estão registradas variantes para esse referente.

10) Carta nº 66 – Questão nº 170

Dente do siso

Como se chama o dente que nasce por último, quando a gente já está bem grandão?

A carta geolingüística nº 66 representa a variação para a noção de DENTE DO SISO em resposta à questão anotada acima. As cinco variantes representadas no mapa são: *dente do siso*, *do juízo*, *de leite*, *queiro* e “*curnio*”. Todas estão dicionarizadas no **Aurélio** e no **Houaiss**.

		Aurélio	Houaiss
Dente do siso	42 – 64%	O último dos dentes molares, que rompe ger. entre os 17 e os 21 anos de idade. [Tb. se diz apenas siso; sin. (bras.): dente queiro, dente queixeiro, dente do juízo.]	Cada um dos terceiros dentes molares que surgem ger. entre os 17 e os 21 anos de idade; dente do juízo. Obs.: tb. se diz apenas ² <i>siso</i> .
Dente do juízo	30 – 46%	Dente do juízo. Bras. 1.V. dente de siso.	m.q. <i>dente de siso</i>
Dente de leite	6 – 9%	Cada um dos dentes da primeira dentição. [Cf. dente-de-leite]	Um dos que surgem entre seis e 30 meses de idade, em número de 20, e que começam a ser substituídos pelos dentes permanentes por volta dos seis anos de idade.
Dente queiro	3 – 4%	Dente queiro. Bras. N.E. V. dente de siso. QUEIRO: [Talvez de queixeiro, com síncope.] Adj. 1. ~ V. dente -	Regionalismo: Nordeste do Brasil. m.q. <i>dente de siso</i>
“curnio”	2 – 3%	Não-dicionarizado	Não-dicionarizado

Quadro 29 – Variantes da carta nº 66 e registro no Aurélio e no Houaiss

Fontes: ALPR (AGUILERA, 1990/1994), FERREIRA (1999) e HOUAISS (2001)

A variante mais produtiva é *dente do siso*, com 64% de ocorrências. Ocupa boa parte do Estado, rareando um pouco na região noroeste, sendo bastante mais produtiva na região sudoeste. Está registrado nos dicionários gerais e no **Bluteau**, o que revela um uso antigo na língua. *Dente do juízo*, a segunda variante em produtividade, não está listada na

macroestrutura do **Bluteau**, apenas no verbete de dente do siso: “[...] Dez molares os quaes têm muytas raízes; aos dous últimos chamão dentes da sabedoria, ou do siso, ou [...] dentes do entendimento, porque nacam aos trinta anos, que **he o tempo da madureza do juízo**. (grifo nosso). Também não ocorre no **Morais Silva** nem no **Caldas Aulete**.

De todas as variantes, a única que não tem acepção dicionarizada é *dente de leite*. Embora não seja uma denominação difundida, as informações dos informantes apresentam certa coerência:

01 (inf. B): ‘é o **leite**, e o **último**’. Na repergunta: ‘intão **dente de leite**, né [...] **dente do juízo**’.

09 (inf. B): ‘é **dente de leite**, né’. A seguir observou: ‘tem o **de leite** e tem **de leite**’.

21 (inf. B): ‘isso tudo é de **leite**, **dente do juízo**’

22 (inf. A): Inicialmente registrou: ‘**de leite**’. Reperguntando-se, observou: ‘mai aqueles que nasce por último a nossa turma falava que é o último **dente de leite**, né, mai num pode sê, né.’ No teste de identificação declarou nunca ter ouvido falar em dente do juízo ou do siso, apenas: ‘no meu tempo era **dente de leite**’.

23 (inf. B): ‘é o **dente de leite** qu(e) eles fala, né’.

35 (inf. B) : ‘os **dente do leite**’.

(AGUILERA, 1990/1994, p. 154)

Observa-se que, apesar de não ter uma produtividade tão expressiva, fica 50% acima de dente *queiro* e de “*curnio*”. Três dos informantes que declararam *dente de leite* deixaram claro que conheciam a denominação para o referente. No ponto um, o informante declara “é o **leite**, e o **último**”; no ponto nove : “isso tudo é de **leite**, **dente do juízo**”; no ponto vinte e dois: “mai aqueles que nasce por último a nossa turma falava que é o último **dente de leite**, né, mai num pode sê, né”. (AGUILERA, 1990/1994, p. 154 – grifo da autora, sublinhado nosso).

Essa última asserção é fechada mais tarde com uma confirmação: “no teste de identificação declarou nunca ter ouvido falar em dente do juízo ou do siso, apenas: ‘no meu tempo era **dente de leite**’.” A negação, “mai num pode sê, né.”, registrada por Aguilera (1990/1994), provavelmente, foi enunciada em virtude muito mais da insegurança lingüística que atinge o informante na situação de entrevista, apesar de todos os cuidados que o entrevistador experiente toma para construir uma interação nivelada. Outro indício de que a variante *dente de leite* realmente pode designar o DENTE DO SISO, neste contexto, é o fato de ela ocupar uma área determinada, sempre mais ao norte do Paraná, com apenas um ponto de ocorrência no litoral (ponto nº 65), onde o informante declarou: “**dente de leite** é”, para

depois, “na repregunta: ‘**dente de siso**, né [...] e tem o **quexal** que é o **dente do siso**, né.”(AGUILERA, 1994, p. 154) (grifo da autora)

A variante *queiro*, segundo os dicionários gerais consultados nesta tese, é um brasileirismo da região nordeste. Não está dicionarizada no **Bluteau**, que registra no verbete “dente”:

[...] Dez molares os quaes têm muytas raízes; aos dous últimos chamão dentes da sabedoria, ou do siso, ou [...] dentes do entendimento, porque nacam aos trinta anos, que he o tempo da madureza do juízo. [...] Dentes cabeiros, a que vulgarmente chamão *Dentes do Siso*. Vid. Siso.

Mas já ocorre no **Morais Silva**, como brasileirismo, assim como no **Caldas Aulete**, que especifica a região nordeste como de origem da forma. O primeiro anota ainda que *queiro* é um adjetivo antigo, com origem na lexia *queixeiro* ou “o mesmo que *cãiro*”. A busca no **Dicionário Etimológico**, de A.G.Cunha, não trouxe resultados, mas no **Dicionário Resumido**, de Antenor Nascentes, registra-se *queiro*, “talvez como forma sincopada de *queixeiro*”, remetendo o consulente ao **Morais Silva**. Naturalmente, consultamos o **Léxico Rural**, de Cardoso e Ferreira, onde encontramos *dente queiro* e *queiro* como variantes para DENTE DO SISO. Entretanto, no **Atlas Lingüístico da Paraíba**, os resultados para esse referente não foram cartografadas (questão nº 101. Dente do siso: o último dente que nasce.). Também não está registrado no **Dialeto Caipira**, assim como nenhuma outra variante desta carta, o que nos faz pensar se a forma realmente não ocorre ou se o referente não foi matéria de interesse para o autor.

A última variante, ‘*curnio*’, não está dicionarizada no **Aurélio** nem no **Hoauiss**, nem em outro dicionário consultado. De fato, a professora Vanderci Aguilera, autora do **ALPR** (1990/1994), também não encontrou registro algum da variante na forma em que ela é pronunciada pelos informantes do atlas. Com base em fenômenos fonéticos naturais da língua, chegou à forma *colmilho*, oriunda do espanhol *colmillo*, dente canino. Tal variante é encontrada quatorze vezes em **Imaguirre** na forma *currumilhu* / *currumiu*. O **Dicionário Sociolingüístico**, de Filipak, registra *dente queiro*, *dente de siso* e *curnio* na macroestrutura e *dente do juízo* na micro. A fonte é o **ALPR** (AGUILERA, 1990/1994).

11) Carta nº 83 – Questão nº 294

Vagem

Os grãos de feijão ficam dentro do quê?

A carta que registra a variação de VAGEM traz duas variantes apenas: *vagem* e *bainha*. As duas são formas antigas na língua. Estão presentes no **Aurélio**, no **Houaiss** bem como no **Dicionário Etimológico** de A. G. Cunha.

		Aurélio	Houaiss	Cunha
Vagem	47 72%	1. Bot. Legume (1). “Bot. Fruto seco, que se abre por duas fendas, característico das leguminosas e constituído de um só carpelo; vagem.” 2. Feijão verde. [Var., nessas acepç.: bagem.]	Rubrica: angiospermas. fruto do feijoeiro, muito us. na alimentação humana e como forragem; fava, feijão, legume 2 Rubrica: morfologia botânica. m.q. <i>legume</i> ('fruto')	‘fruto seco, que se abre por duas fendas, característico das leguminosas’ 1813.
bainha	25 38%	Acepção não-dicionarizada	Acepção não-dicionarizada	‘estojo de espada’ ‘tudo o que tem a forma de dobra’ / XIV, <i>baynha</i> XIII, <i>beyna</i> XIV, <i>veyna</i> XV

Quadro 30 – Dicionarização e ocorrências das variantes da carta nº 83

Fontes ALPR (AGUILERA, 1990/1994), FERREIRA (1999), HOUAISS (2001) e CUNHA (1986)

Note-se, no entanto, que se tomarmos os traços que estruturam a questão feita pela autora do **ALPR** (AGUILERA, 1990/1994), observamos que ela está centrada nos seguintes: [grão/semente], [dentro/interioridade] e [feijão/legume]. Os informantes, segundo as notas do **ALPR** (AGUILERA, 1994, p. 188), respondem, inclusive, em muitos casos, reforçando a idéia de interioridade para os grãos do feijão e de “invólucro” para a VAGEM: “fica dentro da :: é da **caxinha** né, do feijão, da **bage** né”. Isso fica perceptível também na lexia usada: “caxinha”, e em outra usada pelos informantes, mas não cartografada, provavelmente por não ter sido considerada quantitativamente relevante: *casca*.

Nos dicionários gerais consultados, todavia, *vagem* não possui essa acepção, nem mesmo *bainha*, sendo tomadas como o próprio legume, o feijão. Aos informantes pareceu muito clara o sentido de “capa” ou “caixa” que envolve as sementes e que não consta dos dicionários consultados. No caso de *vagem*, observamos, com base no **Dicionário Etimológico** de A.G.Cunha, a dicionarização da acepção de fruto a partir do século XIX, no Dicionário de **Morais Silva**, 2º edição, ou seja, a de 1813.¹⁰⁶ Mas, **Bluteau** registra

¹⁰⁶ Para efeito de informação, o Dicionário Eletrônico Houaiss de Língua Portuguesa, que está sendo utilizado nesta tese, recua a datação da variante para o século XV: “A. G. Cunha. Índice do Vocabulário do Português Medieval. Fundação Casa de Rui Barbosa. Vol. 1 [A] Rio de Janeiro, 1986. – Vol. 2 [B-C] 1988. – Vol. 3 [D] 1994 -- suplemento [A-C] (in Confluência Revista do Instituto de Língua Portuguesa e do Liceu Literário

*vagem*¹⁰⁷ sendo usada antes do século XIX com o sentido registrado pelos informantes do **ALPR** (AGUILERA, 1990/1994):

VAGEM. A **bainha dos legumes**, ervilhas **feijoens**, tremoços, &c. Deriva-se do latim ‘Vagina’, que he bainha, ou vagem do trigo. Alguns dizem Bagem. (grifo nosso)

Também *bainha* tem registro no **Bluteau**: “Bainha de legume, [...] como bainhas de ervilhas”, e **Cunha** a registra com datação a partir do século XIII, sendo, no entanto, a acepção também diferente daquela pedida aos informantes do **ALPR** (AGUILERA, 1990/1994) e do próprio **Bluteau**.

Procurando determinar qual teria sido a forma de inserção das variantes na região paranaense, é interessante observar que, nos dicionários de **Morais Silva** e **Caldas Aulete**, essa acepção está presente para *vagem*: “invólucro das sementes ou grãos das plantas leguminosas”, no primeiro, e “bainha ou cápsula que contém as sementes das plantas leguminosas” no segundo. Quanto à *bainha*, só há o registro dessa acepção no **Morais Silva**: “funda, estojo, forro onde se recolhe a folha de espada, faca ou de outro objecto semelhante, para que não fira, se não embote ou oxide [...] // Vagem de legume [...]”

Concluimos, portanto, que *bainha* tenha um uso mais antigo na língua, observando o fato de que as duas variantes poderiam ser tomadas como sinônimas, ocorrendo inclusive nas descrições de uma e de outra nas acepções de **Bluteau**, **Morais Silva** e **Caldas Aulete**, o que já não ocorre nos dicionários mais novos. De fato, conforme **Houaiss**, *vagem* é forma posterior a *bainha*:

Bainha
lat. *vagina,ae* 'bainha de espada, estojo'; var. pop. de *vagina*; de mesma orig. que as f.divg. *bage/vagem*; ver *vagin-*; f.hist. sXIII *baynha*, sXIV *bainha*, sXV *vainha*
Vagem
lat. *vagina,ae* 'bainha, estojo, envoltório', através da f.divg. pop. *bainha*, que dá orig. às f.divg. nasalizadas *vagem/bagem* e às var. desnasalizadas *vage/bage*; ver *vagin-*; f.hist. sXV *vagees*, 1721 *vagem*, 1899 *vaija*, 1899 *vaja*

Português, no 3, separata, Rio de Janeiro, 1992) [No fichário (FichIVPM), arquivado na Fundação Casa de Rui Barbosa, estão incluídas cerca de 170.000 fichas datilografadas com a transcrição das passagens que documentam os vocábulos medievais, incluídos naturalmente os que se iniciam pelas letras E, F, G ... V, X, Z].”

¹⁰⁷ Registra também *bage*, variante fonética comum de *vagem*, “A bainha da semente da flor, a que chamão *Caracoës*.”

Também no **Dicionário Etimológico**, de A.G.Cunha, a datação de *vagem* é posterior à de *bainha*. Nos obras regionais referentes ao Nordeste, as variantes não estão presentes. Também não foram encontradas no **Vocabulário sul-rio-grandense** nem no **Estudo com Vistas a um Atlas Lingüístico da Ilha de Santa Catarina**, de Imaguire.

12) Carta nº 87 – Questão nº 309

Papagaio

Como se chama aquele brinquedo feito de papel e amarrado numa linha bem comprida, que as crianças, quando tem vento, soltam nos céus e ficam segurando?

A carta nº 87 representa a variação de PAPAGAIO, o “brinquedo feito de papel e amarrado numa linha bem comprida, que as crianças, quando tem vento, soltam nos céus e ficam segurando”, conforme questão do **ALPR** (AGUILERA, 1990/1994). São elencadas cinco variantes apresentadas no quadro a seguir, juntamente com a dicionarização e a produtividade de cada uma delas.

Variantes		Aurélio	Houaiss
papagaio	45 – 69%	5. Brinquedo que consiste em uma armação de varetas de bambu, ou de madeira leve, coberta de papel fino, e que, por meio de uma linha, se empina, mantendo-se no ar. Sin. (nesta acepç.): arraia, cafifa, pandorga, pipa, quadrado (bras.), raia, tapioca (N.E.); balde (N.E.)	Rubrica: ludologia. brinquedo que consiste numa armação leve de varetas, recoberta de papel fino, à qual ger. se prende uma tira, o rabo, que lhe dá certa estabilidade quando empinado no ar por meio de uma linha; arraia, cafifa, pandorga, pipa, raia.
pipa	27 – 41%	Bras. V. papagaio (5).	Rubrica: ludologia. m.q. papagaio ('brinquedo')
papavento	18 – 27 %	Papa-vento Acepção não-dicionarizada	Papa-vento Acepção não-dicionarizada
pandorga	12 – 18%	Bras. V. papagaio (5) Ver acepção de papagaio	Rubrica: ludologia. Regionalismo: Brasil. papagaio de papel
raia	12 – 18%	Bras. Arraia (2). Bras. Papagaio (5) pequeno; raia. Ver acepção de papagaio	Regionalismo: Brasil. Rubrica: ludologia. m.q. papagaio

Quadro 31 – Relação de variantes da carta nº 87 com produtividade e dicionarização

Fonte: ALPR (AGUILERA, 1990/1994), FERREIRA (1999) e HOUAISS (2001)

Como se pode perceber, *papagaio* é a forma com o maior número de ocorrências, as variantes que a seguem ficam abaixo dos 50% de produtividade. Outras cinco variantes são encontradas nas notas do ALPR (AGUILERA, 1990/1994), mas não foram cartografadas por causa da pequena produtividade: *balão*, *aviãozinho*, *bandera*, *bidê*, *rabo de veia*. A primeira, *balão*, ocorre treze vezes nas notas, no entanto foi mencionada duas vezes na repergunta ou na seqüência da primeira resposta, o que faz com que o número de ocorrências no vocabulário ativo do informante baixe para onze. Uma das vezes em que foi mencionada na primeira resposta é a seguinte, no ponto nº 40:

‘aquele diz **balão**, né’. Na repergunta, insistindo-se nos semas ‘preso por uma linha’: ‘mas é o memo **balão**, só que **balão** é de sortá’. No teste de identificação ^[108] comentou que: ‘tanto fazia, falava **papagaio** e falava [balão]. (AGUILERA, 1994, p. 196 – grifo da autora)

No ponto nº 49, o informante declara: “**balão**”. Na repergunta: ‘pois é **balão**. Outros diz **aviãozinho**’.” (AGUILERA, 1994, p.196 – grifos da autora) Outros informantes retificam a primeira resposta: “na repergunta: ‘é só **balão**, mais isso aí memo é **papagaio**’.”, “**balão**, né, **balãozinho**. Não, é o **papagaio**, **papagaio**. (AGUILERA, 1994, p.196 – grifos da autora). Assim, as respostas não autorizam uma conclusão plena de que o *papagaio* seja também denominado *balão*, até mesmo porque esse artefato é também feito de papel fino e montado com varetas, diferenciando-se por ser, ao contrário das pipas, aceso e solto no céu.

Pipa e *papavento* são designações que ficam com o segundo e o terceiro lugar em termos de ocorrências. A segunda tem, claramente, uma origem metafórica, relacionada ao fato de o brinquedo estar no ar e ser mais bem aproveitado quando há vento razoavelmente forte. Nos dois dicionários gerais consultados, está registrado apenas como uma espécie de animal. Não foi também encontrado nos outros dicionários usados na tese.

Quanto à primeira, *pipa*, se atentarmos para os traços semânticos possíveis de serem estabelecidos entre suas acepções, perceberemos relações metafóricas comuns entre esta, *raia* e *pandorga*. Essas três variantes têm referentes que, para serem descritos, usam

¹⁰⁸ O teste de identificação é um procedimento usado pelo entrevistador para verificar se determinada variante é usada na região. Em situações, por exemplo, em que o informante menciona outra variante, usada normalmente para outro referente, ou que ainda não apresenta certeza quanto à resposta informada de início, o inquiridor pode perguntar diretamente se o informante conhece a variante X. Na situação descrita implicitamente na citação, a inquiridora, provavelmente, perguntou se as pessoas naquela localidade usavam normalmente a palavra “papagaio”. O informante revela conhecer a variante.

lexias como “bojudo”, “corpo achatado” ou “discoidal”, com rabo, e “pessoa gorda, obesa”. Portanto, abstraindo-se as diferenças, é possível perceber uma forma geral na qual a largura é maior que o comprimento, associando-se ainda o “rabo”, no caso do peixe (*arraia*). Ora, como se sabe, o *papagaio* é um brinquedo, normalmente (porque existem vários modelos), de forma mais alargada do que comprida. Alguns podem ser inclusive bojudos.

Parece claro que, no caso de *papavento*, a criação deu-se por justaposição originada da observação do brinquedo no ar. *Papagaio*, como afirma Nascentes (1966), recebeu o nome pela ligação com o vôo e com as cores fortes que existem tanto no brinquedo como na ave.

O quadro a seguir demonstra o que foi encontrado sobre essas variantes no dicionário etimológico consultado. A consulta parece indicar que as designações para o brinquedo vieram sempre depois de uma acepção já estabelecida, por aproximação metafórica.

Variantes	Cunha
papagaio	Acepção não-dicionarizada Para ave: papagay XIII
pipa	Acepção não-dicionarizada Para vasilha bojuda: XVIII
papavento	não-dicionarizada
pandorga	Acepção não-dicionarizada Para música desafinada: 1656 Do castelhano
raia	Arraia: ver raia Acepção não-dicionarizada Para peixe: XVI

Quadro 32 – Relação de variantes da carta nº 87 com pesquisa de datação e origem

Fonte: Cunha (1996)

A história do *papagaio* ou *pipa* é incerta, mas parece que foram criados na China, de onde vieram para o ocidente, e, por fim, foram introduzidas no Brasil, no século XVI, primeiramente no Maranhão (ZUCCONI, 2006.) Portugal partilha com o Brasil algumas das lexias, como *papagaio* e *arraia* ou *raia*, mas não *pipa* nem mesmo *pandorga* (na acepção de brinquedo), que **Nascentes** (1966), assim como **A.G.Cunha**, afirma ter origem no espanhol e, como brinquedo, do espanhol platino. O quadro 32 demonstra que, para o **Aurélio** e o **Houaiss**, *pandorga* é brasileirismo, assim como o **Grande Dicionário da Língua Portuguesa**, de Moraes Silva. O **Bluteau**, importante, neste caso, por assegurar o uso

português do século XVIII, faz referência apenas ao conjunto musical ou ao instrumento, afirmando que sua origem é uma “deturpação do vulgo”. Sendo assim, poderíamos esperar que pandorga não fosse usado no espanhol americano com a acepção de brinquedo, no entanto não é isso que acontece.

O **Diccionario de la Lengua Española** registra *pandorga* sem essa marca de uso geográfica: “cometa que se sube em el aire”, o que nos leva a refletir se esse seria um uso também do espanhol europeu. Corominas, no **Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispânico** (1991), afirma que o sentido de “cometa que echan a volar los niños” está vivo “em Cádiz y Andalucía según Terr., y también em el Oeste argentino y em Chile y Venezuela” (COROMINAS, 1991). Essa afirmação problematiza o fato de a variante ser descrita como brasileirismo, entretanto, uma discussão adequada sobre esse assunto necessita de muitos mais dados do que foi possível recolher até aqui, uma vez que seria necessário.

O **Diccionario Crítico Etimológico**, de Joan Corominas, relata a história da lexia na língua espanhola: de “serenata ruidosa y desconcertada”, no século XVII, passa a “cada uno de los instrumentos que la componen”. Logo depois, passa a ter o sentido de “zabomba”, ou “simbomba”, instrumento grande e de forma arredondada. Por extensão, passa a designar “muger mui gorda, pesada, dexada y floxa em sus acciones”. O étimo latino seria o mesmo do português *pandorga* e da variante *pandorca*, “música ruidosa, coisa descompassada”.

No sentido indicado por **Corominas** como mais antigo, um dos exemplos encontrados foi o de um desfile noturno, como ocorre em Santa Cruz de La Palma, capital da ilha de La Palma, arquipélago das Canárias, a cada cinco anos, na festa de natureza religiosa chamada “Bajada de La Virgen”, em honra de “Nuestra Señora de las Nieves”, padroeira da cidade. A festa é composta de várias partes, sendo uma delas “La Pandorga”.

La Pandorga se trata de un desfile, al estilo asiático, de infinidad de figuras confeccionadas con palos y papel de seda, iluminadas con velas desde el interior y adornadas con platinas de colores recortadas, que portadas por niños y jóvenes a través de las calles principales de la población, terminan en una gran hoguera en el Barranco de Las Nieves, junto al Barco de la Virgen. Este evento parece que fue introducido en nuestra Isla [La Palma] por los frailes franciscanos o dominicos en el siglo XVI y es uno de los pocos que figuran en todos los programas que se conservan de las fiestas. (Fernando Leopold Prats). (ESCUADERO, 2005, p. 1)

Na região de Castilla-La Mancha, em Ciudad Real, ocorre também uma festa denominada “La Pandorga”, na qual é homenageada a santa padroeira da cidade, Nossa Senhora do Prado. Há muita música, apresentações de grupos folclóricos e ocorrência de concursos de natureza variada. As figuras, como que luminárias, feitas de papel colorido, representam figuras diversas.¹⁰⁹

A questão que se passa automaticamente a fazer é a seguinte: de onde teria surgido a relação da variante com o brinquedo, uma vez que também não é usada em Portugal? A hipótese mais provável é o empréstimo por meio do contato com os espanhóis. Antes de tudo, verificamos que tal variante é realmente característica, pelo menos, do Sul do Brasil. A consulta ao trabalho de **Imaguire**, sobre a Ilha de Santa Catarina, revela que a *lexia* foi registrada sessenta e seis vezes, num universo de setenta informantes, enquanto *pipa* e *papagaio* tiveram apenas vinte e quatro e cinco ocorrências respectivamente.

O **Vocabulário Sul-rio-grandense** registra cinco entradas para *pandorga*: R. Corrêa, Teschauer, Moraes e Beaurepaire-Rohan a classificam como papagaio de papel, brinquedo de crianças, enquanto Callage a define apenas como adjetivo referente a “tolo, ingênuo”. Esta última acepção está presente também nos autores anteriormente mencionados. O **Atlas Lingüístico da Paraíba**, embora tenha uma carta para PAPAGAIO (carta nº 100, pergunta nº 142), não registra a variante, apenas *papagaio* e *pipa*. A primeira ocorre nove vezes, sempre mais ao Sul; a segunda ocorre quatro vezes, na região leste do Estado. O **Léxico Rural**, de Cardoso e Ferreira, não registra as variantes, até porque não há carta para o tema PAPAGAIO. A variante, entretanto, ocorre no **Dialeto Caipira** de Amadeu Amaral, mas com outra acepção: PANDÓRGA – desmazelado, moleirão.

Um costume interessante, que talvez explique a presença de *pandorga* como PAPAGAIO no Paraná e no Sul do Brasil, é o de Sant’Ana do Livramento, cidade do interior do Rio Grande do Sul, que empina *pandorgas* na sexta-feira santa. O costume parece ter sido trazido da região de Valença, Espanha, por imigrantes que se estabeleceram na região. Essa informação foi obtida em uma edição do Jornal A Platéia Online. Nele, Silva (2006) afirma o seguinte sobre o costume:

O povo olhava para o céu e dizia com alegria: ‘Chegou o tempo das pandolgas!’ Sim, o povo dizia pandolga e não pandorga, porém, mais tarde, o rotacismo acabou prevalecendo. A tentativa de aportuguesar a palavra supostamente espanhola não procedia, pois **em Rivera o marimbondo, a bomba, a estrela, o papagaio, a caixa, o boneco, o navio e o avião tinham**

¹⁰⁹ No site Ciudad Real y su Provincia há diversas fotos da Pandorga de 2005. O endereço é <<http://www.ciudad-real.es/>>. Acesso em: 3 dez. 2006.

o nome genérico de cometa. As pandorgas de livramento, como disse a professora Terezinha Neves (sic) tiveram origem na cidade espanhola de Valença, consoante a pesquisa realizada pelo Folclorista Galvão Krebs. As pandorgas de Valença foram trazidas à América por migrantes, que se estabeleceram nas adjacências do Rio da Prata. Tais pandorgas, que se mantinham serenas ou nervosas no ar, se irradiaram pelo Uruguai, chegando em Rivera, de onde se trasladaram para Livramento. Em Valença, as pandorgas eram levantadas apenas no Domingo de Páscoa. Elas subiam ao céu em alusão à ressurreição de Nosso Senhor Jesus Cristo, levadas por intensos ventos, pois era primavera no Hemisfério Norte. Em Livramento, o folclore da pandorga ganhou um tempo de duração, que se estendia da Quaresma até a Sexta-Feira Santa, o dia de sua grande festa. Havia prorrogação até o Domingo de Páscoa, mas quem levantava pandorga depois do dia da ressurreição, era ridicularizado. (SILVA, 2006)

Sant'Ana do Livramento e Rivera, esta última no Uruguai, são cidades gêmeas, na região sul do Rio Grande do Sul. O texto permite entender que a manifestação popular perdeu força e que atualmente os brinquedos são, principalmente, vistos apenas na época do Festival da Pandorga, que se tornou atrativo turístico da cidade. A festa em Valença ocorre ainda durante toda a Semana Santa com procissões e atos de louvor religioso. Os *papagaios* são, entretanto, brinquedos que só aparecem após o término da festa e, como podemos perceber na citação a seguir, não são assim denominados.

Como colofón que cierra las celebraciones de la Semana Santa Marinera, tiene lugar el Domingo de Resurrección un magnífico desfile de todas las cofradías y hermandades, sin tronos-anda ni pasos. Esta exhibición se realiza por las principales vías urbanas de la zona, al son de trompetas y tambores, y las chicas van vestidas con el atuendo de Verónicas o trajes de samaritanas. Cuando cae la noche pueden escucharse las sirenas de las embarcaciones mientras el faro comienza a emitir una consigna preestablecida que se traduce en una frase: 'Aquí está Valencia'. Antiguamente la gente acudía a la huerta, al viejo cauce del Turia o a la orilla del mar a celebrar la 'Pasqua de Flors' o 'Pasqua Florida', después del Domingo de Resurrección. Hoy en día, la gente conserva dicha tradición y sale al campo o la montaña a pasar el día. Juegos típicos de estas celebraciones son la tarara, la caña, volar el **cachirulo (cometa)** o saltar a la comba al ritmo de alegres tonadillas como: 'Dicen que Santa Teresa / cura a los enamorados / la Santa podrá ser buena / pero a mí no me ha curado.' (AJUNTAMENTO DE VALÈNCIA, 2006) (grifo nosso)

O **Diccionario da Real Academia Española** realmente registra a variante *cachirulo* como de uso em Valência e na citação de Silva (2006) vimos que, em Rivera, de onde teria vindo o costume de empinar os brinquedos na Semana Santa, eles eram chamados de *cometas*. É possível então que a variante *pandorga* tenha recebido tal acepção por meio da

relação com as luminárias das festas de outras cidades espanholas, já que as figuras são feitas com o mesmo material, papel de seda e armações de madeira leve, ou, hipótese também possível, a denominação estabeleceu-se por meio de outras acepções, como a de mulher gorda, como afirma **Corominas** (1991):

por comparación com la zambomba de forma ventrada, se aplicaria el vocablo a la ‘muger mui gorda, pesada, dexada y floxa en sus acciones’ [...] por comparación com la mujer gorda se aplicó el vocablo a um figurón a modo de estafermo [...]; por outra parte ‘cometa que echan a volar los niños.

Uma última dúvida é a seguinte: porque tendo a sua disposição, os imigrantes espanhóis, outras variantes, passaram a usar *pandorga*, que nem era usada em Valência? Um indício interessante para que essa história possa continuar são as citações a seguir:

A los barriletes los llamaba ‘pandorgas’. La palabra, que ninguno conocía acá, le agregaba al barrilete una especie de misterio extra, porque era inevitable preguntarse cómo serían las ‘pandorgas’ allá, en Entre Ríos, de donde había venido Nélica a trabajar a Buenos Aires. Como era habitual, los barriletes llegaban con la primavera. La primera que Nélica pasó con nosotros, vio a los chicos, sentados sobre los mosaicos del patio, con un cuchillo cortando cañas en varillas muy finas, con las que se construía el armazón, que luego sería el soporte del papel de colores combinado en una ‘estrella’ o una ‘bomba’. [...] ¿Por qué en un lugar no tan lejano, como Entre Ríos, al barrilete le decían de un modo tan raro? Esa era la pregunta que los chicos se hacían, aunque no fuera de manera explícita. A nadie se le ocurrió mirar el diccionario, donde la palabra ‘pandorga’ tiene entre una de sus acepciones la de ‘cometa’ o ‘barrilete’. Los chicos preferían respetar escrupulosamente el exotismo en lugar de contribuir a un banal proceso de normalización que la hiciera figurar en el diccionario. (SARLO, 2006, p. 1) (grifo nosso)

Pero el juego que más capturaba mi imaginación era el de hacer volar pandorgas, y entablar riñas aéreas con ellas. De un libro [34] anterior mío, ‘Parece Que Fue Ayer’ extraigo lo que sigue: ‘LA PANDORGA. En rigor, debería titular este espacio con el más castizo ‘barrilete’ o ‘corneta’, pero prefiero **pandorga**, porque es así como los niños conocimos aquel delicado artefacto volador. (MORA, 1999, cap. seis – grifos do autor)

As citações acima ajudam a compreender e a validar algumas assunções que já foram feitas sobre a variante em estudo. Uma delas, Sarlo (2006), tem relação com a citação de Silva (2006) que afirma ser o PAPAGAIO denominado também (e principalmente) *estrela* ou *bomba* na cidade de Rivera, no Uruguai, e não *pandorga*. Vemos na citação de Sarlo (2006) que essas denominações ocorrem também na Argentina e que nesse país

pandorga seria uma variante “do interior”, talvez um regionalismo. Na afirmação do escritor paraguaio Mora (1999) de que *barrilete* ou *corneta*¹¹⁰ seriam mais castiços, vemos que há uma diferença entre essas variantes que é de natureza social.

Ainda que devam ser relativizados pelo fato de serem dados advindos da língua escrita e de regiões diferentes e, portanto, não serem passíveis de comparação direta com os dados oriundos do **Atlas Lingüístico do Paraná – ALPR** (AGUILERA, 1990/1994), os textos foram usados aqui com a intenção de demonstrar que o estabelecimento de *pandorga*, e não de qualquer outra das variantes usadas pela população dos países que fazem fronteira com o Brasil (principalmente Argentina, Paraguai e Uruguai), deu-se, provavelmente, por via diastrática (ainda que seja variante diatópica também). Constituem-se, dessa forma, em indícios para uma futura investigação. É possível que o uso pela população do interior, de origem rural ou de pequenas cidades, tenha se instalado na comunidade brasileira que pertencia a esse mesmo grupo social .

O Dicionário Sociolingüístico Paranaense, de Filipak, registra *pipa*, *papagaio*, *papavento* (no verbete de raia), *pandorga* e *raia*, com base no **ALPR** (AGUILERA, 1990/1994). Algumas das entradas não apresentam remissão para as outras.

¹¹⁰ Pensamos que talvez se trate de um erro tipográfico e tal lexia não seja realmente “corneta”, mas “cometa”. O Dicionario da Real Academia Española não registra a acepção PAPAGAIO para “corneta”.

4 EM BUSCA DA DELIMITAÇÃO DE ÁREAS LEXICAIS PARANAENSES: REUNINDO DADOS

Como parte final da análise dos dados selecionados no ALPR (AGUILERA, 1994), faremos um exame das áreas de ocorrência das variantes em estudo. Para isso, retomaremos os dados recolhidos: i) no estudo da história do Paraná ii) na discussão, tanto do ponto de vista social quanto do lingüístico, sobre os grupos que formaram a sociedade paranaense; iii) dos resultados de pesquisas sobre o léxico do Estado, uma vez que pretendemos demonstrar, de acordo com a necessidade da análise, e conforme o segundo objetivo desta tese: a relação entre a história social paranaense e a configuração lexical representada nos mapas do Atlas Lingüístico do Paraná (AGUILERA, 1990/1994).

Uma primeira comparação das áreas registradas nas noventa cartas preparadas a partir dos mapas lexicais do ALPR (AGUILERA, 1990/1994) revela que, como esperado, há uma complexidade bastante grande entre elas. A análise das variantes por cartas permitiu inferir que, do ponto de vista lingüístico, **a origem das lexias e a variação morfológica e semântica** poderiam ser índices interessantes para se procurar por padrões de organização areal.

Do ponto de vista extralingüístico, o primeiro fator a ser examinado é o **geográfico**, porque é o que inicialmente se apresenta, uma vez que lidamos com um método que é, em parte, baseado nessa disciplina. Acreditamos que, por meio dele, podemos começar a estabelecer alguma relação entre a questão lingüística e a histórica, até porque, se retomarmos a história do Paraná, veremos que na teoria dos Três Paranás, de Wachowicz (1972), ou qualquer outra descrição do processo ocupacional da região, a distribuição geográfica da população paranaense é sempre lembrada. O leitor desta tese poderá visualizar a análise utilizando os mapas que disponibilizamos na pasta anexa a este volume.

Lembramos que o objetivo principal desta tese é procurar explicar a dispersão, a dinâmica vocabular de variantes léxicas selecionadas a partir da cartografia do ALPR (AGUILERA, 1990/1994) no espaço geográfico do Paraná, com base em dados lingüísticos e naqueles relativos à história social do Estado. Diante da hipótese de que essas áreas são fruto da diferenciação cultural paranaense, nascida, por sua vez, da diversidade de indivíduos que aportaram no estado, a questão a que se pretende responder é: seria o vocabulário recolhido pelo ALPR (AGUILERA, 1990/1994) capaz de retratar essas áreas?

Um segundo fator a ser levado em consideração é também a época de aparecimento das cidades, visando a capturar padrões de ocorrência oriundos da data de povoamento de cada um dos sessenta e cinco pontos do ALPR (AGUILERA, 1990/1994), visto que, como também explicamos no capítulo sobre história do Paraná, cada uma das três áreas em que se divide a região tem uma época de aparecimento diferente das outras. Associado a esse fator, está o que responde pela origem dos povoadores. A reunião dos dois resulta na demarcação de duas áreas histórico-geográficas principais: o Paraná Tradicional e o Moderno, por sua vez dividido entre dois pólos, o do Norte e o do Sudoeste.

O terceiro fator a ser observado é o **teórico**. Um exame preliminar com base na figura de cada variante no espaço paranaense aponta para duas formas de organização: uma de irradiação contínua, outra com ocorrências fragmentadas, havendo ainda, entre elas, variantes que apresentam os dois tipos de figura no mapa. Para entender o motivo pelo qual as áreas se organizam dessa forma, procuraremos explicação na teoria geolinguística.

4.1 DO PONTO DE VISTA GEOGRÁFICO

No conjunto de variantes que examinamos, há aquelas facilmente percebidas como do Norte ou do Sul do Estado, outras ainda da região do litoral ou do centro do Estado, havendo aquelas que ocorrem em todo o Paraná, o que nos leva a estabelecer este critério e tentar verificar se há uma significação nessas configurações. Neste momento, não observaremos os outros dois critérios, reunindo, por exemplo, as que apresentam fragmentação e as que não apresentam, indistintamente. Porém, para tornar exequível nosso trabalho e acrescentar rigor metodológico, face à diversidade que encontramos, acrescentaremos um critério quantitativo à nossa análise.

Para exemplificar, tomemos ao acaso uma variante cujo número de ocorrências seja de cinco pontos entre os sessenta e cinco do ALPR (AGUILERA, 1990/1994), um deles, todavia, está inscrito no norte do Estado, contrário aos outros quatro, que estão no sul. Consideraremos, nesse caso, essa variante como “sulista”, pois suas ocorrências concentram-se ao sul. O exame dos mapas com base nos outros dois critérios, quando reunidos, deverá fornecer explicações ou hipóteses para essas configurações. Para ajudar a localizar as regiões serão utilizadas as mesoregiões geográficas paranaenses (mapa e

tabela com os municípios que compõem cada uma das mesorregiões em anexo), obtidas no site do IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.¹¹¹

Nas listagens a seguir, após a variante, apresentamos o número e o tema do mapa onde ela aparece bem como notações sobre ocorrências fora da região examinada naquele momento, se forem necessárias. Os pontos lingüísticos citados também são seguidos da numeração.

Assim, as variantes que se concentram no Norte são as seguintes:

- *atoledo* (nº 8 – TERRENO ÚMIDO) – ocorre em mais dois pontos a leste: Adrianópolis (nº 38), nordeste do Estado, e Rio Branco do Sul (nº 44), logo abaixo no mapa, ambos são parte da (meso)região Metropolitana de Curitiba. Ocorre ainda no centro ocidental, em Campina da Lagoa (nº 34);
- *atoleiro* (nº 8 – TERRENO ÚMIDO) – chega até o centro ocidental: Ortigueira (nº 25);
- *boneca-de-saci* (nº 41 – COGUMELO);
- *brejo* (nº 1 – TERRENO PRÓPRIO PARA CULTURA DO ARROZ) – mais dois pontos no litoral: Guaraqueçaba (nº 46) e Guaratuba (nº 65);
- *brejo* (nº 8 – TERRENO ÚMIDO) – ocorre nos quatro pontos do litoral, descendo um pouco mais no mapa do que o mapa nº 1 em direção ao centro do Estado: Campo Mourão (nº 29), Ivaiporã (nº 30), Assis Chateaubriand (nº 33) e Campina da Lagoa (nº 34) em direção oeste, onde termina por ser registrada em no oeste, em Foz do Iguaçu (nº 47);
- *caracará* (nº 51 – GAVIÃO) – chega até Assis Chateaubriand (nº 33), centro oeste do Estado, e ocorre em mais um ponto ao sul: Rio Negro (nº 64), região do Paraná Tradicional;
- *chato* (nº 65 – DENTES MOLARES) – mais um ponto no sul: Mangueirinha (nº 59) e mais um ponto no oeste: Assis Chateaubriand (nº 33);
- *corisco* (nº 30 – RELÂMPAGO) – aplicando linhas que dividem o Paraná segundo os pontos cardeais, percebemos que, no Norte, a variante ocorre sete vezes, enquanto no Sul ocorre oito vezes. A inserção

¹¹¹ Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>>. Para localizar o documento utilizado nesta tese, ir até o link “mapas” e, após selecioná-lo, clicar em “base física e política”.

no grupo “nortista” é causada pela análise da área de corisco como RAIIO, que veremos abaixo;

- *corisco* (nº 31 – RAIIO) – aplicando a mesma divisão, percebemos que, no Norte, a variante ocorre dezenove vezes, enquanto no Sul ocorre onze vezes.¹¹² Embora, na acepção de RELÂMPAGO, ocorra uma vez a mais no Sul, a soma das duas faz a região norte ser a predominante. Decidimos deixá-las juntas em face da pequena diferença de *corisco* como RELÂMPAGO;
- *córrego* (nº 2 – RIO PEQUENO) – mais oito pontos separados da área de domínio de ocorrências, chegando até o sul do Estado. Os pontos vão do oeste ao litoral, formando uma área menos fragmentada apenas nessa última região;
- *dente de leite* (nº 66 – DENTE DO SISO) – mais um ponto no litoral sul: Guaratuba (nº 65);
- *dente queiro* (nº 66 – DENTE DO SISO) – predomina no noroeste (norte novíssimo);
- *dente do juízo* (nº 66 – DENTE DO SISO) – predomina no noroeste, mas ocorre em seis pontos ao sul desde Prudentópolis (nº 42);
- *faisca* (nº 31 – RAIIO) – mais um ponto no Oeste: Foz do Iguaçu (nº 47);
- *felipe* (nº 46 – BANANA DUPLA) – chega até o Oeste (Cascavel – nº 39) e centro ocidental (Pitanga – nº 41 – região do Paraná Tradicional);
- *guarda-chuva* (nº 39 – COGUMELO);
- *mofo* (nº 41 COGUMELO) – predomina no nordeste (Norte Pioneiro);
- *papagaio* (nº 87 – PAPAGAIO) – alonga-se homogeneamente em direção ao sul, mas concentra-se no Norte;
- *orelha-de-pau* (nº 40 – COGUMELO) – concentra-se no Norte Pioneiro, região nordeste do Estado;
- *pilão* (nº 65 – DENTES MOLARES);
- *pipa* (nº 87 – PAPAGAIO);
- *relâmpago* (nº 28 – TROVOADA) – mais um ponto a Oeste: Foz do Iguaçu (nº 47);

¹¹² Para chegar a essa quantificação, consideramos o ponto nº 34 (Campina da Lagoa) como do norte, ainda que ocupe uma região bastante central no mapa porque ele está inserido entre Manoel Ribas, mesorregião geográfica Norte Central, e o ponto nº 41 (Pitanga), mesorregião geográfica Centro Sul paranaense.

- *sombrinha* (nº 39 – COGUMELO) – mais um ponto em Tibagi (nº 31), centro oriental do Estado;
- *tempestade* (nº 28 – TROVOADA) – mais dois pontos no oeste do estado: Guaíra (nº 27) e Guaraniaçu (nº 40), este último já ao sul. Ocorre também no centro oriental, em Jaguariaíva (nº 26), próxima ao Norte Pioneiro;
- *tempestade* (nº 29 – TEMPESTADE) – no Norte ocorre trinta e uma vezes; no Sul onze vezes, em áreas bem mais fragmentadas;
- *temporal* (nº 29 – TEMPESTADE) – no Norte ocorre dez vezes; no Sul quatro vezes;
- *trovão* (nº 27 – TROVÃO) – predomina na região Norte, mas ocorre com certa consistência no sudoeste paranaense;
- *trovão* (nº 28 – TROVOADA) – predomina na região Norte, mas ocorre com certa consistência no sudoeste paranaense;
- *urubu* (nº 173 – URUBU) – predomínio maior no noroeste, chega até o centro oeste do Estado (Assis Chateaubriand – nº 33) e o centro ocidental (Campina da Lagoa – nº 34);
- *vargem* (nº 1 – TERRENO PRÓPRIO PARA A CULTURA DO ARROZ) – predomina no Norte do estado, mas ocorre significativamente ao sul numa área um pouco mais fragmentada.

Em síntese, observamos que, excetuando alguns pontos esparsos ao sul ou na direção leste/oeste, essas variantes recobrem uma área que aparece mais homoganeamente na direção norte, embora ainda alcancem o centro da região paranaense. As variantes que apresentam concentrações ao sul são as seguintes:

- *arroio* (nº 2 – RIO PEQUENO);
- *banhado* (nº 1 – TERRENO PRÓPRIO PARA A CULTURA DO ARROZ) – áreas fragmentadas tanto ao sul quanto ao norte, mas a predominância se dá ao sul;
- *banhado* (nº 8 – TERRENO ÚMIDO) – predomina no Sul, mas ocorre com frequência no Norte;
- *calmario* (nº 30 – RELÂMPAGO) – chega até o centro do Estado, em Campo Mourão (nº 29) e Ivaiporã (nº 30). Mais um ponto em São José da Boa Vista (nº 20), região do Norte Pioneiro;

- *corvo* (nº 50 – URUBU) – chega até à mesoregião geográfica norte central em Ivaiporã (nº 30) e ocorre em mais dois pontos no Norte Pioneiro: São Jerônimo da Serra (nº 17) e Ibaiti (nº 18);
- *dente do siso* (nº 66 – DENTE DO SISO) – predomina ao sul, mas ocorre consistentemente no Norte Pioneiro;
- *fuzilo* (Nº 31 – RAIIO) – permanece mais ligado ao leste e ao litoral. Alcança o Centro oriental em Castro (nº 36);
- *fuzilo* (Nº 30 – RELÂMPAGO) – também permanece mais ligado ao leste e ao litoral, mas sobe um pouco mais para o norte, alcançando o ponto nº 29, Campo Mourão. Amplia ainda sua área ao sul, e a oeste, chegando a Guaraniaçu (nº 40);
- *gêmea* (nº 46 – BANANA DUPLA) – concentração mais homogênea ao sul, mas ocorre com bastante frequência no Norte;
- *lajeado* (nº 2 – RIO PEQUENO) – mais um ponto no Norte Pioneiro: Siqueira Campos (nº 19);
- *macaco* (nº 51 – GAVIÃO);
- *orelha-de-velho* (nº 40 – COGUMELO);
- *pandorga* (nº 87 – PAPAGAIO) – chega até o centro. Pelo oeste, em Guaíra (nº 27) e, pelo centro, até Manoel Ribas (nº 35);
- *penacho* (nº 51 – GAVIÃO) – apresenta áreas de ocorrências bastante fragmentadas, mas quase sempre ao sul. Ocorre em quatro pontos no centro do Estado: Ortigueira (nº 25), Tibagi (nº 31), Manoel Ribas (nº 35) e Ivaiporã (nº 30), este último no Norte Central do Estado;
- *queixal* (nº 65 – DENTES MOLARES) – predomina do centro para o sul, desde o litoral até o oeste;
- *raio* (nº 27 – TROVÃO) – chega ao centro em Ortigueira (nº 25);
- *rebento* (nº 27 – TROVÃO) – predomina no centro da região sul, chegando ao centro do Estado em Ivaiporã (nº 30);
- *sanga* (nº 2 – RIO PEQUENO) – Chega ao centro do Estado: Ortigueira (nº 25) e Campo Mourão (nº 29);
- *tormenta* (nº 28 – TROVOADA) – mais um ponto no Norte Pioneiro: Ibaiti (nº 18);
- *tormenta* (nº 29 – TEMPESTADE) – Chega ao centro ocidental paranaense: Peabiru (nº 23);

- *trovejo* (nº 27 – TROVÃO)
- *trovoada* (nº 27 – TROVÃO) – Chega ao centro ocidental do Estado em Campo Mourão (nº 29) e em Ortigueira (nº 25), centro oriental. Mais dois pontos de ocorrência no Norte Pioneiro: Siqueira Campos (nº 19) e Bandeirantes (nº 4).

Observamos desde já que algumas variantes foram vistas na primeira análise como típicas do Sul do Brasil, quando não do Estado do Rio Grande do Sul.

Há ainda algumas variantes que se concentram a leste:

- *arrebento* (nº 28 – TROVOADA) – mantém-se a leste, ocorrendo no Norte e no Sul. Registra apenas duas ocorrências a oeste: Laranjeiras do Sul (nº 50) e Mangueirinha (nº 59);
- *bainha* (nº 83) – predomina a leste, mas só ocorre em um ponto do litoral (Guaraqueçaba – nº 46). Alcança o Oeste em Guaraniaçu (nº 40);
- *caburé* (nº 51 – GAVIÃO) – ocorre em um ponto no Centro Ocidental do Estado: Campo Mourão (nº 29);
- *carancho* (nº 51) – concentra-se na mesma área que bainha, mas ocorre em quatro pontos ao sul e dois a oeste, chegando também até o Norte paranaense em quatro pontos;
- “*curnio*” (nº 66 – DENTE DO SISO) – um ponto no Norte e um ponto no Sul, sempre no Leste;
- *do fundo* (nº 65 – DENTES MOLARES) – um ponto a oeste: Pato Branco (nº 58) e um no Norte Apucarana (nº 16);
- *inconha* (nº 46 – BANANA DUPLA) – ocorre em duas áreas distintas: sete pontos no litoral e nordeste, três no centro do Estado (Ortigueira – nº 25, Ivaiporã – nº 30 e Tibagi – nº 31), que se ligam a um mais ao norte (Peabiru – nº 23);
- *orelha-de-mico* (nº 40 – COGUMELO) – irradia-se ao sul em dois pontos e ao norte também. Ocorre a oeste em apenas um ponto: Cascavel (nº 39);
- *pinhé* (nº 51 – GAVIÃO) – ocorre em três pontos no oeste: Cianorte (nº 15), Assis Chateaubriand (nº 33) e Foz do Iguaçu (nº 47);
- *raia* (nº 87 – PAPAGAIO) – volta-se para o sul, mantém-se a leste apenas;

- *raio* (nº 28 – TROVOADA) – ocorre no norte e no sul, concentrando-se a leste;
- *ribeirão* (nº 2 – RIO PEQUENO) – do norte ao sul ocorre a leste, registra, entretanto, um ponto no noroeste do Estado, Cianorte (nº 15), e um ao centro, Campo Mourão (nº 29);
- *urupê* (nº 38 – COGUMELO) – concentrando-se a leste, irradia-se em direção oeste e sul;
- *vargedo* (nº 1 – TERRENO PRÓPRIO PARA A CULTURA DO ARROZ) – mais dois pontos a oeste: Campina da Lagoa (nº 34) e Mangueirinha (nº 59).

Novamente, já podemos identificar variantes que estudos anteriores ao nosso classificaram como típicas do Paraná Tradicional, pela distribuição areal e por terem origem no tupi. Voltaremos a elas mais tarde.

Também é possível identificar variantes que se concentram a oeste do Estado:

- *chapéu* (nº 39 – COGUMELO) – seis pontos a desde o Norte Central até o Norte Pioneiro. Um ponto na região leste, Metropolitana de Curitiba: Rio Branco do Sul (nº 44);
- *das almas* (nº 51 – GAVIÃO) – apenas um ponto no nordeste: Adrianópolis (nº 38);
- *orelha-de-padre* (nº 40 – COGUMELO) – um ponto no Norte Pioneiro (nordeste): Jataizinho (nº 12);
- *pombo* (nº 51 – GAVIÃO) – mais dois pontos no Norte Central: Primeiro de maio (nº 3) e Londrina (nº 11);
- *quiriquiri* (nº 51 – GAVIÃO) – um ponto no Norte central: Londrina (nº 11);
- *relâmpago* (nº 30 – RELÂMPAGO) – concentração mais homogênea a oeste, mas está registrada com bastante frequência a leste também;
- *relâmpago* (nº 31 – RAIIO) – mais três pontos a leste: Primeiro de maio (nº 3) e Apucarana (nº 16) (ambas na mesoregião geográfica Norte Central)); São Jerônimo da Serra (nº 17) e União da Vitória (nº 61);
- *vagem* (nº 83 – VAGEM DE FEIJÃO) – área de concentração mais homogênea a oeste.

Alguns mapas se concentram mais para o centro do Estado, no *continuum* leste/oeste:

- *cabeça-de-velho* (nº 41 – COGUMELO);
- *orelha-de-lobisomem* (nº 40 – COGUMELO) – Pitanga (nº 41) e em Castro (nº 36);
- *piúca* (nº 41 – COGUMELO) – um ponto no oeste: Assis Chateaubriand (nº 33) e um ponto no centro ocidental: Ortigueira (nº 25).

Há um grupo de mapas, entretanto cujas arealizações são mais difíceis de encaixar nos padrões já mencionados. Algumas dessas cartas trazem ocorrências cuja produtividade é muito parecida (às vezes, a mesma) em relação à proporção norte/sul e leste/oeste, às vezes, fragmentadas em regiões distintas, ou em áreas de transição entre as regiões geográficas principais.

- *atolador* (nº 8 – TERRENO ÚMIDO) – a variante apresenta a proporção 6/10 tanto na direção norte/sul quanto na leste/oeste;
- *baixada* (nº 1 – TERRENO PRÓPRIO PARA A CULTURA DO ARROZ);
- *bolor* (Nº 41 – COGUMELO);
- *bufo* (nº 41 – COGUMELO);
- *cogumelo* (nº 38 – COGUMELO) proporção 10/7 tanto na direção norte/sul quanto na leste/oeste;
- *fungo* (nº 41 – COGUMELO) – duas ocorrências no norte do Estado (noroeste e centro) e duas no Sul (centro oriental e região metropolitana): ponto nº 22 (Cruzeiro do Oeste), nº 4 (São Pedro do Ivaí), nº 43 (Ponta Grossa) e nº 54 (Curitiba);
- *papavento* (nº 87 – PAPAGAIO) – ocorre em dois pontos extremos apenas: Jacarezinho (nº 6) e São Mateus do Sul (nº 62). Dividido o mapa na direção leste/oeste, cada uma das regiões tem o exato número de ocorrências. O mesmo ocorre na direção norte/sul;
- *riacho* (nº 2 – RIO PEQUENO) – a divisão norte/sul – leste/oeste apresenta a mesma proporção: 3/5;
- *véu-de-noiva* (nº 41 – COGUMELO).

O último tipo de mapa é aquele que apresenta ocorrências em todo o Paraná:

- *raio* (nº 31 – RAI0);

- *trovoada* (nº 28 – TROVOADA) – apesar de uma pequena diferença entre as regiões Norte e Sul, notada a partir da contagem dos pontos em que a variante não ocorre;
- *trovejano* (nº 28 – TROVOADA) – embora ocorra no Norte em dez pontos e no Sul em oito, não existe diferença entre o leste e o oeste, além disso as áreas têm a mesma configuração: pequenas “ilhas” de ocorrência.

Para concluir essa etapa, frisamos que a divisão apenas pelos pontos norte/sul – leste/oeste fica um pouco dificultada porque não encontramos esse tipo de organização territorial para o Estado, e sim as mesorregiões geográficas. A divisão norte/sul ficou entre as cidades de Manoel Ribas (ponto nº 35) e Pitanga (ponto nº 41), já que são respectivamente do Norte Central e do Centro-Sul paranaense. Marechal Cândido Rondon (nº 32), todavia, foi considerada parte do Sul por estar quase todo o município nessa região. A região Metropolitana de Curitiba (leste litoral) foi considerada sulista neste momento, porque fica abaixo da divisão estabelecida pelas cidades mencionadas. No caso leste/oeste, a solução foi tomar Manoel Ribas como o centro e associar algum outro critério para decidir quando uma localidade deveria estar a leste ou a oeste, já que não há uma divisão pré-estabelecida para todas as cidades.

4.2 ASSOCIANDO A DATA DE POVOAMENTO E A ORIGEM DOS POVOADORES

Para darmos início a esta análise dos mapas, fizemos um estudo no ALPR (AGUILERA, 1990/1994), que se baseou em Cardoso e Westphalen (1986), procurando demarcar os pontos lingüísticos surgidos segundo as ondas de povoamento que iam se sucedendo. Portanto,

- no **século XVII**, teremos o povoamento do litoral e o início do primeiro planalto, com a fixação de moradores em Antonina ¹¹³ (nº 45), Guaraqueçaba ¹¹⁴ (nº 46), Curitiba (nº 54) e Paranaguá (nº 55);

¹¹³ Data da fundação estabelecida em 12 de setembro de 1717. Criação do município: 29 de agosto de 1787. (AGUILERA, 1996) Entretanto, é uma das cidades mais antigas do Paraná, tendo sua ocupação começado em 1648, de acordo com Ferreira (1996).

- no **século XVIII**, a região povoada vai incluir os pontos lingüísticos: Rio Branco do Sul (nº 44), Tibagi (nº 31), Castro (nº 36), Ponta Grossa (nº 43), Palmeira (nº 53), União da Vitória (nº 61), São Mateus do Sul ¹¹⁵ (nº 62), Lapa (nº 63) e Guaratuba (nº 65);
- no **século XIX**, são mais dezoito pontos lingüísticos a serem incluídos: Jacarezinho (nº 6), Jataizinho (nº 12), São Jerônimo da Serra (nº 17), Ibaiti ¹¹⁶ (nº 18), Siqueira Campos (nº 19), São José da Boa Vista (nº 20), Ortigueira (nº 25), Jaguariaíva (nº 26), Cerro Azul (nº 37), Adrianópolis ¹¹⁷ (nº 38), Pitanga (Nº 41), Prudentópolis (nº 42), Laranjeiras do Sul (nº 50), Guarapuava (nº 51), Irati (nº 52), Pato Branco ¹¹⁸ (nº 58), Mangueirinha (nº 59), Palmas (nº 60), Rio Negro (nº 64);
- o **século XX**
 - de **1900 e 1920**: Cambará (nº 5), Ribeirão do Pinhal (nº 13), Peabiru (nº 23), São Pedro do Ivaí (nº 24), Guaíra (nº 27), Campo Mourão (nº 29), Ivaiporã ¹¹⁹ (nº 30), Campina da Lagoa ¹²⁰ (nº 34), Manoel Ribas ¹²¹ (nº 35). Cascavel ¹²² (nº 39), Guaraniaçu (nº 40),

¹¹⁴ Embora só tenha sido elevado à categoria de Município em 1880, “Guaraqueçaba foi o primeiro pedaço de solo paranaense povoado por portugueses”, entre 1638 e 1645 já atraía mineiros, missionários e jesuítas. (AGUILERA, 1996, p. 70-1)

¹¹⁵ De acordo com Aguilera (1996) “as primeiras penetrações no território do atual município de São Mateus do Sul foram feitas por tropeiros e viajantes, tornando-se pouso obrigatório destes trabalhadores, a partir do século XVIII. Para Cardoso e Westphalen (1986, p. 59), a cidade teve seu “núcleo de povoamento” iniciado entre 1860 e 1880, mas os mapas demonstram que sua região já havia sido palco de ocupação desde a segunda metade do século XVIII.

¹¹⁶ Cardoso e Westphalen (1986, p. 59) identificam o período entre 1920 e 1940 como de surgimento do núcleo de povoamento. Nos mapas desses autores, entretanto, a região já estava sendo ocupada desde o período limitado entre 1880 e 1900. Ferreira (1996) localiza o ano de 1900 como o de doação de uma gleba que teria dado origem à localidade.

¹¹⁷ Apesar de ter sido elevada à categoria de distrito somente em 1937, como afirma Aguilera (1996), e de ter o início do núcleo de povoamento registrado por Cardoso e Westphalen (1986) no período entre 1920 e 1940, a região de Adrianópolis já estava sendo ocupada desde aproximadamente 1880, de acordo ainda com esses historiadores. Ferreira (1996) também indica uma movimentação antiga na área, embora não aponte uma data específica antes de 1937. O site oficial da cidade considera que pouco se sabe da colonização e que antes de 1920 a região pertencia a São Paulo.

¹¹⁸ Segundo Aguilera (1996, p. 92-3), “as primeiras incursões no território [...] deram-se [...] entre os anos de 1768 e 1772. Em 1919, aportaram à localidade os primeiros moradores procedentes do Rio Grande do Sul. A partir de 1924 intensificou-se a colonização.”

¹¹⁹ Essa datação corresponde a de Cardoso e Westphalen (1986). Ferreira (1996) afirma que a localidade passou a se desenvolver a partir de 1741. Aguilera (1996) lembra que desde 1853 já se tem notícias de movimentação na região.

¹²⁰ Datação de Cardoso e Westphalen (1986) para região de ocupação no período. A colonização iniciou-se por volta de 1940. (AGUILERA, 1996 e FERREIRA, 1996)

¹²¹ Datação de Cardoso e Westphalen (1986) para região de ocupação no período. A colonização iniciou-se por volta de 1917 (AGUILERA, 1996), enquanto Ferreira (1996) afirma que, em 1923, famílias chegaram para mora na localidade que já contava com algumas casas.

Foz do Iguaçu ¹²³ (nº 47), Capanema (nº 48), Dois Vizinhos ¹²⁴ (nº 49), Barracão (nº 56), Francisco Beltrão ¹²⁵ (nº 57);

- de **1920 a 1940**: Santo Inácio (nº 2), Primeiro de Maio (nº 3), Bandeirantes (nº 4), Paranavaí (nº 8), Maringá ¹²⁶ (nº 9), Jaguapitã (nº 10), Londrina (nº 11), Marechal Cândido Rondon ¹²⁷ (nº 32).

De 1940 a 1960, foi ocupada a região onde hoje se encontram: Diamante do Norte (nº 1), Loanda (nº 7), Querência do Norte (nº 14), Cianorte (nº 15), Cruzeiro do Oeste (nº 22), Umuarama (nº 21), Goioerê (nº 28), Assis Chateaubriand (nº 33).

O estudo da história paranaense fez com que percebêssemos, todavia, que, embora algumas cidades tenham se formado na mesma época, a origem dos povoadores é diferente. Como já percebemos que há uma divisão espacial bem marcada entre as variantes recolhidas pelo ALPR (AGUILERA, 1990/1994), a próxima questão é: qual das duas variáveis, as etnias que compõem um grupo ou a época de povoamento, levaria à estruturação de áreas lexicais no Paraná?

Para responder a essa questão, retomaremos a análise das cartas em relação ao espaço geográfico, que fizemos no primeiro tópico deste capítulo, e cruzaremos esses dados com os de formação dessas áreas tanto a partir da data de povoamento quanto a partir das etnias povoadoras. Para isso, estabelecemos, de acordo com Mercer (1992), que as mesorregiões Centro-Oriental, Centro-Sul, Sudeste e Metropolitana de Curitiba correspondam ao **Paraná Tradicional**, região mais antiga, formada desde o século XVII até o XIX. O Noroeste, o Centro-Occidental, o Norte Central e o Norte Pioneiro formam a região **Norte do Estado**, que faz parte do Paraná Moderno, povoada e desenvolvida durante os primeiros sessenta anos do século XX, ainda que o Norte Pioneiro tenha uma história mais antiga. Para

¹²² Datação de Cardoso e Westphalen (1986) para região de ocupação no período. Estes mesmos autores identificam o início do núcleo de povoamento entre 1920 e 1940.

¹²³ Cardoso e Westphalen (1986) datam de 1880 / 1900 o período de criação do núcleo de povoamento. Foi elevada a distrito em 1910, a município em 1914.

¹²⁴ Datação de Cardoso e Westphalen (1986) para região de ocupação no período. A colonização iniciou-se por volta de 1940. (AGUILERA, 1996 e FERREIRA, 1996)

¹²⁵ Datação de Cardoso e Westphalen (1986) para região de ocupação no período. A colonização iniciou-se por volta de 1940. (AGUILERA, 1996 e FERREIRA, 1996)

¹²⁶ A região de Maringá foi ocupada entre os anos de 1920 e 1940, mas o núcleo de povoamento, segundo Cardoso e Westphalen (1986) é do período entre 1940 e 1960.

¹²⁷ Ferreira (1996) afirma que em 1950 começou a ocupação da localidade por gaúchos descendentes de alemães. Aguilera (1996, p. 51) confirma o fato: “a colonização de Marechal Cândido Rondon é bastante recente. Data de 1950 a chegada das primeiras famílias”. Para Cardoso e Westphalen (1986), o povoamento foi iniciado no período entre 1940 e 1960. No período anterior, de 1920 1940, já havia concessões de terras no local.

formar o **Oeste e o Sudoeste**, regiões de povoamento também tardio, já no século XX, juntam-se as mesorregiões Oeste e Sudoeste.

4.3 O NORTE, O SUL E O OESTE

Iniciemos pelo Norte do Estado, considerado agora a partir da organização feita por Mercer (1992). Isso significa que algumas das variantes reunidas no grupo inicial estarão fora dele agora. Essas quatro variantes ocorrem apenas no Norte,

- *atoleiro* (nº 8 – TERRENO ÚMIDO);
- *boneca-de-saci* (nº 41 – COGUMELO);
- *dente queiro* (nº 66 – DENTE DO SISO);
- *pilão* (nº 65 – DENTES MOLARES).

Para a primeira variante, o exame dos dicionários não trouxe referências ao uso no Paraná. Segundo **Cunha**¹²⁸ (1986), é uma lexia antiga do português, datada do século XVI. Reunindo para estudo as outras duas variantes de mesma base, *atoledo* (a mais produtiva das três) e *atolador*, observamos que, no **Aurélio**, *atoledo* é um brasileirismo da Amazônia no mesmo sentido de *atoleiro* e *atolador*. Para **Houaiss**, *atoledo* é um regionalismo do Rio Grande do Sul, mas no **Dicionário sul-rio-grandense** encontramos apenas *atolador*. As outras obras regionais consultadas não registram as variantes, mas *atoledo* já havia sido encontrada no litoral do Paraná (Guaraqueçaba) por Mercer (1977).

Essa variante, a mais produtiva, possui uma arealização voltada para o leste e para o Norte do Estado. As outras duas têm a mesma produtividade. *Atoleiro* é a que fica mais ao Norte; *atolador* irradia-se um pouco mais a Oeste, mas ainda se concentrando no Norte Pioneiro. Sempre no Norte do Estado é que as ocorrências são mais homogêneas. A região na qual também ocorre a variante *atolador* recebeu migrantes de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, onde, segundo o **Dicionário sul-rio-grandense**, essa variante está registrada. Os informantes desses pontos refletem essa característica da população.

Retomando o registro feito por Mercer (1977), podemos verificar que *atoledo* pode estar se retraindo, já que ela se distribui em uma região próxima a Guaraqueçaba (nº 46). A área de ocorrência é razoavelmente fragmentada, o que aumenta as chances de ser

¹²⁸ **Cunha** não registra *atoledo* nem *atolador*.

esta variante uma forma em desaparecimento. Segundo o **Houaiss**, *atoledo* é a forma de datação mais recente (1899), seguida de *atoleiro* (séc. XV) e *atolador* (de *atolado*, século XIV). É interessante notar que a produtividade aumenta em proporção direta com “modernidade” da variante, mas as áreas consideradas mais antigas retêm um item mais inovador: *atoledo*.

No entanto, embora mais recente, *atoledo* não é de uso comum, num registro de uso considerado padrão, não ocorrendo, por exemplo, no Dicionário de Usos do Português do Brasil (BORBA, 2002), que traz apenas *atoleiro*. Este último item foi também selecionado por Aguilera (1996) para título da questão nº 11, que dá origem à carta nº 8. Nesse caso, cremos que a distribuição de *atoledo* e de *atolador* são coerentes com uma configuração areal com base na origem dos povoadores, uma vez que ambas são formas que aparentemente seriam mais regionalizadas, embora não tenhamos indícios da origem da primeira.

Quanto a *atoleiro*, teremos de observar se, em contraste com variantes que têm também representatividade na língua escrita padrão em uso no Brasil, haveria uma explicação para sua distribuição. Em relação à carta nº 8, verificamos ainda que o número maior de concorrência entre as lexias está justamente na região nordeste do Estado e que são essas três variantes as que vão interferir no processo de ocupação total do espaço por *banhado* (1ª em produtividade) e *brejo* (2ª em produtividade).

Essas duas variantes integram a nomenclatura do Dicionário de Usos do Português do Brasil (BORBA, 2002), podendo ser tomadas, portanto, como parte da norma padrão. *Brejo* está também registrada no **Dialeto Caipira**, de Amadeu Amaral (1982), mas não como forma desse dialeto. Aparece no verbete para curió e curruíra (do brejo), explicando a acepção. Isso significa que, para o estudioso, *brejo*, no sentido de TERRENO ÚMIDO, não era item lexical que fosse típico do dialeto que ele descrevia. O **Aurélio** e o **Houaiss** a classificam como regionalismo do Nordeste, o que pode explicar sua distribuição ao Norte. Resta, no entanto, compreender a presença nos pontos do Litoral, já que são áreas bem distintas. Vasconcelos (2004) admite que a variante pode ter sido introduzida primeiramente no litoral, cujo povoamento é mais antigo, como vimos, e, num segundo momento, essa mesma variante teria sido reintroduzida pelos imigrantes mineiros e paulistas no noroeste paranaense.

A teoria Neolingüística afirma que, de duas áreas, se uma é menor que a outra e se ocupa regiões periféricas, essa é a área da forma mais antiga. Aplicando essa

“regra” ao mapa nº 8, temos que *banhado* seria a forma mais recente e estaria avançando sobre a área de *brejo*, que terminaria por desaparecer.

É importante anotar duas idéias neste momento. A primeira é que, sendo *brejo* uma variante já relativamente conhecida, a formação de uma área negativa, isto é, em que ela não é usada, leva à constatação do quão forte é a ligação dos informantes com o dialeto que usam. A segunda constatação é sobre a própria escolha dos informantes, que foi bastante acertada e suficientemente bem conduzida para que pudéssemos chegar ao conhecimento deste fato.

Observamos uma relação entre *atoledo*, *atoleiro* e *atolador*, tomadas em conjunto, com o Norte do Estado e a região Oeste. A relação entre as áreas, porém, não se limita a essas variantes. Podemos encontrar outros exemplos que, com predominância no norte, difundem-se para o Oeste do Paraná. Entre eles, temos alguns previamente selecionados como “nortistas” e outras do Oeste. Retomaremos, neste momento, as três variantes que consideramos apenas do Norte do Estado.

- *boneca-de-saci* (nº 41 – COGUMELO);
- *dente queiro* (nº 66 – DENTE DO SISO);
- *pilão* (nº 65 – DENTES MOLARES).

Essas três variantes permanecem no Norte, nunca passando do ponto nº 24 (São Pedro do Ivaí). Sua produtividade é baixa (entre 2 e 6 ocorrências) e apenas *dente queiro* está dicionarizada, sendo considerada como regionalismo do Nordeste, o que é coerente com sua posição, uma vez que, como vimos, o norte do Estado foi povoado por paulistas e mineiros. *Pilão* e *boneca-de-saci* não foram encontradas em outra obra consultada nesta tese. Na mesma situação está *sombrinha* (nº 39 – COGUMELO). A pequena produtividade pode se explicar com base no fato de que são criações populares que, sendo novas e de um campo restrito do léxico, não foram disseminadas, além de haver uma concorrência grande na denominação popular do referente.

Outras variantes como *urubu*, por exemplo, concentram-se no noroeste, mas avançam mais uniformemente pelo território até o Centro. É uma carta especial, uma vez que as duas variantes para “ave preta que come carne podre”, *corvo* e *urubu*, apresentam uma divisão bem marcada, mas apenas quando se estabelece como critério a ordem da resposta: *urubu* ocorre como primeira resposta no norte do Estado e *corvo*, no sul. O mapa nº 50, que representa a variação na denominação da ave demonstra a presença das duas denominações em toda a região paranaense, no entanto, na isoléxica nº 173, fica clara a distinção. Como já afirmamos na análise anterior, ambas as denominações ocorrem em todo o Paraná com

exceção de cinco pontos no norte do Estado onde só ocorre *urubu* e de três pontos ao sul onde só ocorre *corvo*. A produtividade é um pouco menor para *urubu*: 29 pontos (45%), e 36 pontos para *corvo* (55%).

A distribuição desta última chega ao norte do Paraná em quatro pontos, dois no Norte Pioneiro: nº 17 (São Jerônimo da Serra) e nº 18 (Ibaiti), e dois no Norte Central: nº 30 (Ivaiporã) e nº 35 (Manoel Ribas). Na análise com base nos dicionários, levantamos a hipótese de que a denominação *corvo* tenha se fixado a partir do sul do país, contando com os indícios trazidos pela carta sintética de Bunse (1969) e pelo registro no Dicionário-sul-riograndense em contraponto com a ausência nas obras nordestinas. Outro indício importante é a própria distribuição da variante. Também *mofo* (nº 41 COGUMELO) e *sombrinha* (nº 39 – COGUMELO) não passam da parte central do mapa.

Isso nos leva a observar a formação de uma outra área, na qual podemos distinguir, além das duas variantes, *felipe* (nº 46 – BANANA DUPLA), *chato* (nº 65 – MOLARES), *papagaio* (nº 87 – PAPAGAIO), e, por fim, *córrego* (nº 2 – RIO PEQUENO), ainda que esta, apesar de se concentrar ao Norte, ocorre em pontos fragmentados no Sul.

O que há, então, é uma arealização em que, de acordo com os princípios geolingüísticos, organiza-se periféricamente em áreas de transição, nas quase serão incluídas variantes de outras regiões. O Norte central do Estado é uma região de alto nível de urbanização, como já vimos, o que concorre para transformá-lo num pólo de concentração e de irradiação de formas lingüísticas.

Como já mencionamos anteriormente, as próximas variantes ocorrem também ao Norte, mas se concentram na direção noroeste. A ligação com o Oeste permanece, mesmo deixando espaços vazios entre as regiões.

- *caracará* (nº 51 – GAVIÃO);
- *faisca* (nº 31 – RAIIO);
- *brejo* (nº 1 – TERRENO PRÓPRIO PARA CULTURA DO ARROZ);
- *brejo* (nº 8 – TERRENO ÚMIDO).

Às vezes, como em *caracará* (nº 51 – GAVIÃO), há uma ocorrência em um ponto afastado da região de concentração. Entretanto, se retornarmos à análise do ponto de vista do nível de linguagem, veremos que essa variante está mais próxima do léxico comum, da própria norma padrão, estando, novamente, registrada no *Dicionário de Usos do Português Brasileiro* (BORBA, 2002). Também Saint-Hilaire (1964), em passagem pelos Campos Gerais do Paraná, cita o *caracará*, como já mencionamos.

Por isso, consideramos que a referência a uma variante fora da região em que ela costuma ocorrer não invalida a interpretação que leva em conta o fato de haver uma área com certa homogeneidade de ocorrência e que, por isso, se torna significativa. O que não nos parece significativo, ou melhor, não oferece indícios de uma configuração baseada no tipo de povoamento da região são as variantes que apresentam distribuição fragmentada por todo o Paraná, não se concentrando em nenhuma das regiões histórico-geográficas já estudadas, como já sabemos que ocorre com:

- *raio* (nº 31 – RAIIO);
- *trovoada* (nº 28 – TROVOADA);
- *trovejano* (nº 28 – TROVOADA).

É preciso considerar, então, que, ao que tudo indica, há dois níveis de vocabulário recolhidos pelo ALPR (AGUILERA, 1990/1994). Um deles é composto por lexias mais próximas da norma padrão, que possuem uma frequência de uso maior, constando inclusive em um dicionário como o “de usos do Português do Brasil” (BORBA, 2002). Outras têm uma frequência menor, um uso talvez mais limitado ao ambiente rural ou pouco escolarizado, como *piúca*, *boneca-de-saci*, *felipe*, *inconha*, *fuzilo*, *calmario*, *dente queiro*.

Um fato que torna algumas das cartas que analisamos bastante interessantes é que, em conjunto, as ocorrências coincidem, aproximadamente, com a região que Altenhofen (2002, p. 145) indica quando faz uma análise das áreas fonéticas e morfossintáticas do Atlas Lingüístico Etnográfico da Região Sul – ALERS ¹²⁹ (KOCH; KLASSMANN; ALTENHOFEN, 2002):

- *boneca-de-saci* (nº 41 – COGUMELO);
- *brejo* (nº 1 – TERRENO PRÓPRIO PARA CULTURA DO ARROZ);
- *brejo* (nº 8 – TERRENO ÚMIDO);
- *caracará* (nº 51 – GAVIÃO);
- *faisca* (nº 31 – RAIIO);
- *dente queiro* (nº 66 – DENTE DO SISO);
- *pilão* (nº 65 – DENTES MOLARES).

Observa-se que algumas variantes ocorrem tanto numa área quanto na outra, demonstrando a impossibilidade de demarcar rigidamente as fronteiras dialetais. No artigo,

¹²⁹ O perfil dos informantes do ALERS (KOCH; KLASSMANN; ALTENHOFEN, 2002) é um pouco diferente do ALPR (AGUILERA, 1990/1994). No primeiro atlas, na área rural, deviam ter idade entre 28 e 58 anos; serem preferencialmente analfabetos ou de pouca escolaridade; e “deu-se preferência a entrevistar casais, figurando normalmente o marido ou um filho como informante principal” (KOCH; KLASSMANN; ALTENHOFEN, 2002, p. 19).

Altenhofen (2002, p. 116) deixa claro que está considerando ainda como hipotéticas as áreas que demarca, pois, para “para uma análise completa, [...] ainda resta por concluir toda uma série de mapas semântico-lexicais, em fase de elaboração”. Essa área compreende parte do Norte Pioneiro, dividido na altura do ponto nº 074 (Santo Antônio da Platina/ALERS) aproximadamente equivalente ao nº 13 (Ribeirão do Pinhal) e nº 6 (Jacarezinho) no ALPR (AGUILERA, 1990/1994), e segue em linha reta até o oeste paranaense onde termina entre os pontos nº 194 e 264 (Medianeira e Capanema no ALERS), este último numerado como ponto nº 48 no ALPR (AGUILERA, 1990\1994). Altenhofen (2002) a denomina “Zona Lateral do Paraná do Norte”, considerada também por Koch (2000) como “feixe secundário paranaense”, que “divide o Estado aproximadamente ao meio, no sentido leste-oeste” (KOCH, 2000, p. 58).

Essa região apresenta alguma homogeneidade quanto à data de ocupação, pois foi desenvolvida nos primeiros sessenta anos do século XX. Faz parte do Paraná Moderno, já discutido no capítulo sobre a história. De modo geral, o povoamento foi feito por migrantes paulistas e mineiros, mas havia também os migrantes paranaenses, nordestinos, que vieram em maior número para Norte Central e para o Noroeste do Paraná, juntamente com gaúchos, que povoaram, de maneira mais incisiva, o sudoeste do Estado (FILIPAK, 2002, p. 348). *Brejo* (carta nº 8 – TERRENO ÚMIDO), por exemplo, mantém-se concentrada no Norte, mas difunde-se para o Oeste até os pontos nº 33, Assis chateaubriand; nº 34, Campina da Lagoa e nº 47, Foz do Iguaçu. A ligação entre a região Norte e Oeste do Paraná existe por conta da cultura do café, segundo Wachowicz (1988),

depois de ocupar o norte propriamente dito [...] [a frente produtora de café] atravessou o rio Piquiri e penetrou na região oeste. Nesta região foi responsável inclusive pela formação de inúmeros municípios da margem esquerda desse rio, isto é, já no oeste paranaense: Terra Roxa, Assis Chateaubriand, Nova Aurora, Jesuítas, Formosa do Oeste, etc.

Como os pontos localizam-se na região apontada por esse historiador, podemos pensar que a variante, vinda do nordeste com os migrantes, tenha mesmo se irradiado para o Oeste. Ajuda a confirmar tal hipótese a presença da marca de uso regional nos dicionários consultados. Cabe observar, entretanto, que, embora seja uma área razoavelmente homogênea do ponto de vista étnico, não o é totalmente do ponto de vista da época de povoamento. Ao que parece, no entanto, as diferenças de cerca de vinte anos entre o estabelecimento de uma e outra área não provocou grandes rupturas na comunidade como um todo. *Felipe* (nº 46 – BANANA DUPLA) ocorre numa área cuja colonização se deu entre os

períodos entre 1900-20, 1920-40 e entre 1940-60. Ocorre até mesmo em pontos nos quais o povoamento foi obra do século XIX. No entanto, sua prevalência homogênea em todo o Norte paranaense está, muito mais provavelmente, ligada ao fato de ser forma atestada em São Paulo conforme podemos observar no mapa que o Prof. Pedro Caruso, em artigo de 1982, elabora.

Em oposição, há variantes que ocorrem apenas ou mais homoganeamente no Sul. *Trovoada* (nº 27 – TROVÃO), *corvo* (nº 50/ 173), *calmario* (nº 30 – RELÂMPAGO), *tormenta* (nº 29 – TEMPESTADE), *dente-do-siso* (nº 66 – DENTE DO SISO), *gêmea* (nº 46 – BANANA DUPLA). Poderíamos incluir nessa listagem, como variante sulistas, *pandorga* (nº 87 – PAPAGAIO), *sanga* (nº 2 – RIO PEQUENO) e *lajeado* (nº 2 – RIO PEQUENO, pois todas ocorrem a sudoeste do Estado, tocando um pouco mais ou menos a região central. Porém, trataremos melhor essas cartas quando discutirmos essa região.

Retomando então as variantes que possuem uma dispersão do sul para o norte, observamos que as duas últimas estendem-se muito mais ao norte, mas conservam muito mais homogeneidade no Sul. *Dente do sisso*, por exemplo, praticamente não ocorre na região noroeste do Estado, enquanto *gêmea* também fica mais rarefeita nessa região. Esta última só foi encontrada no trabalho de Imaguirre, **Estudo com Vistas a um Atlas Lingüístico da Ilha de Santa Catarina**. Não possui acepção registrada nos dicionários consultados. É mais produtiva da carta nº 46 e concorre com *filipe* e *inconha*. *Felipe*, tem ocorrência no Norte e *inconha* concentra-se na região do Paraná Tradicional, sendo usada exclusivamente pelos informantes do litoral.

Felipe e *gêmea* formam uma área de transição que inclui o centro do Estado, o Norte Central e o Norte pioneiro. Em uma pequena região, no Noroeste, resta apenas *felipe*. Ainda que ocorra numa área menor, esta variante não parece estar vendo diminuído seu uso, porque na maior parte dessa área de uso comum, os informantes lembram, ambos, de *felipe* e, na maior, parte um ou outro informa *gêmea*. Ambas estão registradas no *Dicionário de Uso do Português do Brasil* (BORBA, 2002).

Dente do sisso, por sua vez, parece ser mesmo termo da linguagem comum, estando registrado no dicionário de Borba (2002). Concorre com *dente do juízo*, *de leite*, *queiro* e “*curnio*”. Coocorre com *dente-do-juízo*¹³⁰ em dez pontos, equilibradamente dispersos pelo mapa e por isso não podemos falar de uma área de transição entre as variantes. Na região em que não ocorre, o Noroeste, a lexia informada é *dente do juízo*. Ao que parece,

¹³⁰ Não está registrada no D.U.P. (BORBA, 2002)

as duas formas são variantes em uso, até porque a diferença de produtividade é de doze pontos a mais para *dente-do-siso*. As outras variantes da carta têm uma produtividade muito mais baixa do que essas duas lexias.

As quatro primeiras variantes, embora se concentrem ao Sul, terminam por tocar em pontos do Norte. Essa dinâmica cria uma área de transição, de intersecção, que vem desde o sul até as mesorregiões centrais: ponto nº 41 (Pitanga), nº 34 (Campina da Lagoa) e nº 31 (Tibagi), não ultrapassando, na média, a altura do ponto nº 29 (Campo Mourão), a não ser na região do Norte Pioneiro (pontos nº 4, 17, 18, 19, 20), em cartas diferentes.

4.4 O SUL, O SUDOESTE E O PARANÁ TRADICIONAL

Pelo menos três variantes ocorrem numa região mais marcada na região Sul: o Sudoeste.

- *lajeado* (nº 2 – RIO PEQUENO);
- *pandorga* (nº 87 – PAPAGAIO);
- *orelha-de-velho* (nº 40 – COGUMELO).

Ocorrem todas no sudoeste paranaense, região, como já afirmamos, povoada por migrantes gaúchos e catarinenses, bem como por imigrantes de diversas origens. *Lajeado*, porém, ocorre em um ponto no Norte Pioneiro: Siqueira Campos (nº 19). Não há uma explicação evidente para essa distribuição, porque os informantes são da localidade, pais e cônjuges também ou de locais circunvizinhos. Apenas a informante menciona a variante. Brasileirismo para os dicionários gerais, nesta acepção, *lajeado* ocorre no **Vocabulário Sul-rio-grandense**. São formas de produtividade bastante reduzida.

Pandorga, como vimos na análise da situação em dicionários e produtividade, é forma característica do sul, registrada no trabalho de Imaguirre (1999) para a Ilha de Santa Catarina e no **Dicionário sul-rio-grandense**. A área em que ocorre foi predominantemente povoada por migrantes vindo do sul, como já discutimos nesta tese. A variante alcança o centro do Estado, o que, como já observamos também, ocorre com várias outras, no ponto nº 35, Manoel Ribas.

Outra variante listada entre as “sulistas” e que comentaremos agora é *banhado* (nº 1 – TERRENO PRÓPRIO PARA A CULTURA DO ARROZ). Embora seja considerada por alguns dicionaristas como oriundo do espanhol platino e seja realmente de

uso no Sul do Brasil, ao menos nas áreas que nossa pesquisa pôde alcançar, ocupa praticamente todas as áreas paranaenses vistas até agora, tanto como TERRENO PRÓPRIO PARA PLANTAR ARROZ quanto na acepção de TERRENO ÚMIDO. A produtividade desta última acepção (42 pontos de ocorrência – 64 %), é superior à da primeira (24 pontos – 36%), que não foi encontrada nos dicionários e vocabulários utilizados. É a segunda lexia em produtividade no mapa nº 1. No nº 8, quando se deixa de dar ênfase ao sema “plantação de arroz”, *banhado* sobe ao primeiro lugar, como já discutimos, quase dobrando de produtividade. Permanece nas mesmas áreas, tornando apenas mais densa sua rede de ocorrências.

Os pontos lingüísticos onde *banhado* não é registrada, na carta nº 8, sendo substituído por outras variantes, estão concentrados no Norte. Na carta nº 1, as áreas em que não ocorrem são mais equilibradas. Na região Norte, concentram-se, por sua vez, *brejo* (nas duas cartas) e *vargem* (mapa nº 1), que é, inclusive, concorrente de *banhado* em vários pontos. É claro que, sendo uma variante altamente produtiva, *vargem* (mapa nº 1) não estaria restrita a uma região. Dos trinta e dois pontos que se encontra ao sul do Paraná, ela ocorre em dezenove deles, ou seja, cerca de 59%. No Norte, ocorre em vinte e seis pontos dos trinta e três que selecionamos, isto é: 78%. Portanto, embora ocorra em todo o Paraná, podemos dizer que é forma predominante do Norte do Estado, enquanto *banhado* ocupa o Sul. Os dados advindos da dicionarização confirmam essa hipótese.

As cartas, e obviamente as variantes, que ocorrem ao sul possuem uma dificuldade extra para serem analisadas. Isso porque, como vimos quando estudamos a história do Paraná, a região sudoeste tem uma história social bastante diversa daquela ocorrida no sudeste. Este último território paranaense foi povoado durante o século XIX, compondo parte do Paraná Tradicional. De fato, a simples observação das realizações das variantes “sulistas” nas cartas já demonstra isso. Por isso, selecionamos *arroio* (nº 2 – RIO PEQUENO), *fuzilo* (Nº 31/30 – RAIIO/ RELÂMPAGO) e *rebento* (nº 27 – TROVÃO), para serem analisadas juntamente com as que se realizam a leste, na tentativa de surpreender uma área que se identifique com a região demarcada historicamente. Outras cartas serão inseridas conforme façam parte da área que ora analisamos.

Antes de mais nada, precisamos estabelecer a região com a qual trabalharemos, identificando os pontos que fazem parte do Paraná Tradicional. Aceitamos, por considerá-la bastante exata, a classificação feita por Mercer (1992) que reuniu as mesorregiões Centro-Oriental, Centro-Sul, Sudeste e Metropolitana de Curitiba como as que recobrem essa área. Para sermos rigorosos, e porque esta é uma área muito importante para a

nossa tese, já que por ela passou a maioria dos caminhos de tropas que ligavam o extremo sul ao sudeste e nordeste do Brasil, estabeleceremos precisamente que pontos serão considerados dentro desta área, passando a examinar mais detidamente aqueles que, possuindo ocorrências dessas variantes, não se localizam estreitamente na região do Paraná Tradicional.

- Paraná Tradicional – mesorregião Metropolitana de Curitiba:
 - Século XVII: Paranaguá (nº 55), Antonina (nº 45), Guaraqueçaba (nº 46), Curitiba (nº 54);
 - Século XVIII: Rio Branco do Sul (nº 44), Guaratuba (nº 65), Lapa (nº 63);
 - Século XIX: Adrianópolis (nº 38), Cerro Azul (nº 37), Rio Negro (nº 64);
- Paraná Tradicional – mesorregião Centro-Oriental:
 - Século XVIII: Tibagi (nº 31), Castro (nº 36), Palmeira (nº 53), Ponta Grossa (nº 43);
 - Século XIX: Ortigueira (nº 25), Jaguariaíva (nº 26);
- Paraná Tradicional – mesorregião Sudeste:
 - Século XVIII: União da Vitória (nº 61), São Mateus do Sul (nº 62);
 - Século XIX: Prudentópolis (nº 42), Irati (nº 52);
- Paraná Tradicional – mesorregião centro-Sul:
 - Século XIX: Guarapuava (nº 51), Laranjeiras do Sul (nº 50), Manguaçu (nº 59), Palmas (nº 60), Pitanga (nº 41).

Organizaremos as variantes com base num critério geográfico: as que se distribuem mais ao litoral estarão entre as primeiras.

- *urupê* (nº 38 – COGUMELO);
- *inconha* (nº 46 – BANANA DUPLA);
- *fuzilo* (Nº 31 – RAIO);
- *fuzilo* (Nº 30 – RELÂMPAGO).

As quatro cartas delineiam uma área que excede a do Paraná Tradicional em alguns pontos ao Norte e a Oeste. Examinaremos inicialmente *fuzilo* (nº 30 – RELÂMPAGO), que ocorre fora do Paraná Tradicional nos pontos nº 20, nº 29, nº 35 (N), nº 40 e nº 56 (O). Na primeira localidade, nº 20, as outras variantes usadas são: *calmario* e *relâmpago*. De fato, *fuzilo* é forma secundária: “Para outro nome ocorreu: ‘ah, os mais antigo dizia **fuzilo**.’” (AGUILERA, 1994, p. 82) O mesmo ocorre no ponto nº 29 e nº 35, com a exceção de que neste último não há registro de *calmario*. No ponto nº 40, já no Oeste paranaense, registram-se, além de *fuzilo*, *calmario*, *corisco* e *relâmpago*. No ponto nº 56, ocorre apenas *relâmpago*.

Na carta nº 31, para RAIO, *fuzilo* é a última forma em produtividade e ocorre estritamente na região do Paraná Tradicional, concorrendo com *raio* e *corisco*. A única variante que compõe uma área oposta a *fuzilo* é *faisca*, que ocorre apenas no Norte e no Oeste. *Relâmpago*, por sua vez, é complementar a *fuzilo*. Há uma semelhança interessante entre duas variantes, *corisco* e *raio*, que nos chama a atenção: elas são as únicas que ocorrem em toda a extensão territorial do Paraná. Apesar da diferença na produtividade, as duas ocupam as duas primeiras posições no quadro de variantes, ainda que *corisco* apresente metade das ocorrências de *raio*.

A realização de *raio* nas outras duas cartas em que ocorre é diferente. Na de nº 27, para TROVÃO, é registrada quase completamente na região do Paraná Tradicional, sobrando apenas três pontos fora dessa área: nº 58, nº 40, nº 35. Consideraremos essa área como significativa em relação ao povoamento porque, além de ser relativamente homogênea do ponto de vista espacial, há mais duas variantes que recuperam aproximadamente esse mesmo desenho no mapa paranaense: *arroio* e *rebento*. Além disso, em relação à ocupação do Paraná, dos quatorze pontos em que está registrada, os de nº 36, 62, 61 e 44 pertencem ao século XVIII, mas estão dentro da área do Paraná Tradicional, enquanto os de nº 58, 40, 27 e 3 foram povoados entre 1900 e 1920, podendo-se afirmar que há certa coerência na sua configuração.

Já na carta nº 28, *raio* mantém uma arealização centrada em duas áreas: entre o Norte Pioneiro e o Norte Central e entre o Sudeste e a Região Metropolitana, embora não chegue ao litoral. Em relação a *rebento*, observamos que sua variante, *arrebento* (TROVOADA), na carta nº 28, mantém a mesma área de ocorrência. A análise dessas variantes, portanto, nos leva a uma questão: a diferença de sentido levaria a uma diferença na arealização das variantes?

Para responder a essa pergunta, reuniremos as variantes, segundo suas diferentes acepções, na série entre as cartas nº 26 a nº 31 em que trabalhamos agora. Assim, temos alguns conjuntos de dados, organizados pela forma, mais três cartas, *faisca*, *calmario* e *temporal*, que ocorrem apenas uma vez na série. Tendo já discutido a primeira, acrescentaremos que as duas últimas produzem áreas bastante distintas no que se refere à configuração espacial: *calmario* ocorre predominantemente ao sul, subdividindo-se em duas áreas mais homogêneas, tendo os pontos nº 51 e nº 61 entre elas. Distribui-se para o centro do Estado e para o Oeste, em regiões de colonização mais recente. Quanto à *temporal*, como já vimos, ocorre em áreas fragmentadas, predominantemente no noroeste do estado. Voltaremos a ela um pouco depois.

Retomaremos a análise das variantes e dos sentidos que elas tomam na fala dos informantes, buscando por padrões areais. Já vimos que *fuzilo* e *(a)rrebento*, independentes da acepção que lhes emprestam os falantes, ocorrem nas mesmas áreas. Quanto à *raio*, há um movimento tanto para a semelhança quanto para a diferença, pois, entre o sentido de TROVÃO e TROVOADA há diferentes arealizações. Este último ocorre muito mais ao Sul. O sentido, entretanto, mais comum (RAIO), é registrado em todo o Paraná, o que termina por recobrir as áreas das outras acepções também. Há três pontos no Paraná, entretanto, em que a variante não ocorre: nº 1 e nº 8, no noroeste, nº 37 e nº 38, no norte da região Metropolitana, limítrofe com São Paulo. Os dois últimos datam do final do século XIX e têm uma importante ligação histórica com o Estado de São Paulo, embora Cerro Azul (nº 37) tenha recebido colonos ingleses, franceses, alemães, suíços e italianos, “que ali se estabeleceram cultivando café e cana-de-açúcar” (AGUILERA, 1996, p. 56). Os dois primeiros pontos mencionados, nº 1 e nº 8, foram povoados no século XX, por pioneiros vindos do interior paulista.

Nos dois últimos pontos, nº 37 e 38, ocorre *tormenta*, que está registrada em duas cartas: nº 28 (TROVOADA) e nº 29 (TEMPESTADE). As áreas são as mesmas, embora, na carta nº 28, *tormenta*, diminua em muito sua produtividade e suba um ponto no mapa em direção ao Norte Pioneiro, assim como faz na carta nº 29, pelo centro do Estado. Mas, é sem dúvida alguma, variante de ocorrência predominantemente sulista, aproximando-se da arealização de *corvo*, e, apesar da composição mais fragmentada, de *pandorga* e *calmario*. Observamos ainda, todavia, que esses casos não parecem estar ligados à data de povoamento, porque, como já mencionamos, o sul apresenta uma distinção a esse respeito, assim como em relação à etnia dos seus povoadores.

Tempestade, que ocorre nas cartas nº 28 (TROVOADA) e 29 (TEMPESTADE), embora apresente uma distribuição que atinge todas as regiões paranaenses neste último sentido, termina por concentrar-se ao Norte. É forma registrada em três dos pontos em que *raio* não ocorre, como vimos há pouco. Suas áreas são correspondentes, ambas com predominância no Norte do Estado. *Relâmpago*, que possui uma produtividade muito alta na carta nº 30 (RELÂMPAGO), só deixa de ocorrer em pontos ao sul e ao leste, principalmente na região central do Paraná Tradicional, formando um vazio que divide sua área em duas. Na carta nº 31 (RAIO) e na nº 28 (TROVOADA), essa tendência permanece, sendo que apenas como RAIO a variante ainda ocorre no nordeste do Estado. *Corisco*, variante usada na acepção de RAIO (carta nº 31) e RELÂMPAGO (Carta nº 30), estabelece a

mesma relação que as outras variantes estudadas: a região de ocorrência permanece a mesma, apesar da mudança de sentido.

O último grupo de cartas a ser examinado é o que se relaciona com *trovão*, distribuído entre as cartas nº 27 (TROVÃO) e nº 28 (TROVOADA): *trovão*, *trovoada*, *trovejo* e *trovejano*. Como vimos para as outras cartas, essas lexias também têm suas áreas superpostas, embora apresentem peculiaridades. Na carta nº 27, *trovoada* está concentrada ao sul, apesar de ter duas ocorrências no Norte Pioneiro. Na mesma carta, *trovão* concentra-se no Norte e Oeste, deixando parte do Paraná Tradicional vazio. Obviamente, dadas as produtividades de ambas, são formas concorrentes em vários pontos, principalmente, da região centro/oeste do Paraná, de ocupação mais recente, mas a divisão entre elas é clara. Na carta nº 28, na qual *trovoada* é muito mais produtiva do que *trovão*, essa “preferência” de organização espacial permanece, embora menos visível. As duas últimas variantes, *trovejo* e *trovejano*, ocorrem respectivamente ao sul e em pequenas ilhas em todo o Paraná. Essa coincidência de áreas ocorre também com *banhado* e *brejo*, variantes sobre as quais já discutimos.

Retomaremos neste ponto as variantes que analisávamos para tentar definir para uma área que se identifique com regiões demarcadas historicamente no sul do Estado. Deixamos para este momento *urupê* e *inconha*. Outras variantes serão acrescentadas à análise conforme forem importantes para a determinação da área que tentamos demarcar. *Urupê* acompanha quase toda a região do Paraná Tradicional, exceto nos pontos 59, 60 e 65, ultrapassando essa região nos pontos 25, 30, 34, 35, 40 e 47. A variante é oriunda do tupi, de acordo com a primeira análise que fizemos, o que se torna interessante para nossa tese, pois a região do Paraná Tradicional, sendo a mais antiga do Estado, tem uma história de convivência com o índio um tanto diferente das outras regiões paranaenses. Como vimos, o índio foi escravo dos mineradores, participou de bandeiras na caça de outros índios e sobrevivia, pelo menos até o início do século XIX, para ser combatido como inimigo.

Em um estudo já apresentado nesta tese, há um artigo que precisa ser retomado neste momento, pois, nele, Aguilera (2002) faz um estudo das denominações de origem tupi recolhidas pelo ALPR (AGUILERA, 1990/1994). Entre essas denominações estão *urupê*, *inconha* e *caburé* (carta nº 51 – GAVIÃO), que fazem parte do *corpus* desta tese. Das três, a primeira é a que tem a área mais bem estabelecida, desde os quatro pontos no litoral, *urupê* avança para o centro do Estado de maneira homogênea. *Inconha*, com uma produtividade menor, ocorre em todos os pontos do litoral e divide-se em uma área um pouco menor dirigindo-se para o Centro-Occidental do Estado. *Caburé*, com menor número de

ocorrência ainda, permanece quase que totalmente no litoral e primeiro planalto, ocorrendo apenas em um ponto na mesma região que a última variante.

No entanto, outras variantes também possuem áreas com a mesma distribuição. Uma delas é *fuzilo*, já discutida acima nesta tese. Outra é *bainha*, que ocupa uma área muito parecida com a de *urupê*. *Bainha* é forma antiga da língua, como vimos na análise com base na dicionarização, e concorre com *vagem* na denominação da VAGEM DE FEIJÃO. As áreas dessas duas variantes são complementares, instalando-se uma região de transição, na qual as duas são adotadas: nº 29, 30, 35, 40 e 26. *Vagem* avança pelo norte e pelo sul, alcançando os pontos nº 51 e 31. Foi registrada também no litoral, coincidindo com *bainha* no ponto nº 46. Relembrando o que recolhemos sobre essas variantes nos dicionários e vocabulários consultados e levando em consideração as áreas em que ocorrem, podemos afirmar que *bainha* é a forma mais antiga, ou conservadora, e *vagem* a inovadora. Essa é também a conclusão de Vasconcelos (2004), que estudou o litoral e o Norte do Paraná.

Outra variante que ocorre na região do Paraná Tradicional, e desta vez exclusivamente, é *raia* (nº 87 – PAPAGAIO). Além dessa região, só é registrada num ponto do norte Pioneiro: nº 5, Cambará, cujo povoamento se deu no início do século XX. Na carta nº 87, *raia* é variante menos produtiva. Nesse ponto, concorrem *papagaio*, forma majoritária, e *pipa*, segundo lugar em produtividade. As outras variantes são *papavento*, *pandorga* e *raia*. Estas duas últimas têm áreas complementares: *pandorga* ao sul/oeste e *raia* a leste. Papagaio ocorre predominantemente no Norte do Estado, mas alcança o Sul e até o litoral.

Também as variantes que denominam variedades de gavião, *pinhé* e *carancho*, possuem áreas mais homogêneas na região do Paraná Tradicional. Ambas distribuem-se para Oeste e para o Norte, principalmente o Pioneiro. *Carancho*, que tem uma produtividade maior, ocorre também numa área no sudoeste do Paraná. *Pinhé* ocorre também na carta nº 92 (GANGORRA – brinquedo – Q. 316), que não fez parte do *corpus* desta tese. Sua área coincide com a da carta nº 51 em quatro pontos, sendo registrado ainda em mais cinco pontos, sozinho (nº 60) ou concorrendo com *balança*. Tende a afastar-se, portanto, do litoral, completando, ainda que com 50% de produtividade, a área vazia entre as ocorrências do leste e do oeste na carta nº 51. Mas variantes com origem no tupi não são, ao que parece, exclusividade do Paraná Tradicional e suas imediações. *Caracará*, outra denominação para GAVIÃO, concentra-se no Noroeste do Estado, ocorrendo apenas em um ponto no sudeste. Neste local, ocorreu também *pinhé*.

Até este momento, identificamos três áreas de concentração lexical: o Noroeste e Oeste; o Norte e o Sul, como áreas de oposição, com uma área de transição no

Centro; e a mesorregião Metropolitana de Curitiba como foco moderno do que foi o Paraná Tradicional. A análise das variantes de formação composta não se mostrou produtiva. Apenas constatamos que 50% delas não ocorrem na área do Paraná Tradicional: das oito formas examinadas (cartas nº 40 e nº 41), quatro produzem ocorrências nessa região.

A origem das lexias já foi vista quando examinamos os tupinismos e verificamos que, embora possam ocorrer, e mais freqüentemente, na região mais antiga do Estado, eles são também encontrados em regiões distintas, como *caracará* no Norte. A variação semântica também foi analisada com as cartas da série nº 26 a nº 31. Trabalhamos também com a questão do nível lingüístico. Logicamente não estamos afirmando que o informante do ALPR (AGUILERA, 1990/1994) usa/usou a norma padrão da língua, até porque eles são previamente selecionados para não terem esse conhecimento, já que o mais caro objetivo da pesquisa dialetológica mais tradicional deseja é recolher formas antigas da língua antes que se percam.

O que, no nosso entendimento, o ALPR (AGUILERA, 1990/1994) demonstrou foi o uso que o falante rural analfabeto faz do vocabulário padrão. Assim, quando se refere aos fenômenos atmosféricos ou ao “cogumelo” revela de quantos níveis ou estratos lingüísticos é capaz de participar, utilizando tanto lexias rurais e populares como *bufo* ou *piúca* quanto lexias que fazem também parte da norma padrão como *tempestade*, *trovoada*, *cogumelo*, *mofo*, *bolor*. Revela também o quanto de uniformidade já faz parte do seu vocabulário, ainda que faça uso particular de certas variantes.

Retomando a questão história, fizemos um exame na região em que se concentraram os caminhos que levavam os tropeiros do Rio Grande do Sul a São Paulo, mas não podemos dizer que se formam áreas específicas, como as que separaram o Norte e o Sul ou o Noroeste do Estado e o Paraná Tradicional. Há, é verdade, variantes que ocorrem na região, como *pinhé*, *fuzilo*, *carancho*, *tormenta*, *queixal*, *urupê*, mas suas ocorrências não se restringem à região dos caminhos.

A análise que fizemos nesta tese parece fornecer indícios suficientes para se tomar como verdadeira a tese de que o léxico rural recolhido pelo ALPR (1990/1994) pode revelar aspectos da dinâmica vocabular no Estado, relacionando esse conjunto de variantes ao uso dos povoadores da região. Quanto a este último aspecto, fazem falta outras descrições do uso nas regiões nordestinas, mineiras ou paulistas. Tendo essas reflexões em mente, percebemos a importância dos trabalhos regionais, centrados em inquéritos *in loco*, para podermos estabelecer com certeza a dinâmica dessas variantes no espaço geográfico, além da

necessidade de se buscar fontes seguras de dados de épocas mais antigas do português para que se possam construir hipóteses cada vez mais sólidas sobre a língua portuguesa do Brasil.

Retomando a questão histórica, fizemos um exame na região em que se concentraram os caminhos que levavam os tropeiros do Rio Grande do Sul a São Paulo, mas não podemos dizer que se formam áreas específicas, como as que separaram o Norte e o Sul ou o Noroeste do Estado e o Paraná Tradicional. Há, é verdade, variantes que ocorrem na região, como *pinhé*, *fuzilo*, *carancho*, *tormenta*, *queixal*, *urupê*, mas suas ocorrências não se restringem à região dos caminhos. Outro exame que deixamos para o final foi o da influência dos imigrantes no léxico rural paranaense.

Ainda que em pequeno número, foram localizadas variantes que permitem perceber, na voz dos informantes, a convivência estreita que muitos tiveram, e ainda têm, com espanhóis, italianos, alemães, entre outros. Mais do que isso, as variantes ocorreram dentro de uma área na qual a imigração foi bastante forte:

- carta nº 30 (RELÂMPAGO), no ponto nº 58, Pato Branco, ocorre: “Perguntado por ‘outro nome’, comentou que costumava usar o termo italiano **lampezo**” (AGUILERA, 1994, p. 82);
- na mesma carta, no ponto nº 61 (União da Vitória), a informante registra “relampo” inicialmente, “para outro nome, ocorreu: ‘em polonês também tem, é **vuesca**’ (AGUILERA, 1994, p. 82);
- na carta nº 41 (COGUMELO), a informante do ponto nº 27 (Guaíra) respondeu: “isquici em português. Em castelhano [é] **hongo**, né [...] e quando nós era criança, mai nós falava assim misturado, né, castelhano, sabemos mais nome assim” (AGUILERA, 1994, p. 104);
- na mesma carta, no ponto nº 33, ocorre: “respondeu que não sabia o nome. Em alemão chamavam por [**suam**].” (AGUILERA, 1994, p. 104);
- na carta nº 65 (DENTES MOLARES), registrou-se no ponto nº 32 (Marechal Cândido Rondon): “em alemão é **Verstandszahn**, significa **dente da idéia**.” (AGUILERA, 1994, p. 154).

CONCLUSÃO

Neste momento, faremos apenas uma breve retomada das questões principais da pesquisa, a título de fechamento formal do trabalho, pois as idéias que poderiam concluir o estudo foram já apresentadas no capítulo anterior, seguindo as linhas de reflexão sobre léxico, história social e ALPR (AGUILERA, 1990/1994).

Retomamos, então, o objetivo da tese: aprofundar o conhecimento sobre o léxico rural paranaense. Para executá-lo, procuramos estudar a história do Estado e refletir sobre a situação lingüística relacionada aos diversos grupos que ajudaram a formar o Paraná de hoje. Outra necessidade foi estudar o que já havia sido pesquisado sobre o léxico, reunindo os trabalhos que, desde o século XIX, vinham sendo elaborados sobre o Paraná. Foram reunidas vinte e nove obras entre relatos de viagens, monografias dialetais, teses e dissertações, bem como artigos, para procurar por um conhecimento que nos ajudasse a chegar ao segundo objetivo deste trabalho: explicar a dispersão, a dinâmica vocabular de variantes léxicas selecionadas a partir da cartografia do ALPR (AGUILERA, 1990/1994) no espaço geográfico do Paraná, com base em dados lingüísticos e naqueles relativos à história social do Estado.

Utilizando a base teórica da Geografia Lingüística e conceitos teóricos da Lexicologia e da Sociologia, selecionamos os mapas do Atlas Lingüístico do Paraná – ALPR (AGUILERA, 1990/1994), organizando-os qualitativa e quantitativamente. Ao final, selecionamos vinte cartas, que se desdobraram em noventa, pois, para proceder à análise e comparação de cada arealização foi preciso desconstruir os mapas de acordo com o número de variantes que eles possuíam. Todos eles foram impressos em papel vegetal para permitir a visualização das áreas e a comparação. Esses mapas e os que são necessários para estudar as áreas conforme fizemos nesta tese, estão anexos, em pasta separada, para facilitar a consulta aos dados.

As variantes foram estudadas do ponto de vista de sua inserção nos dicionários gerais de língua portuguesa e em vocabulários regionais, de sua produtividade no *corpus*, das relações semânticas que contraíram entre si. Todos os dados recolhidos no estudo dos trabalhos sobre o Paraná, sobre a história da sociedade paranaense e sobre as variantes foram reunidos no último capítulo para interpretar as distribuições no território paranaense.

Nesse momento, traços extralingüísticos, como a origem e constituição étnica da população, atividades econômicas, densidade demográfica e redes de comunicação,

migração histórica, grau de isolamento e de urbanização foram levados em conta para chegarmos à conclusão do trabalho.

Em síntese, observamos que o Paraná possui três grandes áreas lexicais, que, como sabemos, interagem e estão mediadas por áreas de transição. O Norte do Estado possui suas próprias características léxicas, com um vocabulário oriundo em parte de mineiros, paulistas e nordestinos que, a partir do século XX, desenvolveram a região. O Sul possui também características próprias e as variantes que nela ocorrem resultam em boa parte do contato com indivíduos da Região Sul, catarinenses e gaúchos que povoaram a região também a partir do século XX. No centro norte do Estado localiza-se uma área de transição na qual as variantes coocorrem. Essa área ficou localizada na altura dos pontos 24 e 29, São Pedro do Ivaí e Campo Mourão.

Além da delimitação dessas áreas, foi possível observar a influência da norma padrão e dos imigrantes no léxico dos informantes do ALPR (AGUILERA, 1990/1994). Não foi encontrada nenhuma área que o léxico pudesse ser atribuído à influência dos tropeiros; entretanto, é fato que os caminhos que atendiam às tropas passavam pelos Campos Gerais, parte da região denominada Paraná Tradicional, território mais antigo do Estado, que se distribui desde o litoral até o centro, chegando a encostar na região do Norte Pioneiro. Por outro lado, os diversos autores de relatos mais antigos insistem em afirmar que a influência espanhola nos hábitos lingüísticos dos paranaenses de outrora era fruto do contato com os tropeiros, que faziam a ponte entre o Rio Grande do Sul, Argentina, Paraguai, Uruguai e os Campos Gerais paranaenses. Resquícios dessa influência existem ainda hoje na herança de variantes com origem no espanhol que são ocorrentes, em grande parte, no Sul do Estado.

Entre outros resultados alcançados, observamos a importância do método geolingüístico para a complementação dos dicionários gerais, tendo em vista as diversas discrepâncias que encontramos na busca por indícios de ocorrência em uma ou outra região geográfica do país. A elaboração de atlas lingüísticos permitem o mapeamento de usos de uma variante, registrando não só a área em que ela é usada, mas os sentidos que lhe emprestam seus usuários, incluindo, em atlas de natureza multidimensional, a verificação dos níveis de linguagem em que são usadas.

Os indícios trazidos pelos dados do ALPR são interessantes porque a rede de pontos lingüísticos demonstra certa imparcialidade histórica, pois foi construída com critérios históricos, é claro, mas também geográficos. Como vimos na análise do ALPR (AGUILERA, 1990/1994), os pontos distribuem-se equitativamente no mapa do Estado.

Quanto ao questionário, pode-se afirmar que, até certo ponto, é estranho aos temas que poderiam trazer maior contribuição a uma caracterização do vocabulário usado pelo informante rural, pois não está centrado em áreas como a da erva-mate ou no vocabulário específico da criação de eqüinos e bovinos, ou mesmo no vocabulário da agricultura mais recente, como soja e algodão. Talvez esses temas fossem interessantes para estabelecer, por exemplo, o tipo de influência que os tropeiros deixaram. Também não formaram séries de questões temas sobre a luta pela terra, as variantes que os imigrantes poderiam ter trazido consigo. No entanto, o questionário, fruto da comparação com o do ALESP (CARUSO, 1983), foi eficientemente aproveitado, tornando-se eficiente instrumento de trabalho, recolhendo material para inúmeros outros estudos. Por outro lado, sabemos que a pesquisa de campo tem suas exigências e essas nascem do contexto em que o trabalho é feito. Um questionário muito amplo poderia levar ao impedimento da investigação. Além disso, a comparação de dados é uma necessidade na pesquisa e a possibilidade de o fazer com um Estado tão próximo cultural e fisicamente do Paraná é sempre muito interessante.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, Vanderci de Andrade. Tupinismos lexicais no português brasileiro: trilhas e traços no Paraná In: GROBE, Sybille; SCHÖNBERGER, Axel. (em colaboração com Cornelia Döll e Cristine Hundt) (Eds.) **Ex oriente lux: Festschrift für Eberhard Gärtner zu seinem 60. Geburtstag.** Frankfurt am Main: Valentia, 2002. v. 1, p. 19-39.

_____. Estudos dialetológicos no Paraná: caminhos e perspectivas In: **Estudos de Geolingüística do Português Americano.** Frankfurt am Main: TFM (Teo Ferrer de Mesquita), v. 18, p. 95-120, 2000.

_____. **Atlas lingüístico do Paraná** – Apresentação. Londrina: Ed. UEL, 1996.

_____. **Atlas lingüístico do Paraná.** Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1994.

_____. **Atlas lingüístico do Paraná.** v. 1. 1990. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.

_____. **Aspectos lingüísticos da fala londrinense:** esboço de um atlas lingüístico. Londrina: CONCITEC / UEL/ Prefeitura Municipal de Londrina, 1987.

_____.; VASCONCELOS, Celciane Alves. Para uma abordagem histórico-social da fala rural de Castro-PR: a presença de tupinismos. **Signum: estudos da linguagem**, Londrina, v. 6, n. 1, p. 5-21, 2003.

ALMEIDA, Joyce Elaine de. **www.fogaolenha.com.br**: a influência da urbanização na fala de informantes rurais. 2004. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa e Lingüística) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara. (Cópia para qualificação).

ALTENHOFEN, Cléo Vílson. Áreas lingüísticas do português falado no sul do Brasil: um balanço das fotografias geolingüísticas do ALERS. In: VANDRESSEN, Paulino [Hsrg]. **Variação e mudança no português falado na Região Sul.** Pelotas: EDUCAR, 2002. p. 115-145.

ALTINO, Fabiane Cristina. Atlas Lingüístico do Paraná – volume II. **Anais do III Encontro Científico do Curso de Letras da Faccar – O Desafio das Letras.** Rolândia, n. 3, maio 2005. Disponível em: <http://www.faccar.com.br/desletras/hist/2005_g/index.html>. Acesso em: 3 jun. 2006.

_____. **Pelos caminhos da Geolingüística paranaense: um estudo do léxico popular de Adrianópolis.** 2001. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

ALVAR, Júlio; ALVAR, Janine. **Guaraqueçaba, mar e mato.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1979.

AMARAL, Amadeu. **O dialeto caipira.** 4. ed. São Paulo: Hucitec/INL-MEC, 1982. Disponível em: <<http://www.biblio.com.br/Templates/AmadeuAmaral/modialetocaipira.htm>>. Acesso em: 5 maio 2006.

AMARAL, Serafina Traub Borges do. Contribuição para um inquérito lingüístico no litoral do Paraná. **Revista Letras**, Curitiba, n. 5-6, p. 157-166, dez. 1956.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de; BEZERRA DE MENEZES, Cleusa Palmeira. **Atlas Lingüístico da Paraíba.** Cartas léxicas e fonéticas. Análise das formas e estruturas lingüísticas encontradas. Brasília: UFPB/CNPq, 1984. 2 v.

_____.; ANDRADE, Maria da Penha Nascimento de. **Atlas Lingüístico da Paraíba:** questionário. João Pessoa, Edt. Universitária – UFPB, 1980.

AULETE, Caldas. **Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa.** 2. ed. bras. Rio de Janeiro: Delta, 1964. 5 v. (5. ed. port.).

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **1858, viagem pelo Paraná.** Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

BALHANA, Altiva Pilatti. Migrações internas. In: SOARES, Luís Roberto N. **Dicionário histórico-biográfico do Estado do Paraná.** Curitiba: Livraria do Chain / Banco do Estado do Paraná, 1991. p. 287-88.

_____.; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná.** 1. v. 2. ed. Curitiba: GRAFIPAR, 1969.

_____.; WESTPHALEN, Cecília Maria. Portugueses na formação da população paranaense. In.: SOARES, Luís Roberto N. **Dicionário histórico-biográfico do Estado do Paraná.** Curitiba: Livraria do Chain / Banco do Estado do Paraná, 1991. p. 386-387.

BAPTISTA, Vera Maria Biscaia Vianna. **Curitibanos dos Campos Gerais.** Curitiba: Fundação Cultural, 2002.

BARBOSA, Afrânio Gonçalves; PALLADINO NETO, Luiz. **Depoimento sobre um corpus do século XVIII e a tese da “vitória” da língua portuguesa no Brasil.** [s.d.] Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/anais/anais%20III%20CNLF%2056.html>>. Acesso em 10 abr. 2006.

BARTOLI, Matteo. Le norme spaziali. In: BARTOLI, Matteo; VIDOSSI, Giuseppe. **Lineamenti di Lingüística Spaziale.** Milano: Edizioni “Le Lingue Estere”, [s.d.].

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **Teoria lingüística.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. Conceito lingüístico de palavra. In: BASÍLIO, Margarida. (Org.) **A delimitação de unidades lexicais.** Rio de Janeiro: Grypho, 1999a. p. 81-97. (Série Linguagem. Volume Temático I.)

_____. Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In: CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Dicionário de Lingüística e Gramática.** 20. ed. Petrópolis, 1999b.

_____. Glossário. **Revista Alfa,** São Paulo, v. 28, sup., p. 135-144, 1984.

BLUTEAU, D. Raphael. **Vocabulário portuguez e latino.** Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, [s.d.]. 1 CD-ROM. Coordenação do Projeto: Nireu O. Cavalcanti.

BOND, Rosana. **O caminho de Peabiru.** Campo Mourão: Kromoset, 1996.

BORBA, Francisco da Silva. **Dicionário de usos do Português do Brasil.** São Paulo: Ática, 2002.

_____. Pequeno vocabulário de lingüística moderna. São Paulo: Nacional, 1976.

BRAGA, Rubem; d’HORTA, Arnaldo Pedroso. **Dois repórteres no Paraná.** 2. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001. (Coleção Brasil Diferente)

BUENO, Francisco da Silveira. **Vocabulário tupi-guarani português.** 6. ed. rev. e aum. São Paulo: Éfeta, 1998.

BUNSE, Heinrich A. W. **Estudos de dialetologia no Rio Grande do Sul: problemas, métodos, resultados.** Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1969.

BURKE, Peter. (Org.) Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: _____. **A escrita da História.** Novas Perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 7-37.

CABRAL, Flávia Adriane Sant'Anna. **Estudo léxico-semântico de Adrianópolis.** 1998. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa) – Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

CAMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Dicionário de Lingüística e Gramática.** 20. ed. Petrópolis, 1999.

_____. **História da Lingüística.** 2. ed. Trad. Maria do Amparo B. de Azevedo. Petrópolis: Vozes, 1975.

CARDOSO, Jayme Antônio; WESTPHALEN, Cecília Maria. **Atlas Histórico do Paraná.** 2. ed. rev. e amp. Curitiba: Livraria do Chain, 1986.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. **A Geolingüística no terceiro milênio: monodimensional ou pluridimensional?** [s.d.] Disponível em: <http://elis.npd.ufc.br/gelne/revista_ano4_no2_12.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2004.

_____. **Atlas lingüístico de Sergipe II.** 2002. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____.; FERREIRA, Carlota da Silveira. **Léxico Rural.** Glossário. Comentários. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2000.

CARUSO, Pedro. **Atlas Lingüístico do Estado de São Paulo: questionário.** Assis: Instituto de Letras, História e Psicologia – UNESP / Prefeitura Municipal de Assis, 1983.

_____. Amostra de um inquérito lingüístico prévio para o Estado de São Paulo. **Revista Alfa**, n. 26, p. 69-77, 1982.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro.** 11. ed. São Paulo: Global, 2001.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Para um programa de pesquisas sobre a história social do português de São Paulo. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org.) **Para a história do português brasileiro**. vol. II: primeiros estudos. Tomo II. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP: FAPESP, 2001. p. 337-369.

_____. (Org.) **Para a História do Português Brasileiro**. vol. 1: primeiras idéias. São Paulo: Humanitas, 1998.

CATHARTIDAE. In: **Wikipédia**. A enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/urubu>>. Acesso em: 29 out. 2006.

CENTRO DE ESTUDOS ORNITOLÓGICOS – CEO. Lista dos nomes populares das aves do Brasil. Disponível em: <<http://www.ib.usp.br/ceo/litasnompop.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2006.

CHAVES DE MELO, Gladstone. **A língua do Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.

CIGOLINI, Adilar; MELLO, Laércio de.; LOPES, Nelci. **Paraná**. Quadro natural, transformações territoriais e economia. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2001.

COELHO, Salvador José Correia. **Passeio à minha terra**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. (Coleção Farol do Saber)

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB. **Projeto Atlas Lingüístico do Brasil**. Salvador, 1999. Apostila não paginada.

COROMINAS, Joan. **Diccionario crítico etimológico castellano e hispânico**. Madrid: Gredos, 1991.

CORRÊA, Romaguera José et al. **Vocabulário sul-rio-grandense**. Porto Alegre: Globo, 1964.

CORVO. **Wikipédia**. A enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/corvo>>. Acesso em: 29 out. 2006.

COSERIU, Eugenio. A Geografia Lingüística. In: _____. **O homem e sua linguagem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1987.

CRUZ, Maria Luíza de Carvalho. **Atlas lingüístico do Amazonas**. 2004. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. O extremo-sul pastoril. In: _____. **Regiões culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960a. Cap.10, p. 302-341. (Série VI – Sociedade e Educação – v. 2).

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Colonização estrangeira: o papel do imigrante. In: _____. **Regiões culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960b. Cap. 11, p. 342-367. (Série VI – Sociedade e Educação – v. 2).

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. O café, sua irradiação e influência social. In: _____. **Regiões culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960c. Cap.12, p. 368-408. (Série VI – Sociedade e Educação – v. 2).

DOMINGUES, Júlio Manoel. **Tropeirismo**. In: SEMANA DO TROPEIRO, 32., SEMINÁRIO PAULISTA DE ESTUDOS TROPEIROS, Sorocaba, 1999. Palestra feita em 27 de maio de 1999 na Universidade de Sorocaba – UNISO. Disponível em: <<http://porangaba.locaweb.com.br/pdf/tropeirismo.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2005.

DUBOIS, Jean et al.. **Dicionário de Lingüística**. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 1998.

DUTRA, Alessandra. **Dois gerações da Colônia Bratislava**. 2000. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa) – Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas. Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

EDITORA ABRIL. **Almanaque Abril**. São Paulo: Abril, 1999.

ELIA, Sílvio. **A Língua Portuguesa no mundo**. São Paulo: Ática, 1989.

ESCUADERO, José Guillermo Rodríguez. La Pandorga: inicio de la Semana Grande. jul. 2005. **Bien me Sabe**, Revista Digital de Cultura Popular Canária, n. 60. Disponível em: <<http://www.bienmesabe.org/noticia.php?id=2904&t=1120982400&s=0>>. Acesso em: 12 dez. 2006.

FABRIS, Simone Rosana. **Esboço de uma Atlas lingüístico de Tamarana**. 1997. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio – Século XXI**. Versão 3.0. São Paulo: Lexicon Informática / Nova Fronteira / MGB Informática, 1999. 1 CD-ROM.

FERREIRA, Carlota da Silveira; MOTA, Jacyra Andrade; FREITAS, Judith Mendes de Aguiar; ANDRADE, Nadja Maria Cruz de; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; ROLLEMBERG, Vera Lúcia Sampaio; ROSSI, Nelson. **Atlas lingüístico de Sergipe**. Salvador: UFBA; Aracaju: FUNDESC, 1987.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios**. Maringá: Memória Brasileira, 1996.

FERREIRA, Manuela Barros; CARRILHO, Ernestina; LOBO, Maria; SARAMAGO, João; CRUZ, Luísa Segura. Variação lingüística: perspectiva dialectológica. In: FARIA, Isabel Hub et al. (Org.) **Introdução à lingüística geral e portuguesa**. Lisboa: Editorial Caminho, 1996. p. 479-502.

FILIPAK, Francisco. **Dicionário sociolingüístico paranaense**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002. (Coleção Brasil Diferente)

_____. Glossário do Vale do Iguaçu. In: FILIPAK, Francisco; SICURO, Nélon Antônio. **Antologia do Vale do Iguaçu**. União da Vitória: Fundação Estadual de Filosofia, Ciências e Letras, 1976. p. 1-31.

FILIPINA. In: **Jangada Brasil**. A cara e a alma brasileiras, n. 96, nov. 2006. Disponível em: <<http://www.jangadabrasil.com.br/index.asp>>. Acesso em 15 de nov. de 2006.

FRANÇA, Tadeu. **Marcas de fala caipira norte-paranaense**. Bauru: Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 1985. Publicação de Dissertação (Mestrado em Letras) defendida em 1977, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Sagrado Coração de Jesus”, Bauru.

GOES FILHO, Synezio Sampaio. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas**: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HELM, Cecília Maria Vieira. Síntese histórica do contato entre índios e brancos no Paraná. **Revista Estudos Brasileiros**, Curitiba, n. 4, p. 267-272, dez. 1977.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org. e Dir.) A Colônia do Sacramento e a expansão no extremo sul. In: **História geral da Civilização Brasileira**. I. A época colonial. 1. do descobrimento à expansão territorial. Tomo I (2 vol.). 7. ed. São Paulo: DIFEL, 1985. p. 322-363.

_____. **Raízes do Brasil**. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984. (Coleção Documentos Brasileiros).

HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Versão 1.0. São Paulo: Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.

_____. **O português no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

IMAGUIRE, Lígia Maria Campos. **Estudo com vistas a um atlas lingüístico da Ilha de Santa Catarina**: abordagem dos aspectos lexicais. 1999. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. vol. I. Capítulos de I a VI.

IORDAN, Iorgu. **Introdução à lingüística românica**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1962.

ISQUERDO, Aparecida Negri., OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de. (Org.) **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: UFMS, 1998. p. 129-142.

JORNAL DIÁRIO DOS CAMPOS ON LINE. **Campos Gerais 30 anos**. Ponta Grossa. Caderno especial, 2004. Disponível em: <<http://www.diariodoscamos.com.br/especiais.asp>>. Acesso em: 30 dez. 2005.

KOCH, Walter. O povoamento do território e a formação de áreas lingüísticas. In: GÄRTNER, Ebehard; HUNDT, Chistine; SCHÖNBERGER, Axel (Ed.). **Estudos de geolingüística do português americano**. Frankfurt a M.: TFM, 2000. p. 55-69.

_____.; KLASSMANN, Mário Silfredo; ALTENHOFEN, Cléo. **Atlas lingüístico-etnográfico da Região Sul do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS; Florianópolis: UFSC; Curitiba: UFPR, 2002. 2 v.

LADEIRA, Maria Inês. **Yypau ou Yva pau**. “Espaço Mbya entre as águas ou o caminho aos céus.” Os índios Guarani e as ilhas do Paraná. Centro de Trabalho Indigenista. 1990. Disponível em: <http://www.trabalhoindigenista.org.br/Docs/mbya_ceu.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2006.

LEANDRO, José Augusto. (Coord.) **Dicionário histórico e geográfico dos Campos Gerais**. Desenvolvido pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Disponível em: <http://www.uepg.br/dicion/campos_gerais.htm>. Acesso em: 13 jul. 2006.

LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro. **PRAM E PEDU: a política urbana no Paraná entre 1983 e 1994**. Curso de Mestrado em Desenvolvimento Econômico – CMDE/ Universidade Federal do Paraná – UFPR. 1997. (Texto nº 26/97). Documento disponível em <<http://www.economia.ufpr.br/publica/textos/1997/txt2697%20Igor%20Pram.doc>> . Acesso em: 7 jan. 2007.

LEMES, Francismar. Cidades Pequenas – um jeito sertanejo de ser. **Folha de Londrina**, Londrina, 13 ago. 2006. Caderno Especial, p. 14-15.

LICCARDO, Antonio; SOBANSKI, Arnaldo; CHODUR, Nelson Luiz. O Paraná na história da mineração no Brasil do século XVII. **Boletim Paranaense de Geociências**, Curitiba, Editora UFPR, n. 5, p. 41-49, 2004. Antes disponível em: <<http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/geociencias/article/viewFile/4251/3431>>. Acesso em: 20 set. 2005.

LINO, Fádua Maria Moisés. **Aspectos lingüísticos da fala de Cândido de Abreu: um estudo geossociolingüístico**. 2000. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

LOOS, Eugene E. et al (Ed.). What is a synonym lexical relation? In: _____. **Glossary of linguistic terms**. Summer Institute of Linguistic - SIL. [s.d.] Documento disponível em: <<http://www.sil.org/linguistics/GlossaryOfLinguisticTerms/WhatIsASynonymLexicalRelation.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2007.

MAACK, Reinhard. **Geografia Física do Estado do Paraná**. 3. ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

MARIANI, Bethânia. **Conceitos Lingüísticos: colonização lingüística**. ELB – Enciclopédia das Línguas no Brasil. [s.d.] Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/elb/historia_nocoes/col_ling.htm>. Acesso em: 19 fev. 2006.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Revista Terra Livre**, a. 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MARTINS, Wilson. Brasil: uma interpretação histórica. **Hispania**, v. 74, n. 3, Sep. 1991. Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?Ref=17545>>. Acesso em: 5 mar. 2006.

_____. **Um Brasil diferente**. Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989. (Coleção Coroa Vermelha. Estudos Brasileiros. v. 16).

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. De fontes sócio-históricas para a história social lingüística do Brasil: em busca de indícios. In: _____. (Org.) **Para a história do português brasileiro**. vol. II: primeiros estudos. Tomo II. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP: FAPESP, 2001. p. 275-301.

MELLO E SOUZA, Laura de. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: _____. (Org.) **História da vida privada no Brasil**. Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 1. p. 41-81. (Coordenador Geral da Coleção: Fernando A. Novaes).

MERCER, José Luiz da Veiga. **Áreas fonéticas do Paraná**. 1992. Tese (Admissão como Docente Titular) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2 v.

_____. **Le lexique des pêcheurs de Guaraqueçaba** (Brésil). 1979. Tese (Doutorado em Estudos Românicos) – Université de Toulouse II , Toulouse. 2 v.

_____. Notas dialetológicas sobre Guaraqueçaba. **Estudos Brasileiros**, Curitiba, n. 3, p. 35-64, jun. 1977.

MOLINER, Maria. **Diccionario de uso del Español**. 20. reimp. Madrid: Editorial Gredos, 1997.

MONTES GIRALDO, José Joaquín. **Dialectologia general e hispano-americana**. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1987.

MORA, Mario Halley. **Yo anduve por aquí**. Asunción: El Lector, 1999. Edição digital: Biblioteca virtual Miguel de Cervantes. Disponível em <<http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/12476288763414951165679/p0000001.htm#9>>. Acesso em: 15 dez. 2006.

MORAIS SILVA, António de. **Grande dicionário da Língua Portuguesa**. 10. ed. rev. corr., muito aum. e actual. Rio de Janeiro: Confluência, 1954-56.

MURICY, José Cândido da Silva. **Viagem ao país dos jesuítas**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado, 1975.

MURICY, José Cândido de Andrade. Algumas vozes regionais do Paraná do extremo oeste. I CONGRESSO DA LÍNGUA NACIONAL CANTADA, [193-?] **Anais...** São Paulo: Departamento de Cultura, 1938. p. 573-586.

NADALIN, Sergio Odilon. **Paraná:** ocupação do território, população e migrações. Curitiba: SEED, 2001. (Coleção História do Paraná. Textos introdutórios)

NASCENTES, Antenor. **Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil.** Rio de Janeiro: MEC/Casa de Rui Barbosa, 1961.

_____. **Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil.** Rio de Janeiro: MEC/Casa de Rui Barbosa, 1958.

_____. **Dicionário etimológico resumido.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro – MEC, 1966. (Coleção Dicionários Especializados - I)

NEGRÃO, Francisco. **Boletim do Archivo Municipal de Curytiba.** Documentos para a história do Paraná. Vol. I. Fundação da Villa de Curytiba. 1668 à 1721. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1906.

NEISNEK SOBRINHO, Pedro. **O legado ucraniano no Paraná:** um estudo na região de Roncador. 1995. Monografia. (Especialização em Língua Portuguesa) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de. **O português do Brasil:** brasileirismos e regionalismos. 1999. (Doutorado em Letras, Lingüística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Araraquara.

OLIVEIRA, Dennison de. Transformações recentes da sociedade paranaense: indústrias e cidades. In: _____. **Urbanização e Industrialização no Paraná.** Curitiba: SEED, 2001. (Coleção História do Paraná. Textos introdutórios) p. 27-37.

PEREIRA, José Ernesto Erichsen. **Uma história de caminhos:** estudo sobre a formação e influência do Paraná no sul do Brasil. 20. ed. Curitiba: Secretaria do Estado da Cultura, 1997. (1ª edição: 1962. Sociedade Literária “O Formigueiro”).

PIZOLATO, Tânia Mara de Podestá. **Esboço de um Atlas Lingüístico de Centenário do Sul.** 1997. Monografia (Especialização em Língua Portuguesa) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

POTTIER, Bernard. **Lingüística geral: teoria e descrição**. Rio de Janeiro: Presença, 1978. p. 270-300.

_____. **Presentación de la Lingüística**. Fundamentos de una Teoría. 2. ed. Madrid: Alcalá, 1972.

_____.; AUDUBERT, Albert; PAIS, Cidmar Teodoro. **Estruturas lingüísticas do Português**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

RAZKY, Abdelhak. (Org.) **Atlas lingüístico sonoro do Pará**. Belém: PA/CAPES/UTM, 2004. 1 CD-ROM.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la Lengua Española**. 21. ed. Madrid: Espasa-Calpe/Real Academia Española, 1998. 1 CD-ROM.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la Lengua Española**. 21. ed. Madrid: Espasa-Calpe/Real Academia Española, 1996.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, José; ZÁGARI, Mário Roberto Lobuglio; PASSINI, José; GAIO, Antonio Pereira. **Esboço de um Atlas lingüístico de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: FCRB, 1977.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **As línguas gerais sul-americanas**. [s.d.] Disponível em <http://www.unb.br/il/lali/publicacoes/publ_002.html>. Acesso em: 1 abr. 2005.

RODRIGUES, Rosa Evangelina de Santana Belli; VASCONCELOS, Celciane Alves. Traços lingüísticos do espanhol na fala rural paranaense. In: ENCONTRO CIENTÍFICO DO CURSO DE LETRAS, 4., Rolândia, 2006. **Anais...** Disponível em: <http://www.faccar.com.br/desletras/hist/2006_g/index.html>.

RODRIGUES, Rosa Evangelina de Santana Belli. **Para um glossário da fala popular rural paranaense**. 2000. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

ROSSI, Nelson; FERREIRA, Carlota; ISENSEE, Dinah. **Atlas prévio dos falares baianos**. Rio de Janeiro: INL, 1963.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à Comarca de Curitiba (1820)**. Trad. Carlos Costa Pereira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964. (Coleção Brasileira, v. 315). [Do original francês *Voyage dans les Provinces de Saint-Paul et de Sainte-Catherine*. Tome second (Capítulos XIV a XXII)]

SAMPAIO, Theodoro. **O tupi na Geographia Nacional**. 3. ed. Correcta e augmentada. Salvador: Secção Graphica da Escola de Aprendizes Artífices, 1928.

SARLO, Beatriz. El discreto encanto de las palabras. **Clarín.com**. Sociedad. Opinión. 2006. Disponível em: <<http://www.clarin.com/diario/2006/11/26/sociedad/s-01316523.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2006.

SÊCCO, Glacy Camargo. Aspectos lingüísticos palmeirenses: pesquisa dialetal. **Uniletras**, Ponta Grossa, n. 5, p. 7-31, 1956.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL/ INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>>. Acesso em: 3 abr. 2006.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. (Org.) **A escrita da História**. Novas Perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 39-62.

SILVA, Antônio Silveira da. O tempo das pandorgas. **Jornal a Platéia On-line**, Sant'Ana do Livramento, 21 mar. 2006. Disponível em: <<http://srv3.v-xpressa.com.br/edicoes/2006/marco/210306/opniao1.html>>. Acesso em: 15 nov. 2006.

SILVA, Carmem Lúcia da. Povos indígenas no Brasil. ago. 1999. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pib/epi/xeta/nome.shtm>>. Acesso em: 28 mar. 2006.

SILVA NETO, Serafim da. **Introdução ao estudo da Língua Portuguesa no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1986.

_____. **Guia para estudos dialectológicos**. 2. ed. (melh. e ampl.). Belém: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.

SILVA, José Júlio Cleto da. **Gíria cabocla do sul do Paraná**. (Compilação de Josaphat Porto Lona Cleto). Curitiba: Setor Gráfico da Assembléia Legislativa do Estado, [s.d.].

SIQUEIRA, Deis; OSÓRIO, Rafael. O Conceito de Rural. In: GIARRACCA, Norma (Org.) **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Argentina: CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001. (Coleção Grupos de Trabalho). p. 67-79. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/osorio.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2006.

SOARES, Antônio Joaquim de Macedo. Estudos lexicográficos do dialeto brasileiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 177, p. 195, 1942.

STADEN, Hans. **Hans Staden**: primeiros registros escritos e ilustrados sobre o Brasil e seus habitantes. Trad. Angel Bojadsen. São Paulo: Terceiro Nome, 1999.

STRAUBE, Fernando Costa; KRUL, Ricardo; CARRANO, Eduardo. Coletânea da Avifauna da Região Sul do Estado do Paraná (Brasil). **Atualidades Ornitológicas**, n. 125, maio/jun. 2005. Disponível em: <<http://www.ao.com.br/ao125.htm>>. Acesso em: 29 out. 2006.

THUN, Harald. La geolingüística como lingüística variacional general (com ejemplos del atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay) In: **Atti Del XXI Congresso Internazionale di Lingüística e Filologia romanza**. Sezione 5. Dialettologia, geolingüística, sociolingüística. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1998. p. 701-121.

TONIOLO, Ênnio José. **Do presente ao passado**: um olhar sobre o vocabulário de Tibagi. 2002. Dissertação (Mestrado em Letras – Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. (Cópia digitada do autor)

_____. **Vocabulário de Tibagi**. Apucarana: Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, 1981.

_____. A linguagem na depressão central gaúcha e a dos Campos Gerais. **Minerva**, Ponta Grossa, n. 1, p. 95-96, 1967.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001. (Coleção História do Paraná. Textos introdutórios)

VASCONCELOS, Celciane Alves. **Variação lexical nos eixos sincrônico e diacrônico**: nas veredas do Atlas Lingüístico do Paraná. 2004. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina. (Cópia digitada da autora)

VILELA, Mário. **Estudos de lexicologia do português**. Coimbra: Almedina, 1994.

VITRAL, Lorenzo. Língua geral versus lingual portuguesa: a influência do “processo civilizatório”. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org.) **Para a história do português brasileiro**. vol. II: primeiros estudos. Tomo II. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP: FAPESP, 2001. p. 303-315.

VON BORSTEL, Clarice Nadir. **Aspectos do bilingüismo: alemão/português em Marechal Cândido Rondon-Paraná-Brasil**. 1992. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 6. ed. amp. Curitiba: Vicentina, 1988.

_____. **História do Paraná**. 3. ed. Curitiba: Vicentina, 1972.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Paraná – Zona de Trânsito. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, v. VII, jul./dez. 1957. fasc. 3-4.

WOUK, Miguel. **Estudo etnográfico-lingüístico da comunidade ucráína de Dorizon**. Curitiba: Projeto, 1981.

_____. Atlas lingüístico do Paraná. Primeira Etapa: Guaraqueçaba. **Estudos Brasileiros**, Curitiba, n. 1, p. 99-102, jun. 1976.

ZIMMERMANN, Florisbela Carneiro; ZIMMERMANN NETO, Adolfo. **Biribas**. Sorocaba: Fundação Ubaldina do Amaral, 1991.

ZUCCONI, Ângelo João. Jogos Infantis: a pipa. In: _____. **Terra Brasileira**. Brasil Folclórico. Disponível em: <<http://www.terrabrasileira.net/folclore/indice1.html>>. Acesso em: 15 dez. 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A –

Comparativo entre as variantes cartografadas por Lino (2000)
e questões do ALiB e do ALPR

Questão		Número das questões	
Variante / formulação no corpus de Lino (2000)	Variantes encontradas por ordem de produtividade no <i>corpus</i>	ALiB	No ALPR
<i>Córrego / rio pequeno</i> (como se chama aqui um rio pequeno, de uns dois metros de largura?)	<i>Sanga, arroio, córrego, riozinho/pequeninho, rio pequeno, riacho, barra</i>	1	3 Rio pequeno Como se chama um rio pequeno, de uns dois metros de largura?
<i>Pinguela</i> (tronco, pedaço de pau ou tábua que serve para passar por cima de um (item 1)?)	<i>Pinguela, ponte, pasarela (sic), pontilhão, bueiro</i> Obs.: uma descendente distante de franceses citou <i>rachol</i> . A autora relata que procurou em dicionários, mas não encontrou referência nem variante próxima. (Notas da carta)	2	7 Pinguela Como se chama aquele pau que se joga por cima de um rio pequeno pra passar para o outro lado?
<i>Temporal</i> (Uma chuva com vento forte que vem de repente, geralmente no verão)	<i>Tormenta, tempestade, temporal, vendaval, ventania, chuva forte.</i> Obs.: registro de <i>ventanja</i> e <i>ventanal</i> , consideradas itens idioletais (Esta última, conforme anotações da carta, parece ter sido registrada em dois informantes. Não foi possível desfazer a dúvida.)	12	42 Tempestade Como se chama aquela chuva bem forte, com vento e que pode até derrubar casas?
<i>Moinha</i> (Depois de colher e secar o feijão, alguns...Como se chama esse pó da palha do feijão batido?)	<i>Palha, pó, moinha, sujeira,</i>	48	295 Munha Como se chama aquela sujeira que só sai do feijão, depois de batido, quando se abana?
<i>Jacá</i> (Esses cestos de vime, de taquara, ...para levar..., no lombo do cavalo ou do burro?)	<i>Cesto, cargueiro, balaio</i>	55	-
<i>Picada</i> (Que é que se abre com o machado, o facão, a foice para passar por um mato fechado?)	<i>Picada, carreiro, caminho, capoeira, traço</i> Obs.: ocorrência de <i>rapindá</i> , forma não dicionarizada, segundo a autora do estudo. Para ela, pode ter havido analogia com <i>inhapindá</i> , forma para mato que fere, ocorrente no município de Ortigueira.)	64	63 Picada / carreiro Como se chama um caminho feito

			a machado no meio do mato?
<i>Trilho</i> (O caminho no pasto onde não cresce mais grama de tanto o animal ou o homem passar por ali?)	<i>Carreiro, trilho, caminho, estrada</i>	65	20 Caminho do gado no pasto Como se chama aquele lugar onde os animais sempre passam e que fica até afundado no meio do pasto?
<i>Urubu</i> (A ave preta que come carniça?)	<i>Corvo, urubu</i>	66	104 Urubu Como se chama aquela ave preta, que parece uma galinha, que come carniça? Conhece por outro nome?
<i>Colibri</i> (Passarinho bem pequeno, que bate muito rápido as asas, tem o bico comprido e voa de flor em flor?)	<i>Beija-flor, cuitelo</i> Obs.: Autora relata, em notas, a ocorrência única de colibri, em um informante de origem polonesa e o uso de diminutivos por outra informante.	67	107 Beija-flor Como se chama aquele passarinho pequenininho, que tem um bico bem comprido e que pode até ficar parado no ar?
<i>Galinha sura</i> (Uma galinha sem rabo?)	<i>Sura, pitoca</i>	71	112 Galinha - espécies Quais são as espécies de galinha que o(a) senhor(a) conhece?
<i>Gambá</i> (O bicho que carrega os filhotes numa bolsa que tem na barriga e solta um cheiro muito ruim?)	<i>Raposa, gambá e canguru</i> Obs.: nas notas, Lino afirma que o item canguru ocorre em virtude de o sema “bolsa abdominal” influenciar a resposta. Somente as mulheres jovens deram este tipo de resposta.	73	-
<i>Anca</i> (A parte larga atrás do ____ (cf. item 77)?)	<i>Garupa, bunda, anca, quarto, quadril</i> Obs.: Custia, considerado forma idioletal, ocorreu com um informante. Não foi encontrado em dicionários.	78	-
<i>Mosca varejeira</i> (Um tipo de mosca grande, esverdeada, que faz um barulhão quando voa?)	<i>Mosca varejeira, beronha</i>	86	-

<i>Pálpebras</i> (Essa parte que cobre o olho?)	<i>Capela do olho, sobrançelha, capa do olho, pestana, pele do olho, cílio</i>	92	185 Pálpebras Como se chama isto? (Apontar)
<i>Pomo-de-adão</i> (Essa parte alta do pescoço do homem?)	<i>Garganta, gogó, caroço, nó do pescoço, adão, goela, papo, pescoço</i> Obs.: ocorrências únicas, como <i>gângula</i> e <i>gânglio</i> , são justificadas com a procedência, escolaridade ou ocupação dos indivíduos, assim como a ocorrência da variante <i>trem</i> na fala de um informante nascido em Londrina.	94	182 Pomo-de-adão Como se chama esse caroço que os homens têm assim? (Apontar)
<i>Seios</i> (A parte do corpo da mulher com que ela amamenta os filhos?)	<i>Seio, peito, mama, teta</i>	96	-
<i>Fantasma</i> (O que algumas pessoas dizem já ter visto, À noite, em cemitérios ou casas mal-assombradas, que se diz que é do outro mundo?)	<i>Visagem, assombração, fantasma</i>	150	-
<i>Cambalhota</i> (A brincadeira em que se gira o corpo sobre a cabeça e acaba sentado?)	<i>Cambalhota, ginástica</i>	158	310 Virar cambota Como se chama aquela brincadeira que as crianças fazem, virando assim de cabeça pra baixo?
<i>Amarelinha</i> (A brincadeira em que as crianças riscam uma figura no chão, formada por dez quadrados numerados, com um céu e um inferno, e vão pulando com uma perna só?)	<i>Amarelinha, céu e inferno, brincadeira de saci</i>	170	313 Amarelinha Como se chama aquela brincadeira que as crianças fazem, riscando uns quadradinhos no chão e pulando, vão chutando uma pedrinha?
<i>Isqueiro</i> (Para acender um cigarro eu uso fósforo ou?)	<i>Binga, isqueiro, fósforo</i>	180	-
<i>Borrvalho</i> (A cinza quente que fica dentro do fogão a lenha?)	<i>Cinza, brasa, borralho</i> Obs.: “A lexia Borrelho deve fazer parte do idioleto de 6F1” (Lino 2000, p.177)	182	-
<i>Bêbado</i> (Que nomes dão a uma pessoa que bebeu demais?)	<i>Bêbado, pingüço, beberrão, pau d’água, embriagado, torrado</i> Obs.: formas idioletais – ressecadu (na ressaca) e beblão, bebilão	186	-
<i>Toco de cigarro</i> (O resto do cigarro que se joga fora?)	<i>Bituca, toco, xepa</i>	188	-
<i>Aguardente</i> (Bebida alcoólica feita de cana de açúcar?)	<i>Pinga, cachaça, caninha, aguardente</i>	189	-
<i>Bodega</i> (Aonde vão os homens para beber_____ (item	<i>Bar, boteco, bodega, venda, mercado,armazém, lanchonete</i>	190	-

189)? (lá também se pode comprar alguma coisa?)			
<i>Cueca</i> (Que roupa o homem usa por debaixo da calça?)	<i>Zorba, cueca, calção, sunga (sutil)</i>	192	265 Cueca Como se chama a peça que os homens usam por baixo das calças?
<i>Grampo</i> (sem pressão) (Um objeto, fino de metal, para prender o cabelo? (mostrar))	<i>Grampo, ramona, pregador</i>	196	-
<i>Sinaleiro</i> (Na cidade, o que costuma ter em cruzamentos movimentos, com luzes vermelhas, amarelas e verdes (onde os carros devem parara para as pessoas ou outros carros passarem?))	<i>Sinaleiro, semáforo, sinal</i>	197	-
<i>Lombada</i> (Aqueles morrinhos atravessados no asfalto para os carros diminuïrem a velocidade?)	<i>Quebra-molas, lombada</i>	198	-
<i>Lote/terreno/data</i> (A área que é preciso ter ou comprar para se fazer uma casa na cidade?)	<i>Lote, terreno, data, chácara</i>	202	-

Fonte: Lino (2000), p. 113 - 205

APÊNDICE B –

Fontes do léxico – EALLO (AGUILERA, 1987)

		Variante no EALLO	origem	fonte
<p>a)</p> <p>estrangeirismos</p> <p>“Não se fará referência aos vocábulos que, de origem externa ao vernáculo, há muito fazem parte do léxico português – atestados nos dicionários.” (p.189)</p> <p>- empréstimos</p> <p>- alguns de pouco rendimento</p>	Domínio geral	Bigato: bicho-da-goiaba (uso geral)	italiano	Bigatto: bicho-da-seda
		Jalo/ jaulo/ jaula: variedade de feijão	italiana	giallo: da cor do ouro
		Burbom/ borbão: variedade de cafeeiro	francesa	Topônimo Bourbom, ilha chamada hoje ‘da Reunião’, produtora de café.
		Galisé/ garnisé: espécie de galinha pequena,	inglês	Ilha de Guernesey (Grã Bretanha)
		Ligórni: espécie de galinha	italiana	Originária de Livorno
		Moca: variedade superior de café	árabe	Originário da Arábia. Do topônimo Moca
		Rapixairi: espécie de galinha	inglês	Originária de Hampshire (condado do sul da Inglaterra)
		Ródia/ ródi: espécie de galinha		Originária da ilha de Rodes
		Sumata/ chumata: variedade de café	Idonésia	Café originário da ilha de Sumatra
	Uso familiar	Escarpia: teia de aranha	Provavelmente italiana devido à ascendência do informante.	
		Estanguelona: moça de perna finas e compridas	italiano	stanguetta, por stangha, mais o sufixo aumentativo italiano – ona.
		Moco	italiano	moccio
		Narótia/ narrótia: corrimento do nariz nas gripes	italiana	Nari. narice
		Passembro: salsinha	italiana	Prezzemolo
		Pêça: corrimento do nariz	italiana	Resina de determinadas árvores

<p>b) brasileirismos</p>	<p>Semânticos</p> <p>“Unidades lexicais comuns a Portugal e Brasil, com significados diferentes” (P.166)</p>	<p><i>amarelinha</i>: jogo infantil</p> <p><i>baixio</i>: várzea</p> <p><i>balanço</i>: aparelho ou brinquedo infantil</p> <p><i>barra</i>: foz</p> <p><i>bainha</i>: vagem</p> <p><i>cascavel</i>: cobra</p> <p><i>castanha</i>: semente grande de determinados frutos</p> <p><i>cunha</i>: variedade de milho</p> <p><i>maldita</i>: antraz</p> <p><i>queimação</i>: azia</p> <p><i>restolho</i>: espiga mal formada</p> <p><i>roda d’água</i>: armação para tirar água do poço</p> <p><i>sanguessuga</i>: mosca grande que pica o animal</p> <p><i>seta/setra</i>: estilingue</p> <p><i>soca e soqueira</i>: brotamento após primeiro corte do arroz ou outra planta e arroz colhido pela segunda vez</p> <p><i>touceira</i>: remanescentes da colheita</p> <p><i>trela</i>: triângulo para evitar que o animal pule cerca</p> <p><i>trem-de-ferro</i>: variedade de feijão</p> <p><i>umbigo</i>: inflorescência da banana</p> <p><i>varge</i>: terra próxima de rio de solo fértil e úmido, p/ o plantio de arroz</p> <p><i>vira bosta</i>: besouro</p> <p><i>viúva ou viuvinha</i>: terçol.</p>
	<p>Vernáculos</p> <p>“Unidades lexicais que se formaram na língua através dos processos de derivação ou composição cujos verbetes não constam</p>	<p><i>baixeiro</i>: manta que se põe por baixo da sela</p> <p><i>beija-flor</i>: nome de pássaro, colibri</p> <p><i>biroca</i>: buraquinho onde se jogam as bolinhas de gude</p> <p><i>boca-da-noite</i>: anoitecer</p> <p><i>cabeça-de-prego</i>: furúnculo</p> <p><i>caga-fogo</i>: segundo F. , É um brasileirismo correspondente ao plebeísmo ‘caga-lume’.É a denominação popular do vaga-lume ou pirilampo</p> <p><i>cambota</i>: vocábulo familiar brasileiro para cambalhota. (A. sv) . F. registra a forma ‘cambote’ como brasileirismo correspondente a forma</p>

	<p>em M. Ou F.</p> <p>A não ser como brasileirismos .” (P. 168)</p>	<p>portuguesa usual ‘cambalhota’.</p> <p>come quieto: alpargata. Embora esta forma não esteja dicionarizada, ela é muito conhecida, sobretudo em MG, SP e norte do PR.</p> <p>capa/ capela-do-olho: pálpebra.</p> <p>carapinhé: gavião. Embora nos pareça um vocabulário de formação tupi. A. o dá como forma onomatopéica.</p> <p>cara suja: variedade de feijão.</p> <p>catação: segunda colheita de arroz. Em Portugal, usa-se o termo recata.</p> <p>chuva-de-manga: chuva grossa e passageira.</p> <p>chuva temporona: chuva grossa e passageira.</p> <p>chuva de pedra: granizo.</p> <p>cobra-cega: forma usual para brincadeira infantil que consiste em procurar outras crianças com os olhos vendados. A variante ‘cabra cega’ registrada em dois informantes é a forma usada em Portugal. A forma ‘galo-cego’ (informante 1a) é uma variante de ‘galinha cega’ que, por sua vez, é sinônimo de cabra cega em port. (M e F).</p> <p>cobreiro: registrado como sinônimo impingem entre os informantes. Segundo F. – é a ferida atribuída a contato de cobra, sapo, lagartixa (sv).</p> <p>corpo seco: tuberculoso. A. registra as formas ‘seca’, ‘mal de secar’, entre outras.</p> <p>cotó: pernetá. F. registra como brasileirismo, significando ‘homem aleijado, de braço ou perna’.</p> <p>curau: doce feito de milho verde ralado e coado, leite e açúcar. brasileirismo segundo A., sv.</p> <p>dente chato: molar.</p> <p>dente do juízo: os últimos molares.</p> <p>dente-de-velho: espiga de milho atrofiada, com poucos grãos (F. sv).</p> <p>direiteiro: destrímáno.</p> <p>esperança: louva-a-deus.</p> <p>estrela-da-guia: estrela cadente.</p> <p>filipe: frutos grudados como no café e na banana.</p>
--	---	---

	<p>fruta-do-pecado: pomo-de-adão.</p> <p>gala/galação: fecundação dos ovos das aves, mancha branca no ovo.</p> <p>gangorra: brinquedo infantil.</p> <p>gogó: pomo-de-adão.</p> <p>mãe-do-corpo: útero.</p> <p>manivela: sarilho.</p> <p>mau olhado: poder que se atribui a certas pessoas que consiste em fazer mal para quem olham.</p> <p>quebrante: mau olhando.</p> <p>papagaio/ pipa: brinquedo infantil feito de papel.</p> <p>pique/ pique salva: brinquedo infantil de correr, esconder e pegar.</p> <p>piolho-de-cabra: centopéia.</p> <p>pataca: rótulo (do joelho).</p> <p>pé-de-cachorro: alpargata.</p> <p>pé-de-cadela: alpargata.</p> <p>pé-de-gato: alpargata.</p> <p>pega-pega: pique salva, esconde-esconde.</p> <p>rabicó: animal que não tem rabo.</p> <p>tatu: ceroto, sujeira dura no nariz.</p>
tupinismos	<p>a) toponímia:</p> <p>Tamarana: (do Tupi ‘tama rana). Cuidaru: espécie de clava chata e esquinada, de cerca de um metro, usada pelos indígenas.</p> <p>Irerê: (do tupi ire’ rê, onom.). Ave anseriforme, dos rios e lagoas da África tropical, Antilhas e América do sul, (A. sv).</p> <p>Guaravera: A. registra o v. guará. (do tupi agwa’ ra’). Ave ciconiforme. No v. guará. (do tupi gwa’ ra’). Canídeo brasileiro (espécie de lobo). Alguns pioneiros do distrito afirmam que guaravera significa lobo sentado.</p> <p>b) zoonímia:</p> <p><u>Nomes de aves e insetos:</u></p> <p>Baitaca: (do tupi mbá’ e ‘taka, coisa ruidosa e barulhenta). Espécie de papagaio (A. sv).</p> <p>Carancho: (do tupi ka’rãĩ, arranhar rasgar com as unhas) (A. sv) gavião.</p> <p>Carijó: (do tupi jari’jó, procedente do branco). Galo ou galinha de</p>

		<p>penas salpicadas de branco e preto; pedrês (A. sv). coro: bicho da goiaba jacucaca/jacutaca: ave galinácea mamangaba: espécie de abelha mutuca: mosca grande que pica animais no pasto quiriquiri: gavião tiriva: papagaio untanha/utanha: sapo urubu: urubu urupuca: armadilha para pegar pássaros <u>Nomes de cobras:</u> boicorá, caninana/ caninana-açu, cotiara, jararaca/ jararacuçu, jibóia, sucuri, surucucu, urutu <u>Nomes de peixes:</u> cará, curimbatá, lambari, mandi, pacu, piaba/ piau/ piava, piapara, piranha, pirapitinga, surubi, traíra</p>
		<p>c) fitonímia: capoeira: mato ou mata cateto: certa espécie de milho miúdo (etimologia possível) ipê: árvore pacoba: banana grande piúca: cogumelo tigüera: espiga de milho mal formada e arroz de segunda colheita</p>
		<p>d) outros: boitatá: fogo fátuo; ente fantástico sob a forma de bolas de fogo. capora: ente fantástico curica: cócegas pamonha: doce feito de milho verde ralado e coado, leite e açúcar, cozido na própria palha. peteca: brinquedo</p>
	<p>regionalismos exógenos: “Unidades lexicais próprias de outras regiões brasileiras.” (p.177)</p>	<p>bandeira: monte de milho que se faz na roça durante a colheita banhado: terreno úmido (colonizadores SC e RS) barra: anoitecer, cair da tarde (PB) bobó: inflorescência da banana ((BA) burca/burco/burquinha: bolinha de vidro e buraquinho onde se joga a bolinha, em jogo infantil. (RJ) brumadão: mata cerrada (SP) cangalha: peça triangular colocada no pescoço do animal para</p>

		<p>evitar que pule cercas. (Brás. do S)</p> <p>coxinilho: pelego (RS)</p> <p>come-quieto: alpargata (descend. De mineiros)</p> <p>coração: inflorescência da banana (SP)</p> <p>lombilho: arreio de mulher (Bras. do sul)</p> <p>lunanco: manco (bras. do Sul)</p> <p>maldade: carnegão (bras. do sul)</p> <p>maré: onda de rio. (influência gaúcha)</p> <p>planeta: estrela cadente (BA)</p> <p>rede: balanço (regionalismo do Sul)</p> <p>rico: papagaio (influência gaúcha e catarinense)</p> <p>umbigueira: tétano umbilical (brás. do NE)</p> <p>xerga/ xergão: (RS) sinônimo de baixeiro</p>
--	--	--

C) dialetismos londrinenses	Semânticos “Formas lexicais do vocabulário usual português que são empregadas na fala londrinense com significado diverso”. (p.180)	Barranco: lados altos da estrada Brumadão: floresta, mata Burco: buraquinho que os meninos fazem na terra para jogar bolinhas Calo d’água: bolha nos pés por causa de sapatos apertados Capuchinho: cavanhaque Carreador: caminho no meio do mato feito a machado Cavalo-de-deus/ cavalinho-de-deus/ cavalete de nosso senhor/ bicho-de-deus: gafanhoto ou louva-deus (formas eufemísticas) Chapéu-de-padre: cogumelo Espigão: parte mais alta do terreno, própria para o plantio de café em regiões passíveis de geada (pode ter ocorrência em MG e SP) Goteira: orvalho Guarda-chuvinha: cogumelo Orelha-de-negro: cogumelo Orelha-de-padre: cogumelo Panela: dente molar Pilão: dente molar Poente: foz ou desembocadura Restolho: espiga de milho mal formada Roda-de-vento/ roda-vento: roda d’água Saibro: areia
	Idioletismos “Forma baseada na comparação entre o objeto a -ser denominado e outro que já possui denominação na língua.” (p.183)	Analógicos Batata: rótula Caçapa: buraquinho feito no chão para o jogo de gude; o mesmo que ‘burco’ Caroço da maçã/ caroço-de-adão/ caroço-do-moço/ nó / pêssego/ fruta-do-pecado/ adão: pomo-de-adão Caminho de São José ¹ / de São Jorge/ de São Gonçalo/ de São Jacó/ roda dos anjos/ Caminho do calvário/ estrada de Roma: via Láctea Orelha-de-onça, chapéu-de-pau, chapéu-de-couro, boné-de-saci, guarda-chuva-de-pau-podre, cocô do diabo, Maria mole, sombrinha de saci: cogumelo

¹ Segundo Aguilera (1987, p. 183), “Caminho de S. José foi registrado em dois informantes.”

		<p>Chuvinha-de-gelo/ neve: chuva de pedra Cortadeira: pá Cruz do calvário: cruzeiro do sul Conxo: coxo. Manco Heranças do catarro: ceroto Estopim: carnicão/ carnegão Estrela-de-Maria: Estrela d’alva Garrão: calcanhar Mialho: variedade de milho Perca: aborto Quadrinha: jogo de amarelinha Passa-fedada: pique salva, esconde-esconde Rebento: trovoada Urucubaca: mau cheiro do corpo Vira-vento: roda d’água Vulcão: ventania</p>
		<p>Indigenismos Oki e livi: chuva-de-pedra e cogumelo respectivamente. Aguilera afirma que uma das informantes mencionou as duas lexias como pertencentes à língua “guarani” (kaingang).</p>
		<p>formações obscuras amada: útero badrame: sela boba: cogumelo cinco-salomão: cruzeiro do sul garrincha: pessoa que tem as pernas arqueadas, cambota. Istrubuti: unheiro Tumigueiro: antraz</p>

<p>d) dialetismos portugueses “Dicionários dão como formas populares ou</p>		<p>Bacia: lago Cambito: perna fina Canga: triângulo de madeira que se coloca no pescoço dos animais para que não pulem a cerca. Cisco: poeira que sai do feijão Ingrim: espiga mal formada</p>
---	--	--

<p>proviancianismo s portugueses que ainda resistem no universo vocabular de um e outro falante londrinense.” (p.187)</p>		<p>Náfico/nafro: manco, náfrico. Travela: rótula Corisco: pedra-de-raio Cananéia: dente chato Ranho: corrimento do nariz Zarolho: caolho Castanha: caroço ou semente Estrela-de-rabo: cometa Galo-cego: cobra-cega, brincadeira infantil Mãe-de-ouro: estrela cadente Munha: poeira que sai do feijão Caminho-de-santiago/ Estrada de Santiago: via láctea</p>
---	--	--

Fonte: AGUILERA (1987, p. 166 -191.)

APÊNDICE C –

Relação entre traços semânticos e variantes constantes das cartas de 26 a 31

	TRAÇOS SEMÂNTICOS CONTIDOS NAS PERGUNTAS DO ALPR											
	[+céu]	[+chuva]	[+fogo]	[+gelo]	[+intensidade]	[+luz]	[+morte]	[+pedra]	[+repetição]	[+risco]	[+som]	[+vento]
[ar]rebento	2	2							2 3		2 3	
corisco	5 6	5 6	6			5	6			6		
fuzilo	5 6	5 6	6			5	6			6		
raio	2 6	2 6	6				6		2 3	6	2 3	
relâmpago	5 6	5 6	6			5	6		3	6	3	
tempestade		1 4		1	4			1	3		3	4
tormenta		1 4		1	4			1	3		3	4
trovão	2	2							2 3		2 3	
trovejano [ndo]									3		3	
trovejo	2	2									2	
trovoada	2	2							2 3		2	
calmario	5	5				5						
faísca	6	6	6				6			6		
gelo		1		1				1				
neve		1		1				1				
temporal		4			4							4